

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

**Associações, democracia e utopias reais. O caso das
associações de cultura, recreio e desporto**

Sérgio Manuel Pratas

Doutoramento em Sociologia

Orientadores:

Doutor Nuno Nunes, Investigador Integrado,

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Rita Cachado, Investigadora Integrada,

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

**Associações, democracia e utopias reais. O caso das
associações de cultura, recreio e desporto**

Sérgio Manuel Pratas

Doutoramento em Sociologia

Orientadores:

Doutor Nuno Nunes, Investigador Integrado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Doutora Rita Cachado, Investigadora Integrada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2021

Departamento de Sociologia

Associações, democracia e utopias reais. O caso das associações de cultura, recreio e desporto

Sérgio Manuel Pratas

Doutoramento em Sociologia

Júri:

Doutora Luísa Veloso, Professora Associada, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutora Rosana Albuquerque, Professora Auxiliar, Universidade Aberta

Doutor Paulo Mendes Pinto, Investigador Integrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Doutora Sandra Lima Coelho, Professora Assistente Convidada, Universidade Católica do Porto

Doutor Luís Capucha, Professor Associado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Nuno Nunes, Investigador Integrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2021

A todos os dirigentes associativos que conheci ao longo da vida (e que me ensinaram coisas valiosas),
muitos dos quais seres de caráter inesquecível.

A começar pelo meu avô Vitorino e pelo meu pai.

“Para que o caráter de um ser humano revele qualidades verdadeiramente excepcionais, é preciso ter a sorte de poder observar os seus atos durante muitos anos. Se esses atos forem desprovidos de todo o egoísmo, se o ideal que os conduz resulta de uma generosidade sem par, se for absolutamente certo que não procuram recompensa alguma e se, além disso, ainda deixam no mundo marcas visíveis, estamos então, sem sombra de dúvida, perante um caráter inesquecível”.

Jean Giono [(1953), 2012]

Agradecimentos

O presente estudo teve a ajuda e colaboração de diversas pessoas e entidades, a quem manifesto o meu profundo agradecimento.

Aos colegas e professores do Doutoramento em Sociologia, com quem aprendi muito – e sempre com grande entusiasmo.

Aos professores António Firmino da Costa, José Manuel Leite Viegas, Sara Falcão Casaca e Lígia Lückmann pela disponibilidade e gentileza demonstradas na fase de elaboração do projeto; e pelos preciosos conselhos.

Aos dirigentes entrevistados e às associações que participaram na investigação, pela amabilidade e interesse com que receberam o estudo e pela colaboração.

À Joana Pereira, Jéssica Pereira, Luana Taborda, Nuno Andrade, Amélia Freitas, Tânia Mateus e Tiago Pratas pelo imenso apoio pessoal e profissional ao longo deste percurso. Foram vários os contributos que deram, quer por via de longas conversas sobre o associativismo popular (nos casos da Joana, da Jéssica e da Luana); seja pelo apoio concreto em momentos específicos do estudo (nos casos do Nuno, da Amélia, da Tânia e do Tiago).

Aos meus orientadores, os professores Nuno Nunes e Rita Cachado, a quem muito agradeço o apoio, disponibilidade para a discussão do trabalho e amizade que demonstraram ao longo destes anos. Também pelos sábios e oportunos contributos, que em muito valorizaram este trabalho.

Ao júri das provas públicas de doutoramento, Professores Luísa Veloso, Rosana Albuquerque, Paulo Mendes Pinto, Sandra Lima Coelho, Luís Capucha e Nuno Nunes, pela relevante apreciação crítica e pelo questionamento, bem como pelas sugestões apresentadas.

À Fundação Montepio e à Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, que patrocinaram o estudo, pela confiança e pelo forte incentivo ao aprofundamento da temática.

De forma muito especial agradeço à minha família, pelo carinho e suporte que me deram ao longo destes anos, pela compreensão das minhas ausências e por me fazerem feliz todos os dias.

Resumo

A presente pesquisa prossegue dois objetivos principais: caracterizar as associações de cultura, recreio e desporto, em Portugal; e compreender em que medida este tipo associativo funciona como *escola de cidadania* e como *escola de democracia*.

Para tal, foi adotada uma estratégia metodológica mista – combinando metodologias quantitativas e qualitativas. Com vista à caracterização deste tipo associativo recorreu-se a dados secundários e também à realização de entrevistas semi-diretivas a dirigentes de estruturas regionais e nacionais. Para avaliar os efeitos democráticos optou-se por realizar um estudo de caso – reportado às associações do Concelho de Loures.

Concluiu-se que o caminho da democracia portuguesa não pode ser dissociado da realidade (e da história) das associações de cultura, recreio e desporto; e vice-versa. Concluiu-se, também, que estas associações constituem a maior “família” associativa, em Portugal (46% do total das entidades sem fins lucrativos); e possuem uma atividade impactante na vida social, integrando redes que influenciam as sociabilidades e a organização social, cultural, política e económica dos concelhos.

Apesar de não o assumirem como propósito, as associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures promovem o desenvolvimento de capacidades democráticas em relação a um número significativo de indivíduos (os dirigentes voluntários) – afirmando-se como *escolas de cidadania*. Para além disso, funcionam de forma democrática – com uma democracia interna consolidada; embora com margem de melhoria, sobretudo em três áreas: a influência (ou peso) da assembleia geral no governo da associação; a participação dos associados; e o envolvimento de mulheres e jovens nos corpos sociais.

Palavras-chave: associação; associações de cultura, recreio e desporto; associativismo popular; democracia interna; efeitos democráticos das associações; escola de democracia

Abstract

The present essay aims for two main goals: characterizing cultural, recreational, and sports associations in Portugal; and understanding to what extent these types of associations work as a *school of citizenship* and as a *school of democracy*.

In order to achieve these goals, it was adopted a combination of quantitative and qualitative methodologies. The proposed characterization was achieved by resorting to secondary data sets and semi-structured interviews to associative leaders in regional and national structures. In order to evaluate democratic effects, a case study related to associations in the Municipality of Loures was conducted.

It was concluded that the path of Portuguese democracy cannot be dissociated with the reality (and history) of cultural, recreational, and sports associations, and vice-versa. It was also concluded that these associations constitute the largest associative “family” in Portugal (46% of the total non-profit entities); and represent an impacting activity in social life by integrating networks that influence the social, cultural, political, and economic organization of the municipalities.

Although they do not assume as their purpose, the cultural, recreational, and sports associations in the Municipality of Loures promote the development of democratic capacities in relation to a significant number of individuals (the voluntary leaders) – asserting themselves as schools of citizenship. In addition, they operate democratically – with a consolidated internal democracy; although with room for improvement, specifically in three areas: the influence (or weight) of the general assembly in governing the association; the participation of members; and the involvement of women and youth on the social bodies.

Keywords: association; cultural, recreational, and sports associations; popular associations; internal democracy; democratic effects of associations; school of democracy

Índice

Agradecimentos, *p. vii*

Resumo, *p. ix*

Abstract, *p. xi*

Índice de quadros, *p. xix*

Índice de figuras, *p. xxi*

Glossário, *p. xxiii*

INTRODUÇÃO, *p. 1*

I PARTE – Associações, democracia e utopias reais

CAPÍTULO 1 – DA “ARTE DE ASSOCIAÇÃO” À LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA

1 – Abordagens clássicas sobre a “*arte de associação*”: Alexis de Tocqueville e Karl Marx, *p. 11*

1.1 – A “*arte de associação*”, *p. 11*

1.2 – Alexis de Tocqueville, *p. 13*

1.3 – Karl Marx, *p. 15*

1.4 – O debate atual. Breve enunciação, *p. 19*

2 – Ordem social e ação coletiva, *p. 20*

2.1 – A explicação da ordem social, *p. 20*

2.2 – A lógica da ação coletiva, *p. 23*

2.2.1 – O estudo dos movimentos sociais, *p. 23*

2.2.2 – As correntes neomarxistas e neweberianas, *p. 29*

2.2.3 – Desigualdades sociais e ação coletiva, *p. 30*

CAPÍTULO 2 – OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA

1 – Democracia (com e sem adjetivos), *p. 35*

2 – O futuro da democracia, *p. 43*

2.1 – Democracia liberal. Da hegemonia à crise, *p. 43*

- 2.2 – Democracia participativa, *p. 45*
- 2.3 – Democracia associativa, *p. 47*
- 2.4 – Democracia deliberativa, *p. 49*
- 2.5 – Democracia no século XXI. Ameaças e desafios, *p. 51*

3 – Os efeitos democráticos das associações, *p. 58*

CAPÍTULO 3 – DEMOCRACIA NAS ASSOCIAÇÕES (OU DEMOCRACIA INTERNA)

- 1 – O poder nas organizações, *p. 69*
- 2 – Critérios para uma governação democrática. O caso das associações, *p. 83*
- 3 – Transparência organizacional. Primeira aproximação, *p. 90*

II PARTE – Modelo de análise e estratégia metodológica

CAPÍTULO 4 – MODELO DE ANÁLISE

- 1 – O desafio da educação cívica, *p. 99*
 - 1.1 – Espaços de aprendizagem da democracia, *p. 99*
 - 1.2 – Capacidades democráticas, *p. 105*
- 2 – Associações de cultura, recreio e desporto, *p. 107*
- 3 – Associativismo popular, *p. 114*
- 4 – *Escola de cidadania*, *p. 116*
- 5 – Democracia interna, *p. 118*

CAPÍTULO 5 – ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

- 1 – Escalas de análise, *p. 123*
- 2 – Pesquisa multimétodo, *p. 125*
- 3 – Objeto empírico, *p. 128*
- 4 – Etapas do percurso empírico, *p. 130*
- 5 – Familiarização *versus* distanciamento, *p. 131*

III PARTE – As associações de cultura, recreio e desporto

CAPÍTULO 6 – ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO – DAS ORIGENS AO SÉCULO XX

1 – Associativismo livre – legados e influências, *p. 137*

2 – Monarquia Liberal, *p. 140*

2.1 – O novo contexto. Quatro traços, *p. 140*

2.2 – Principais tipos associativos, *p. 141*

3 – Primeira República, *p. 146*

3.1 – Voluntarismo reformista, *p. 146*

3.2 – *A Era dos Congressos*, *p. 147*

3.3 – A Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio, *p. 149*

4 – Estado Novo, *p. 150*

4.1 – O golpe militar e a primeira ofensiva contra o associativismo livre, *p. 150*

4.2 – O Estado Novo: políticas para a cultura popular, *p. 151*

4.3 – As associações de cultura, recreio e desporto – reduto de participação e vivência democráticas, *p. 153*

5 – A democracia em curso, *p. 155*

5.1 – A Revolução Portuguesa de 1974/1975, *p. 155*

5.2 – A Constituição de 1976, *p. 156*

5.3 – Retrato das associações de cultura, recreio e desporto, *p. 159*

CAPÍTULO 7 – AS ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO NO SÉCULO XXI

1 – Perspetiva longitudinal, *p. 165*

2 – Economia social e associações de cultura, recreio e desporto, *p. 174*

3 – Identificação de possíveis efeitos das associações de cultura, recreio e desporto, *p. 181*

4 – Pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, *p. 187*

5 – A narrativa da crise e o futuro das associações de cultura, recreio e desporto, *p. 196*

IV PARTE – Estudo de caso

CAPÍTULO 8 – DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA

1 – Transparência na economia social, *p. 201*

1.1 – Mapear um objeto de estudo, *p. 201*

1.2 – Transparência organizacional – conceito multidimensional, *p. 206*

2 – O caso das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures, *p. 211*

2.1 – Nível de transparência, *p. 211*

2.2 – A perceção dos dirigentes, *p. 215*

2.3 – Indutores de transparência, *p. 217*

3 – Notas finais, *p. 220*

CAPÍTULO 9 – ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO – UMA ESCOLA DE DEMOCRACIA?

1 – Cidadania: práticas e paradoxos, *p. 223*

2 – Associações de cultura, recreio e desporto – uma *escola de cidadania?*, *p. 226*

3 – Democracia interna, *p. 239*

3.1 – Dirigentes eleitos, *p. 239*

3.2 – Eleições livres, justas e frequentes, *p. 241*

3.3 – Assembleia geral ativa, *p. 242*

3.4 – Liberdade de expressão, *p. 244*

3.5 – Participação inclusiva, *p. 245*

3.6 – Autonomia, *p. 249*

4 – A relação entre democracia interna e o desenvolvimento de capacidades democráticas, *p. 251*

5 – Podem as associações travar o populismo?, *p. 253*

CONCLUSÃO, *p. 255*

FONTES, *p. 269*

Referências bibliográficas, *p. 271*

ANEXO A

ESTUDO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR NO CONCELHO DE LOURES. INQUÉRITO ÀS ASSOCIAÇÕES, *p. 295*

ANEXO B

ESTUDO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR NO CONCELHO DE LOURES. INQUÉRITO AOS PRESIDENTES DA DIREÇÃO, *p. 321*

ANEXO C

GUIÃO DAS ENTREVISTAS SEMI-DIRETIVAS, *p. 337*

ANEXO D

ESTUDO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR NO CONCELHO DE LOURES
NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO DO
CONCELHO DE LOURES. GRELHA DE ANÁLISE, *p. 345*

Índice de quadros

Quadro 2.1 – Síntese dos tipos associativos e seus efeitos democráticos, *p. 60*

Quadro 4.1 – Capacidades democráticas, *p. 104*

Quadro 4.2 – *Escola de cidadania*, *p. 118*

Quadro 4.3 – Democracia interna, *p. 120*

Quadro 5.1 – Pesquisa multimétodo, *p. 126*

Quadro 7.1 – Caracterização dos dirigentes entrevistados, *p. 166*

Quadro 7.2 – As associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures: o que mudou?,
p. 173

Quadro 7.3 – Distribuição dos principais indicadores segundo a classificação internacional de organizações sem fins lucrativos e do terceiro setor (2016), *p. 175*

Quadro 7.4 – Concelhos com mais e concelhos com menos associações (associações com fins altruísticos com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio), *p. 179*

Quadro 7.5 – Distribuição territorial das entidades sem fins lucrativos (2016), *p. 180*

Quadro 7.6 – Percentagem de sujeitos com envolvimento nos diversos tipos de associações, *p. 181*

Quadro 7.7 – Associações de cultura, recreio e desporto. Análise *SWOT*, *p. 195*

Quadro 8.1 – Nível de transparência. Média por tipo de associação, *p. 212*

Quadro 8.2 – Cruzamento entre antiguidade e transparência organizacional, *p. 219*

Quadro 8.3 – Cruzamento entre dimensão (frequentadores/semana) e transparência organizacional,
p. 219

Quadro 8.4 – Cruzamento entre principal fonte de financiamento e transparência organizacional,
p. 220

Quadro 9.1 – Tipologia das atividades realizadas por dirigentes associativos, associados e participantes, *p.* 229

Quadro 9.2 – Profissão dos presidentes de direção, *p.* 235

Índice de figuras

Figura 4.1 – Modelo de análise, *p. 121*

Figura 6.1 – Associações com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio, por ano de constituição, *p. 159*

Figura 7.1 – Distribuição das associações com fins altruísticos com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio por NUTs II (2016), *p. 177*

Figura 7.2 – Distribuição das associações com fins altruísticos com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio por 1000 habitantes e por NUTs II (2016), *p. 178*

Figura 8.1 – Nível de transparência das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures, *p. 212*

Figura 8.2 – Meios de comunicação utilizados, *p. 214*

Figura 8.3 – Número de assembleias gerais nos últimos dois anos, *p. 214*

Figura 8.4 – Perceção de transparência (N=136), *p. 216*

Figura 8.5 – Benefícios da transparência nas associações (N=138), *p. 216*

Figura 8.6 – Práticas que justificam a avaliação de “muito transparente” ou “transparente” (N=135), *p. 217*

Figura 9.1 – Classe social dos presidentes da direção, *p. 234*

Figura 9.2 – Presidentes de direção por classe social, segundo a escolaridade, *p. 236*

Figura 9.3 – Tipos de atividades que desenvolvem, *p. 238*

Figura 9.4 – Tempo enquanto membro da direção, *p. 240*

Figura 9.5 – Sexo (categoria maioritária) dos associados, *p. 247*

Figura 9.6 – Sexo dos presidentes (associações do Concelho de Loures), *p. 247*

Figura 9.7 – Presidentes por sexo, *p. 248*

Figura 9.8 – Idade dos presidentes da direção, *p. 249*

Figura 9.9 – Principais fontes de financiamento, *p. 251*

Glossário

ACCL – Associação das Coletividades do Concelho de Loures

CES – Conselho Económico e Social

CMA – Conselho Municipal do Associativismo

CNAP – Conselho Nacional do Associativismo Popular

CND – Conselho Nacional do Desporto

CNES – Conselho Nacional para a Economia Social

CPCCRD – Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto

CPES – Confederação Portuguesa de Economia Social

CRP – Constituição da República Portuguesa

OBAP – Observatório do Associativismo Popular

INTRODUÇÃO

Duas inquietações

1.

Remonta a Tocqueville a ideia de que as associações são uma *escola de democracia*. Tocqueville não se limitou a apresentar essa tese – juntou um conjunto de argumentos em sua defesa. Para este autor, as associações possuem esse traço (ou efeito), porque influenciam os indivíduos de três maneiras: criam o hábito e o gosto de agir em comum (de forma coletiva); enriquecem o “coração e o espírito humano”, por via de novos pontos de vista e novas ideias; e favorecem a adesão a associações políticas [Tocqueville, (1835-1840), 2007].

Essa leitura e a tese correspondente têm sido questionadas pela sociologia contemporânea – e por várias razões (Cottin-Marx, 2019: 81-85). Questiona-se se todas as associações geram tais efeitos; se (pelo menos) algumas não terão o efeito oposto – sendo prejudiciais à democracia e à vitalidade democrática; questiona-se o próprio sentido dado à expressão *escola de democracia*.

Não obstante tal questionamento, no meio associativo e não só, continua a replicar-se tal ideia (ou tese) – e nos mais variados contextos. A primeira vez que ouvi a referida expressão foi numa sessão realizada nos Paços do Concelho de Tomar. O Presidente da Câmara recebeu os dirigentes da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) e no seu discurso alegou de forma perentória que “as coletividades são uma escola de democracia”. Afirmação que teve em mim uma ressonância profunda: lembro-me de me sentir muito orgulhoso. E não me questionei sobre o sentido da afirmação (nem senti necessidade de o fazer).

Mais tarde, percebi que (para além dessa ideia) eram também afirmadas duas outras, aparentemente próximas: a de que as associações são uma “escola de cidadania”; e a de que as associações são um “exemplo de democracia”. E percebi que umas vezes se fazia a afirmação – ou afirmações – direcionadas às associações (em geral); e outras por referência a tipos associativos específicos (por exemplo, às associações de cultura, recreio e desporto). Comecei então a questionar-me sobre o sentido de tais afirmações. Queriam dizer a mesma coisa? Teriam o mesmo sentido, ou sentidos diferentes? Qual o significado de cada uma dessas expressões?

O passo seguinte foi procurar questionar os autores dessas afirmações, para perceber qual o sentido (ou conteúdo) que davam à narrativa que produziam (ou replicavam). E concluí que muitos tinham uma ideia relativamente difusa sobre tais afirmações. O sentido dessas declarações surgia (e surge) quase sempre ligado a duas ideias essenciais: ou ao papel fundamental de muitas associações na resistência à ditadura do Estado Novo; ou ao facto de realizarem eleições – permitindo aos associados a possibilidade de elegerem e de serem eleitos. Não fiquei satisfeito com as respostas. E senti a inquietação de ir mais longe.

2.

Sou dirigente da CPCCRD desde 2011. Comecei por ser conselheiro nacional (um mandato). E passei depois para a direção. Quando entrei para a direção, foi-me atribuída – logo no primeiro mandato – a responsabilidade de acompanhar a área de investigação e estudos. E rapidamente percebi (com a ajuda da Conta Satélite da Economia Social) que as associações de cultura, recreio e desporto constituíam uma enorme *família associativa*, a maior existente em Portugal; e que, apesar disso, eram, provavelmente, o tipo associativo que tinha menos visibilidade e o que estava menos estudado.

Nestes últimos anos muita coisa mudou, sobretudo fruto do trabalho realizado no seio da CPCCRD – e do contributo de muitas pessoas (dirigentes, investigadores, técnicos da Confederação, professores universitários). Foi criada uma revista científica: a *Análise Associativa* (que vai já no sétimo ano de existência). Foram promovidos vários projetos de investigação – que deram lugar a algumas publicações. E foi criado um Observatório do Associativismo Popular (o OBAP), em parceria com a Universidade Lusófona e com o ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa.

Todo esse trabalho tem dado frutos. Mas há ainda um longo caminho a percorrer. Há muitas áreas por estudar e várias interrogações por responder. E cada passo que se dá no conhecimento suscita (de imediato) mais um conjunto de questões – e/ou inquietações. Por vezes, inquietações muito básicas, como saber quantas são as associações de cultura, recreio e desporto, em Portugal (a Conta Satélite da Economia Social integra este tipo associativo na categoria “cultura, comunicação e atividades de recreio”, não referindo o seu número exato). Ou inquietações mais ambiciosas: por exemplo, conseguir caracterizar este tipo associativo (quantos dirigentes envolvem, quantos associados, quantos praticantes; como estão distribuídas geograficamente; quais as principais atividades que desenvolvem; quais os seus efeitos na sociedade, incluindo os efeitos democráticos; quais os seus principais problemas).

Objetivos

O presente estudo junta as duas inquietações referidas: a de caracterizar este tipo associativo, em Portugal; e a de perceber se o mesmo constitui (ou não) uma *escola de democracia*. E tem como objetivos centrais:

- 1 – Identificar os principais efeitos democráticos das associações (em particular, os efeitos democráticos das associações de cultura, recreio e desporto);
- 2 – Delimitar e aprofundar conceptualmente as noções de *escola de democracia*, *escola de cidadania* e *democracia interna*;
- 3 – Caracterizar as associações de cultura, recreio e desporto, em Portugal;
- 4 – Compreender em que medida este tipo associativo funciona como *escola de cidadania* e como *escola de democracia*.

A pesquisa terá como objeto teórico a ação coletiva e a instituição democracia; e como objeto empírico as associações de cultura, recreio e desporto. E procurará responder a um conjunto alargado de interrogações – para além das já referidas. O que é uma associação? Que tipos associativos existem? O que deve entender-se por associativismo popular? O que são coletividades de cultura, recreio e desporto? É possível apresentar uma definição de democracia (sem adjetivos)? Que definições têm sido propostas? Quais as principais instituições (ou dimensões) da democracia? Quais as principais ameaças à democracia, hoje? Que respostas existem para fazer face a essas ameaças? Quais os principais desafios da democracia? O que é a democracia interna (ou democracia organizacional)?

Além desse conjunto de interrogações, este trabalho tem ainda uma pergunta de partida (ou questão central), que o orienta: serão as associações de cultura, recreio e desporto uma *escola de democracia*? Sendo que se pretende caracterizar apenas a realidade portuguesa (e não a existente noutras latitudes).

Esta temática assume hoje particular importância – e por várias razões. Em primeiro lugar, face à ascensão de movimentos e partidos populistas. Nos nossos dias, o populismo afeta quase todos os continentes e muitos regimes políticos – embora esteja mais presente nas democracias da Europa e das Américas. Alega que nada deverá constrianger a vontade do suposto povo “puro” e repudia as noções de pluralismo e de direito das minorias (Mudde e Kaltwasser, 2017: 18). E constitui um perigo para a democracia.

No capítulo 2 serão analisadas as causas e as respostas a este movimento. Para já, pode adiantar-se que a maioria dos autores concorda que (1) uma das mais importantes estratégias para travar o populismo é a da educação cívica (Mounk, 2019: 241). E que (2) as associações (ou algumas associações) são uma importante instituição ou veículo de promoção da educação cívica – a par da educação formal e do acesso à informação através dos meios de comunicação (Dahl, 2000: 210-211).

Será que as associações podem ajudar a travar o populismo? Como? Será que as associações de cultura, recreio e desporto já estão a ter esse papel? Será que podem fazer mais e melhor? Estas são questões que acompanharão a reflexão e análise a empreender neste trabalho. Procurar-se-á problematizar o tema – e encontrar respostas para as interrogações colocadas.

Acresce que algumas das tradicionais instituições de promoção da educação cívica estão hoje a atravessar momentos difíceis. Vejam-se os casos da educação formal e o da comunicação social. Como veremos melhor no capítulo 4, muitos sistemas de educação estão a descartar competências que são necessárias para manter as democracias vivas (Nussbaum, 2019: 38). No caso da comunicação social os problemas são outros: por um lado, a vulgarização e a personalização das questões políticas – colocando em causa o espaço de debate público que se abre; e o domínio crescente dos *media* por multinacionais gigantes (Giddens, 2010: 77-78).

Neste âmbito, propõe-se aqui a hipótese de que as associações de cultura, recreio e desporto constituem um importante veículo de promoção da educação cívica junto das classes populares – menos escolarizadas. No capítulo 4 serão discutidos os conceitos de classe popular (ou classes populares) e de associativismo popular (ou movimento associativo popular) – onde supostamente se integra o tipo associativo em estudo. E mais adiante (no capítulo 9) será analisado o papel das associações de cultura, recreio e desporto na promoção da educação cívica.

Para além do exposto, a temática em estudo permitirá compreender o papel que as associações de cultura, recreio e desporto desempenham (hoje) no processo de democratização cultural do nosso país. Questão que assume especial relevância num quadro constitucional como o nosso – em que se propugna um conceito multidimensional de democracia, incluindo a vertente cultural (veja-se o artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa).

Abordagem metodológica

No plano metodológico, cabe referir que foi desenhada uma estratégia mista – combinando metodologias quantitativas e qualitativas. Metodologias que surgem articuladas e numa relação de complementaridade – como será detalhado no capítulo 5.

A caracterização das associações de cultura, recreio e desporto partirá de uma análise de estudos publicados sobre o tema. E será depois complementada com a apreciação de dados da Conta Satélite da Economia Social (última versão). Decidiu-se realizar também entrevistas semi-diretivas a todos os membros do Conselho Nacional do Associativismo Popular (CNAP) – que representa as várias áreas de atividade do associativismo popular (10 entrevistas). Além disso, foram entrevistados todos os presidentes das estruturas descentralizadas da CPCCRD – procurando obter uma representação geográfica da realidade social em estudo (21 entrevistas). O campo de observação corresponde ao universo das estruturas representativas de associações de cultura, recreio e desporto existentes em Portugal.

Pretende-se elaborar um retrato sobre a situação atual deste tipo associativo, no plano nacional. Daí o recurso a dirigentes de estruturas (concelhias, distritais e nacionais), que possuem reflexão e informação agregada sobre as associações de cultura, recreio e desporto (nas várias regiões e no país); e estão habituados a analisar e a discutir a situação e os problemas do movimento associativo – quer internamente, quer com outros interlocutores.

Como referido, pretende-se também perceber até que ponto as associações de cultura, recreio e desporto são (ou não) uma *escola de democracia*. Tendo em vista esse objetivo, optou-se pela realização de um estudo de caso, centrado na realidade associativa de um concelho da Área Metropolitana de Lisboa – o Concelho de Loures. E por três razões fundamentais:

- a) Tratando-se de uma temática ainda pouco explorada, pareceu-nos prudente começar por estudar uma área territorial limitada e circunscrita – e estudá-la exaustivamente;
- b) Em segundo lugar, face à heterogeneidade territorial e associativa do Concelho em apreço (possui um número significativo de associações, de todos os tipos, antigas e mais recentes, de diferentes dimensões; e possui uma zona rural e outra mais industrial e urbana); e
- c) Finalmente, porque surgiu a oportunidade de integrar uma equipa de investigação incumbida de estudar e caracterizar a realidade associativa do Concelho de

Loures (equipa constituída por elementos do Município de Loures, do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES-IUL e da Associação das Coletividades do Concelho de Loures).

Este estudo, referido na alínea c), teve a coordenação científica dos Professores Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila – e foi realizado entre 2019 e 2020. Foram aplicados dois inquéritos por questionário: um inquérito dirigido ao universo das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures; e um inquérito aos presidentes da direção dessas associações. Face ao objetivo referido, propôs-se a introdução (nesses questionários) de várias perguntas sobre a governação das associações (e a democracia interna); e sobre os respetivos efeitos democráticos. Proposta que foi aceite pelo grupo de trabalho.

Para conseguir ir um pouco mais longe (nesse estudo de caso), decidiu-se complementar os dados recolhidos através desses inquéritos com a realização de uma pesquisa de terreno junto de duas associações do Concelho de Loures – uma associação de tipo misto (sediada na zona rural do concelho) e um clube desportivo (sediado numa zona urbana).

Um contexto diferente

O presente estudo foi desenvolvido ao longo de três anos: 2019, 2020 e 2021. Atravessando, pois, o período pandémico (da COVID-19) – e as limitações e constrangimentos daí decorrentes. Houve necessidade de reprogramar todo o trabalho de terreno – interrompido nos períodos de confinamento. Foi maior a dificuldade na marcação de entrevistas. E não foi nada fácil acompanhar a vida das associações em estudo: face à grande irregularidade e inconstância na atividade (e a uma compreensível incapacidade de planear).

Por outro lado, a situação pandémica alterou significativamente o contexto de atuação e o funcionamento interno das associações. Condição o seu normal funcionamento (como a realização de reuniões presenciais, prestação de contas, contacto com os associados, etc.). Esta é uma realidade que não pode ser esquecida. E a ter em consideração na análise a empreender.

Mas a COVID-19 não representou apenas constrangimentos. Foram surgindo algumas oportunidades que as associações e os seus dirigentes souberam aproveitar.

Sobretudo, o recurso às tecnologias da informação e da comunicação para continuar a comunicar com associados e praticantes (por exemplo, através das redes sociais); ou para realizar reuniões dos órgãos (através das várias plataformas disponíveis). E em alguns casos com resultados surpreendentes. Será que tais práticas se manterão no futuro (mesmo após a pandemia)?

Este quadro foi também uma oportunidade para a investigação. Procurou-se compreender o impacto da COVID-19 nas associações (os efeitos); as estratégias adotadas para fazer face às dificuldades; a capacidade de resiliência dos dirigentes. Por outro lado, disparou a realização de *webinars* (e outros fóruns de debate): sobre os efeitos da pandemia; as associações e o envelhecimento ativo; a participação das mulheres no movimento associativo; a história do associativismo popular, etc. A participação em muitos desses debates permitiu recolher informação complementar (e de grande interesse) para o estudo. Para além disso, aproveitou-se este espaço de participação para (a convite de quatro diferentes entidades) apresentar e discutir alguns dos resultados (preliminares) do presente estudo: dois *webinars* sobre a transparência nas associações; e dois *webinars* sobre “a promoção da cidadania”.

Razão de ordem

O presente estudo/tese surge estruturado em nove capítulos, integrados em quatro partes.

Na primeira parte será discutido o enquadramento teórico. O capítulo 1 apresenta uma síntese do pensamento de dois autores clássicos sobre a “arte de associação” (Tocqueville e Marx) e problematiza o conceito de ação coletiva. No capítulo 2 é analisada a relação entre democracia e associativismo – e os possíveis contributos das associações para o aprofundamento democrático. O capítulo 3 aprofunda uma das dimensões da relação entre democracia e associativismo: a democracia no interior das associações, ou democracia interna.

A segunda parte integra dois capítulos: “Modelo de análise” (capítulo 4) e “Estratégia metodológica” (capítulo 5). E visa apresentar o modelo de análise, o desenho da pesquisa e a estratégia metodológica. Para além disso, procura-se refletir sobre o tema da familiarização do autor com o objeto de estudo (e suas implicações).

A terceira e quarta partes destinam-se à apresentação e discussão de resultados:

a) Terceira parte

A terceira parte tem por objetivo caracterizar as associações de cultura, recreio e desporto (em Portugal). Começa por uma análise histórica: “Associações de cultura, recreio e desporto – das origens ao século XX” (capítulo 6). Para depois se centrar sobre a realidade atual: “As associações de cultura, recreio e desporto no século XXI” (capítulo 7).

b) Quarta parte

Na quarta parte serão analisados os resultados do estudo de caso – para perceber até que medida as associações em apreço funcionam como *escolas de cidadania* e também como *escolas de democracia* (capítulos 8 e 9).

No final serão apresentadas não só as principais conclusões do estudo, mas também as suas limitações; e algumas pistas e sugestões para futuras investigações sobre a temática em referência.

I PARTE

Associações, democracia e utopias reais

Títulos:

CAPÍTULO 1

– DA “ARTE DE ASSOCIAÇÃO” À LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA

CAPÍTULO 2

– OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA

CAPÍTULO 3

– DEMOCRACIA NAS ASSOCIAÇÕES (OU DEMOCRACIA INTERNA)

CAPÍTULO 1 – DA “ARTE DE ASSOCIAÇÃO” À LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA

1 – Abordagens clássicas sobre a “arte de associação”: Alexis de Tocqueville e Karl Marx

1.1 – A “arte de associação”

É a partir do século XVIII (e com a Revolução Francesa) que, na Europa Ocidental, a ação coletiva começa gradualmente a organizar-se através de associações voluntárias. Como chegou a observar Tocqueville, a “arte de associação” constitui o traço distintivo da época moderna. Em períodos anteriores, a ação coletiva “tinha-se expressado principalmente através de redes sociais como clãs, famílias alargadas, comunidades locais, fações aristocráticas, diásporas étnicas ou grupos religiosos” (Fernandes, 2014: 13).

Esta nova situação surge associada a profundas mudanças sociais e políticas, nomeadamente:

- a) A emergência do capitalismo e os processos de industrialização e urbanização, que estimularam o aparecimento de novos grupos sociais, como a burguesia e o proletariado; e de novas categorias profissionais e setores económicos;
- b) A expansão das funções administrativas e coercivas do Estado, exigindo mais impostos;
- c) A existência de um ambiente político mais propício à liberdade de associação (Fernandes, 2014: 13 e 37)¹.

Este movimento (“de associação”) assume, desde início, formas muito diversas: associações de classe, sindicatos, cooperativas, associações de socorros mútuos, associações recreativas ou culturais, entre outras formas. Tocqueville expressa muito bem essa heterogeneidade:

¹ Como explica Fernandes (2014: 37): “Na segunda metade do século XIX, e especialmente após a década de 1870, os membros das elites começaram a considerar que seria preferível garantir e promover a liberdade de associação enquanto instrumento de controlo das pressões vindas de baixo, em detrimento de um reforço da coerção”.

“Os americanos de todas as idades, condições e tendências reúnem-se constantemente, não só em associações comerciais e industriais, nas quais todos participam, mas também em muitas outras de diversíssimos géneros: religiosas, morais, sérias, fúteis, muito gerais e muito particulares, enormes e ínfimas; os Americanos associam-se para dar festas, fundar seminários, construir albergues, erguer igrejas, divulgar livros, enviar missionários para os antípodas; e é também assim que criam hospitais, prisões e escolas. Desde que se trate de evidenciar uma verdade ou desenvolver um sentimento através de um grande exemplo, ei-los que se associam” [(1835-40), 2007: 601].

Neste quadro de profundas mudanças, e em que se assiste à expansão em número e influência das associações, são vários os autores clássicos que dedicam parte do seu estudo ao tema em referência. É o caso de Alexis de Tocqueville, Karl Marx, Durkheim² ou Simmel³.

Nas páginas seguintes serão apresentadas e analisadas as perspetivas de Tocqueville e Marx. E por duas razões principais:

- Primeiro, porque são visões contrastantes, até antagónicas (permitindo uma leitura crítica e abrangente sobre o tema);
- Em segundo lugar, por continuarem a ter uma forte influência (e presença) no debate atual sobre a sociedade civil.

² Para Durkheim, um dos desafios fundamentais das sociedades modernas residia na aquisição de novos mecanismos sociais para reforçar a solidariedade social. O desaparecimento das antigas corporações (com o liberalismo) deixara um vazio em termos de integração social. A solidariedade social teria que ser reforçada, desde logo por via de um novo tipo de associação: as (novas) corporações – que se libertam de algumas das características que as tinham tornado indesejáveis [(1893), 1984 e (1897), 1992].

³ Simmel [(1908), 2014: 144] repara que o número de pessoas reunidas determina o tipo de relação que é possível estabelecer entre elas. Se esse número é elevado, teremos relações impessoais e distantes; se o grupo é mais pequeno, as relações serão próximas e mais intensas. A partir dessa reflexão inicial, o autor aprofunda um conjunto de questões conexas (e da maior importância para a sociologia do mundo associativo): a relação entre o número de participantes de um grupo (ou associação) e os seus normativos internos; os principais tipos de divisão (ou organização); ou o tipo de relação social que se estabelece em função da dimensão do grupo [(1908), 2014: 136 e seguintes].

1.2 – Alexis de Tocqueville

Alexis de Tocqueville nasceu a 29 de julho de 1805. Descendia de uma antiga família aristocrática e católica da Normandia, os Clérel, que em 1661 adotaram o apelido Tocqueville.

A formação intelectual de Tocqueville foi profundamente marcada pela figura e obra do historiador liberal François Guizot. No entanto, e ao contrário da maior parte dos liberais da época, que se inspiravam na experiência inglesa, Tocqueville defende que os ingredientes para a salvaguarda da liberdade só podiam ser encontrados na América democrática – e já não apenas na Inglaterra aristocrática.

É neste contexto que consegue autorização para ir estudar o sistema penitenciário americano, juntamente com o seu amigo e colega de magistratura Gustave de Beaumont. A viagem de trabalho durará cerca de nove meses (1831-1832). E é com base nessa experiência, e no material recolhido, que Tocqueville elabora a sua obra mais conhecida: *Da Democracia na América*. O primeiro volume é publicado em 1835 e obteve de imediato um êxito enorme. O segundo volume seria publicado, apenas, em 1840⁴.

Tocqueville intui que a “era democrática” é o futuro das sociedades cristãs ocidentais – que a “era democrática” acabará por substituir inevitavelmente a “era aristocrática” (com a qual contrasta)⁵. Para além disso, percebe (e defende) que esta “era democrática” traz consigo enormes benefícios, mas também alguns perigos. Perigos que são basicamente produto da “paixão destemperada pela igualdade”:

- a) O abaixamento do horizonte espiritual do homem democrático;
- b) Uma tendência para pensar cada vez mais no curto prazo, naquilo a que hoje chamamos “gratificação instantânea”;
- c) Uma tendência individualista que separa os indivíduos uns dos outros;

⁴ Tocqueville é um dos precursores da sociologia. Marca a passagem da denominada “filosofia social” (mais preocupada com a prescrição), dominante à época, para a ciência social (assente fundamentalmente na descrição e na generalização). Descrição e generalização que têm por base, por um lado, a recusa de dogmatismos (religiosos e outros); por outro, a comparação de sistemas – em particular, o francês e o americano.

⁵ Tocqueville define a “era democrática” com base na noção de igualdade de condições: “Esta, no entanto, não é entendida como igualdade económica ou de rendimentos – que ele explicitamente considera inviável. A igualdade a que se refere é a de estatuto social: na era democrática, todos os indivíduos, ainda que possam ter ocupações e rendimentos diferentes, gozarão do mesmo estatuto, dos mesmos direitos e deveres, e cada um considerará todos os outros como iguais” (Espada, 2007: 13). Ou seja, sempre que se refere a igualdade, Tocqueville está a pensar em igualdade política, igual estatuto – e não em igualdade económica ou de rendimentos.

- d) E uma tendência centralizadora e uniformizadora que deixará os indivíduos indefesos face a um Estado crescentemente regulamentador dos mais pequenos detalhes da vida pública e privada.

Tocqueville acrescenta que a transição para a “era democrática”, sendo inevitável, não é, todavia, pré-determinada: é possível maximizar os benefícios e minimizar os prejuízos. E como é que isso se faz? Temperando a paixão da igualdade pelo exercício da liberdade – com as virtudes liberais. Só assim se poderia garantir que a “era democrática” fosse liberal e não despótica.

Mas como pode a liberdade conter os excessos da igualdade? É aqui que Tocqueville recorre ao caso americano, que descreve com notável perspicácia: através da descentralização política e administrativa, que começa no próprio governo local; através da estrita independência do judiciário, começando no julgamento por júri; da liberdade de imprensa; da liberdade religiosa e a intensa religiosidade dos americanos; e ainda da denominada “*arte de associação*” (Espada, 2007: 16-17). Todos esses fatores contribuem para contrariar a centralização e o poder ilimitado.

Vejamos com um pouco mais de detalhe a argumentação de Tocqueville sobre as associações. Tocqueville vê nas associações uma espécie de “personalidades aristocráticas” que podem constituir instituições mediadoras de tipo democrático entre o indivíduo e o Estado:

“Estou inteiramente convencido de que não será possível fundar de novo uma aristocracia no mundo, mas penso que os simples cidadãos, associando-se, podem criar no seu seio seres muito abastados, influentes e fortes, numa palavra, personalidades aristocráticas. Desta forma, obter-se-ia várias das maiores vantagens da aristocracia, sem ter de incorrer nas suas injustiças, nem nos perigos que ela comporta. Uma associação política, industrial, comercial, ou até científica e literária, é como que um cidadão instruído e poderoso cuja vontade não pode ser vergada e que não se consegue oprimir na sombra e que, ao defender os seus direitos pessoais contra as exigências do poder, salva as liberdades comuns” [Tocqueville (1835-40), 2007: 843].

As associações criam novas formas de sociabilidade nas sociedades modernas, em substituição das antigas formas das sociedades tradicionais⁶. Como? Segundo Tocqueville,

⁶ “Nas sociedades tradicionais a integração social dos indivíduos, as suas referências de identidade, geravam-se nas instituições, na trama de relações sociais em que estavam inseridos logo desde a nascença: a família, os grupos de parentesco, a comunidade, as corporações, as relações senhoriais. O indivíduo nunca era visto isoladamente, mas integrado nos respetivos grupos de

as associações voluntárias permitem que o cidadão se interesse pela gestão da comunidade, pelo destino comum da nação. Desta forma, elas são uma via de participação social, de resistência ao poder; para além de desenvolverem atitudes de confiança e capacitarem os cidadãos para a participação na esfera pública e na esfera política, em particular. Funcionam como “escolas de democracia” e são um garante da sua vitalidade (Cottin-Marx, 2019: 81).

1.3 – Karl Marx

Em 29 de janeiro de 1848, Tocqueville, falando na Câmara, advertia em termos solenes os deputados:

“Prestai atenção ao que se passa no seio destas classes operárias (...), não vedes que as suas paixões, de políticas, estão a tornar-se sociais? Não vedes que se propaga pouco a pouco no seu seio opiniões, ideias, que não vão somente ao arripio de certas leis, de certo ministério, mesmo de certo governo, mas da sociedade, ao abalarem as bases sobre as quais ela repousa hoje? Não escutais o que se diz todos os dias no seio delas? Não compreendeis que se repete nelas continuamente que tudo o que se encontra acima delas é incapaz e indigno de as governar; que a divisão dos bens feita até ao presente no mundo é injusta, que a propriedade repousa em bases que não são bases equitativas (...)?”⁷.

Tudo o que Tocqueville denuncia, essas doutrinas singulares, essas ideias ambiciosas ou loucas visando alterar o mundo, tinham já um nome: socialismo (vocábulo que terá sido criado em 1832 por Pierre Leroux, por oposição a individualismo). E os principais nomes associados a este protesto (e projeto) socialista são os de Saint-Simon, de Fourier, de Owen, de Louis Blanc, de Proudhon – mais tarde cunhados, por Marx, como “*socialistas utópicos*”⁸.

referência. Na passagem para as sociedades modernas dá-se não só uma mudança de valores, das ideias que os agentes sociais fazem de si próprios e da sociedade, como a destruição ou transformação das antigas formas de sociabilidade. Concomitante com o esbatimento das relações de comunidade e de parentesco nas zonas urbanas, ergue-se o cidadão nos seus direitos individuais, na igualdade perante a lei e o estado, perante os seus concidadãos” (Viegas, 1986: 109).

⁷ Discurso citado por Chevallier e Guchet (2004: 251-252).

⁸ Como notam Chevallier e Guchet (2004: 254), esses socialistas “utópicos” sonham “com sociedades futuras, recusam a ação política, ensaiam por pequenas experiências abrir caminho ao futuro das

O protesto não se fica, no entanto, apenas por essa formulação dita “utópica”. Começa a ganhar espaço uma outra doutrina, de operários desiludidos com a política e aspirando a uma transformação profunda da sociedade: o comunismo (também conhecido como “socialismo dos operários”). Os comunistas punham o acento na colocação em comum dos bens; e evocavam uma tendência para a ação proletária, direta e brutal, contra a ordem social existente (Chevallier e Guchet, 2004: 255).

Este segundo movimento ganha, a partir de 1847, um maior nível de organização. Durante o verão de 1847 realiza-se em Londres um primeiro congresso que decide a constituição de uma “Liga dos Comunistas”, naturalmente clandestina. Em setembro surge uma Revista Comunista, com a epígrafe: “*Proletários de todos os países, uni-vos*”. Já no final do ano, realiza-se um segundo congresso, também em Londres, onde se decidirá, sob proposta de Engels, publicar um *Manifesto do Partido Comunista*, cuja redação foi confiada a Marx⁹.

A ideia fundamental e diretora do *Manifesto* é apresentada no prefácio à sua edição de 1883, por Engels, que de imediato explica tratar-se de “propriedade exclusiva e absoluta de Marx”:

“Que a produção económica, e a articulação social que dela com necessidade decorre, de qualquer época histórica formam a base da história política e intelectual dessa época; que, conseqüentemente, toda a história (desde a dissolução da antiquíssima posse comum do solo), tem sido uma história de lutas de classes, lutas entre classes exploradas e exploradoras, dominadas e dominantes, em diversos estádios do desenvolvimento social; que esta luta, porém, atingiu agora um estádio em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não se pode libertar da classe exploradora e opressora (a burguesia), sem simultaneamente libertar para sempre a sociedade toda da exploração, da opressão e da luta de classes (...)”¹⁰.

Ideia fundamental que reflete e integra já vários postulados fundamentais do marxismo: o materialismo histórico (o motor da História é, em última análise, a luta de classes); o materialismo dialético (filosofia geral da natureza e do homem)¹¹; o domínio do

suas invenções sociais, imaginam que a História se prestará docilmente a pôr em prática os seus planos”.

⁹ Karl Marx, filho de um advogado e judeu alemão, nasceu em Trêves, em 1818.

¹⁰ Karl Marx e F. Engels [(1848) 1999].

¹¹ A filosofia alemã, de Kant a Hegel, passando por Fichte, levaram ao extremo a concepção da autonomia do espírito em relação à matéria, à natureza. Marx não concorda e reage: defende que o mundo material, perceptível através dos sentidos, é a única realidade; fora dele não há nada. A própria consciência e o pensamento do homem, por mais transcendentem que pareçam, não são mais do que o produto de um órgão material: o cérebro.

proletariado (“ditadura do proletariado”); e a sociedade sem classes (sem antagonismos sociais e sem Estado).

Não cabe aqui aprofundar cada um desses tópicos, ou postulados. Interessa-nos, sobretudo, conhecer o pensamento de Marx sobre as associações. Terão as associações voluntárias um papel relevante na ambicionada transição para essa sociedade sem classes? Qual é a posição de Marx sobre essa questão?

Para responder a esta interrogação é importante lembrar que a forma associativa “começou por incorporar todas as manifestações do ativismo operário, para posteriormente amadurecer, diversificando-se em entidades claramente distintas entre si” (Namorado, 2007: 16). Terá sido desta forma que surgiram os três pilares do movimento operário: partidos políticos operários, sindicatos e cooperativas.

Esse movimento operário foi-se desenvolvendo, criando as condições necessárias para a sua internacionalização. Assim, em 1864 é criada a Associação Internacional dos Trabalhadores, que viria a ser conhecida como a 1.^a Internacional, em que foi clara a proeminência dos franceses e dos ingleses. Nesta 1.^a Internacional defrontam-se os seguidores de Marx, os seguidores de Proudhon e os anarquistas. Não ocupando as associações o centro das clivagens entre as correntes referidas, não deixam, contudo, de ser encaradas em termos diferentes por cada uma delas.

Sem as rejeitar como elementos coadjuvantes da transformação da sociedade, Marx (e os marxistas) não deixam de lhes apontar fortes limitações. Marx refere-se concretamente ao movimento cooperativista, nos seguintes termos:

“Reconhecemos o movimento cooperativista como uma das forças motrizes para a transformação da presente sociedade, que repousa sobre contradições de classe. O seu grande mérito reside em mostrar, na prática, que o sistema vigente de subjugação do trabalho ao capital, despótico e causador de miséria, pode ser substituído pelo sistema republicano e enriquecedor da associação de produtores livres e iguais”¹².

Apesar disso, desse repúdio do idealismo absoluto, Marx conserva e utiliza o método de investigação e de conhecimento proposto por Hegel: a dialética hegeliana, que estuda as coisas enquanto processo, enquanto realidades em movimento, em devir perpétuo. E que se opõe ao método tradicional de conhecimento, o metafísico, que estudava as coisas enquanto objetos fixos, feitos de uma vez por todas.

¹² Instruções aos delegados do Conselho Geral Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores (1866) – citadas por Germer (2007: 66-67).

Mas mais adiante (nas mesmas instruções aos delegados) acrescenta:

“Mas o sistema cooperativista, limitado às formas elementares que os escravos assalariados podem desenvolver através dos seus esforços privados, jamais transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social num sistema abrangente e harmonioso de trabalho livre e cooperativo, são necessárias mudanças sociais gerais, mudanças nas condições gerais da sociedade, que só poderão ser realizadas através da transferência do poder organizado da sociedade, isto é, do poder de Estado, das mãos dos capitalistas e proprietários de terras aos próprios produtores”¹³.

Este entendimento será, posteriormente, aprofundado por alguns autores marxistas. É o caso de Germer (2007), que defende a existência de três fases na história da luta do proletariado contra o capitalismo:

a) Primeira fase (do início do século XIX até 1848)

É a fase do socialismo utópico, “expressão com a qual Marx e Engels caracterizaram as propostas de reforma social então surgidas e que expressavam as aspirações pessoais de indivíduos bem-intencionados” (Germer, 2007: 55).

b) Segunda fase (de 1848 até à vitória da revolução russa)

A segunda fase, que se inicia em 1848, é caracterizada por uma intervenção do proletariado como classe consciente da sua própria identidade social e política¹⁴.

c) Terceira fase (após a vitória da revolução russa)

“A fase da sua realização prática, concebendo-se o socialismo, nuclearmente, como conquista do poder de Estado pelo proletariado, no plano político, e no plano económico como abolição da propriedade privada dos meios de produção e instituição da propriedade social, e como substituição do mercado pelo planeamento integrado da produção e da distribuição” (Germer, 2007: 59).

¹³ Germer (2007: 71-72).

¹⁴ As propostas utópicas, “baseadas no cooperativismo como eixo central converteram-se, a partir de então, objetivamente, em obstáculos ao avanço da luta pelo socialismo, uma vez que desviavam os esforços dos trabalhadores da esfera significativa da luta pelo poder de Estado, fator decisivo para a transformação social real (...). Abriu-se então uma fase de disputa, no interior da classe trabalhadora, entre o caminho das lutas meramente económicas, concentradas no cooperativismo e autolimitadas pela ampla superioridade competitiva do grande capital, e as lutas na esfera superior da ideologia, da cultura e da política, visando a conquista do poder de Estado” (Germer, 2007: 57-58).

Germer conclui, entretanto, após esse exercício de enquadramento histórico, que “a tentativa de restabelecer o cooperativismo como centro da luta dos trabalhadores pelo socialismo, nos dias de hoje, constitui um retrocesso às limitadas ações anticapitalistas dos trabalhadores na sua infância como classe social” (2007: 59). E acrescenta:

“A difusão da economia solidária pode ser interpretada como um sintoma do retrocesso momentâneo da consciência de classe do proletariado, cujo espaço é ocupado pela propagação de ideologias pequeno-burguesas, apoiadas nos mecanismos de difusão do sistema dominante (...). Os trabalhadores deixariam de concentrar a sua ação na ampla arena da política, em que, como classe social, avultam numericamente em relação à diminuta expressão da classe capitalista (...), para atuar em estreita faixa na arena da luta económica, em que os trabalhadores seriam em primeiro lugar pulverizados em pequenos grupos” (Germer, 2007: 61-62).

Compreende-se, assim, que, ao contrário da 1.^a Internacional, que foi no essencial uma organização de associações de diversos tipos, encaradas em pé de igualdade, a 2.^a Internacional, fundada em Paris, em 1889, se assumiu, predominantemente, como uma organização de partidos políticos. Como sublinha Namorado (2007: 20): “De uma certa paridade simbólica entre os vários tipos de estruturas do movimento operário, passou-se para uma clara supremacia dos partidos políticos (...). O partido político passa, portanto, a ser a forma dominante do combate operário”.

1.4 – O debate atual. Breve enunciação

Estas duas abordagens (de Tocqueville e de Marx) continuam a influenciar o debate atual sobre a sociedade civil. As narrativas atuais sobre o papel e o futuro das associações têm raízes profundas, pouco visíveis – e são claramente tributárias desse debate “original” (e das abordagens clássicas). E que narrativas (atuais) são essas? Fundamentalmente quatro narrativas:

1 – Uma primeira visão, mais conservadora, encara as associações como uma “necessidade compensatória permanente, inerente a uma sociedade estruturalmente desigual e geradora de desigualdade (...), aceitando e pressupondo que continue a sê-lo” (Namorado, 2017: 10).

Trata-se de uma narrativa fortemente inspirada no pensamento de Tocqueville.

2 – Uma segunda narrativa, de matriz utópica, apresenta as associações como a via principal na edificação de um pós-capitalismo. O caminho faz-se através da impregnação, num contexto capitalista, de uma lógica e valores que contrariam o que nele é dominante; e, por outro lado, pelo reforço da presença e influência destas organizações na sociedade. Paul Singer é um dos rostos desta visão (2018: 83).

3 – A terceira alternativa aponta para uma rutura de cariz revolucionário (marxismo revolucionário). Coloca o foco nas lutas de cariz ideológico, da cultura e da política, visando a conquista do poder de Estado; e secundariza o papel das associações no processo de transição para o socialismo.

4 – Uma quarta narrativa, igualmente emancipatória, encara a sociedade civil como um dos aspetos e um dos vetores desse horizonte socialista. Para esta visão, a procura do horizonte socialista é assumida como “um processo complexo de permanente democratização da sociedade, distante da exclusividade do protagonismo do Estado como seu propulsor” (Namorado, 2007: 30).

Wright (2019) é um dos mais proeminentes defensores desta proposta:

- Advoga a combinação de diferentes estratégias com vista à “erosão” do capitalismo (2019: 59): estratégias de cima para baixo (desmantelamento e domesticação); e de baixo para cima (resistência e fuga);

- Entende que é possível começar a construir, por essa via, “utopias reais”, pedaços de um destino emancipatório, mas dentro de uma sociedade que ainda é dominada pelo capitalismo (2019: 63);

- E refere-se à economia social e solidária como um importante e dinâmico movimento de resistência ao capitalismo (2019: 57-58).

2 – Ordem social e ação coletiva

2.1 – A explicação da ordem social

A explicação da ordem social constitui um dos objetivos nucleares da sociologia – em particular da teoria sociológica; e qualquer que seja a tradição teórica considerada (Pires,

2007: 15). Mas o que deve entender-se por ordem social? Pires (2012: 40) refere que, num sentido estritamente sociológico, “a ordem pode ser definida em termos factuais como «a antítese de [...] aleatoriedade ou acaso» (...), o oposto de caos, como padronização, sem qualquer pressuposto sobre o grau e estabilidade dessa padronização ou o modo como ela é alcançada”. E acrescenta o seguinte:

“A ordem social concretiza-se em padrões de relações sociais. Esses padrões são observáveis em múltiplos domínios e a diferentes escalas, nas similitudes dos comportamentos individuais como nas regularidades dos encontros entre agentes humanos, na formação de grupos e organizações como no funcionamento das instituições e na distribuição dos recursos sociais” (Pires, 2012: 40).

Quer isto dizer que a expressão “relações sociais” integra diferentes tipos de fenómenos sociais, a saber:

a) Relações de interação entre pessoas

São relações ordenadas em particular pelo uso de recursos e regras de comunicação partilhadas ou por fórmulas estereotipadas de comportamento que permitem combinar atos.

b) Relações entre relações entre pessoas (por exemplo, relações entre grupos, incluindo organizações)

São relações entre conjuntos de pessoas. Na maior parte das situações, as relações entre grupos não são relações entre todos os membros de um grupo com todos os membros de outro grupo. São, por norma, relações entre representantes de cada grupo.

E as relações entre os membros dos grupos e entre os grupos têm propriedades diferentes¹⁵.

c) Relações entre propriedades das relações entre pessoas

Tanto as relações entre pessoas como as relações entre agrupamentos de pessoas são relações entre atos, individuais no primeiro caso, coletivos no segundo.

Noutros casos, o uso da expressão relações sociais não remete para atos. Por exemplo, quando se fala na relação entre trabalho e família, fala-se das relações

¹⁵ “No primeiro caso podemos, por exemplo, explicar as propostas de cada membro do grupo pelos seus interesses ou orientações, em resumo, pelas suas razões subjetivas. O mesmo não é suficiente quando queremos explicar as propostas do grupo expressas pelos seus representantes e negociadas entre os seus membros. A negociação entre os membros, e não apenas as razões de cada membro, explica o conteúdo daquelas propostas coletivas. A subjetividade das razões é, pois, uma propriedade específica das pessoas e das relações entre pessoas, não dos grupos e das relações entre grupos” (Pires, 2012: 41).

entre as regras do trabalho e as regras da família. Ou seja, de relações entre propriedades das relações entre pessoas (ou de relações entre relações).

Apesar de assumir forte centralidade, a explicação da ordem social está longe de ser consensual ou pacífica. Existem na história da sociologia diferentes teorias explicativas e tradições rivais. Costa (1999: 482) refere, a propósito, que a sociologia sempre foi uma ciência pluriparadigmática: “mesmo o chamado «consenso ortodoxo», de dominante estrutural-funcionalista, nunca foi tão completamente hegemónico, nem sequer na sociologia norte-americana, como é sugerido por algumas análises retrospectivas um tanto simplificadoras”.

Pires (2007) identifica e caracteriza as referidas tradições rivais: as teorias da estrutura social e as teorias da ação social. E sublinha o seguinte: “Para a primeira, a ordem social tende a ser explicada como o resultado da existência de forças sociais emergentes que constroem, externamente, o potencial de autonomia individual; para a segunda, como o resultado da existência de condições de eficácia da ação que limitam, internamente, a variabilidade desta, pelo que o resultado agregado dos atos individuais tende a ser padronizado” (Pires, 2007: 16).

Apesar da necessidade de se proceder a uma organização das oposições em ambos os espaços de conceptualização (ação e estrutura), importa acrescentar que os debates sociológicos dos anos 80 e 90 do século XX foram marcados pelo chamado “novo movimento de síntese” (Pires, 2007: 13), ou “novo movimento teórico”, como lhe chamou Alexander (1987). Costa (1999: 482-483) explica esse movimento: “Em certo sentido pode dizer-se que, mais ainda do que o conteúdo substantivo das teorias, o que tem vindo sobretudo a mudar é a relação com as teorias. Um dos aspetos dessa nova relação, apesar das contratendências assinaladas, é a dessacralização das adesões de escola, a passagem do exclusivismo militante à convivência transparadigmática desdramatizada e exploratória”. Refiram-se como exemplos ilustrativos destas sínteses teóricas o neo-funcionalismo de Jeffrey Alexander (1988), o estruturalismo genético de Pierre Bourdieu [(1979), 2010], a teoria da estruturação de Anthony Giddens (1984) e a teoria crítica de Habermas (1986).

Pires (2007: 13), embora defenda que são necessárias estratégias de unificação teórica, mostra-se muito cético em relação ao “novo movimento de síntese”: “as inquestionáveis inovações teóricas que dele resultaram foram prejudicadas pelo agravamento da situação que se supunha ser objeto de melhoria, pois diferentes sínteses rivalizam hoje entre si, ou coexistem em mundos paralelos sem referência mútua (...). Ou seja, aumentou em vez de diminuir a hiperdiferenciação teórica, regressando tendências

para a balcanização e frustrando-se parcialmente as expectativas criadas por esse movimento”. E formula uma proposta alternativa (de unificação), assente num critério comum: o do contributo das teorias da ação e da estrutura para a explicação da ordem social (2007).

Baert e Silva (2015: 3-4) sublinham, por seu lado, que a teoria social do fim do século XX difere da do passado recente em três aspetos fundamentais:

a) “Viragem empírica”

Assiste-se a uma tendência para os teóricos contemporâneos abandonarem ambições universalistas, concentrando-se, em vez disso, na transição para a modernidade e sobre a sociedade atual.

b) “Viragem normativa”

Até recentemente, temas como os da justiça, a igualdade e a democracia eram assumidos como intratáveis por uma teoria social objetiva. No entanto, a partir da década de 1990, alguns teóricos passaram a incluir esses tópicos morais e políticos entusiasticamente nas suas agendas.

c) A globalização

A globalização passou a ser um tópico de grande interesse para os autores de teoria social – não existe hoje nenhum importante teórico social que não aborde este tema. Apesar disso, existem diferenças assinaláveis no tratamento do tópico.

2.2 – A lógica da ação coletiva

2.2.1 – O estudo dos movimentos sociais

Como foi referido, a expressão “relações sociais” integra diferentes tipos de fenómenos sociais. Um desses fenómenos é o das denominadas “relações entre relações entre pessoas”. No presente ponto procurar-se-á analisar esse fenómeno – e compreender a lógica da ação coletiva.

No âmbito da sociologia é relativamente comum distinguir vários tipos de grupos ou agrupamentos. Boudon e Bourricaud, no seu *Dictionnaire Critique de la Sociologie* (1994: 8-9), apresentam a seguinte tipologia:

- a) Grupo nominal ou categoria social
Conjunto de indivíduos que partilham uma característica comum.
Por exemplo, o grupo dos titulares de uma licenciatura, ou o dos indivíduos com idade compreendida entre 40 e 45 anos.
- b) Grupo latente
Conjunto de indivíduos unidos por um interesse comum.
Por exemplo, o grupo dos consumidores.
- c) Grupo organizado
Grupo dotado de mecanismos de decisão coletiva¹⁶.
Por exemplo, uma associação cultural.
- d) Grupo semi-organizado
Grupos latentes “representados” por organizações que assumem defender os seus interesses.

É com base nesta distinção, ou tipologia, que Boudon e Bourricaud (1994: 9) se referem à problemática da ação coletiva. Problemática que resumem através de duas questões essenciais:

1 – Em que condições um grupo latente é capaz de empreender uma ação coletiva com vista a promover o interesse comum dos seus membros?

2 – Através de que processos e em que condições um grupo latente pode transformar-se num grupo semi-organizado ou num grupo organizado?

Guerra (2006: 60) coloca a questão da seguinte forma: “A questão central que se coloca a quem se interessa pelas formas de ação coletiva, encarada numa perspetiva mais ou menos positiva, é saber que lógica social leva os indivíduos a reunirem-se e a organizarem-se para defender os seus interesses num projeto comum. Podemos desdobrar a interrogação:

- Quais são os motivos da mobilização: interesses individuais, valores de grupo?

- Que esperam em troca os indivíduos?

¹⁶ Pires (2012: 41) prefere falar de agrupamentos hierárquicos (ou organizações): “Os agrupamentos hierárquicos superam essa precariedade fixando e estabilizando a coordenação e a representação através da criação de regras formais, de mecanismos de controlo e de estruturas de decisão que, em conjunto, permitem uma maior divisão do trabalho. Constituem-se, desta forma, em organizações”.

- Quando emergem protestos, que condições são favoráveis ao desenvolvimento dessas formas de ação?
 - Como emergem as motivações individuais e como se estruturam depois em mobilizações coletivas?
 - Que tipos de atores e de organizações são mais participativos?
 - Qual é o papel da esfera pública nesta ação coletiva?
- (...)

Estas questões têm constituído terreno fértil e desafiante de conhecimento sociológico, desde os clássicos até à atualidade:

“O conceito de ação coletiva está presente nos «clássicos da sociologia», nomeadamente Marx (...), Weber (...), Simmel (...) e Tocqueville (...); no paradigma funcionalista e teorias do «comportamento coletivo»; no paradigma individualista-racionalista sob o qual se alicerçaram as teorias da mobilização dos recursos e as teorias da ação estratégica; no paradigma sistémico e nas teorias institucionalistas e organizacionais; nas teorias das classes sociais e teorias do conflito, relativamente às suas variantes neomarxistas, neoweberianas e teorias dos novos movimentos sociais; no primeiro interacionismo simbólico até aos seus mais recentes desenvolvimentos como a teoria das interações rituais (...); na teoria crítica, nas elucubrações pós-modernas e nos mais recentes desenvolvimentos teóricos que salientam o carácter transnacional e global da ação coletiva (...)” (Nunes, 2012: 3)¹⁷.

E acabariam por ser objeto de uma sociologia “especializada”, com destaque para três teorias: a teoria da mobilização dos recursos (TMR), a teoria do processo político (TPP) e a teoria dos novos movimentos sociais (TNMS). Teorias que continuam a assumir notável protagonismo e influência no estudo da ação coletiva: “Nas últimas décadas, o estudo da ação coletiva tem sido sobretudo marcado pela dominação e polarização teórica entre as teorias da mobilização dos recursos e as teorias dos novos movimentos sociais” (Nunes, 2013a: 9).

¹⁷ O que não significa clareza ou consenso terminológico. Como nota Guerra (2006: 57), o “conceito de ação coletiva está pouco clarificado no interior da diversidade dos «paradigmas» de entendimento das formas de ação (...). Pela sua utilização tão frequente e banal, a noção de «ação coletiva» suscita naturalmente e logo à partida querelas de ordem terminológica, nomeadamente devido ao adjetivo «coletiva». É possível, no entanto, dar-lhe uma definição mínima: a ação coletiva é uma ação comum tendo como objetivo atingir fins partilhados (...)”.

É possível agrupar esses desenvolvimentos teóricos em “paradigmas de entendimento da ação coletiva” (Guerra, 2006: 57). Esta autora identifica cinco grandes paradigmas: as teorias do comportamento coletivo; a teoria da mobilização dos recursos; a teoria dos novos movimentos sociais; a teoria dos quadros de referência; e a teoria do avanço da democracia e da crise de legitimidade (Guerra, 2006: 57-96). Mas há outras classificações possíveis. Para um maior aprofundamento, optou-se por centrar a análise em torno de três tópicos principais:

- a) Começar pelo estudo da referida sociologia “especializada” nos movimentos sociais (pelo protagonismo referido e pela influência que continua a ter nos debates atuais);
- b) Passar pelas correntes neomarxistas e neoweberianas das teorias do conflito (pelos contributos relevantes para o estudo da ação coletiva);
- c) E concluir com duas leituras de síntese, fortes “na relação entre estrutura e ação” (Nunes, 2012: 3-4).

Como sublinha Alonso (2009: 50), dos anos 1930 a 1960, a sociologia lançou “baldes de água fria nas teorias da revolução”. O argumento mais difundido era o de que o individualismo da sociedade moderna teria produzido personalidades narcísicas, voltadas para a autossatisfação e de costas voltadas para a política. A mobilização coletiva só eclodiria como irracionalidade, como explosão reativa de frustrações individuais (Alonso, 2009: 50).

Estas teses (e mesmo as anteriores) serão, entretanto, postas à prova, a partir dos anos 1960, com o ressurgimento de vários movimentos: o movimento pelos direitos civis, o feminismo, o pacifismo, o ambientalismo – só para falar nos mais significativos¹⁸. Alguns teóricos começam por vislumbrar uma espécie de regresso do movimento operário, mas rapidamente percebem que não é o caso – e que se está perante um fenómeno diferente e peculiar (Alonso, 2009: 50).

É neste contexto que surgem as referidas teorias “especializadas” – com o objetivo de enquadrar (e explicar) tais movimentos sociais: a TMR, a TPP e a TNMS. Nos EUA, o estudo dos movimentos sociais é influenciado pelo movimento dos direitos civis e pelas abordagens organizacional e política (TMR e TPP). Na Europa, as pesquisas acabaram por

¹⁸ Como nota Porta (2003: 126), movimentos sociais são redes de interação, predominantemente informais, baseadas em crenças partilhadas e solidariedade; que se mobilizam sobre temáticas conflituais, através de um uso frequente de várias formas de protesto.

concentrar-se, fundamentalmente, na análise dos protestos do Maio de 68 em França – e na “novidade” identitária e cultural desse movimento (TNMS).

Entre os teóricos da TMR, McCarthy e Zald foram dos que tiveram maior projeção (1977). Estes autores recusam interpretar os movimentos sociais enquanto fenómenos de agregação de indivíduos movidos por sentimentos de irracionalidade. E defendem que os atores envolvidos na contestação são guiados pela ação racional, medindo a relação custo-benefício e mobilizando os recursos necessários para atingirem os seus objetivos (McCarthy e Zald, 1977). Longe de ser emotiva, a decisão de agir será antes o resultado de um cálculo racional entre custos e benefícios. Este é um aspeto herdado de Olson (1998)¹⁹.

Esta abordagem recorre à sociologia das organizações – e chega mesmo a comparar movimentos sociais e empresas. Para a TMR a ação coletiva só ocorre face à existência – e suficiência – de recursos materiais (financeiros e infraestrutura), humanos e de organização. Ou seja, a explicação para as mobilizações coletivas privilegia a racionalidade e a organização – e nega relevo a ideologias e valores (Alonso, 2009: 53).

A TPP surge com a obra *From Mobilization to Revolution*, de Charles Tilly (1978). Tilly propõe um modelo com cinco grandes componentes:

- a) Os interesses em causa quando um grupo interage com outro: “*quem ganha e quem perde o quê?*”;
- b) A organização do grupo: “*em que medida a forma como o grupo se organiza afeta a sua capacidade para agir em defesa dos seus próprios interesses?*”;
- c) A mobilização: refere-se ao processo pelo qual o grupo adquire os recursos que são necessários à ação;
- d) A oportunidade: refere-se à relação entre o grupo e o mundo que o rodeia;
- e) A ação coletiva: o produto de combinações mutáveis de interesses, organizações, mobilizações e oportunidades²⁰.

A TPP tem sido analisada como uma abordagem racional dos movimentos sociais. No entanto, e ao contrário da TMR, concentra-se não na mobilização dos recursos internos, mas antes dos que lhes são externos: valoriza o ambiente político que os rodeia para compreender os fatores que possibilitam ou dificultam a sua expansão (Nunes, 2014: 134). Como explica Alonso (2009: 55-56), “a mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo

¹⁹ Olson chamou a atenção para a diferença das lógicas da ação individual e coletiva. Para Olson, a mobilização dos atores individuais para a obtenção de bens coletivos está sujeita à intervenção da racionalidade (e do egoísmo) do ator individual (1998).

²⁰ Para um maior desenvolvimento, veja-se Baert e Silva (2015: 155).

cria solidariedade e adquire controlo coletivo sobre os recursos necessários para a sua ação. Mas tudo isso, e essa é uma diferença em relação à TMR, só configura um movimento social diante de oportunidades políticas favoráveis. Enquanto a TMR enfatiza recursos materiais disponíveis para ativistas individuais, a TPP prioriza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação”. A TPP abre, assim, algum espaço para a cultura na explicação da ação coletiva.

Os principais teóricos dos novos movimentos sociais – Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci – têm em comum a crítica da ortodoxia marxista, para além de compartilharem mais ou menos os mesmos argumentos centrais:

- Ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural terá alterado a natureza do capitalismo, cujo centro deixou de ser a produção industrial e o trabalho. *“Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar também a novos temas e agentes para as mobilizações coletivas”* (Alonso, 2009: 59).

- Uma mudança macrosocial terá gerado uma nova forma de dominação, eminentemente cultural (por meio da tecnologia e da ciência). As reivindicações deslocam-se, assim, do mundo do trabalho para o da vida quotidiana, defendendo a democratização das suas estruturas e afirmando novas identidades e valores.

- Os (velhos) movimentos de classe *“dariam lugar, assim, a novos movimentos expressivos, simbólicos, identitários, caso do feminismo, do pacifismo, do ambientalismo, do movimento estudantil”* (Alonso, 2009: 67).

Para Habermas, os novos movimentos sociais são subculturas defensivas, nascidas em reação a situações-problema. Os protestos estabelecem-se em torno de questões que ultrapassam a esfera material e são impulsionados por uma nova classe média (1986). Embora possam ter natureza diversificada, Habermas coloca a hipótese de que serão eles a resistir e a combater “a colonização do mundo da vida pela racionalidade instrumental, particularmente o seu domínio sobre a vida privada e individual, os papéis sociais e profissionais dos indivíduos e o paradigma consumista que predomina nas sociedades avançadas” (Nunes, 2014: 137).

Habermas distingue dois grandes tipos de novos movimentos sociais:

a) Os “movimentos de libertação”

Lutam pela universalização de direitos e têm ainda caráter ofensivo. É o caso do movimento pelos direitos civis e do feminismo.

b) Os movimentos “defensivos”

São de dois subtipos. Os tradicionais, que têm por base a velha classe média, ameaçada pelo dinamismo contemporâneo. Movimentos de vizinhança, de pais de alunos, contra impostos.

E os genuinamente “novos” movimentos sociais, que procuram combater a colonização do mundo da vida: o movimento de jovens, o ambientalista e o pacifista (Alonso, 2009: 62-63).

2.2.2 – As correntes neomarxistas e neweberianas

Apesar de continuarem a manter forte influência, essas três teorias têm sido objeto de crítica, vinda de diversos quadrantes, e que coloca em evidência algumas insuficiências. Crossley (2002), por exemplo, nota que tais teorias são incapazes de relacionar a ação coletiva com as condições sociais dos agentes e com os campos sociais e estruturas sociais das sociedades²¹. Nunes (2012: 3-4) refere as seguintes insuficiências:

“Uma excessiva primazia da conflitualidade cultural por parte das teorias dos novos movimentos sociais e a elevada saliência dos aspetos internos organizacionais e das estruturas das oportunidades políticas, por parte das teorias da mobilização dos recursos, desafiam a construção de uma teoria da ação coletiva forte na relação entre estrutura e ação e capaz de dimensionar problematicamente aos níveis macro, meso e microssociais”.

Crossley e Nunes acabam por desenvolver construções teóricas de síntese – em resposta a essas limitações ou insuficiências (ver ponto 2.2.3). Para melhor compreender essas construções de síntese, importa aqui referenciar as múltiplas controvérsias teóricas associadas ao espaço analítico definido pelo conceito de ordem distributiva, com destaque

²¹ Na maior parte dos casos, o estudo da ação coletiva tem como unidade de análise os movimentos sociais e as suas organizações. Mas há quem tenha desenvolvido uma outra dimensão, igualmente importante:

- A da escala individual da ação coletiva – os contextos e as condições sociais dos indivíduos e a decifração das suas disposições sociais para a ação coletiva (Nunes *et al.*, 2016).

para as que se desenvolveram em torno dos temas da desigualdade e da ação coletiva – e que opuseram, sobretudo, as correntes neomarxistas às correntes neoweberianas das teorias do conflito.

Como sublinha Pires (2007: 32), as partes em confronto começam por convergir no que concerne ao reconhecimento da existência de padrões de desigualdade de controlo de recursos e à centralidade analítica dos conjuntos de posições sociais definidas por esses padrões (classes, grupos de status, elites). A divergência surge no modo de conceptualização da multiplicidade das estruturas da desigualdade: económicas (enquanto assimetrias de controlo sobre os recursos materiais), políticas (enquanto assimetrias de controlo sobre a autoridade) e culturais (enquanto assimetrias de controlo sobre a produção e a circulação de ideias). Pires explica as diferenças:

“Nas correntes neomarxistas, argumenta-se que existe uma forte interdependência funcional entre estas estruturas, com primazia causal das económicas, enquanto nas correntes neoweberianas se argumenta no sentido da utilidade de as pensar como analiticamente independentes, sendo o tipo de relações entre elas um problema empírico e não teórico (o que significa a admissão teórica da possibilidade de existência de múltiplas articulações e primazias, empiricamente variáveis)” (2007: 32-33).

Os efeitos desta controvérsia também se fizeram sentir no domínio da ação coletiva. Embora ambas as partes concordem que a mesma localização relacional nas estruturas de desigualdade favorece comportamentos individuais similares, bem como a emergência de interesses comuns, discordam sobre a definição do âmbito e número dos sujeitos da ação:

- a) Nas correntes neomarxistas, o sujeito da ação coletiva tende a confundir-se com a classe definida no plano estrutural;
- b) Já nas correntes neoweberianas o sujeito da ação coletiva é definido enquanto grupo constituído por processos de ação comunicacional e organizacional sobre os interesses comuns resultantes de localizações estruturais comuns – pelo que, das mesmas localizações poderão emergir múltiplos grupos (atores coletivos) por combinação entre razões instrumentais e razões axiológicas (Pires, 2007: 33).

2.2.3 – Desigualdades sociais e ação coletiva

Como referido, Crossley e Nunes desenvolveram respostas teóricas de síntese. Crossley constrói a sua análise e resposta a partir da teoria da prática de Bourdieu:

“A teoria da prática de Pierre Bourdieu, sem perder de vista a natureza intencional da ação, combina as opções, as interpretações e a localização estrutural dos atores. Bourdieu contribui para a construção de uma teoria cultural da agência, quando relaciona a cultura com as estruturas sociais das desigualdades, particularmente as desigualdades de classe. O seu conceito de campo é também fundamental, uma vez que através dele sabemos que o *habitus* é gerador de práticas dentro de e de acordo com determinados contextos sociais, nos quais fatores estruturais específicos modelam a ação coletiva e os movimentos sociais em particular” (Crossley, 1999: 651).

Os conceitos de trajetória de classe, *habitus* e campo justificam, pois, um maior desenvolvimento.

Para Bourdieu, as sociedades surgem hierarquizadas em classes, definidas, numa perspetiva duradoura, por posições ligadas à desigualdade da distribuição de capitais (ou recursos) e, numa perspetiva dinâmica, por trajetórias sociais diferenciadas por parte dos agentes (Nunes, 2013a: 18). Cada classe ou fração de classe possui um determinado *habitus*.

Bourdieu questiona-se sobre as razões que levam a que certas formas de desigualdade social persistam sem uma tenaz resistência. E concluiu que isso acontece face à utilização de recursos culturais, práticas sociais e instituições para manter as relações sociais desiguais. As desigualdades sociais são mantidas pelas relações estruturais entre as classes, sobretudo ao nível da dominação simbólica que as classes dominantes exercem sobre as disposições sociais das classes dominadas:

“Se a desigualdade social se apresenta aos agentes enquanto constrangimento estrutural, é nas componentes culturais dessa desigualdade, sob as formas em que os agentes as internalizam no seu *habitus*, que se joga a reprodução ou a ocorrência de processos de mudança social” (Crossley, 2001: 86).

O *habitus* é, como notam Baert e Silva (2015: 33), “um esquema generativo de disposições adquiridas tacitamente durante a primeira infância e, como tal, durável”. Estas disposições dão origem às práticas e atitudes dos indivíduos. É importante acrescentar que

o *habitus* se vai alterando, à medida que as disposições se vão ajustando aos constrangimentos dos ambientes sociais em que surgem.

E qual é o papel do *habitus* na formação da ação coletiva? Bourdieu (1981) explica que a ação coletiva terá maiores probabilidades de se desenvolver com êxito se os agentes sociais envolvidos tenderem, dada a sua proximidade no espaço das posições sociais, das disposições, gostos e interesses, a reconhecerem-se mutuamente e a reconhecerem-se num mesmo projeto.

Para além disso, o *habitus* constitui, no quadro da relação entre estrutura e ação, a articulação e a mediação fundamental entre as disposições sociais do indivíduo e o conjunto das organizações e instituições presentes num determinado espaço social. Como sublinha Nunes (2013a: 26): “É a partir do *habitus*, enquanto sistema de disposições aberto à diversidade das orientações da ação (...), que o agente reflexivo (...) se posiciona perante os grupos sociais e os atores coletivos do campo”.

Isso remete-nos para o conceito de campo. Bourdieu utiliza o conceito de campo para se referir às áreas da vida social nas quais, através de estratégias, se desenvolvem lutas relativas a bens ou recursos valiosos²². É a partir desse conceito que Nunes (2012: 7) identifica os principais campos onde a ação coletiva ocorre, enquanto ideais-tipo: no campo económico-laboral e no campo político e da sociedade civil. E acrescenta: “Estes campos sociais (re)produzem os principais movimentos sociais da modernidade: o movimento operário, o movimento sindical, o movimento das mulheres, os movimentos associativos populares, o movimento estudantil, o movimento pacifista, o movimento ambiental, os movimentos de defesa do estado-providência, os movimentos de solidariedade social, os movimentos de defesa dos imigrantes, ou o movimento alterglobalização” (Nunes, 2012: 7).

Crossley (2002), a partir da teoria de Bourdieu, defende que a ação coletiva, enquanto conjunto de práticas sociais, é o resultado combinado dos efeitos dos campos, da estrutura do capital e do *habitus*. Os campos não são sistemas fechados, mas abertos à diferenciação social, complexidade e mudança, a partir das interdependências, alianças e competição entre os indivíduos, estratos, grupos sociais e atores coletivos.

Crossley (2003) identifica, ainda, um “*habitus* militante”, que permite explicar os efeitos socializadores que a própria ação coletiva poderá ter sobre os agentes: a ação coletiva pode incrustar-se nos padrões culturais e nos modos de vida dos agentes, exercendo influência sobre os seus esquemas de apreciação, representação e ação sobre o mundo social.

²² Para um maior desenvolvimento, veja-se Baert e Silva (2015: 33-34).

Também para Nunes, a construção de uma teoria da ação coletiva “forte na relação entre a estrutura e a ação deverá ser capaz de dimensionar teorico-problematicamente as relações entre as desigualdades sociais, as classes sociais e a ação coletiva” (2013a: 12). Nunes (2013a: 12) percorre, no entanto, um trajeto teórico próprio (e diferente do de Crossley), com três momentos complementares e articulados:

- a) Primeiro momento: diz respeito aos “clássicos” e aos seus contributos para o conceito de ação coletiva;
- b) Segundo momento: compreende as teorias do conflito e as teorias das classes sociais e da estratificação social, nas suas variantes neomarxistas, neoweberianas e integracionistas;
- c) Terceiro momento: tem por base um “diálogo comunicante” entre a teoria da prática de Bourdieu e a teoria das hierarquias sociais de Mouzelis.

No que respeita ao último momento referido, Nunes utiliza e interpreta a teoria da prática de Bourdieu com a ajuda de Crossley. Para depois a articular com a teoria das hierarquias sociais, de Mouzelis: “A ação coletiva decorre em «quadros de interação» inscritos em jogos sociais hierarquizados, que, na ação mouzeliana, consistem em disputas sobre os sistemas de regras protagonizadas por atores situados em posições sociais diferentes e assimétricas, e, portanto, com acesso desigual aos meios de ação” (Nunes, 2013a: 30). Sendo que:

“Para Mouzelis, os quase-grupos transformam-se em grupos sociais no interior dos contextos institucionais históricos da modernidade, pela via do envolvimento relacional entre os grupos na interação social e dos jogos sociais nos campos²³. Na teoria de Mouzelis, os atores coletivos são entidades com meios identificáveis para poderem decidir e agir a partir dos processos de tradução, de representação e de organização, envolvidos na constituição e na reprodução das relações de poder” (Nunes, 2013b: 44).

Para Mouzelis, as instituições constituem ordens hierárquicas organizadas por sistemas de papéis e de regras sociais assentes em relações de poder e geradoras de determinadas posições sociais ocupadas pelos agentes (1991 e 2008). Mouzelis (2008) subdivide os contextos institucionais em subsistemas ou esferas institucionais, nas quais decorre a ação coletiva: as esferas económica, política, social e cultural. E defende que não existe predominância de qualquer uma das esferas institucionais sobre as restantes.

²³ Isso pressupõe posicionar os atores coletivos como contínuas (re)construções simbólicas, em clara contraposição com a análise racionalista que considera imutáveis as identidades e os interesses dos atores coletivos.

A definição hierárquica das posições sociais de poder é o resultado da institucionalização das vantagens ou desvantagens historicamente obtidas pelas lutas e conflitos sociais envolvendo os respetivos participantes nos jogos sociais. Mouzelis coloca, assim, no centro da sua análise as desigualdades e conflitos pela produção, apropriação e controlo das tecnologias ou recursos económicos, políticos, sociais e culturais existentes nas instituições. Para Mouzelis (1991, 1995 e 2008), os atores contribuem muito desigualmente para a construção das ordens sociais e processos de mudança²⁴. Como explica Nunes:

“Determinadas instituições são menos maleáveis e mais difíceis de mudar, uma vez que os atores coletivos e os grupos sociais que as sustentam procuram preservar/assegurar os interesses conquistados.

É na disputa pelos recursos gerados nas instituições, mobilizados no decurso dos jogos sociais, que se formam antagonismos e ganham autonomia organizativa os grupos sociais e os atores coletivos, a partir dos quais se institucionalizam objetivos e estratégias de ação coletiva” (2013a: 33).

Mouzelis propõe, neste quadro, uma distinção clara entre posições estruturais e atores coletivos. Apesar de considerar que a partilha de posições estruturais semelhantes facilita a emergência de atores coletivos, entende que só há ação coletiva quando os quase-grupos se transformam em coletividades sociais autónomas das posições estruturais: quando são constituídas coletividades “que produzem decisões através de processos baseados em formas de representação” (Mouzelis, 1991: 107).

²⁴ Archer (1995) refere, a propósito, que os agentes corporativos possuem maior influência e capacidade transformadora do contexto estrutural e cultural do que os agentes primários – face aos recursos estratégicos, interrelacionais e organizacionais que têm ao seu dispor. A morfogénese e a morfoestase são o resultado dos efeitos agregados produzidos pelas relações entre os agentes primários e os agentes corporativos durante os ciclos morfogenéticos.

CAPÍTULO 2 – OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA

1 – Democracia (com e sem adjetivos)

A democracia, aspiração revolucionária do século XIX, acabaria por assumir um lugar central no campo político durante todo o século XX. Embora o conceito seja bem mais antigo, pode dizer-se que a forma de democracia atual é essencialmente produto do século XX (Dahl, 2000: 11) – “século de intensa disputa em torno da questão democrática” (Santos e Avritzer, 2003: 35).

Mas o que deve entender-se por democracia? O que é a democracia? Será possível apresentar uma noção universal e intemporal de democracia?

Em busca de uma primeira definição, é normal (e é importante) procurar clarificar-se o respetivo significado etimológico. O termo *demokratia* tem origem grega e compõe-se de dois termos: *demos* que significa povo; e *kracia* que é sinónimo de poder ou governo. A democracia será, assim, numa primeira aproximação, sinónimo de “governo do povo” ou de “poder do povo”.

Mas o que é que isso quer dizer? Abraham Lincoln tentou densificar o conceito no seu famoso discurso de Gettysburg, em 1863, referindo-se ao “governo do povo, pelo povo e para o povo”. O primeiro termo da definição de Lincoln – “governo do povo” – remete para a importante noção de soberania. A expressão “governo pelo povo” afirma que o povo deve ser parte ativa do processo político – quer através do voto, quer por via do direito de ser eleito. O último termo da definição é o mais ambíguo. O que pretende dizer-se com o “governo para o povo”? Um entendimento possível é o que remete para a noção de responsividade: tomada em consideração dos desejos, expectativas, valores e interesses do eleitorado.

O referido discurso de Lincoln constitui um marco. Mas é preciso ir um pouco mais longe nessa densificação – e foi o que procuraram fazer diversos autores ao longo do século XX. É, pois, fundamental revisitar o trabalho teórico desenvolvido por esses autores.

Previamente, abre-se aqui um parêntesis para distinguir a denominada “democracia dos antigos” da “democracia dos modernos” (ou representativa). A democracia, enquanto forma de governo, foi amplamente estudada e teorizada pelos grandes pensadores da Antiguidade Clássica. E foi apresentada por alguns desses pensadores com fortes

reticências. Platão, na sua obra *A República* [(380 a.C.), 2010], descreve o “vulgo” (ou povo) como “um monstro terrível, leviano, preguiçoso, medroso, precipitado, desejoso de coisas novas, ingrato”²⁵. Aristóteles, por seu lado, identifica seis formas de governo distintas, servindo o termo democracia, curiosamente, para designar o mau governo popular [(335-332 a.C.), 1998]²⁶.

O exemplo mais conhecido de um Estado democrático, à época, é o de Atenas – sobretudo após as reformas de Cleistenes por volta de 508 a.C. (e que durou cerca de 200 anos). A originalidade do sistema é normalmente vista a partir da articulação de três elementos essenciais (Feijó, 2017: 27-29):

- a) Em primeiro lugar a *polis* (de onde deriva o termo política). Essa *polis* como comunidade política operava através da mobilização direta dos seus cidadãos numa assembleia, onde eram tomadas todas as decisões fundamentais para a sua vida.
- b) Para a aplicação das decisões da assembleia existia um corpo permanente de oficiais. O traço mais saliente do método de escolha desses oficiais foi o facto de se basear preferencialmente no sorteio (e não na votação).
- c) O terceiro elemento crítico da democracia ateniense é a noção de *isonomia* – o direito conferido a todos os cidadãos para exercerem os seus direitos em pé de igualdade²⁷.

Como sublinha Teixeira (2018: 33), é na “democracia dos antigos” – e, muito em particular, na democracia ateniense do século V a.C. – que radica a noção maximalista da democracia enquanto “autogoverno popular”. Dahl (2012: 1) refere-se a esta experiência

²⁵ Dahl (2012: 3) refere que existem três tipos de críticos da democracia: “aqueles que se opõem fundamentalmente à democracia porque, como Platão, creem que, embora ela seja possível, é inerentemente indesejável; aqueles fundamentalmente opostos à democracia porque, como Robert Michels, creem que, embora ela talvez fosse recomendável se fosse possível, na realidade é inerentemente impossível; e aqueles que são favoráveis à democracia e desejam mantê-la, mas que a criticam em algum ponto importante”.

²⁶ Aristóteles enumera seis formas de governo distintas:

- Se governa um: monarquia ou tirania;
- Se governam alguns: aristocracia ou oligarquia;
- Se governam muitos: república ou democracia.

E procede depois à distinção entre formas de governo boas ou puras, quando quem governa o faz no interesse do bem comum – monarquia, aristocracia e república –, e formas más, quando quem governa o faz servindo os seus próprios interesses – tirania, oligarquia e democracia.

²⁷ Como refere Teixeira (2018: 33), apesar de assegurar a participação direta aos cidadãos atenienses, a democracia grega era “exclusiva e exclusivista”:

“No aspeto interno, a exclusão traduzia-se no facto de a participação nos assuntos da *polis* ser apenas admitida a uma pequena parte da população adulta, não sendo esta possível às mulheres, escravos e estrangeiros (...).

No aspeto externo, a exclusão era ditada pela ausência de democracia fora da *polis*, tendo em vista que as relações externas não ocorriam em bases democráticas”.

como a “primeira transformação democrática”: “da ideia e prática do governo de poucos para a ideia e prática do governo de muitos”. E lembra que, para os gregos, “o único lugar imaginável da democracia era, naturalmente, a cidade-Estado” (2012: 1)²⁸.

A teorização sobre a temática acabaria por ser influenciada por esta experiência particular – incorporando-se (no próprio conceito) os principais atributos da democracia ateniense. Por um lado, é clara a identificação da democracia com a noção de soberania popular, que permite responder à seguinte questão: “A quem pertence o poder político?”. Por outro, a presença de uma concreta “técnica de governo” (governo através de assembleias regulares e sistema de escolha por sorteio). Durante muito tempo perdurou a ideia de que esta técnica de governo fazia parte da noção de democracia (Feijó, 2017: 29-30).

Só em tempos mais recentes é que as modernas versões do conceito de democracia se distanciaram dessa conjugação de dimensões, ao aceitar novas técnicas de governo – mas conservando o princípio da soberania popular. E há dois acontecimentos marcantes na transição para este período mais recente: a Revolução Americana e a Revolução Francesa. Será no decurso da Revolução Francesa que surgirá o primeiro governo republicano a ter autoridade sobre um vasto e densamente povoado país europeu. Para além disso, são lançadas “as bases de uma versão moderna de velhos princípios, definidas pelas garantias constitucionais de um governo limitado e representativo” (Feijó, 2017: 36).

Estão criadas as condições objetivas para a introdução da democracia nos grandes Estados, sobretudo com a ideia da representação política²⁹. No entanto, convém recordar que as primeiras democracias oitocentistas eram ainda profundamente “aristocráticas” – só alguns (muito poucos) é que podiam eleger os representantes do povo. Como refere Teixeira (2018: 38):

“A democracia moderna aparece assim associada não já à ideia de participação direta do povo, mas antes à ideia de representação política assente na escolha dos representantes do povo através de eleições – baseadas, primeiro, no direito de sufrágio restrito, limitado e censitário, como aconteceu nas democracias parlamentares

²⁸ As ideias democráticas ganharam raízes, também, na península itálica, e em especial na cidade de Roma. Como refere Feijó (2017: 33): “No coração da República Romana – ou seja, antes de sucumbir ao Império Romano no final do século I a.C. – existia a noção de que os cidadãos se juntavam em assembleias regulares que tinham as rédeas da governação”.

²⁹ Dahl (2012: 2) refere-se a este processo como a “segunda transformação democrática”: “a ideia de democracia foi transferida da cidade-Estado para a escala muito maior do Estado nacional. Essa transformação levou a um conjunto radicalmente novo de instituições políticas”.

oitocentistas; e, posteriormente, no seu progressivo alargamento e universalização aquando da entrada das massas no palco da história”³⁰.

Quase um século decorrido sobre o referido discurso de Lincoln, e num momento em que as democracias lutavam pela sua sobrevivência contra o inimigo nazi-fascista, Schumpeter publicou em 1943 um livro que viria a tornar-se famoso: *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nessa obra, Schumpeter apresenta uma fórmula destinada a constituir a estrutura de uma nova noção de democracia – e que se tornaria hegemónica durante várias décadas. A definição apresentada por Schumpeter é a seguinte:

“O método democrático é aquele que consiste numa arquitetura institucional que permite chegar a uma tomada de decisão e na qual os cidadãos adquirem o poder de decidir através de uma competição aberta pelo voto do povo” [(1943), 2010: 241].

Por outras palavras: a democracia consistiria num “método” competitivo de escolha de governos de entre as elites disponíveis³¹. Schumpeter explica que a principal vantagem que a sua definição tem sobre as propostas concorrentes reside na sua natureza procedimental, “na maioria dos casos fácil de verificar” [(1943), 2010: 242]³². Teixeira (2018: 38) integra esta noção nas chamadas “definições minimalistas da democracia”.

A abordagem de Schumpeter sofreu ataques de vários quadrantes – e tendo por base diferentes argumentos. Uma das críticas diz respeito à chamada “falácia eleitoralista”: ao definir a democracia essencialmente como um método competitivo de escolha de governantes, esta perspetiva desconsidera o facto de mesmo os países que adotam o mecanismo eleitoral poderem conviver com a realização de eleições que não são inteiramente livres, tornando discutíveis os seus resultados (Teixeira, 2018: 39). Outra das críticas refere a pouca importância dada ao que acontece com as várias instituições, após as eleições: o parlamento, o executivo e os tribunais podem funcionar de forma deficitária ou incompatível com a doutrina da separação de poderes.

³⁰ Como lembra Siqueira (2014: 158), esta experiência democrática surge como “parte de um movimento de ascensão social da burguesia industrial”. Não será, pois, de estranhar o sufrágio restrito e censitário.

³¹ É também esse o critério utilizado por Pinto (2021: 12) para definir ditadura: ditadura é o regime político em que a elite política governa por outros meios que não eleições livres e justas.

³² Esta abordagem, que privilegia a forma em detrimento da substância, foi a resposta dada pela teoria democrática às críticas feitas pela teoria marxista à democracia (Santos e Avritzer, 2003: 39) – e acabaria por tornar-se a marca de água das concepções ocidentais de democracia (Feijó, 2017: 63).

É neste quadro que Robert Dahl decide ampliar e completar a definição minimalista de democracia, defendendo que o princípio da competição pelo poder só pode ser efetivamente assegurado se existirem outras condições institucionais capazes de garantir a participação dos cidadãos na escolha de governos. Dahl identifica seis condições institucionais consideradas indispensáveis à existência de um regime democrático – ou “democracia poliárquica” –, as quais permitem passar do plano ideal para o plano dos factos (2000: 101-102):

1. Dirigentes eleitos

O crescimento das comunidades políticas veio colocar em causa a democracia direta e suscita a questão da participação dos cidadãos. Dahl refere que a única solução viável, embora altamente imperfeita, consiste em os cidadãos elegerem os seus representantes e responsabilizá-los através de eleições, demitindo-os ou reelegendo-os nas eleições seguintes.

2. Eleições livres, justas e frequentes

Livres: os representantes políticos são escolhidos pelos cidadãos de acordo com a sua vontade, sem que seja exercido sobre eles qualquer forma de coerção ou pressão.

Justas: todos os cidadãos com capacidade eleitoral têm igual oportunidade de votar – sento todos os votos considerados iguais.

Competitivas e frequentes: para que os representados possam controlar os seus representantes e manter o controlo final sobre a agenda política.

3. Liberdade de expressão

“Os cidadãos têm o direito de se expressar, sem perigo de castigo severo, sobre questões políticas amplamente definidas, incluindo críticas a dirigentes, ao governo, ao regime, à ordem socioeconómica e à ideologia dominante” (2000: 101).

4. Fontes alternativas de informação

Os cidadãos devem ter acesso a fontes de informação alternativas – através dos principais meios de comunicação social de massas (imprensa, rádio, televisão, Internet, redes sociais). O que pressupõe que esses meios não estejam sob o controlo do governo ou de qualquer outro grupo político ou económico.

5. Liberdade (ou autonomia) de associação

“Para alcançar os seus diferentes direitos, incluindo os requeridos pelo funcionamento eficaz das instituições políticas democráticas, os cidadãos têm também o direito de formar associações ou organizações relativamente

independentes, incluindo partidos políticos independentes e grupos de interesses” (2000: 102).

6. Cidadania inclusiva

“A nenhum adulto que resida permanentemente no país e que esteja sujeito às suas leis podem ser negados os direitos que estão ao dispor de outros e que são necessários às cinco instituições políticas já enumeradas” (2000: 102)³³.

Esta noção (minimalista) de democracia, defendida por Dahl, teve e continua a ter forte influência, sobretudo no meio acadêmico. Teixeira (2018: 49) explica que os autores contemporâneos mais representativos no estudo da qualidade da democracia partem precisamente dessa concepção para fixarem o que entendem por democracia. Outra área de estudo onde essa presença se faz sentir é o dos índices de democracia – concebidos para testar se determinado sistema concreto corresponde a um conceito básico de democracia (Feijó, 2017: 111-130).

Apesar disso, a “democracia poliárquica” foi, também, alvo de crítica. Mounk (2019: 31), por exemplo, alega que esta noção desconsidera as distinções essenciais entre liberalismo, democracia e instituições como parlamentos ou tribunais³⁴: “A estrutura concetual de Dahl introduz assim a proteção de direitos liberais na própria definição de democracia. Isto faz com que seja impossível perguntar se democracia e liberalismo podem estar a afastar-se”. Mounk (2019: 31) apresenta a sua própria noção de democracia:

“Uma democracia é um conjunto de instituições eleitorais vinculativas que traduzem efetivamente a vontade popular em políticas públicas”.

Mudde e Kaltwasser (2017: 100-101) não andam longe dessa noção: “A melhor definição de democracia (sem adjetivos) afirma que esta é a combinação da soberania popular com a regra da maioria – nada mais, nada menos”. E é a partir dessa noção que definem a democracia liberal:

³³ Bobbio (1988: 25) apresenta uma definição mínima de democracia muito próxima da “democracia poliárquica” de Dahl. Para Bobbio, a democracia pressupõe três condições institucionais:

- A atribuição do direito de participar direta ou indiretamente na tomada das decisões coletivas a um número muito elevado de cidadãos;
- A existência de regras processuais como a regra da maioria;
- E que os que são chamados a decidir sejam colocados perante alternativas reais e se encontrem em condições de poder escolher entre elas. Para a realização desta condição, é necessário que sejam garantidos os direitos de liberdade àqueles que são chamados a decidir: liberdade de opinião, de expressão, de reunião, de associação, etc.

³⁴ E explica que um liberal, no sentido aqui utilizado, “é alguém comprometido com valores básicos como a liberdade de expressão, a separação de poderes ou a proteção dos direitos individuais” (2019: 30).

“A principal diferença entre a democracia (sem adjetivos) e a democracia liberal está em a segunda se reportar a um regime político que não só respeita a soberania popular e a regra da maioria, como também cria instituições independentes especializadas na proteção dos direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e a proteção das minorias” (2017: 100-101).

Há também autores que, partindo da concepção de Dahl, a complementam com outras condições institucionais. É o caso de Schmitter e Karl (1991), ou o de Feijó (2017). Schmitter e Karl (1991) defendem que para se falar em democracia são necessárias, ainda, duas outras condições institucionais:

- a) Que os detentores de cargos públicos eleitos tenham a capacidade de exercer os seus poderes constitucionais sem serem alvo de oposição consistente (mesmo que informal) por parte de agentes não eleitos.

É fundamental que os eleitos não sejam capturados por interesses que se furtam ao combate eleitoral – económicos ou de outra natureza.

- b) Que a entidade política em análise deve ser autogovernada, ou seja, de poder agir independentemente de quaisquer constrangimentos impostos por um sistema político superior.

A história recente da União Europeia está cheia de episódios em que esse autogoverno foi colocado em causa (Feijó, 2017: 72).

Feijó concorda que os elementos da poliarquia, baseados na formulação original corrigida pela contribuição de Schmitter e Karl, representam o mínimo de procedimentos institucionais que sustentam uma definição empírica de democracia (2017: 73). Mas não se fica por aí. A partir da análise de Sartori (1987), defende que uma teoria empírica da democracia não dispensa uma teoria mais vasta que englobe simultaneamente descrição e prescrição. Ou seja, uma teoria que contemple a democracia como um sistema institucional dotado de um *ethos*. E apresenta depois os três elementos que devem integrar esse *ethos* para a democracia:

- a) Um sistema democrático é caracterizado por uma constelação de *loci* de poder.
Há assim uma dimensão de responsabilização horizontal entre órgãos de soberania e estruturas administrativas do Estado – exercício de um poder limitado.
- b) Um outro elemento diz respeito à responsabilização política vertical, que articula os detentores da soberania com aqueles que são eleitos para desempenhar funções específicas dentro de períodos temporais perfeitamente definidos.

c) O terceiro elemento é a noção de controlo.

Feijó considera que estes três elementos garantem um “suplemento de alma” à noção de democracia, que uma poliarquia não assegura. E conclui com a seguinte definição: “A Democracia pode assim ser entendida, em qualquer parte do mundo contemporâneo, como o regime político assente na soberania popular, em que o poder político é exercido de forma limitada e sujeito ao controlo pelos cidadãos” (2017: 134-135).

Tilly (2007) propõe uma noção – e uma linha analítica – diferentes. Começa por identificar e enquadrar as diferentes abordagens existentes sobre o fenómeno da democracia:

a) A abordagem constitucionalista

Dá importância central ao enquadramento legal criado para reforçar a democracia: a Constituição, as leis, as instituições clássicas de separação de poderes, o direito de voto, etc.

Abordagem que apresenta algumas vulnerabilidades. O mero aparato legal (democracia formal) é muitas vezes insuficiente para promover a democracia real.

b) A abordagem substantivista (ou substantiva)

Analisa até que ponto o regime promove bem-estar, equidade, segurança, liberdade.

Possui uma limitação: há regimes que promovem mais igualdade, mas restringem a liberdade – embora formalmente professem a sua preservação.

c) A abordagem procedimental

Define a democracia a partir de um conjunto de procedimentos e regras – em geral, relativas à existência de eleições livre e competitivas.

Não obstante, e como vários autores têm vindo a apontar, tais mecanismos nem sempre geram regimes verdadeiramente democráticos.

d) A abordagem orientada por processos

Qualifica como democráticos os regimes que (orientados por processos) promovem determinados resultados, como participação efetiva, igualdade de voto, esclarecimento, controlo da agenda política e inclusão. É o caso de Robert Dahl.

Segundo Tilly, esta abordagem possui uma fragilidade: acaba por se limitar a classificar os países de forma binária – democráticos e não democráticos.

Para Tilly (2007), são as relações entre o Estado e os cidadãos que estão no centro da democracia. Tilly distingue quatro elementos democráticos – que permitem qualificar tais relações: extensão (se são muitos ou poucos os grupos de cidadãos que participam efetivamente); igualdade (não haver muita disparidade na capacidade de influência desses grupos); proteção (respeito pelas manifestações de opinião e tomada de posição); e compromissos mútuos assumidos (“mutually binding consultation”).

Para além disso, Tilly dá grande importância à capacidade do Estado quer no acompanhamento do processo democrático, quer em colocar as decisões em prática. A baixa capacidade do Estado inibe a democracia. Com base nessas duas dimensões – elementos democráticos e capacidade do Estado – o autor identifica quatro grandes regimes políticos: os não democráticos de alta capacidade; os não democráticos de baixa capacidade; os democráticos de alta capacidade; e os democráticos de baixa capacidade.

2 – O futuro da democracia

2.1 – Democracia liberal. Da hegemonia à crise

No último quartel do século XX assistiu-se a uma expansão da democracia liberal à escala mundial – naquela que viria a ser conhecida como a “terceira vaga de democratização” (Teixeira, 2018: 17). Com essa expansão cresce, também, o sentimento de otimismo – e até triunfalismo – em relação aos processos democráticos. Fukuyama defende, no início dos anos 90, que a democracia representativa liberal de tipo ocidental será o “fim da história” (1992: 14-15)³⁵. E Dahl (2000: 9) coloca a seguinte questão: será que a democracia ganhou, finalmente, a disputa pelo apoio dos povos em todo o mundo?

³⁵ Com a implosão da União Soviética, em 1991, a alternativa tradicional à democracia liberal – a das denominadas democracias populares – perde expressão e força. Esse acontecimento veio reforçar o otimismo existente. As democracias populares têm por base os seguintes pressupostos:

1.º - Entende-se que o Estado, numa sociedade dividida em classes antagónicas, é sempre uma ditadura. A expressão “ditadura” significa que o Estado não está acima das classes, é isso sim um organismo de dominação de umas classes sobre outras.

Neste quadro, a democracia liberal não deixa de esconder uma verdadeira “ditadura da burguesia”.

2.º - Entende-se que a “ditadura do proletariado” pode assumir diversas formas: “pode também exercer-se com a existência de um ou mais partidos, com um sistema soviético ou uma assembleia parlamentar, ou outras formas de organização do poder. As experiências históricas das democracias populares já demonstraram que o sistema soviético não é o único possível para

Esse sentimento de otimismo não duraria, todavia, muito tempo. Ainda no século XX surgem (e são de imediato identificados) quatro sinais inquietantes:

- a) Assiste-se a testemunhos de um profundo “ressentimento islâmico” – e a movimentos associados ao nacionalismo fanático e ao fundamentalismo religioso (Teixeira, 2018: 19);
- b) Percebe-se que muitas das novas democracias não são verdadeiras democracias liberais, nas quais esteja garantido um conjunto substancial de liberdades civis e políticas (Teixeira, 2018: 20);
- c) Por toda a parte, “se vem cavando um profundo fosso entre os profissionais da política e a vida concreta das populações” (Fernandes, 2016: 43);
- d) E assistir-se-á, ainda, a uma crise grave da democracia nos países centrais onde esta se tinha consolidado. Crise que ficou conhecida como a dupla patologia: a patologia da participação, sobretudo em vista do aumento dramático do abstencionismo; e a patologia da representação, o facto dos cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram (Santos e Avritzer, 2003: 37)³⁶.

Esta realidade tem sido (e continua a ser) objeto de análise e de busca de respostas (e soluções). Nos próximos pontos (2.2 a 2.4) são referenciadas três diferentes vias para aprofundamento da democracia: os denominados modelos contemporâneos de democracia. E procurar-se-á perceber o papel que as associações voluntárias assumem nessas propostas de aprofundamento democrático. Serão as associações voluntárias (a sua

o exercício da ditadura do proletariado, não é a forma única e obrigatória dum Estado socialista” (Cunhal, 2007: 26).

3.º - Entende-se que a “ditadura do proletariado” é sempre mais democrática que “a ditadura da burguesia”:

“Quaisquer que sejam as formas do Estado burguês e do Estado proletário, o Estado proletário, tanto pela sua natureza como pela política que realiza, é sempre mais democrático que o Estado burguês. O Estado da burguesia é o instrumento de dominação por uma ínfima minoria de exploradores da maioria esmagadora da população; o Estado proletário é o instrumento da grande maioria contra uma ínfima minoria” (Cunhal, 2007: 28).

³⁶ Innerarity (2016: 170) apresenta uma tese diferente – que a crise da democracia não é uma fase transitória, mas sim uma situação permanente:

“A democracia é um sistema político decepcionante porque aponta para ideais inalcançáveis. Faz parte da sua própria natureza ser sempre algo inacabado e aperfeiçoável, da mesma maneira que o curso da história está sempre em aberto. A democracia, ao contrário de outras formas de organização política que reclamam para si a perfeição ou o fim da história, é um espaço onde crescem em liberdade a decepção, o protesto, a desconfiança, a alternativa e a crítica. A história da democracia é a história da sua crise; a crise da democracia não é uma fase transitória, mas sim uma situação permanente, desde logo porque é um sistema aberto. A condição democrática é sempre decepcionante, está constantemente a ser confrontada com uma realidade problemática, porque se trata de um processo sempre inacabável”.

dinâmica, atividade, efeitos) um caminho ou recurso eficaz para promover a *demodiversidade*? Para promover a participação?

Com o século XXI surgem novas inquietações – que se vêm juntar às já referidas. A crise da democracia continua, pois, no centro do debate político e acadêmico. Debate que surge focado em novas questões, mas sem abandonar vários dos tópicos em discussão no século XX – como é o caso da tensão entre capitalismo e democracia. E como sublinha Sartori (1993: 13): “ao contrário daquilo que defende Fukuyama (...), encontramos-nos frente a um futuro denso de incógnitas e seguramente muito diferente do presente que conhecemos”.

2.2 – Democracia participativa

A ideia de democracia participativa surge no contexto dos movimentos estudantis durante os anos de 1960, difundindo-se depois para outros setores. Os defensores desta abordagem colocam em evidência uma forte fragilidade do modelo de democracia liberal: reduz a participação dos cidadãos ao momento eleitoral da escolha dos representantes políticos. E propõem um caminho alternativo: “Democracia significa, então, devolver aos cidadãos o exercício da atividade política que foi alienada, ou transferida, nas modernas democracias, aos representantes eleitos” (Lüchmann, 2012: 64).

Como é que se devolve aos cidadãos o exercício da atividade política? Por duas vias principais. Em primeiro lugar, a da participação dos cidadãos nos espaços de discussão e formulação de políticas públicas. Embora não se defenda uma rutura com o modelo eleitoral, a “complementaridade e a compatibilidade com esse modelo revelam mais do que uma acomodação, na medida em que visam impactar positivamente o conjunto das instituições políticas em direção a uma maior aproximação com o ideal de autogoverno” (Lüchmann, 2012: 65)³⁷. Em segundo lugar, a da expansão da participação a outros espaços que não o do Estado. Como sublinha Pateman [(1970), 1992: 60-61):

³⁷ Santos e Avritzer (2003: 64-65) defendem a existência de duas formas possíveis de combinação entre democracia participativa e democracia representativa: coexistência e complementaridade. Coexistência implica “uma convivência, em diversos níveis, das diferentes formas de procedimentalismo, organização administrativa e variação de desenho institucional”. Por norma, a democracia representativa a nível nacional coexiste com a democracia participativa a nível local. A complementaridade implica uma articulação mais profunda entre democracia representativa e democracia participativa: “Pressupõe o reconhecimento pelo governo de que o procedimentalismo participativo, as formas públicas de monitoramento dos governos e os processos de deliberação pública podem substituir parte do processo de representação e deliberação tais como concebidos no modelo hegemónico de democracia”. Estes autores concluem que “a primeira forma de articulação entre democracia participativa e democracia representativa, a coexistência, prevalece

“A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou «treinamento social», precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação. A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa: educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspeto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos”³⁸.

Macpherson (1978: 101-102) identifica aqueles que considera serem os principais obstáculos a uma verdadeira democracia participativa, e que importa remover: as desigualdades económicas e sociais e a autoimagem do povo “do ver-se e agir como essencialmente consumidor ao ver-se e agir como executor e desfrutador da execução e desenvolvimento da sua capacidade”. Santos e Avritzer (2003: 66) formulam, por seu lado, três teses com vista ao fortalecimento da democracia participativa:

a) Pelo fortalecimento da *demodiversidade*

“Esta tese implica reconhecer que não existe nenhum motivo para a democracia assumir uma só forma. Pelo contrário, o multiculturalismo e as experiências recentes de participação apontam no sentido da deliberação pública ampliada e para o adensamento da participação (...)”.

b) Fortalecimento da articulação contra-hegemónica entre o local e o global

“Novas experiências democráticas precisam do apoio de atores democráticos transnacionais nos casos em que a democracia é fraca, como ficou patente no caso colombiano. Ao mesmo tempo, experiências alternativas bem-sucedidas como a de Porto Alegre e a dos panchayats na Índia precisam expandir-se para se apresentarem como alternativas ao modelo hegemónico. Portanto, a passagem do contra-hegemónico do plano local para o global é fundamental para o fortalecimento da democracia participativa”.

c) Ampliação do experimentalismo democrático

“Foi possível perceber no texto acima que as novas experiências bem-sucedidas emergiram de novas gramáticas sociais nas quais o formato da participação foi sendo adquirido experimentalmente. É necessário para a pluralização cultural,

nos países centrais, enquanto a segunda, a complementaridade, começa a emergir nos países semiperiféricos e periféricos” (2003: 65).

³⁸ Laville (1997: 62-63) acrescenta que a democracia não é uma conquista definitiva, depende da vitalidade de espaços públicos diversos e autónomos, independentes dos poderes instituídos, que possam criar formas igualitárias de sociabilidade e que favoreçam a consciência da interdependência.

racial distributiva da democracia que se multipliquem experiências em todas as direções”.

Para esta abordagem, as associações voluntárias são importantes no funcionamento da democracia, embora não assumam um papel central. E são importantes a dois níveis: em primeiro lugar, porque jogam um importante papel na defesa de instâncias participativas, “resistindo às recorrentes tentativas de recentralização e de controle governamental” (Lüchmann, 2012: 66); e são importantes, em segundo lugar, porque qualificam a participação dos indivíduos como cidadãos, “educam para a democracia” (Pateman, 1992 [1970]: 65).

Este modelo não está ausente de críticas e de críticos. Santos e Avritzer (2003: 52) preferem falar de “vulnerabilidade da participação à descaracterização”. E referem dois casos claros de descaracterização: a cooptação por grupos sociais super-incluídos; e a integração em contextos institucionais que lhe retiram o seu potencial democrático.

2.3 – Democracia associativa

A democracia associativa pode ser definida como um modelo de democracia participativa no qual as associações substituem os indivíduos como sujeitos centrais da democracia. E tem na sua génese a ideia de que as associações são soluções – possíveis e democráticas – para lidar com a administração da complexidade social (Lüchmann, 2012: 67).

As grandes referências teóricas deste modelo são Paul Hirst (1994; 2001) e Cohen e Rogers (1995). As respetivas abordagens têm pontos em comum, mas também diferenças significativas.

Para Hirst (1994; 2001) a proposta de democracia associativa pode ser entendida como um terceiro caminho entre o individualismo do mercado livre e o controlo centralizado do Estado. A democracia associativa limitaria o individualismo e promoveria a multiplicação de distintos domínios de autoridade. Ao Estado cabe ceder funções e serviços sociais e criar mecanismos de financiamento público que reforcem o poder e dinâmica das associações.

A teoria proposta por Hirst visa a acomodação – e não a substituição – da democracia representativa liberal. Compete ao Estado garantir fundos públicos que permitam às associações (e cidadãos) escolher e participar na formulação e oferta de serviços de bem-estar social – preservando a sua responsabilidade e controlo em certos domínios comuns a

todos os membros da sociedade. O resultado deste modelo de democracia associativa seria o de uma sociedade cooperativa e plural.

Cohen e Rogers (1995) defendem a democracia associativa com base em quatro argumentos principais:

- a) Pelo facto de as associações estarem mais próximas dos problemas e terem um melhor conhecimento da realidade em que estão inseridas;
- b) As associações criam oportunidades de participação a indivíduos e setores com menos recursos e poder (por norma excluídos da representação política);
- c) As associações podem funcionar como “escolas de democracia”, desenvolvendo virtudes cívicas, competências políticas e autoconfiança;
- d) E são centrais na conformação de um modelo de “governança alternativa”, com as associações a assumirem fortes responsabilidades no fornecimento de alguns serviços públicos – e de forma mais eficiente.

A partir destes pressupostos, Cohen e Rogers (1995) defendem uma atuação ousada por parte do Estado, através de uma política para as associações assente em dois pilares: reforma institucional, tendo em vista incorporar as associações nos processos de discussão, de formulação e de execução de políticas; e aposta seletiva, que promova essencialmente as associações que preenchem as qualidades sugeridas pelo modelo, como por exemplo, os sindicatos e outras associações com representação mais ampla de setores sociais.

Estas duas abordagens têm vários pontos em comum. Ambas defendem que o Estado deve ceder funções às associações e financiá-las. E ambas reconhecem que as associações são cruciais para promover a participação daqueles que são habitualmente excluídos da representação política. Mas também se afastam, em alguns aspetos. Hirst valoriza a pluralidade dos grupos e associações enquanto substratos da vida social e circunscreve a intervenção do Estado ao apoio às associações. Cohen e Rogers valorizam, sobretudo, as associações mais abrangentes de defesa de amplos setores sociais e defendem uma intervenção mais forte do Estado, que passa inclusivamente pela formação e organização das associações.

Este modelo tem sido alvo também de várias críticas. Questiona-se, por exemplo, a ênfase dada ao carácter cooperativo junto dos governos, esquecendo-se a importância dos movimentos sociais e da sua atuação reivindicativa junto dos poderes instituídos. Refere-se também o risco de oligarquização do tecido associativo; a par dos riscos de ingerência do Estado e de “feudalização” do Estado por determinados grupos sociais (Lüchmann, 2012:

71). Robteutscher (2000a: 248) refere um outro perigo: “há um certo perigo de o conceito de «democracia associativa» ser (ab)usado no discurso público para justificar cortes nas políticas de assistência social, promovendo assim as organizações sociais como substituto mais barato para a atividade do Estado. Se o discurso sobre «democracia associativa» não se quiser tornar em agente de interesses particularizados a respeito de cortes orçamentais e desmantelamento do Estado-providência, tem de oferecer argumentos muito mais fortes”.

2.4 – Democracia deliberativa

Nas últimas décadas tem vindo a assumir algum destaque uma terceira teoria, que visa também o aprofundamento da democracia: a teoria da democracia deliberativa. Em termos muito gerais, esta abordagem defende que a democracia repousa no ideal de justificação do exercício do poder político por meio da discussão pública entre indivíduos livres e em condições iguais de participação: espera-se que tanto os cidadãos como os seus representantes justifiquem as suas posições, através de procedimentos igualitários e inclusivos de troca de argumentos (Lüchmann, 2012: 71).

Elster (1998: 8) apresenta uma definição mínima de deliberação democrática, assente em duas componentes. A componente democrática da democracia deliberativa pressupõe que haja um processo coletivo de tomada de decisões no qual todos os afetados por ela, ou os seus representantes, participem. A componente deliberativa implica que a tomada de decisões seja feita através da troca de argumentos entre os participantes, os quais subscrevem os valores da racionalidade e imparcialidade.

Este modelo deu lugar à apresentação de várias propostas e abordagens. Silva (2010: 17) refere que é possível distinguir duas correntes principais, “cada qual caracterizada por uma significativa pluralidade interna de propostas”: a corrente “liberal” e a “radical democrática”. Para autores como John Rawls, é possível mobilizar certos elementos teóricos da democracia deliberativa para corrigir alguns defeitos do liberalismo – corrente “liberal”. O campo “radical democrático” vai mais longe: aqui a democracia deliberativa é vista como uma conceção alternativa e crítica do modelo liberal dominante: “a ênfase é colocada não tanto nos direitos individuais como na noção de soberania popular” (Silva, 2010: 18).

Habermas (1997) foi um dos autores que aprofundou esta segunda via. Para Habermas (1997) é possível distinguir uma dupla dinâmica do processo deliberativo: a deliberação informal que ocorre na esfera pública; e a deliberação formal, assumida nos espaços político-institucionais e influenciada pela deliberação informal. A comunicação

informal ocorre através de grupos, associações e organizações que estão mais próximas do mundo da vida; e constitui uma instância geradora de poder legítimo.

Para Habermas as associações voluntárias desempenham um papel crucial na construção, na esfera pública, da opinião e da vontade, influenciando o poder político institucional; e contribuindo, ainda, para a legitimidade das decisões tomadas. Esta conceção aponta, pois, para uma atuação política indireta das associações – uma atuação “autolimitada”. Esse traço tem sido questionado por vários autores. Questiona-se, por um lado, a desvalorização da participação direta das associações na relação com o Estado e na satisfação de necessidades coletivas. Outra nota crítica aponta a confortável “acomodação da atuação associativa ao Estado liberal na teoria habermasiana”, esquecendo a importância dos movimentos sociais na construção de espaços deliberativos críticos às instituições existentes (Lüchmann, 2012: 73).

Apesar de haver diferenças de enfoque e perspectiva entre os vários autores que desenvolveram esta abordagem, há um aspeto que é comum a todos eles: o papel de destaque dado às associações está diretamente vinculado à ideia de esfera pública. Como sublinha Lüchmann (2012: 75):

“Nesse sentido, o principal argumento acerca da importância democrática das associações está ancorado na tese de que as associações são os atores centrais da sociedade civil e responsáveis por tornar públicas e problematizar as demandas e problemas sociais. Associações e movimentos sociais promovem a legitimidade democrática ao alimentarem os debates e medidas tomadas pelas instituições políticas, e desencadeiam engajamento e ativismo político, exercendo atividades de base propositiva e/ou contestatória, problematizando as relações de poder e as injustiças sociais”.

Este modelo também tem sido objeto de várias críticas. Os representantes da corrente liberal realista referem que a democracia deliberativa não passa de uma proposta idealista e ingénuo, capaz de explicar muito pouco do que se passa em palcos onde impera uma racionalidade de tipo estratégico. Uma segunda crítica diz respeito ao facto de a discussão fomentada pela democracia deliberativa poder levar a um aumento da conflitualidade social. Para outros autores, o maior problema será o da exclusão de um conjunto significativo de vozes dos vários fóruns de debate (Silva, 2010: 19-24)³⁹.

³⁹ Lüchmann defende que o objetivo proposto – aprofundamento da democracia – depende da articulação dos pressupostos da participação, da deliberação e da associação: “a ampliação e o

2.5 – Democracia no século XXI. Ameaças e desafios

Como observa Santos (2019: 47), apesar de serem possíveis rupturas violentas e golpes de Estado, os perigos que a democracia corre hoje são outros, e decorrem paradoxalmente do normal funcionamento das instituições democráticas:

“As forças políticas antidemocráticas vão-se infiltrando dentro do regime democrático, vão-no capturando, descaracterizando-o, de maneira mais ou menos disfarçada e gradual, dentro da legalidade e sem alterações constitucionais, até que em dado momento o regime político vigente, sem ter formalmente deixado de ser uma democracia, surge como totalmente esvaziado de conteúdo democrático, tanto no que respeita à vida das pessoas como das organizações políticas. Uma e outras passam a comportar-se como se vivessem em ditadura” (2019: 47)⁴⁰.

Santos identifica os quatro principais componentes desse processo:

a) A eleição de autocratas⁴¹

aprofundamento da democracia dependem da articulação, não isenta de tensões, entre os pressupostos da participação, da deliberação e da associação” (2012: 76).

⁴⁰ Pinto (2021: 73) refere-se, a este propósito, às “várias faces do autoritarismo contemporâneo”.

⁴¹ Ou populistas. Mudde e Kaltwasser (2017: 120-131) procuram explicar o sucesso e o fracasso do populismo. E identificam vários fatores que favorecem “a procura do populismo”:

- Crises económicas dramáticas;
- Revelações de casos de corrupção sistemática;
- Fosso crescente entre a elite e o povo;
- Novo contexto informativo.

Estes autores defendem que o populismo se justapõe “de modo fundamental à democracia liberal, e não à democracia *per se* ou a outro qualquer modelo de democracia” (2017: 14). Na prática, os populistas invocam muitas vezes o princípio da soberania popular para criticar as instituições independentes inerentes ao modelo democrático liberal que procuram proteger os direitos fundamentais, como é o caso do sistema judicial ou os meios de comunicação social.

Mas o que é o populismo? Mudde e Kaltwasser (2017: 18) definem populismo como “uma ideologia de baixa intensidade que considera que a sociedade está, em última instância, dividida em dois campos homogéneos e antagónicos – «o povo puro» versus «a elite corrupta» – e que defende que a política deveria ser uma expressão da vontade *générale* (vontade geral) do povo”.

Mounk (2019: 12-14) faz uma leitura muito próxima da que é proposta por Mudde e Kaltwasser:

“As democracias liberais estão cheias de sistemas de contrapoder criados para impedir que um único partido concentre poder em excesso e para conciliar os interesses de grupos diferentes. Mas no imaginário dos populistas a vontade do povo não precisa de ser mediada, e qualquer compromisso com minorias constitui uma forma de corrupção. Neste sentido, os populistas são profundamente democráticos: com muito mais fervor do que os políticos tradicionais, acreditam que o *demos* deve governar. Mas também são profundamente iliberais: ao contrário dos políticos tradicionais, afirmam abertamente que nem instituições independentes nem direitos individuais devem abafar a voz do povo”.

Como sublinha Mounk (2019: 9), “não podem existir mais dúvidas de que estamos a atravessar um momento populista. A questão, agora, é se este momento populista se transformará numa era populista – e colocar em causa a própria sobrevivência da democracia liberal”.

Em vários países do mundo têm vindo a ser eleitos democraticamente políticos autoritários, antissistema e antipolítica. Apresentam-se a eleições com uma ideologia antidemocrática e, mesmo assim, conseguem obter a maioria dos votos.

b) O vírus plutocrata

Santos refere-se ao modo como o dinheiro tem vindo a descaracterizar os processos eleitorais e as deliberações democráticas:

“Ao ponto de se dever questionar se, em muitas situações, as eleições são livres e limpas e se os decisores políticos são movidos por convicções ou pelo dinheiro que recebem” (2019: 48).

Stiglitz (2013) também questiona esta realidade: por que razão o nosso sistema atual parece operar com “um dólar, um voto” em vez de “uma pessoa, um voto”?

E apresenta as seguintes razões:

“(…) os mercados são moldados pela política: as políticas determinam as regras do jogo económico, e o campo de jogo está inclinado para os 1% do topo. Se isto acontece, é porque as regras do jogo político também são moldadas por esses 1%. Esta história tem dois elementos fulcrais: a forma como a percepção das pessoas é moldada, fazendo com que os 99% assumam como seus os interesses dos 1% (...); e os mecanismos políticos e económicos da própria votação (...)” (2013: 192).

c) As *fake news* e os algoritmos

A Internet e as redes sociais que ela tornou possíveis foram durante algum tempo vistas como possibilitando uma expansão sem precedentes da participação cidadã na democracia. No entanto, hoje, “à luz do que se passa nos EUA e no Brasil, podemos dizer que serão as coveiras da democracia, se não forem, entretanto, reguladas” (Santos, 2019: 49). O autor refere-se em especial a dois instrumentos:

- As notícias falsas;
- Os algoritmos.

d) A captura das instituições

Por norma, a primeira instituição a ser capturada é o sistema judicial. Por duas razões: “por ser a instituição com poder político mais distante da política eleitoral e por constitucionalmente ser o órgão de soberania concebido como «árbitro neutro»” (Santos, 2019: 50).

Para Santos, a ilusão de uma convivência possível entre capitalismo e democracia alimentou-se de algumas importantes concessões do capital, que se tornaram possíveis, sobretudo, no pós-guerra. Superado esse contexto, o capitalismo, na veste de neoliberalismo, regressou em pleno à sua pulsão originária: acumulação infinita,

concentração da riqueza, transformação de qualquer tipo de atividade humana, e da natureza, em mercadoria. Pulsão muito bem caracterizada por Polanyi, na obra *A Grande Transformação* [(1944) - 2021]⁴².

Segundo Santos (2019: 58), estes “novos (de facto, velhos) inimigos da democracia não a querem substituir pela ditadura. Em vez disso, buscam descaracterizá-la ao ponto de ela se transformar na reprodutora mais dócil e na voz mais legitimadora dos seus interesses”. E mais adiante: “O neoliberalismo e o capital financeiro global são inimigos da democracia, seja ela de alta ou de baixa intensidade” (2019: 164)⁴³.

Santos conclui pela existência de uma irreversível contradição entre capitalismo e democracia, mesmo a democracia de baixa intensidade que a democracia liberal sempre foi (2019: 58). E propõe um caminho, ou solução: a “defesa da dignidade humana e da dignidade da natureza por via da radicalização da democracia, uma democracia de alta intensidade, necessariamente pós-liberal” (2019: 163)⁴⁴. E acrescenta que:

- a) “Será um processo histórico longo, caracterizado por dois princípios-guia: revolucionar a democracia e democratizar a revolução”;
- b) E que a radicalização enfrenta duas grandes dificuldades: a primeira é que tem de começar com a democracia liberal, mas não pode terminar nela; a segunda dificuldade “consiste em que as esquerdas têm de operar simultaneamente no curto e no longo prazo, o que vai contra toda a lógica da democracia liberal” (2019: 163-164).

Eric Olin Wright (2010; 2019) parte destes mesmos pressupostos e defende que a erosão da democracia só pode ser travada por via da “erosão do capitalismo”. Para Wright (2019: 3), “um outro mundo é de facto possível”; “ele pode melhorar as condições para o desenvolvimento humano da maioria das pessoas”; e “os elementos desse novo mundo já estão a ser criados no nosso mundo atual”. E são três os conjuntos de valores que devem presidir a essa mudança:

⁴² Para Polanyi o mal mais profundo do liberalismo de mercado é a subordinação dos projetos humanos à lógica de um mecanismo impessoal de mercado. Como bem refere Block (2021: 109), “a sua posição é sustentar que, pelo contrário, os seres humanos deveriam usar os instrumentos da governação democrática para controlar e orientar a economia com vista à satisfação das nossas necessidades individuais e coletivas”.

⁴³ No mesmo sentido veja-se Ballestrin (2018), que se refere ao neoliberalismo como “força desdemocratizante”.

⁴⁴ A radicalização da democracia pressupõe alargar as reformas institucionais a outros domínios para além do político. A democracia pós-liberal pressupõe a democratização nos planos político, económico, social e cultural.

a) Igualdade/Justiça

“Numa sociedade justa todas as pessoas teriam amplo e igual acesso aos meios materiais e sociais necessários para viver uma vida plena” (2019: 10).

b) Democracia/Liberdade

“Numa sociedade totalmente democrática todos teriam amplo e igual acesso aos meios necessários de participar na tomada de decisões substantivas sobre aquilo que afeta as suas vidas” (2019: 15)⁴⁵.

c) Comunidade/Solidariedade

“Comunidade/solidariedade expressa o princípio pelo qual as pessoas devem cooperar umas com as outras não apenas por aquilo que recebem individualmente, mas por comprometimento real com o bem-estar dos outros e por um sentido de obrigação moral de que isso é o certo a ser feito” (2019: 18)⁴⁶.

Para Wright (2019: 23), o capitalismo impede a realização desses conjuntos de valores – e deve ser substituído: “Eventualmente os efeitos cumulativos das mudanças vindas de cima, com iniciativas construídas de baixo, podem chegar a um ponto onde são criadas relações socialistas dentro do ecossistema económico, tornando-se suficientemente proeminentes na vida de indivíduos e comunidades, fazendo com que o capitalismo não possa mais ser considerado dominante” (2019: 62)⁴⁷. Segundo Wright (2019: 121), essa erosão (gradual) do capitalismo depende da existência de uma rede de atores coletivos ancorados na sociedade civil e de partidos políticos comprometidos com esse projeto político.

⁴⁵ Uma sociedade democrática não se confunde com um Estado democrático: “exige que as pessoas possam participar, de forma significativa, em toda e qualquer decisão que afete as suas vidas, sejam elas tomadas pelo Estado, sejam elas tomadas por outras instituições. A democracia num ambiente de trabalho, na Universidade e em família é parte tão importante de uma sociedade democrática quanto o Estado” (Wright, 2019: 16).

⁴⁶ “Quando tal cooperação ocorre no quotidiano, em atividades mundanas nas quais as pessoas se ajudam umas às outras, usamos a palavra «comunidade»; quando a cooperação ocorre no contexto de uma ação coletiva para atingir um objetivo comum, usamos o termo «solidariedade»” (Wright, 2019: 18).

⁴⁷ Wright apresenta alguns dos alicerces dessas relações socialistas: o rendimento básico de cidadania, a economia de mercado cooperativa, a economia social e solidária, a democratização das empresas capitalistas, o sistema bancário de utilidade pública, a provisão de bens e serviços estatais, a produção colaborativa e o conhecimento comum para todos (2019: 73 e seguintes). E defende o aprofundamento da democracia por meio de inovações institucionais, como a descentralização democrática do poder, novas formas de participação cidadã, novas instituições para a representação democrática e a democratização das regras eleitorais (2019: 111 e seguintes).

Milanovic (2017: 201-220) nota que a desigualdade constitui uma forte ameaça ao capitalismo democrático – e à democracia liberal. E fundamenta a sua posição com base na seguinte argumentação:

- A classe média tem sido o baluarte contra formas de governo não democráticas;
- A classe média está a ser atacada pela desigualdade crescente: “A classe média nas democracias ocidentais é atualmente menos numerosa e economicamente mais débil em comparação com os ricos do que há 30 anos” (2017: 203);
- O declínio da classe média e o seu menor poder económico provocam uma série de efeitos sociais e políticos;
- A produção desloca-se no sentido dos bens de luxo e as despesas sociais mudam de uma concentração no ensino e nas infraestruturas para o policiamento;
- Segundo Milanovic, o afastamento da democracia pode assumir duas formas essenciais: a plutocracia ou o populismo;
- Por plutocracia entende Milanovic a tendência para os titulares eleitos de cargos públicos responderem quase exclusivamente às preocupações dos ricos.

Mounk (2019: 32) defende uma perspetiva relativamente próxima. Para Mounk, a democracia liberal pode ser pervertida de duas maneiras:

“Isto permite-nos ver que as democracias liberais podem ser pervertidas de duas maneiras. As democracias podem ser iliberais. O risco de isto acontecer é particularmente provável em lugares onde a maior parte das pessoas seja a favor de subordinar instituições independentes aos caprichos do executivo ou de limitar os direitos de minorias de que não gostam. Pelo contrário, regimes liberais podem ser não democráticos, apesar de terem eleições regulares e abertas. O risco de isto acontecer é especialmente maior onde o sistema político for tão distorcido em favor da elite que as eleições raramente sirvam para traduzir a vontade do povo em políticas públicas” (2019: 32).

Mas ao contrário de Santos e Wright, Mounk propõe uma solução que visa a preservação da democracia liberal:

“Para salvar a democracia precisamos, por outras palavras, de unir os cidadãos em redor de uma visão comum para a sua nação; de lhes dar esperança real no seu futuro económico; e de os tornar mais resistentes às mentiras e ao ódio que todos os dias encontram nas redes

sociais. São estes desafios imensos que nas próximas décadas definirão o nosso combate contra o populismo, e por uma sociedade melhor” (2019: 198)⁴⁸.

Piketty (2020: 11) acrescenta que cada sociedade humana procura justificar as suas desigualdades: “é necessário encontrar razões para elas, sem as quais é o conjunto do edifício político e social que ameaça desmoronar-se”. Segundo Piketty, a história dos regimes desiguais mostra que são, sobretudo, as mobilizações sociais e políticas e as experimentações concretas que permitem a mudança histórica (2020: 1114-1115). Este autor mostra-se convencido de que é possível superar o sistema capitalista atual e desenhar os contornos de um “novo socialismo participativo para o século XXI, isto é, uma nova perspectiva igualitária com um objetivo universal” (2020: 1114). Este novo “socialismo participativo” pressupõe uma sociedade justa – que permite que o conjunto dos seus membros aceda aos bens fundamentais, como a educação, a saúde, o direito de voto, habitação, cultura, etc.; e uma “democracia justa”, isto é, uma democracia participativa e igualitária (2020: 1115-1192)⁴⁹.

Dahl também entrou neste debate sobre a relação entre capitalismo e democracia e concluiu o seguinte (2000: 189-203):

⁴⁸ Mounk começa por apresentar um diagnóstico preciso: a estabilidade passada da democracia resultou de condições que já não existem. Que condições? Três condições fundamentais:

- “Em primeiro lugar, durante o período de estabilidade democrática a maior parte dos cidadãos beneficiou de uma subida rápida do seu nível de vida”;

- “Ao longo da história da estabilidade democrática, um grupo racial ou étnico tem sido dominante (...). Décadas de migração maciça e de ativismo social transformaram radicalmente estas sociedades”;

- “Até há pouco tempo, a comunicação de massas permanecia uma reserva exclusiva das elites políticas e financeiras (...). Hoje, qualquer cidadão tem a possibilidade de partilhar a grande velocidade informação viral com milhões de pessoas” (2019: 20-22).

Para depois apresentar as soluções:

- É preciso reformar a política económica;

- É preciso repensar qual poderá ser o significado, num Estado-nação moderno, dos conceitos de pertença e participação: “A experiência nobre da democracia multiétnica só pode ter êxito se todos os que aderirem a ela começarem a sublinhar aquilo que os une, em vez daquilo que os separa” (2019: 23);

- É preciso aprender a resistir ao impacto transformador da Internet e das redes sociais (2019: 22-23). Como? Mounk (2019: 241-243) refere-se à necessidade de renovar a fé cívica e reconstruir a confiança na política.

⁴⁹ Piketty (2020: 1174 e 1175) defende o “sistema de vales para a igualdade democrática”: “a ideia seria dar a cada cidadão um vale anual de um mesmo valor, por exemplo, 5 euros por ano, permitindo-lhe escolher o partido ou movimento político que preferisse. A escolha seria feita *online*, por exemplo no momento de validar a sua declaração de rendimentos e de património. Só os movimentos que obtivessem o apoio de uma percentagem mínima da população (que poderia ser fixada a 1%) seriam elegíveis”.

Este sistema seria acompanhado por uma proibição total de donativos políticos das empresas e outras pessoas jurídicas; por um limite radical dos donativos e contribuições dos indivíduos privados; e por obrigações rigorosas quanto à transparência das contas e governação interna dos partidos e movimentos políticos.

1 – A democracia poliárquica vingou apenas em países com uma predominante economia capitalista de mercado; e nunca vingou num país com uma economia que não seja predominantemente de mercado.

2 – Esta relação estrita existe porque certos aspetos básicos do capitalismo de mercado o tornam favorável às instituições democráticas. Inversamente, alguns aspetos básicos de uma economia que não seja predominantemente de mercado tornam-na prejudicial para as perspetivas democráticas.

3 – A democracia e o capitalismo de mercado estão fechados num conflito persistente em que cada um modifica e limita o outro.

4 – Dado que o capitalismo de mercado cria inevitavelmente desigualdades, limita o potencial democrático da democracia poliárquica ao gerar desigualdades na sua distribuição dos recursos políticos.

5 – O capitalismo de mercado favorece muito o desenvolvimento da democracia até ao nível da democracia poliárquica. No entanto, devido às suas consequências adversas à igualdade política, é desfavorável ao desenvolvimento da democracia para além do nível da poliarquia.

Face a esta visão, o autor defende uma intervenção reformista. Para Dahl, o caminho do aprofundamento democrático passa, fundamentalmente, pela resposta a alguns desafios (2000: 208-214):

- a) O desafio colocado pela crescente diversidade cultural (que, se mal gerido, pode alimentar soluções de cariz nacional-populista).
- b) O desafio da educação cívica.

Deve lembrar-se que, para Dahl, um dos critérios básicos de um processo democrático é uma compreensão esclarecida: dentro de limites razoáveis de tempo, cada membro (cidadão) deve ter oportunidades iguais e eficazes para aprender sobre as políticas alternativas relevantes e as suas prováveis consequências. Sobre este tópico, Dahl (2000: 214) defende que é preciso dar um novo passo:

“Não pretendo sugerir que as instituições para a educação cívica desenvolvidas nos séculos XIX e XX devam ser abandonadas⁵⁰. Mas acredito que, nos próximos anos, estas instituições mais antigas terão de ser reforçadas através de novos meios para a educação cívica, para a participação política, para a informação e para a deliberação, que se

⁵⁰ Que instituições? A educação formal, o acesso a informação através dos meios de comunicação, a competição entre partidos, a participação em associações (Dahl, 2000: 210-211).

aproximem criativamente do conjunto das técnicas e tecnologias disponíveis no século XXI”⁵¹.

c) Ou o desafio da democratização nas organizações supranacionais.

Habermas propõe a ideia de democracia transnacional – a pensar na União Europeia (2012). Giddens (2010: 78) refere que a democratização da democracia não pode parar nas fronteiras do Estado-nação. Mas Dahl (2000: 134) afirma-se muito cético:

“Parece-me altamente improvável que todos esses requisitos cruciais para a democratização das organizações internacionais venham a ser alcançados. Mas, se não forem alcançados, através de que processo serão tomadas as decisões internacionais? Serão tomadas principalmente, creio, através da negociação entre *élites* políticas e burocráticas – chefes de governo, ministros, diplomatas, membros das burocracias governamentais e não governamentais, grandes empresários e outros. Embora os processos democráticos possam, ocasionalmente, estabelecer os limites exteriores dentro dos quais as *élites* travam as suas negociações, chamar «democráticas» às práticas políticas dos sistemas internacionais seria destituir o termo de todo o seu significado”⁵².

⁵¹ Mudde e Kaltwasser (2017: 136) referem que um dos principais instrumentos para travar o populismo é a educação cívica: “Em termos gerais, a educação cívica pode reforçar as convicções democráticas e explicar a importância do pluralismo, que desempenha um papel importante na prevenção de atitudes populistas”.

Já Giddens (2010: 77) defende que a “construção da democracia das emoções é um dos aspetos da cultura cívica progressiva”. E que a “sociedade civil é o fórum onde as atitudes democráticas, incluindo a tolerância, têm de ser cultivadas” (2010: 77).

⁵² Freire (2015: 52-65) apresenta quatro cenários possíveis para o futuro da democracia liberal representativa:

1.º Cenário: “a contínua desvalorização dos mecanismos de delegação política através das eleições nacionais (...). Tal ocorreria quer fruto da crescente delegação de poderes das autoridades nacionais para autoridades supranacionais, mas sem democratização consistente ao nível supranacional, quer fruto da crescente partilha de poder das autoridades nacionais eleitas com instituições e organizações não eleitas e/ou de fraco *pedigree* democrático” (p. 53).

2.º Cenário: “difusão e fragmentação do poder, nomeadamente com a perda de centralidade do parlamento e do governo democraticamente eleitos, em prol de uma miríade de organizações da sociedade civil (...), de organizações empresariais, de agências (governamentais e intergovernamentais) e de «instituições não maioritárias» (não eleitas)” (p. 53).

3.º Cenário: “diz respeito à expansão da democracia para o plano global, ou pelo menos supranacional, e passa em larga medida pela democratização, nomeadamente no sentido de uma maior federalização, das entidades políticas supranacionais, designadamente a União Europeia” (p. 57).

4.º Cenário: “se a Europa, em particular, e o Ocidente, em geral, não se conseguirem afirmar como modelo de democracia e de bem-estar socioeconómico na era da globalização (...), então é provável que os modelos de capitalismo autoritário (da China e/ou da Rússia), das «democracias defeituosas» ou dos autoritarismos semicompetitivos possam vir a funcionar como modelo inspirador fora do Ocidente, fazendo assim recuar a democracia no mundo” (p. 63-64).

Para Freire (2015) o primeiro cenário é o mais provável “e também aquele que mais continuidade apresenta com o *statu quo*” (p. 53); e o terceiro o “mais desejável, embora seja também o mais improvável pelo menos para já e em toda a sua extensão” (p. 63).

3 – Os efeitos democráticos das associações

Avolumam-se os estudos e debates sobre o impacto das associações na vida social. Procura-se avaliar, designadamente: a influência das associações no processo de socialização dos indivíduos; o potencial de promoção da reprodução, integração ou transformação social; a sua influência no desenvolvimento económico; a promoção da identidade cultural; os contributos para a saúde e bem-estar; os contributos para o desenvolvimento da democracia.

Apesar de não ser tema novo, o tema da relação entre as associações e a democracia tem sido objeto de particular atenção e vários desenvolvimentos nas últimas décadas. Para alguns, mais otimistas, as associações surgem como a solução ou cura para os problemas mais urgentes da democracia moderna. Como nota Robteutscher (2000b: 233), desde Tocqueville que este poder curativo é apresentado como uma característica inerente à vida associativa. Mas há também quem defenda a natureza não democrática das associações:

“Se Taylor (...) descreve uma forte e poderosa rede de organizações sociais como a pré-condição da democracia, então Arendt avisa quanto ao progresso totalitário do “social”. Se Barber enfatiza o efeito mobilizador das associações e a sua contribuição para a política enraizada nas bases, então os teóricos pluralistas salientam o seu efeito de despolitização e de geração de passividade. Se os comunitaristas anseiam um aumento das virtudes cívicas e do sentido de comunidade, Weber aponta os efeitos autoritários e anti-democráticos da integração organizacional” (Robteutscher, 2000b: 241).

Entre estes dois polos há autores que, com diferentes enfoques analíticos, procuram identificar os efeitos democráticos das associações – ou as suas funções democráticas. Lüchmann (2014) identifica concretamente três perspetivas analíticas, que apontam para diversos impactos democráticos: a do capital social, a dos movimentos sociais e a da sociedade civil (ver quadro 2.1). Robteutscher (2000b: 233) refere as diversas funções democráticas das associações que encontrou na literatura:

- a) Macroteorias
 - Mediação de interesses;
 - Fonte de legitimidade política;
 - Ajuda funcional à tomada e execução das decisões.

b) Microteorias

- Escola de democracia;
- Integração social.

A diversas abordagens referidas – e tipificadas por Lüchmann e por Robteutscher – têm sido objeto de análise (e questionamento). Questiona-se, em primeiro lugar, a ambição de identificar os efeitos das associações em geral (das associações como um todo). Será essa ambição realizável, face à evidente heterogeneidade associativa? Não será preferível identificar os efeitos democráticos de cada tipo associativo⁵³? Questiona-se, também, a falta de “sobreposição entre as construções das diferentes teorias” (Robteutscher, 2000b: 234). As várias posições são apresentadas de forma rígida e estanque – sem praticamente se tocarem. Não haverá elementos válidos em todas essas teorias? Não será possível (e desejável) articular alguns dos pressupostos e conclusões?

Quadro 2.1 – Síntese dos tipos associativos e seus efeitos democráticos

Capital social	Movimentos sociais	Sociedade civil
As associações são organizações voluntárias, autónomas e sem fins lucrativos, que promovem a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo. Ênfase nas associações face a face.	As associações fazem parte de redes de interações ligadas a conflitos políticos, sociais ou culturais, com base numa identidade coletiva compartilhada. Ênfase nas associações que contestam a ordem social.	As associações atuam pela lógica da ação comunicativa e são autónomas do mundo político e económico. Pretendem, sobretudo, influenciar as decisões políticas institucionais. Ênfase nas associações de defesa de direitos e movimentos sociais.
Impactos democráticos: promoção de virtudes democráticas no plano individual e social; confiança, solidariedade e espírito cívico; ênfase na cooperação.	Impactos democráticos: promoção de mudanças nas relações de poder, tanto no plano político-institucional como no plano cultural; ênfase na contestação e no conflito.	Impactos democráticos: inclusão de atores e temas no mundo político através da tematização pública de problemas sociais; ênfase na mediação das esferas públicas.

Fonte: Lüchmann (2014: 169).

⁵³ Como sublinha Maia (2010: 157), “o que a sociedade civil «é» somente pode ser apreendido através do exame cuidadoso das motivações e dos propósitos das associações; do escopo de suas metas e da natureza de suas ações em relação a certos desígnios da democracia; de sua organização interna; dos valores substantivos que promovem e do sistema de relações que estabelecem com outros atores na sociedade, em contextos sócio-históricos específicos; de seus efeitos e sua eficácia política em diferentes planos democráticos”.

Warren (2001; 2004) procura fazer essa articulação, apresentando uma teoria de síntese. E explica a sua estratégia:

“A ideia é desenvolver um nível de teoria que seja suficientemente geral para relacionar a sociedade civil e as expectativas acerca da democracia e que, ainda assim, conseguisse distinguir o vasto rol de associações que compõem a sociedade civil de acordo com as normas democráticas. Esta estratégia implica responder a três tipos de questões.

Em primeiro lugar, como pode a sociedade civil contribuir para a democracia? Ou seja, quais são as suas funções potencialmente democráticas e de que forma estas funções se relacionam com as normas da democracia?

Em segundo lugar, como esperaríamos – ou não esperaríamos – que fossem as associações da sociedade civil a cumprirem essas funções democráticas? Responder a esta questão implica uma análise estrutural das associações que relacione as suas características com as suas funções potencialmente democráticas.

E, em terceiro lugar, que combinação de associações no seio da sociedade civil seria melhor para uma democracia? Responder a esta questão requer uma observação de como combinações específicas de associações operam, em conjunto, de modo a contribuir para (ou de modo a prejudicar) a democracia” (2004: 87-88).

Em resposta à primeira questão formulada (como pode a sociedade civil contribuir para a democracia?), Warren (2001: 60) sistematiza três contributos ou efeitos democráticos das associações: efeitos no plano individual, efeitos nas esferas públicas e efeitos político-institucionais.

Para Warren (2004: 88), “as democracias dependem das capacidades democráticas de que as pessoas dispõem. As associações podem desenvolver as capacidades democráticas dos indivíduos” – efeitos no plano individual⁵⁴. E que capacidades são essas? Segundo Warren, esta função (ou efeito) pode englobar:

⁵⁴ Fernandes (2014: 29) aprofunda este argumento:

“As camadas populares e a classe média estão organizadas de uma forma que as fortalece face às elites? Entre os indivíduos há grandes diferenças no acesso aos recursos e aptidões necessários à participação cívica (dinheiro, informação, tempo, contactos pessoais, estatuto social, conhecimento, etc.) e, como tal, apenas uma pequena minoria participa efetivamente. Esta é uma circunstância recorrente nas democracias. Como tal, a sociedade civil só promove o aprofundamento da democracia se reforçar a capacidade de expressão das camadas populares e das classes médias, através de um processo que impulse a igualdade política e a eliminação das várias formas de exploração e dominação”.

- a) O fornecimento de informação e a educação dos cidadãos⁵⁵;
- b) O desenvolvimento do sentimento de eficácia política (de influência sobre as decisões políticas)⁵⁶;
- c) O desenvolvimento de habilidades políticas (capacidade de falar em público, de autoapresentação, de negociação, de criação de soluções);
- d) A promoção das capacidades deliberativas (pressupõe capacidades cognitivas para a formação de julgamentos críticos e autônomos);
- e) O desenvolvimento de virtudes cívicas, tais como a tolerância, a confiança, o respeito pelos outros e a reciprocidade.

Nussbaum (2019: 65-66) apresenta uma lista de capacidades com claras semelhanças à que é defendida por Warren:

“Se uma nação quer propagar este tipo de democracia humana e sensível ao povo, dedicada à promoção de oportunidades de «vida, liberdade e procura da felicidade» para toda a gente, que capacidades terá de motivar nos seus cidadãos? Pelo menos as seguintes parecem essenciais:

- A capacidade para pensar corretamente sobre questões políticas que afetam a nação, examinar, refletir, argumentar, debater, sem ceder quer à tradição quer à autoridade;
- A capacidade de reconhecer os seus concidadãos como pessoas com os mesmos direitos, embora possam ser de diferentes raças, religiões, géneros e sexualidade: olhar para eles com respeito, como fins e não apenas como meios manipuláveis em proveito próprio;
- A capacidade de se preocupar com a vida dos outros, de compreender o que diferentes políticas significam para as oportunidades e experiências dos nossos concidadãos, de diferentes tipos, e para pessoas externas à nossa nação;
- A capacidade de imaginar corretamente uma variedade complexa de temas que afetam a narrativa de uma vida humana à medida que se desenvolve: refletir sobre a infância, a adolescência, as relações familiares, a doença, a morte e muito mais de uma forma

⁵⁵ Reforçando a literacia política, isto é, “a capacidade e o interesse das pessoas em terem voz ativa na atividade política convencional” (Almeida, 2013: 167).

⁵⁶ Pateman [(1970), 1992: 65-91] explica como ocorre o desenvolvimento deste sentimento:

- A participação em estruturas de autoridade não-governamentais é necessária para alimentar e desenvolver as qualidades psicológicas (o sentimento de eficácia política) requeridas para a participação a nível nacional.
- No caso das organizações voluntárias, o sentimento de eficácia política é maior entre os membros da organização do que entre os que não são membros; e é mais alta entre os membros ativos.
- A participação tem efeito cumulativo: quanto maior o número de áreas em que o indivíduo participa, maior será o sentimento de eficácia política.
- A participação está associada à condição socioeconómica. A acumulação de oportunidades de participação tende a ocorrer mais entre os indivíduos de alta condição socioeconómica.

informada por uma compreensão de uma grande variedade de narrativas humanas, e não mediante dados globais;

- A capacidade para avaliar os líderes políticos criticamente, mas com uma noção informada e realista das possibilidades ao seu alcance;
- A capacidade de pensar sobre o bem da nação como um todo, e não apenas no bem da nossa comunidade local;
- A capacidade de observar a própria nação como parte de uma ordem mundial complexa na qual temáticas distintas requerem uma deliberação transnacional inteligente para a sua resolução”.

Pateman [(1970), 1992: 60-61] refere-se ao “treinamento social”, que ocorre através do processo de participação:

“A teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou «treinamento social», precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação. A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa: educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos (...).

Em consequência, para que exista uma forma de governo democrática é necessária a existência de uma sociedade participativa, isto é, uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas”⁵⁷.

⁵⁷ Pateman [(1970), 1992: 61] acrescenta que a área mais importante é a indústria: “a maioria dos indivíduos despende grande parte das suas vidas no trabalho e o local de trabalho propicia uma educação na administração dos assuntos coletivos, praticamente sem paralelo em outros lugares”. Guerra (2006: 92) lembra, por seu lado, que a maioria dos autores considera que a experiência de cooperação nas várias organizações aumenta a propensão para participar, pois:

- “1. A participação aumenta a capacidade de entendimento dos problemas e a possibilidade de estes assumirem significados coletivos;
2. A interação com outros indivíduos, incluindo decisores, aumenta e estimula a atividade política;
3. A pertença a organizações aumenta o acesso à informação e fornece recursos e talentos essenciais para a atividade social;
4. A participação em grupos aumenta a sensibilidade e aceitação do processo democrático;
5. Os membros retiram gratificações da sua participação política, o que reforça a sua vontade de participar”.

Warren nota que as democracias dependem, também, de esferas públicas robustas, uma vez que a legitimidade das decisões e das ações coletivas depende, em larga medida, do facto de as pessoas as compreenderem e as aceitarem. E acrescenta que as associações funcionam como infra-estrutura social das esferas públicas: “elas desenvolvem e comunicam informação para o público, controlam as elites políticas, provocam deliberações públicas e ajudam a formar a opinião pública. Mais, as associações representam as pessoas nos debates públicos, concedendo-lhes uma voz pública” (2004: 88).

No plano político-institucional, Warren destaca as seguintes funções: 1) a representação não apenas no interior do Estado, mas também no seio de outros espaços políticos, como a UE; 2) a possibilidade de resistência às elites irresponsáveis; 3) ou a cooperação junto dos governos, contribuindo para avaliar, propor e deliberar sobre políticas públicas (2004: 88-89). Funções que contribuem para o fortalecimento das instituições de representação e para a produção de decisões políticas legítimas.

Após listar estas várias possíveis funções, Warren acrescenta “que não devemos esperar tudo de todo o tipo de associações da sociedade civil” (2004: 89). De facto, a capacidade de uma associação para cumprir uma dessas funções pode desqualificá-la para cumprir outras. É esta diferença que está no centro da ideia de “ecologia democrática das associações”:

“De facto, a ideia de ecologia parece proporcionar ganhos analíticos importantes, na medida em que não apenas expande o olhar para um conjunto mais amplo de práticas associativas, mas também identifica diferenças substantivas entre elas, evitando os riscos de se apontar efeitos democráticos onde eles não existem, especialmente quando se considera o fenómeno associativo de forma abstrata e generalizante” (Lüchmann (2014: 161).

Para responder à segunda questão colocada, Warren (2001: 94) identifica – embora reconheça a interferência de outras variáveis – três principais características ou dimensões das associações que interferem de forma significativa na promoção dos diferentes efeitos democráticos:

a) Grau ou nível de voluntarismo

Como nota Warren (2004: 90), nenhuma associação é totalmente voluntária ou involuntária: “existem é diferentes níveis de voluntarismo que dependem do controlo da associação sobre os recursos que as pessoas precisam ou querem,

incluindo os recursos identitários, no caso dos grupos étnicos, religiosos e culturais”.

Warren defende a tese de que muitas das associações que funcionam como “escolas de democracia” tenderem para o lado involuntarista da escala, uma vez que esse traço contribui para a internalização dos conflitos políticos e isso torna a democracia no seio da associação não só mais possível, mas também mais desejável (2004: 90).

E acrescenta: “pelo contrário, as associações voluntárias tendem, em condições semelhantes, a deslocar as questões políticas para mecanismos de tipo mercantil. Os abandonos tornam a democracia dentro de uma associação irrelevante, visto que os membros descontentes «votam com seus pés»” (2004: 90).

b) “Os meios constitutivos”

Warren propõe também distinguir as associações com base numa segunda dimensão, que tem a ver com aquilo a que se poderia designar por “meios constitutivos” de associação: se é constituída fundamentalmente por, ou orientada para, normas sociais, como critérios de solidariedade, amizade, identidade ou partilha de compromissos morais (como acontece nos clubes, igrejas e movimentos sociais); a coerção ditada por leis e pelo poder (o caso dos partidos políticos ou das associações profissionais); ou questões financeiras e mercados (alguns sindicatos, grupos de empresários, consumidores).

Estas diferenças refletem-se depois na forma como as associações operam, reproduzem as suas identidades e prosseguem os seus objetivos. Warren apresenta um exemplo: compara a forma como as associações sociais lidam com o conflito, em comparação com aquelas que são orientadas para a obtenção de poder ou de recursos financeiros. E conclui que as associações apenas baseadas em recursos sociais tenderão a ser robustas na formação identitária, na subsidiariedade e talvez no desenvolvimento de algumas qualidades cívicas; mas serão frágeis no que respeita à resolução de conflitos. Já nas associações incorporadas no mercado (como os sindicatos), ou nas estruturas políticas (como os partidos), a organização encontra-se segura por interesses e conflitos sociais (2004: 91).

c) Os objetivos

Nas sociedades complexas, a maioria das associações especializa-se num único objetivo ou num conjunto limitado de objetivos.

Warren classifica os objetivos segundo a sua potencial contribuição para a democracia. Refere que as associações que se dedicam aos bens públicos,

como as associações ambientalistas, tendem a desenvolver capacidades de coligação e de deliberação – o que é positivo para a democracia. Pelo contrário, as associações que se dedicam a bens identitários (como os grupos religiosos e étnicos), e precisam da distinção face ao exterior para manterem a coesão interna, podem contribuir para o debate público e para a representação, mas é pouco provável que promovam virtudes cívicas e competências políticas de deliberação. Já os grupos que se dedicam aos bens de *status* – clubes privados de elite, por exemplo – contribuem muito pouco para a democracia (2004: 92).

Assim, e em resposta à segunda questão colocada – que tipo de associação da sociedade civil é mais provável que contribua para que propriedades da democracia – Warren responde o seguinte: “Depende das dinâmicas de abandono e das capacidades de ter voz; depende dos meios socio-organizacionais (normas, dinheiro ou poder) que a associação incorpora; e depende dos objetivos da associação” (2004: 92).

A terceira questão formulada – que tipo de sociedades civis são melhores para a democracia – não pode ser respondida sem considerar que misturas, balanços e distribuições de associações funcionam, em conjunto, para produzir aquilo que se poderia designar por ecologia associativa democrática. Warren (2004: 93-95) avança algumas pistas de reflexão:

a) Equilíbrio

Em primeiro lugar, uma boa combinação de associações deve ser equilibrada: não existe um único tipo de efeito democrático que deva marginalizar os outros efeitos, visto que uma democracia saudável precisa de todos eles.

b) Controlo externo e interno sobre as associações

As associações empresariais podem contribuir positivamente para a democracia, mas o seu potencial democrático surge apenas quando são controladas e contrabalançadas externamente, por exemplo, através da regulação estatal, do ativismo sindical e dos cidadãos.

Muitos outros tipos associativos são controlados a partir do seu interior (veja-se o caso dos grupos cívicos e ambientalistas, sindicatos, partidos políticos).

c) Envolvimentos individuais

O importante aqui é que os indivíduos, ao longo do tempo, tenham uma diversidade de envolvimento associativos que, em conjunto, forneçam as necessárias competências democráticas.

d) A distribuição dos envolvimento associativos

Se os laços associativos permitem, cada vez mais, a “circulação sanguínea da democracia”, então os seus participantes têm vantagens que os não participantes não têm. Deste modo, outro critério para assegurar uma ecologia associativa democrática é o do envolvimento dos cidadãos nas associações – a distribuição de capital social.

Depois de responder a estas três questões, Warren reforça a ideia de que apenas alguns tipos de sociedades civis – alguns tipos de ecologias associativas – irão apoiar as democracias do futuro. E acrescenta que, uma vez identificados esses tipos de ecologias democráticas, será possível recomendar políticas que encorajem o seu crescimento. É que as associações “crescem não apenas a partir do conhecimento que as pessoas têm da sua existência – como Tocqueville sugeriu – mas também como resposta à estrutura de oportunidades e às proteções criadas pelas instituições políticas” (2004: 95).

Esta abordagem permite, também, responder ao seguinte paradoxo: como é que as associações podem ter tantos efeitos cívicos e democráticos quando apenas uma minoria se envolve nas associações, sendo ainda menor o número de indivíduos que participa de um modo ativo? Como sublinha Viegas:

“A questão, assim posta, tem subjacente a ideia de os efeitos democráticos se restringirem à participação dos indivíduos na vida interna das associações. Ora, no nosso entendimento, os efeitos democráticos manifestam-se, também, por outras vias. As associações canalizam para a esfera pública informações, reivindicações e orientações normativas e valorativas que permitem enriquecer o processo deliberativo. Os efeitos a nível individual, nomeadamente a transformação da consciência social e política, são também o resultado desta discussão pública” (2004: 37).

Fernandes (2014: 18) defende, por seu lado, a tese de que os padrões de sociedade civil resultam das combinações variáveis de quatro fatores: a força do Estado; o grau de consulta entre Estado e associações na definição de políticas públicas, aquilo que geralmente se denomina corporativismo democrático; o grau de universalismo do Estado-providência; e os poderes dos parlamentos. Segundo Fernandes, “quanto mais forte cada uma destas dimensões, mais forte será a sociedade civil e, conseqüentemente, mais provável uma elevada qualidade da democracia” (2014: 18).

O reconhecimento de que diferentes tipos de associações podem provocar distintos efeitos democráticos evita conclusões generalizantes. Como, por exemplo, esperar que a

mesma associação combine todas as virtudes – ou efeitos. Há, no entanto, dois aspetos na teorização de Warren que merecem maior aprofundamento. Warren esforça-se por identificar os efeitos positivos para a democracia – os efeitos democráticos. Isso leva-o a concluir que certas associações são mais importantes do que outras para a referida ecologia democrática. Não obstante, as associações podem, também, e em simultâneo, originar efeitos negativos. A avaliação dos efeitos democráticos das associações deve ter em consideração essas duas vertentes (e não apenas uma delas).

Outro aspeto a considerar diz respeito aos fatores que podem influenciar os efeitos democráticos das associações – segunda questão abordada. Warren privilegia claramente os fatores internos. Não obstante, deve sublinhar-se que o mesmo tipo de associação em diferentes contextos pode originar diversos efeitos democráticos. É o que nota Lüchmann (2014: 173):

“Em se tratando de países com alto grau de desigualdades sociais, como o Brasil, as associações mais combativas certamente tendem a apresentar maior capacidade democrática do que os [grupos] corais ou os clubes de futebol. De toda a forma, tendo em vista a variedade deste fenómeno, os potenciais benefícios democráticos das associações necessitam ser testados empiricamente, considerando-se seus diferentes contextos sociais. Assim, há que analisar a variação dos efeitos democráticos das associações em perspectiva comparada, pois um mesmo tipo de associação pode promover efeitos distintos, de acordo com cada contexto”.

CAPÍTULO 3 – DEMOCRACIA NAS ASSOCIAÇÕES (OU DEMOCRACIA INTERNA)

1 – O poder nas organizações

As organizações estão presentes em todos os momentos da nossa vida. Nascermos numa instituição hospitalar, que depois nos presta cuidados de saúde ao longo da vida. Depois vamos para uma creche, onde adquirimos várias competências básicas. Seguidamente para a escola e, em alguns casos, para a universidade. A nova vida profissional é desenvolvida numa ou várias organizações. Pagamos impostos à autoridade tributária. Votamos – em contextos diversos. Se temos determinados problemas podemos recorrer aos tribunais. Casamos e a cerimónia é conduzida por uma instituição civil ou religiosa. Temos filhos. A gravidez é acompanhada por um especialista – inserido numa organização. Os filhos nascem numa instituição hospitalar – e renova-se todo o ciclo.

Com a revolução industrial, iniciada em Inglaterra em meados do século XVIII, assistir-se-ão a grandes transformações no que diz respeito à ciência, tecnologias, condições de vida da população e também, naturalmente, ao nível das organizações. A produção gigantesca de bens e serviços tornou-se no pilar da rentabilidade e da eficácia industrial e empresarial (Ferreira, 2011a: 4). Em sequência e em consonância com a expansão da atividade produtiva, surge o desenvolvimento e crescimento do comércio – criando-se de forma interligada um mercado a nível nacional e internacional. Assiste-se ainda a um grande desenvolvimento dos transportes e à urbanização das sociedades.

Para empresários, gestores, cientistas sociais e governantes, começa a ser claro que as organizações podiam (e deviam) ser mais eficientes – atingir o máximo de eficiência. Percebe-se também que, para isso acontecer, seria fundamental que fossem objeto de um conhecimento científico exaustivo. É neste contexto que surge um conjunto de investigações e teorias de grande fôlego e alcance – as denominadas abordagens clássicas:

“Para Frederick Taylor, Henri Fayol e Max Weber, e outros autores de então, tratou-se de estabelecer as fronteiras específicas do objeto de observação organizacional e construir as bases analíticas científicas do seu funcionamento interno. O facto de Frederick Taylor fazer a sua análise sobre as tarefas do fator de produção «trabalho», Henri Fayol sobre as estruturas da empresa, e Max Weber sobre o tipo ideal da racionalidade burocrática nas organizações, não obsta a que todos eles revelassem um

objetivo comum: compreender, explicar e interpretar as organizações em bases racionais e científicas, de forma a permitir que o pragmatismo da ação individual e coletiva, polarizado na capacidade produtiva dos seres humanos, evoluísse no sentido da eficiência máxima” (Ferreira, 2011a: 6).

Esta racionalidade organizacional (sobretudo a de tipo taylorista), conjugada com uma forte mudança tecnológica, acabaria por dar os seus frutos logo nas primeiras décadas do século XX. Sainsaulieu (2001: 56) nota que “os traços principais deste modelo racional implantaram-se em todo o planeta como instrumento portador de desenvolvimento industrial”⁵⁸. Mas não é tudo positivo: ao nível do funcionamento interno, o novo modelo acaba por revelar aspetos negativos, sobretudo para a saúde (física e mental) dos trabalhadores – a monotonia, a rotina e a fadiga instalam-se; para além disso, as hipóteses da sua participação eram também muito reduzidas.

Não admira, pois, que a racionalidade de tipo taylorista acabasse por conduzir ao desenvolvimento da conflitualidade no seio das organizações. Conflitualidade que seria reforçada pelo advento da Revolução Russa de 1917, com reflexos à escala planetária. Os sindicatos passaram a corporizar e defender uma mudança radical da sociedade – e isso refletiu-se no interior das organizações.

É neste contexto que as análises dos autores clássicos começam a ser questionadas. Há um questionamento científico, corporizado por Elton Mayo e outros autores, mas há também uma necessidade sentida de eliminar e regular os conflitos que emergiam nas organizações. É este o quadro em que surge e se desenvolve, nos EUA, a denominada Escola das Relações Humanas – a partir de uma experiência famosa, a experiência de Hawthorne, realizada nos finais dos anos 20 e década de 30 do século XX.

Em torno da experiência de Hawthorne e outras experiências posteriores é definido um conjunto de postulados teóricos e metodológicos. Ferreira (2011b: 52) apresenta uma síntese desses postulados:

a) As motivações humanas

Para a Escola das Relações Humanas, os membros das organizações são motivados essencialmente por um conjunto de necessidades de natureza social e psicológica: serem reconhecidos socialmente; poderem interagir harmoniosamente com os seus colegas de grupo; participar e decidir sobre os

⁵⁸ Sainsaulieu (2001: 57) identifica as vantagens deste modelo; vantagens que continuam a fascinar as empresas “que ainda lá não chegaram”.

aspectos relacionados com a execução das tarefas; e sentir satisfação no local de trabalho.

b) Tipo de liderança

A Escola das Relações Humanas aconselhava as administrações das empresas a selecionarem e formarem líderes de tipo democrático. É que estes asseguram, simultaneamente, a coesão social e a cooperação, a par da eficiência organizacional.

c) Estrutura informal dos grupos

As organizações, ao valorizarem sobretudo a lógica racional, desenvolvem um quadro rígido, em que dificilmente os trabalhadores podem exprimir livremente os seus sentimentos, afeições e emoções. É assim que estes acabam por criar uma estrutura informal que lhes permite sobreviver dentro da organização.

Apesar dos avanços que corporiza no que respeita ao funcionamento das organizações, a Escola das Relações Humanas apresenta também algumas fragilidades. Em primeiro lugar, uma orientação de base manipuladora e reducionista, muito centrada no controlo e eliminação dos conflitos, descurando todas as contradições e antagonismos que existem a nível das relações sociais e do poder. Por outro lado, acaba por esquecer as interações existentes entre as organizações e a sociedade: analisa as organizações como sistemas fechados, o que não lhe permite aprofundar certos fatores essenciais para compreender o seu funcionamento.

As mudanças económicas, sociais, políticas e culturais que viriam a ocorrer com o fim da Segunda Guerra Mundial acabaram por ter grande impacto no funcionamento das organizações; e essa mudança, conjugada com a teoria geral dos sistemas, seria muito importante para o estudo das organizações e a teorização sobre o seu funcionamento.

A teoria geral dos sistemas constitui-se e desenvolve-se como uma resposta à visão atomística de um paradigma científico que pretende explicar e compreender os fenómenos naturais e sociais a partir das propriedades e leis específicas das diferentes partes que o constituem. Para a teoria geral dos sistemas a premissa básica é outra: é importante distinguir sistemas fechados e sistemas abertos. Os sistemas fechados estão isolados do seu meio ambiente – e obedecem a leis específicas. Os sistemas abertos interagem, por seu lado, com o ambiente circundante – e obedecem, por isso, a leis distintas. Enquanto sistemas abertos, as organizações interagem de forma sistemática com o ambiente circundante, importando e exportando energia, informação e matéria na forma de *outputs* e *inputs* (Burns e Stalker, 1961).

As hipóteses centrais da teoria geral dos sistemas viriam a ser objeto de vários desenvolvimentos. No quadro específico das organizações há duas abordagens que adquirem de imediato algum destaque: a denominada abordagem sociotécnica e as abordagens contingenciais.

A abordagem sociotécnica decorre de duas premissas básicas. Interpreta as organizações como sistemas abertos e compostos por dois subsistemas fundamentais: o subsistema técnico e o subsistema social. O sistema tecnológico é determinado pelas exigências típicas das tarefas que são executadas em cada organização; o sistema social é constituído pelas pessoas e respetivas interações. São ambos mutuamente dependentes, influenciando-se reciprocamente. Em segundo lugar, apoia-se em técnicas e métodos de investigação baseados na pesquisa-ação para intervir nas organizações. Ao privilegiar este método de intervenção, a abordagem em apreço teve por intenção não só realizar diagnósticos aprofundados dos problemas que afetam o funcionamento das organizações, como também permitir a sua superação através de condutas humanas assentes em relações interpessoais dialógicas e democráticas (Ferreira, 2011c: 87).

Quer a abordagem sociotécnica, quer a contingencial, concordam que as organizações são sistemas abertos. Há, no entanto, diferenças entre ambas. No primeiro caso, o funcionamento das organizações, quer nas suas modalidades de transformação e regulação interna, quer nas suas interações com o ambiente externo, é perspectivado de uma forma global e abstrata – as relações de causa e efeito fundamentam-se no funcionamento do subsistema técnico e social através da sua interdependência e integração (Ferreira, 2011d: 90). Já para a abordagem contingencial a organização é um produto do seu ambiente externo: as estruturas organizacionais, os níveis hierárquicos de autoridade, os papéis, as normas, o processo de tomada de decisão, a liderança, são o resultado da sua adaptação e reação sistemáticas às contingências do ambiente externo. Para além disso, assume-se que não existe um modelo de organização que seja o melhor. O melhor modelo de organização é aquele que consegue uma melhor adaptação e ajustamento face às contingências das pressões e oportunidades do ambiente externo.

As abordagens sociotécnica e contingencial representam um avanço significativo relativamente às teorias anteriores. Mas possuem elas próprias algumas insuficiências: por se basearem no comportamento racional dos atores; bem como no pressuposto de que existe uma adaptação congruente das estruturas e funções do funcionamento interno das organizações às contingências do ambiente externo. As abordagens sobre o poder nas organizações – abordagem política – procuram superar tais insuficiências. Tais abordagens,

que surgem na década de 70 do século XX, vieram colocar em evidência os seguintes aspetos:

- a) Nas organizações modernas o poder emerge como uma variável explicativa do seu funcionamento;
- b) O poder não decorre exclusivamente da autoridade hierárquica formal das organizações, mas também das funções e estruturas que estão diretamente relacionadas com o processo de tomada de decisão, com a execução de tarefas, com o processamento da informação, a divisão do trabalho e as interações entre as organizações e o ambiente externo;
- c) As organizações são, assim, no essencial, uma construção humana e social. Estratégias e objetivos organizacionais, individuais e grupais são socializados a partir de situações contingentes, dando azo à configuração de sistemas de ação concretos (Ferreira, 2011e: 146-147).

A este propósito, justificam algum destaque, e um maior aprofundamento, as abordagens desenvolvidas e apresentadas por quatro autores: Mintzberg, Pfeffer, Crozier e Friedberg.

A perspetiva de Mintzberg foi apresentada, inicialmente, na sua obra *Estrutura e Dinâmica das Organizações* e depois desenvolvida na obra *O Poder nas Organizações*. Na primeira, o conceito de poder está integrado no quadro analítico das estruturas e dinâmica das organizações. Mintzberg desenvolve a sua posição com base em seis conceitos fundamentais, a saber:

- a) Mecanismos de coordenação

Depois de explicar que toda a atividade humana organizada dá lugar a duas exigências opostas, a divisão do trabalho em várias tarefas e a coordenação das mesmas, identifica cinco mecanismos fundamentais de coordenação: o ajustamento mútuo, a supervisão direta, a standardização dos processos de trabalho, a standardização dos resultados e a standardização das qualificações dos trabalhadores (1999: 21).

- b) Componentes básicas da organização

Apresenta de seguida as cinco componentes básicas da organização: o vértice estratégico, a linha hierárquica, o centro operacional, a tecnoestrutura e o pessoal de apoio (1999: 37-53).

c) Os sistemas de fluxo

E os cinco sistemas de fluxos que atravessam esses elementos de base: sistema de autoridade formal, sistema de fluxos de informação regulada, sistema de comunicação informal, sistema de constelações de trabalho e sistema de processos de decisão *ad hoc* (1999: 55-86).

d) Os parâmetros de concepção

Mintzberg apresenta depois nove parâmetros de concepção, ou seja, os elementos básicos que as organizações utilizam para conceber as suas estruturas e criarem padrões estáveis de comportamento: a especialização do trabalho, a formalização do comportamento, a formação e a socialização, o agrupamento em unidades, a dimensão das unidades, os sistemas de planeamento e de controlo, os mecanismos de ligação, a descentralização vertical e a descentralização horizontal (1999: 87-242)⁵⁹.

e) Os fatores de contingência

Depois de explicar que as escolhas estruturais são ditadas, em grande medida, pela situação da organização e pela necessidade de os parâmetros de concepção formarem internamente conjuntos coerentes entre si, Mintzberg formula 16 hipóteses sobre a relação entre a estrutura e a situação da organização, associadas a quatro fatores de contingência: a idade e a dimensão, o sistema técnico, o ambiente e o poder (1999: 245-328).

⁵⁹ Mintzberg aborda a questão da democracia nas organizações a propósito da descentralização horizontal. E conclui o seguinte:

- A democracia industrial – o poder a todos os membros da organização – parece centralizar a organização tanto na dimensão vertical como na horizontal; a democratização conduz paradoxalmente à centralização;
- Os trabalhadores não estão realmente interessados nas questões que não se encontrem diretamente relacionadas com o seu trabalho;
- A democratização pode funcionar em pequenas organizações de natureza voluntária, mas em organizações maiores produz uma maior centralização, com reflexos ao nível da eficiência;
- Nos Estados Unidos é evidente a preferência pela denominada “gestão participativa”, discutindo-se se a mesma conduz ou não a um aumento da satisfação dos trabalhadores e da produtividade;
- Não obstante, a “gestão participativa” não se confunde com a democracia; no primeiro caso, o gestor da linha hierárquica tem o poder formal e escolhe partilhá-lo com os seus subordinados (consulta-os ou pode pedir-lhes para participarem no processo de decisão), enquanto que a democracia não depende da generosidade daqueles que detêm o poder formal, em vez disso distribui esse poder através da organização.

Para um maior desenvolvimento, ver Mintzberg (1999: 230-238).

Pateman [(1970), 1992: 100] também distingue participação e democracia industrial:

“Um sistema de democracia industrial implica a oportunidade de participação plena de alto nível por parte dos empregados. Por outro lado, a participação parcial de alto nível não exige a democratização das estruturas de autoridade, uma vez que é possível aos trabalhadores, ou aos seus representantes, influenciarem as decisões de alto nível, enquanto a prerrogativa da decisão final permanece nas mãos da administração (...).

Esse exame deixa claro que, no contexto industrial, os termos «participação» e «democracia» não podem ser usados como se fossem intercambiáveis: não são sinónimos”.

f) As configurações estruturais

Os parâmetros de concepção e os fatores de contingência agrupam-se em aglomerações naturais, ou “configurações”: estrutura simples (supervisão direta, vértice estratégico); burocracia mecanicista (standardização dos processos de trabalho, tecnoestrutura); burocracia profissional (standardização das qualificações, centro operacional); estrutura divisionalizada (standardização dos resultados, linha hierárquica); e adhocracia (ajustamento mútuo, pessoal de apoio) – 1999 (335-493).

Este conjunto de configurações é concebido como uma tipologia feita de tipos puros ou ideais, que descrevem respetivamente uma forma fundamental de estrutura e a situação que lhe corresponde. Há, no entanto, organizações com estruturas híbridas.

Para Mintzberg o poder é um fator de contingência. E a esse propósito apresenta e fundamenta três hipóteses fundamentais, que resultam de várias investigações sobre o tema:

- a) Quanto maior for o controlo externo exercido sobre a organização mais centralizada e formalizada é a estrutura;
- b) As necessidades de poder dos membros de uma organização tendem a criar estruturas que são excessivamente centralizadas;
- c) Existe em matéria de estrutura (e de cultura) uma tendência que leva as organizações a conformarem-se com a moda do momento, mesmo que não seja apropriada para a organização (1999: 319-327).

Na obra *O Poder nas Organizações*, Mintzberg aprofunda o conceito de poder e explica a natureza e a importância dos grupos que exercem influência no funcionamento das organizações. Para Mintzberg existem quatro grupos que detêm um poder de influência externa sobre o funcionamento das organizações e cinco grupos internos que detêm também um grande poder de influência (1986: 71-235).

Os quatro grupos que detêm um poder de influência externa são os proprietários (os seus detentores legais e que estão na base da sua criação); os associados (fornecedores, clientes, parceiros e concorrentes); associações de empregados; e públicos relacionados com a organização (os que têm influência sobre a opinião pública, como jornalistas, padres ou professores, os governos e os grupos de interesses particulares, como ecologistas, feministas, grupos étnicos, entre outros). Essa influência externa sobre o funcionamento das

organizações é concretizada através de um conjunto de meios, a saber: normas sociais, constrangimentos formais, campanhas de grupos de pressão, controlo direto.

Diretamente relacionados com o funcionamento interno, Mintzberg identifica cinco grupos de influência:

- a) O presidente ou diretor-geral
Ocupa uma posição estratégica, como autoridade hierárquica superior. É o agente privilegiado de ligação entre os detentores de influência externa e o funcionamento da organização.
- b) Os quadros intermédios
Identificam-se com os objetivos e estratégias do presidente ou diretor-geral, mas promovem (por norma) um maior desenvolvimento e autonomia das respetivas unidades.
- c) Os operadores
Dividem-se em não qualificados e operadores profissionais. Os operadores não qualificados têm poucas possibilidades formais de influenciar as diferentes atividades das organizações. Como grupo, vêem-se constrangidos a lutar por objetivos limitados: melhoria das condições de trabalho e sistema de remuneração. Os operadores profissionais têm mais influência e tendem a lutar pela melhoria das relações sociais e das relações de trabalho.
- d) Os analistas da tecnoestrutura
São todo o pessoal que está diretamente relacionado com as tarefas de conceção e gestão dos sistemas formais de controlo e de adaptação da organização. Não tendo autoridade para tomar decisões, emergem como conselheiros junto dos quadros hierárquicos administrativos e exercem o poder ao nível da escala hierárquica inferior, desde logo nas funções de institucionalização do comportamento.
- e) Pessoal de apoio logístico
Dividem-se também em duas categorias: pessoal de apoio logístico não qualificado e qualificado. O não qualificado faz um conjunto de serviços pouco relevantes e tem pouco poder. O qualificado presta serviços importantes, que ajudam a solucionar problemas relevantes, e possuem mais poder.

Pfeffer também desenvolveu teoricamente o tema do poder, sobretudo na obra *Gerir com Poder. Políticas e Influências nas Organizações* (1994).

Começa por apresentar uma maneira alternativa de pensar o processo de tomada de decisão, assente em três pressupostos. Primeiro: uma decisão, por si, não muda nada. Segundo: no momento em que a decisão é tomada é provável que não possamos saber se ela é boa ou má. Terceiro: por norma, passamos mais tempo a viver com as consequências das nossas decisões do que a tomá-las. E conclui que em “vez de perdermos tempo e despendermos esforços excessivos no processo de tomada de decisão, pareceria pelo menos tão útil como isso passar o tempo a aplicar decisões e a tratar das suas ramificações. Neste sentido, os bons gestores não são apenas bons decisores analíticos; o mais importante é que sejam hábeis a gerir as consequências das suas decisões” (1994: 31).

Pfeffer dedica-se, assim, a identificar um conjunto de medidas que visam precisamente garantir a aplicação das decisões. Apresenta o processo de gestão numa perspectiva de poder. A obra em referência trata dos pormenores dessas medidas. Mas Pfeffer apresenta, logo no início, uma visão geral do processo:

- “1. Decidir quais são as suas metas, o que está a tentar realizar;
2. Diagnosticar padrões de dependência e interdependência; que indivíduos são influentes e importantes para atingir a sua meta;
3. Quais são, provavelmente, os pontos de vista deles? Como se sentirão com o que você está a tentar fazer?
4. Quais são as bases do poder deles? Quais deles são mais influentes na decisão?
5. Quais são as suas bases de poder e de influência? Que bases de influência pode desenvolver para ganhar maior controlo da situação?
6. Quais das várias estratégias e táticas de exercício do poder parecem ser mais adequadas e quais têm a probabilidade de ser eficazes, dada a situação com que se confronta?
7. Baseado no que precede, escolha um percurso de ação para fazer qualquer coisa” (1994: 41).

Não é de estranhar, assim, que a segunda e terceira partes da obra em referência sejam dedicadas, respetivamente, às fontes de poder e às estratégias e táticas para empregar eficazmente o poder.

Pfeffer questiona se o poder está relacionado sobretudo com o lugar organizacional ou as características individuais. Deste modo, começa por identificar e examinar os fatores que criam o poder de uma posição organizacional. E identifica três fatores fundamentais:

a) O controlo de recursos

A jurisdição sobre recursos (como orçamentos, instalações físicas e posições que possam ser usadas para cultivar aliados e apoiantes) é uma importante fonte de poder, mas apenas na medida em que uma pessoa controle efetivamente recursos e a sua utilização.

Os recursos só são úteis para o desenvolvimento e exercício de influência na medida em que se tenha poder discricionário sobre eles, e na medida em que a dependência de outros possa ser desenvolvida.

b) O controlo e acesso à informação

Informação (e saber) são poder. Mas Pfeffer alerta para o facto de que o saber que produz poder nas organizações não é apenas o saber técnico relativo ao processo de trabalho em si, mas também o conhecimento do sistema social da firma – sobre as atividades da organização, sobre as preferências e juízos dos outros, sobre o que se passa e quem o faz (1994: 131).

Ora, o acesso ao conhecimento social depende da posição da pessoa na rede de comunicação e da interação social.

c) A posição formal

A localização na estrutura formal da organização é também muito importante.

Pfeffer sublinha, no entanto, que “o poder da posição e o uso desse poder é mais do que a mera autoridade formal. Implica a construção e manutenção de uma reputação de eficiência e a capacidade de pôr as coisas a andar. Sem estas duas componentes, o poder da posição tende a sofrer erosão” (1994: 148).

Pfeffer identifica, ainda, duas outras fontes de poder na organização (1994: 169-212). A importância de estar na unidade certa: estar numa subunidade poderosa dá mais influência. E as características individuais. Para Pfeffer, há seis atributos individuais que podem fazer a diferença:

- Energia, resistência e robustez física;
- Capacidade de concentrar a energia e de evitar desperdício de esforços;
- Sensibilidade, que permite compreender os outros;
- Flexibilidade, particularmente no que respeita à escolha de vários meios para realizar os objetivos;
- Vontade de se envolver, quando necessário, em conflitos e confrontações – um certo grau de dureza pessoal;

- Capacidade de submergir o ego, pelo menos temporariamente, e de fazer de bom subordinado, ou de bom jogador de equipa, para receber ajuda e apoio dos outros⁶⁰.

Não basta saber que o poder existe. Ou de onde vem o poder. É também vital saber usá-lo eficazmente – “ter um arsenal de estratégias e de táticas que traduzam o poder e a influência em resultados práticos” (Pfeffer, 1994: 214).

Pfeffer identifica seis estratégias e táticas que importa conhecer e dominar (1994: 213-336):

a) A maneira como olhamos as coisas afeta a maneira como as vemos

A maneira como olhamos as coisas depende do contexto. Fixar o quadro em que as questões serão vistas e discutidas é, muitas vezes, suficiente para determinar o resultado. Estabelecer o contexto é uma estratégia crítica para exercer poder e influência.

É importante fixar cedo os termos da discussão. A capacidade de redigir memorandos inteligentes, que depois afetam a maneira como os assuntos são vistos e discutidos, pode ser usada eficazmente como uma estratégia de influência.

b) Influência interpessoal

As organizações são sistemas sociais em que pessoas interagem e são influenciadas pelos seus colegas. Somos influenciados pelo que os nossos colegas dizem e fazem – o efeito da prova social – e pelas coisas que os outros fazem para que gostemos deles e pensemos bem deles. E também somos influenciados pelas emoções que se criam e usam nas situações sociais.

c) A oportunidade é (quase) tudo

Ações bem programadas no tempo podem ter êxito, enquanto que as mesmas ações, empreendidas num momento menos oportuno, podem não ter hipótese de êxito.

⁶⁰ Petit e Dubois (2000: 81), depois de apresentarem e analisarem vários estudos sobre o tema, defendem a relatividade dos fatores pessoais:

“Desses estudos, é impossível extrair uma lista de traços homogêneos e compatíveis com o conjunto das situações observadas. Esta conclusão reforça o aspeto não genérico dos traços ligados à liderança e o seu caráter fortemente contingente. O único elemento seguro seria mostrar que, num determinado grupo, o líder possui muitas vezes traços de caráter distintos que o demarcam dos outros membros. Esses traços pessoais corresponderiam em cada caso aos valores, às expectativas e aos objetivos do grupo implicado”.

- d) As políticas de informação e análise
Há uma resposta certa para a maioria das situações e essa resposta pode ser encontrada por meio da análise e ser iluminada com mais informações. Os que controlam os factos e a análise podem exercer substancial influência.
- e) Mudar a estrutura para consolidar poder
Dadas as ligações entre estrutura e poder não é surpreendente que as mudanças estruturais sejam muitas vezes utilizadas para exercer poder: “A estrutura pode ser usada para dividir e conquistar a oposição. Pode ser usada para consolidar o seu próprio poder, colocando-se a si e aos seus aliados em posição de exercer maior controlo sobre os recursos e a informação. Na medida em que a estrutura acarreta a identificação de responsabilidades, pode ser utilizada para cooptar outros e para assegurar que eles apoiem as suas iniciativas” (1994: 301).
- f) Ação simbólica: linguagem, cerimónias e situações
Exercemos poder e influência quando o fazemos com êxito, através do uso subtil da linguagem, de símbolos, de cerimónias e de situações que fazem as pessoas sentir-se bem com o que estão a fazer: “é função das pessoas interessadas em usar poder e influência fazer com que os outros se sintam bem a fazer o que queremos que se faça” (1994: 315).

Michel Crozier e Erhard Friedberg também se debruçaram sobre o fenómeno do poder nas organizações. Fizeram-no através do desenvolvimento da denominada perspectiva da análise estratégica, que assenta nos seguintes postulados gerais:

- a) Cada indivíduo tem os seus objetivos próprios, os seus projetos, que procura desenvolver mesmo que confrontado com as contingências estruturais e institucionais da organização;
- b) A estratégia dos atores na organização é sempre racional, mas nunca de uma racionalidade absoluta. É uma racionalidade limitada inscrita nas contingências do funcionamento das organizações;
- c) Na medida em que a ação individual e coletiva em que os membros da organização se inscrevem só é parcialmente definida pelas regras oficiais, subsiste sempre uma zona de incerteza que releva de condutas humanas não regulamentadas pela organização;
- d) Em virtude da existência de uma liberdade relativa dos atores e de uma zona de incerteza, a organização vê-se constrangida a motivar os indivíduos a jogar o jogo que permite a consecução dos seus objetivos;

- e) Cada indivíduo não exerce o poder somente em relação ao funcionamento da organização. Para além disso, tem possibilidade de exercer o poder quando influencia o comportamento de outros indivíduos e grupos da organização;
- f) As relações de poder, definidas pelo papel protagonizado por cada ator, podem coincidir ou não com a distribuição de poder que está inscrito na estrutura formal da organização. Perante estas contingências emerge um tipo de poder que tem origem em relações sociais informais. Não obstante, a socialização do poder faz-se no interior da estrutura formal, na medida em que cada ator é participante das tarefas e dos papéis que são prescritos pela organização (Ferreira, 2011e: 137-138).

A análise estratégica mostra que os atores possuem um espaço de liberdade importante em relação aos objetivos da organização. Esse é um contributo essencial para o conhecimento sobre as organizações. Petit e Dubois referem, no entanto, que esta leitura não enquadra suficientemente a permanência dos vínculos, o que faz com que os atores se mantenham juntos: “A organização não pode ser compreendida sem a existência de trocas entre os atores obrigados a uma cooperação que não pode reduzir-se a uma pura relação de poder” (2000: 116). Ou seja, a compreensão dos comportamentos unicamente a partir das estratégias dos atores não permite apreender com precisão suficiente a criação ou aceitação da cooperação. E complementam a abordagem em análise com um outro conceito, o da confiança:

“Os jogos de atores são certamente centrais nas organizações. No entanto, a autonomia do autor e a sua procura de conquista do poder não podem constituir a única regra de funcionamento das organizações. A questão da permanência do sistema através da relação, da reciprocidade, do controlo mútuo necessário não pode basear-se unicamente nos cálculos estratégicos dos atores. É preciso introduzir uma outra noção, a da confiança. Fazer confiança implica que cada ator está certo que numa temporalidade o outro respeitará as regras do jogo conhecidas de ambos” (2000: 116).

A análise do poder nas organizações foi objeto, ainda, de um outro desenvolvimento, protagonizado por Friedberg, através da obra *O Poder e a Regra* (1995). Para Friedberg o fenómeno organizacional é o resultado contingente da ação coletiva pautada por conflitos. As organizações modernas são a expressão das relações de poder e da regra. Ou seja, a ação coletiva só pode ser coordenada e controlada se as interações criadas pelas

estratégias dos atores forem integradas num processo assente no exercício do poder e na vinculação normativa às regras. O poder sem regras não pode existir.

Para além da abordagem política, há um conjunto de outras teorias que procuram igualmente superar as lacunas dos paradigmas deterministas que se centram no comportamento racional dos atores e na adaptação congruente das estruturas e funções das organizações às contingências do ambiente externo. Ferreira *et al.* (2011: 149-190) falam em teorias ecológicas e sociocognitivas e referem-se especificamente a quatro: teoria da dependência de recursos, ecologia das populações, institucionalismo e sociocognitivismo organizacional.

Pela importância que encerra para o estudo das associações e para a temática da sustentabilidade optou-se por apresentar aqui, com maior desenvolvimento, a teoria da dependência de recursos, elaborada por Pfeffer e Salancik (1978).

Como referem Ferreira *et al.* (2011: 151), a teoria da dependência de recursos parte do pressuposto fundamental de que as organizações são objeto de controlo social e restrições do ambiente externo relativamente aos recursos que são vitais para o seu funcionamento. Essa dependência de recursos não impede, todavia, que uma dada organização seja possuidora de capacidade política interna, no que respeita à definição de estratégias e formulação de escolhas no processo de tomada de decisão e que lhe permite adaptar-se aos ambientes dos quais depende. Daí que o modelo em apreço possa ser lido sob duas vertentes: “por um lado, como matriz de análise da dependência organizacional perante variáveis contextuais e, por outro, como conjunto de propostas estratégicas para gerir essa mesma dependência” (Ferreira *et al.*, 2011: 151).

Vejamos com um pouco mais de detalhe cada uma dessas vertentes. A organização necessita, para sobreviver, de diferentes tipos de recursos: humanos, monetários, físicos, informações e legitimidade social. O ambiente apresenta-se como um poderoso constrangimento à ação das organizações. Nenhuma organização é totalmente autónoma, autossuficiente ou detentora do controlo total das suas condições de existência. A política externa das organizações tem assim um espaço preponderante na sua ação. Para gerir a interdependência e a incerteza ambientais, as organizações podem desencadear diversas estratégias e táticas: averiguar da possibilidade de multiplicar o fornecimento de recursos com base em várias fontes, testar a possibilidade de utilização de recursos alternativos, diversificar as relações de troca com vários agentes, associar-se em coligações de política externa, exercer ações de *lobby* a nível político e legislativo.

Esta centralidade no ambiente, enquanto espaço de constrangimentos e oportunidades, é igualmente partilhada por outras abordagens recentes. No entanto, a teoria

da dependência de recursos é menos determinista que outras teorias, na medida em que valoriza o papel do poder político interno e as suas capacidades para mudar o ambiente, absorver a incerteza e controlar a dependência (Ferreira *et al.*, 2011: 158). Pfeffer e Salancik notam que a sobrevivência das organizações não depende apenas do ambiente. Depende ainda da eficiência das suas componentes internas (estrutura, liderança, objetivos, comunicação) que concentram a sua atenção no uso dos recursos – e não na sua aquisição. Através do poder político e das suas estratégias internas, a organização pode libertar-se e evoluir de forma a controlar e estruturar o ambiente que a rodeia e em que se insere.

Para concluir este ponto, cabe fazer uma breve referência às denominadas abordagens macro-sociais e críticas das organizações. E que incluem duas grandes perspetivas: a perspetiva marxista e a perspetiva anarquista (Ferreira e Casaca, 2011: 191 e seguintes). Como referem Ferreira e Casaca (2011: 245), estas abordagens têm uma forte incidência no ambiente externo, mas atravessam a “espinha dorsal” do funcionamento das organizações: “Por um lado, pelos constrangimentos do ambiente externo resultantes das realidades políticas, sociais, culturais e económicas, por outro, pelos seus efeitos estruturantes nos processos de socialização da divisão social do trabalho, do poder, da decisão e da liderança”.

É neste quadro que se insere Wright (2019: 81-83). Este autor defende que a ideia de erosão do capitalismo pressupõe, também, a “erosão do próprio carácter capitalista das empresas”. Como? Pela restrição do conjunto de direitos que acompanham a propriedade privada dos meios de produção (as leis sobre salário mínimo, sobre higiene e segurança nos locais de trabalho, leis ambientais, etc.). E pela ampliação e aprofundamento do poder deliberativo dos trabalhadores dentro da empresa (Wright, 2019: 82). Wright refere uma forma concreta de atingir esse objetivo – o denominado governo bicameral: existência de dois órgãos deliberativos (uma câmara convencional, eleita pelos acionistas; e outra, eleita pelos trabalhadores); com a obrigatoriedade de as decisões corporativas serem votadas e aprovadas nas duas câmaras (2019: 82-83).

2 – Critérios para uma governação democrática. O caso das associações

Apesar de ter como preocupação cimeira a “democracia em larga escala”, de nível nacional, Dahl (2000) desenvolve todo um quadro teórico de grande interesse para o estudo da democracia nas associações.

Dahl identifica um conjunto de critérios que todas as associações devem preencher para garantir um processo democrático – critérios que são igualmente aplicáveis aos Estados. Trata-se de um modelo ideal, assumindo o autor que as democracias reais estarão sempre aquém desse ideal. E que critérios são esses? Dahl identifica cinco critérios fundamentais:

a) Participação efetiva

“Antes de uma política ser adotada pela associação, todos os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas de tornar os seus pontos de vista conhecidos dos outros membros, bem como de opinar sobre qual deveria ser a política” (2000: 47-48).

b) Igualdade de voto

“Quando chegar o momento da tomada de decisão sobre a política a ser finalmente seguida, cada membro deve ter uma oportunidade igual e efetiva de votar e todos os votos devem ser considerados iguais” (2000: 48).

c) Obtenção de informação esclarecida

“Dentro de limites de tempo razoáveis, cada membro deve ter oportunidades iguais e efetivas de conhecer as políticas alternativas relevantes e as suas prováveis consequências” (2000: 48).

d) Exercício de controlo final sobre a agenda

“Os membros devem ter a oportunidade exclusiva de decidir como e, se for sua opção, quais os pontos que serão agendados” (2000: 48).

e) Inclusão de adultos

Todos os adultos devem gozar dos direitos indicados nos quatro primeiros critérios (2000: 48).

Porquê estes critérios e não outros? Dahl explica (2000: 49):

“Resumidamente, a resposta é apenas esta: cada um desses critérios é necessário se os membros (por mais limitado que seja o seu número) forem politicamente iguais no estabelecimento das políticas da associação. Por outras palavras: se qualquer um destes requisitos for violado, os membros deixarão de ser politicamente iguais”.

Após identificação dos critérios democráticos ideais, Dahl procura refletir sobre as instituições que poderão contribuir – embora não completamente – para satisfazer tais critérios. Essas instituições constituirão os requisitos mínimos para um país (ou uma associação) serem considerados democráticos.

Neste âmbito, o estudo de Dahl surge dirigido fundamentalmente para a realidade que identifica como “democracias em larga escala” (2000: 101). E concluiu que a democracia representativa moderna pressupõe seis instituições (já referidas no capítulo 2):

1. Dirigentes eleitos;
2. Eleições livres, justas e frequentes;
3. Liberdade de expressão;
4. Fontes alternativas de informação;
5. Autonomia de associação;
6. Cidadania inclusiva.

Nada se diz sobre as instituições necessárias às democracias de “pequena escala” – e designadamente às de tipo associativo. Como identificar tais instituições? Será possível adaptar as instituições das “democracias de larga escala” às de “pequena escala”? O que é que distingue a democracia nessas diferentes escalas?

A democracia grega surge como democracia de assembleia: como foi referido, operava através da mobilização direta dos seus cidadãos numa assembleia, onde eram tomadas todas as decisões fundamentais. Este modelo possui algumas vantagens, sobretudo em unidades mais pequenas. Desde logo, por promover e incentivar a participação efetiva. Tem por isso acérrimos defensores. Não obstante, apresenta também algumas limitações, como observa Dahl (2000: 125-126):

- a) As oportunidades de participação diminuem rapidamente com a dimensão do corpo de cidadãos;
- b) Embora muitos mais possam participar ao escutarem os oradores, numa única reunião o número máximo de participantes que serão capazes de exprimir-se através do discurso é muito pequeno – é provável que seja consideravelmente menor que uma centena;
- c) Estes membros ativamente participantes tornam-se efetivamente representantes dos outros, exceto na votação;
- d) Assim, mesmo numa unidade governada através da democracia de assembleia, é provável que exista uma espécie de sistema representativo de facto;
- e) E nada assegura que os membros com participação ativa sejam representantes dos restantes.

Dahl aprofunda o tema, referindo-se aos “limites inexoráveis à participação cívica”. Com base em vários argumentos e exercícios aritméticos acaba por formular a seguinte “lei do tempo e dos números”: “quanto mais cidadãos uma unidade democrática tiver, menos esses cidadãos poderão participar diretamente nas decisões governamentais e mais a sua autoridade terá de ser delegada noutros” (2000: 122-127).

Poder-se-á dizer que as tecnologias da informação e da comunicação vieram potenciar e facilitar a participação. Mas isso em nada prejudica a referida lei de Dahl. Mesmo que se crie uma assembleia virtual, os referidos limites continuam a existir: “Para além de certos limites, torna-se ridícula uma tentativa para conseguir que se reúnam todos e se empenhem numa discussão frutuosa, mesmo eletronicamente” (Dahl, 2000: 123). Para além disso, há ainda duas outras dificuldades:

- a) A maior parte dos associados não tem disponibilidade para estar permanentemente a tomar decisões sobre o funcionamento da sua associação. Hoje, são poucos os que conseguem dedicar parte substancial do seu tempo a essa participação.
- b) Para além disso, a governação tornou-se mais complexa, exigindo conhecimentos alargados e especializados. Ninguém está preparado para discutir todos os assuntos que é preciso decidir.

Colocam-se então as seguintes questões: quão grande é ser demasiado grande para a democracia de assembleia? Como governar melhor as organizações mais pequenas do Estado e da sociedade? Não há uma resposta simples (e única) para estas questões. A opção pelo modelo de assembleia ou pelo de democracia representativa dependerá sempre de diversos fatores. A lei de Dahl (do tempo e dos números) é um fator determinante. Mas há outros fatores: por exemplo, o da disponibilidade atual para uma participação intensa e constante. Ao contrário do que acontecia na democracia grega, atualmente a maioria dos cidadãos tem o tempo ocupado com obrigações absorventes (profissionais, familiares e outras). E isso condiciona fortemente a participação – sobretudo se esta for mais exigente.

É importante acrescentar que a opção não terá que ser apenas entre um e outro modelo. É possível a construção de soluções mistas – que integrem elementos de cada um dos dois modelos.

O modelo de democracia representativa (ou de delegação) pode, por seu lado, assumir diversas configurações. Couret (2002) identifica quatro modelos:

a) Presidencialista

O presidente da direção é onnipresente e centraliza todo o processo de decisão. A restante direção assume uma atitude passiva e a assembleia geral é um órgão meramente formal.

b) De direção

É a direção que centraliza todo o processo de decisão.

c) De gestão profissional dominante

O gestor profissional assume grande influência no processo de decisão, promovendo uma gestão essencialmente tecnocrática⁶¹.

d) De “gestão profissional temperado”

O gestor profissional fica limitado ao papel de executor das decisões; sendo a direção o grande protagonista do governo da associação.

Aqui chegados, volta a convocar-se a questão colocada acima: será possível adaptar as instituições das referidas “democracias de larga escala” às de “pequena escala”? Quais os requisitos mínimos para se considerar que uma associação tem um funcionamento democrático? Face ao anteriormente exposto, pode agora acrescentar-se o seguinte:

- Não é possível apresentar um quadro institucional único – aplicável a todas as associações. Um modelo predominantemente de assembleia pressuporá determinadas instituições. E um modelo representativo ou misto terá que assentar em instituições diferentes.

- O referido exercício de ajustamento – partindo da democracia poliárquica – só faz sentido para associações com um modelo de governo representativo ou misto.

Com base nessa diferenciação, procurar-se-á de seguida perceber quais as instituições da democracia poliárquica que se ajustam às associações de governo representativo (ou misto), quais as que não se ajustam, e se há necessidade de acrescentar mais alguma.

De entre as instituições referidas por Dahl, há três que se aplicam diretamente às associações, sem suscitar grandes dúvidas: dirigentes eleitos; eleições livres, justas e frequentes; e liberdade de expressão. E há uma que não pode ser aplicada, por ser

⁶¹ O crescimento da associação conduz, normalmente, à necessidade de contratação de gestores profissionais. Como nota Chaves (2004: 20), esses gestores tendem a concentrar um crescente poder e a influenciar a trajetória da associação, por vezes contra os interesses dos associados e do modelo democrático.

exclusiva das “democracias de larga escala”: a liberdade de associação (o direito de formar associações ou organizações).

As duas restantes – fontes alternativas de informação e cidadania inclusiva – justificam algumas observações. A existência de fontes alternativas de informação pressupõe para Dahl (2000: 102):

- a) Os cidadãos terem o direito de procurar fontes alternativas e independentes junto de outros cidadãos, especialistas, jornais, revistas, livros, telecomunicações e outros;
- b) Torna-se igualmente essencial que essas fontes de informação não estejam sob o controlo do governo ou qualquer outro grupo político ou económico que tente influenciar as crenças e as atitudes públicas – devendo, por isso, ser reguladas por lei.

Realidade que assume especial importância nas “democracias de larga escala”, mas não tem a mesma relevância no quadro de funcionamento das associações. No caso das associações, sugere-se (e defende-se) a substituição dessa instituição pela da transparência (Pratas e Queiroga, 2020: 95). Transparência que pressupõe, designadamente, o acesso à informação detida pelos órgãos associativos e uma relação de proximidade com os associados. Sem transparência, será muito difícil participar nos principais debates relativos ao funcionamento e vida das associações.

A cidadania inclusiva justifica, também, um breve comentário. Em primeiro lugar, para notar que a qualidade de associado não se adquire automaticamente. É necessária uma declaração de vontade por parte do interessado; e uma decisão por parte do órgão competente – aceitação do pedido. Por outro lado, convém lembrar que é possível adquirir a qualidade de associado antes mesmo de se atingir a maioria. E é possível barrar legitimamente o acesso dos candidatos. No caso das associações, faz, assim, mais sentido falar de participação inclusiva. Participação inclusiva que implica, designadamente, a proibição de discriminações ilegítimas entre associados (por exemplo, em função do género, ou outras).

Para além dos que foram já referidos, entende-se que a democracia nas associações pressupõe, ainda, dois outros requisitos:

- a) É fundamental que os dirigentes não estejam capturados por interesses que se furtam ao combate eleitoral. Por exemplo, instrumentalização partidária⁶².
- b) E que a associação seja autogovernada, ou seja, que possa agir independentemente de quaisquer constrangimentos impostos por outros entes externos.

Optou-se (no caso das associações) por integrar essas duas dimensões numa única condição: a da autonomia.

Chaves (2004: 18) refere, ainda, um outro elemento, também a considerar: apesar de haver uma delegação, os associados devem continuar a assumir um papel central no processo de decisão (e de controlo). Para Chaves, a democracia interna pressupõe, designadamente: 1) que os associados assumam as principais decisões da associação; 2) que participem ativamente na assembleia geral e na eleição dos representantes; 3) que os eleitos representem efetivamente os associados e assegurem a gestão da associação; 4) que os eleitos sejam responsáveis perante os associados (Chaves, 2004: 18)⁶³.

Assim, e em síntese, pode dizer-se que a democracia nas associações (de governo representativo ou misto) pressupõe sete condições:

1. Dirigentes eleitos;
2. Eleições livres, justas e frequentes;
3. Assembleia geral ativa;
4. Liberdade de expressão;

⁶² Relativamente a este ponto, importa referir e analisar os resultados do estudo desenvolvido por Locks (2016: 114):

“Em relação aos aspetos externos, percebemos no município uma complexa teia de relações entre associações e cooperativas, movimentos sociais, partidos e o poder público, que por um lado aprofundam as relações indivíduos-sociedade civil-estado, e por outro tornam as relações cada vez mais difíceis de serem captadas e compreendidas. Especificamente em nosso estudo, sete lideranças possuíam vínculo com o partido dos Trabalhadores e todas elas participavam de algum movimento social externo aos grupos (...).

Sobremaneira, nos parece importante entender as estratégias de sobrevivência de determinados indivíduos, em um contexto de escassez de recursos económicos, que utilizam de relações políticas para melhorar suas vidas de alguma forma. Esse contacto possibilita um controle maior do contexto por parte das associações, pois os recursos captados facilitam e viabilizam a existência dos grupos. Por outro lado, os próprios partidos também usufruem desses benefícios garantidos para determinadas associações, pois se apropriam das possibilidades eleitorais ou de mobilização que os grupos analisados oferecem”.

⁶³ Como lembra Locks (2016: 103), a “emergência de uma liderança forte com uma ampla distância ideológica e discursiva dos demais, acompanhada de problemas estruturais como baixos índices educacionais e vulnerabilidade social geram uma democracia fraca”.

Os resultados do estudo promovido por Locks no Brasil são claros:

“Os espaços de fala nas reuniões e as tomadas de decisões são, na maioria das vezes, dominados pelos dirigentes que possuem maiores habilidades comunicativas e de gerenciamento. Com isso ocorre a reprodução da «lei de ferro da oligarquia» (...), bem como uma diminuição das exigências normativas em relação ao potencial democrático das associações e cooperativas (...)” (2016: 114).

5. Transparência;
6. Participação inclusiva;
7. Autonomia.

Para garantir a democracia interna é essencial preservar tais condições, quer no plano formal, quer no plano real. Salinas (1990: 16) distingue, a propósito, a democracia formal e a democracia real. A democracia formal é assegurada por atos normativos, que regulam, designadamente, o processo de tomada de decisões. A democracia real diz respeito à complexa rede de relações sociais e de poder existentes, de facto, entre os indivíduos de uma organização e fora desta.

3 – Transparência organizacional. Primeira aproximação

Falou-se em transparência das associações. Mas o que deve entender-se por transparência e por transparente? Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001), transparência é a “(q)ualidade do que deixa passar a luz” e transparente é o “(q)ue deixa passar a luz ou deixa ver distintamente através de si”. A transparência designa, pois, a propriedade de um corpo que se deixa atravessar pela luz (e permite distinguir os objetos que estão por trás de si).

A transparência surge muitas vezes associada aos corpos físicos, como um copo, ou uma garrafa. Um corpo pode ser realmente transparente ou límpido, permitindo vislumbrar com nitidez os objetos que cobre; como pode ser apenas translúcido, se não permite distinguir nitidamente esses objetos; e pode ser diáfano, se a luz que o atravessa nem sequer permite distinguir a forma desses objetos. Mas também se pode medir a transparência de outro tipo de “corpos”, como é o caso das organizações. Temática que tem assumido significativo protagonismo nas últimas décadas (Chevallier, 1988: 241). E há quem vá mais longe, refletindo sobre a transparência da própria sociedade (Vattimo, 1992).

No presente ponto procurar-se-á apresentar uma noção de transparência organizacional. Noção genérica – que permita abarcar vários tipos de organizações (sejam públicas, ou privadas; com ou sem fins lucrativos). E que será objeto de maior aprofundamento no capítulo 8.

Compulsada a literatura disponível, verificou-se que vários autores exploram o tema da transparência organizacional sem definir o respetivo conceito (Dias, 2016: 50). Verifica-se, por outro lado, que mesmo entre os autores que avançam uma noção não há consenso sobre os atributos ou dimensões que a suportam. Existem várias abordagens – umas unidimensionais, outras multidimensionais.

É em relação ao setor público (e às organizações públicas) que existe mais literatura disponível. A transparência passou a constituir um dos valores que os cidadãos consideram prioritários para o Estado democrático (Sousa e Triães, 2008: 58). E surgiram em diversas latitudes leis de acesso aos documentos administrativos (Pratas, 2020: 19). Não cabe resumir aqui o debate que se desenvolveu em torno desta problemática⁶⁴. Mas há um tópico que merece alguma atenção pela importância que tem para o tema em estudo: o da definição de transparência do Estado.

Como tive oportunidade de explicar noutro contexto (Pratas, 2013: 22), para se alcançar o real sentido da expressão *Estado transparente* não basta clarificar autonomamente os conceitos de Estado e de transparência. Em busca de uma definição, optou-se “por proceder a uma breve caracterização do desenvolvimento da relação do Estado (enquanto aparelho governativo) com a informação que possui, bem como à apresentação dos debates intelectuais mais relevantes que o acompanharam” (Pratas, 2013: 22). Com base nessa caracterização concluiu-se o seguinte:

- a) Os regimes políticos ditatoriais são pouco transparentes. Pode haver mais ou menos opacidade, mas o Estado é sempre opaco. Ou seja, o *Estado transparente* pressupõe, desde logo, um regime político democrático.
- b) O *Estado transparente* pressupõe, também, a transparência dos diversos poderes do Estado: do poder legislativo, do poder executivo e do poder judicial.
- c) A transparência do Estado (enquanto aparelho governativo) assenta em três pilares – ou dimensões – fundamentais, a saber:
 1. O do acesso à informação;
 2. O da difusão e discussão;
 3. O da proximidade⁶⁵ (Pratas, 2013: 40-42).

Pode, pois, concluir-se – com base nessa análise – que o Estado transparente é aquele que garante, para os diversos níveis de poder, um razoável cumprimento dos

⁶⁴ Para um maior aprofundamento, veja-se Pratas (2013).

⁶⁵ Norberto Bobbio (1988: 116) defende, também, que o poder é tanto mais visível quanto mais próximo: “De facto, a visibilidade não depende apenas da apresentação em público de quem é investido de poder, mas também da proximidade espacial que exista entre governante e governado”.

atributos referidos: o acesso à informação, a difusão e discussão e a proximidade. Isso significa que pode haver mais ou menos transparência, que o Estado pode ser mais ou menos transparente.

Com a empresa capitalista (de fins lucrativos), o quadro histórico e institucional é bem diferente. Para este tipo de organizações o segredo começa por ser um valor central. Ainda hoje se continua a dizer que “*o segredo é a alma do negócio*”. Mas essa realidade tem vindo a mudar nas últimas décadas, como explicam Tapscott e Ticoll:

“As pessoas e instituições que interagem com as empresas estão ganhando um acesso sem precedentes a todo o tipo de informações sobre o comportamento, as operações e o desempenho corporativos. Armadas de novas ferramentas para descobrir dados sobre assuntos que afetam seus interesses, *stakeholders* agora esquadrinham as empresas como nunca antes, passam a informação a outros e organizam respostas coletivas. A empresa está ficando transparente” (2005: xi).

Mas também aqui não há consenso sobre o conceito de transparência, ou empresa transparente (Dias, 2016: 50 e seguintes). Podem identificar-se três grandes abordagens conceptuais:

a) “*Disclosure de informação*”

Disclosure é apresentado como o ato de publicação de todas as informações pertinentes e que podem influenciar as decisões das partes interessadas.

b) “*Divulgação de informação, condições de acesso e interpretação da mesma*”

Outros autores consideram que a transparência não se consubstancia apenas na divulgação de informação, mas depende também das suas condições de acessibilidade – da faculdade que as partes interessadas têm para aceder à informação disponibilizada, compreendê-la e utilizá-la nas suas decisões.

c) “*Transparência dinâmica*”

A perspetiva dinâmica refere-se à transparência como um diálogo, no qual as empresas e as partes interessadas interagem para partilharem informação e cooperarem (Dias, 2016: 12-17).

A partir da análise dessas diferentes perspetivas propugna-se uma noção de transparência organizacional complexa e multidimensional – com os traços (ou pilares) propostos por Pratas (2013: 42), mas integrando contributos das abordagens sobre a empresa transparente. Uma organização será transparente se “deixar passar a luz”: se permitir vislumbrar a sua missão, planos, resultados, estrutura e organização, as principais

decisões que toma, o seu funcionamento (*disclosure* de informação); se estiver próxima (longe é mais difícil de observar); e se promover o diálogo – que ajuda a perceber o que está do “outro lado”.

Isso não significa que a transparência tenha apenas efeitos positivos. A este propósito importa apresentar aqui algumas teses gerais, que serão depois retomadas no capítulo 8:

- a) A transparência não é um valor absoluto: apesar de possuir em geral uma conotação positiva (e efeitos positivos), por vezes tem que ceder face a outros valores, ou princípios⁶⁶. Ou seja, tem limites. Limites que são ditados pela lei (externos) e limites ditados pela necessidade de garantir a maior eficiência possível (internos).
- b) A transparência não depende apenas da vontade ou discricionariedade da própria organização – da sua liderança. Por vezes é ditada de fora, imposta por lei. É o que acontece, por exemplo, com os serviços da Administração Pública portuguesa, sujeitos ao regime traçado na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto).
- c) Assim, e apesar de existirem diferentes graus de transparência, é possível identificar um nível mínimo – ditado por lei – e um nível máximo. O nível máximo estabelece a fronteira a partir da qual a transparência deixa de ter um efeito positivo (Heald, 2006b: 59). A opção por determinado grau acaba por estar condicionada por esse mínimo e máximo – e situar-se (em princípio) entre esses dois marcos, ou referenciais.
- d) A transparência assume na organização diversas funções, nem sempre em total harmonia – por vezes até contraditórias. A transparência (em determinado nível) promove a eficácia e a eficiência. Cria (ou pode fomentar) relações de confiança – determinantes para a sustentabilidade da organização. Permite o controlo do que se fez – ou está a fazer. Facilita e permite a contestação e a impugnação das decisões. Favorece e promove a participação.
- e) Apesar disso, existe um diferencial grande entre as expectativas e os reais méritos da transparência (Ringel: 2018).
- f) Os referenciais de transparência (níveis mínimos e máximos) variam com o tipo de organização. São diferentes para as organizações do setor público, para as do

⁶⁶ É o que defende Heald (2006b), que apresenta a transparência como um valor instrumental – e não um valor intrínseco.

setor privado lucrativo e para as da economia social. E em cada um desses setores também existem diferenças⁶⁷.

Com vista a um maior aprofundamento do conceito, David Heald (2006a) distingue as diferentes direções da transparência e as várias modalidades de transparência. No que respeita às direções, Heald (2006a: 27-28) identifica quatro tipos:

a) *Transparency upwards*

Diz respeito à possibilidade de o superior hierárquico poder observar a conduta, comportamento e os resultados da atividade desenvolvida pelos subordinados.

b) *Transparency downwards*

Diz respeito à possibilidade de os cidadãos poderem observar a conduta, comportamento e os resultados da atividade desenvolvida pelos governantes.

c) *Transparency outwards*

Ocorre quando os agentes conseguem observar o que está a acontecer em torno da organização – no ambiente externo.

d) *Transparency inwards*

Ocorre quando os pares conseguem observar o que está a acontecer no interior da organização.

Sobre as modalidades, Heald (2006a: 29-35) refere três grandes dicotomias:

a) Transparência de “eventos” e do processo

Eventos representa um estado ou ponto que é visível externamente e mensurável.

b) Transparência em retrospectiva e transparência em tempo real

Em retrospectiva diz respeito àquilo que já aconteceu; em tempo real àquilo que está a acontecer.

c) Transparência nominal e efetiva

Para que a transparência seja efetiva – e não meramente nominal – é necessário que os recetores sejam capazes de processar, digerir e usar a informação.

⁶⁷ Heald (2006a) explica que a transparência é condicionada pelo respetivo *habitat*. Mas ela também pode contribuir para a modificação desse *habitat* (2006a: 38).

Assim, e como nota Heald (2006a: 40), não será possível responder à questão de saber se a transparência é boa ou má sem se observar, em concreto, as direções e modalidades adotadas, bem como os respetivos *habitats*. Os efeitos da transparência estão dependentes desses diversos fatores.

II PARTE

Modelo de análise e estratégia metodológica

Títulos:

CAPÍTULO 4

– *MODELO DE ANÁLISE*

CAPÍTULO 5

– *ESTRATÉGIA METODOLÓGICA*

CAPÍTULO 4 – MODELO DE ANÁLISE

1 – O desafio da educação cívica

1.1 – Espaços de aprendizagem da cidadania

As últimas décadas do século XX ficaram ligadas à expansão da democracia liberal um pouco por toda a parte (ver capítulo 2). No entanto, nas chamadas democracias maduras, que se pretendia copiar, acabou por se instalar (quase em simultâneo) uma enorme desilusão quanto aos processos democráticos: cada vez mais pessoas desinteressadas da política; cada vez menos indivíduos que votam; cada vez mais pessoas que não se consideram representados por aqueles que elegeram – “paradoxo da democracia” (Giddens, 2010: 72).

Essa insatisfação (que ainda hoje persiste), acompanhada de um forte mal-estar em relação às condições socioeconómicas e quanto às expectativas de futuro (Carmo e Matias, 2019: 9), a revelações frequentes de casos de corrupção e a um novo quadro informativo, acabaram por criar um contexto favorável à ascensão do populismo (Mudde e Kaltwasser, 2017: 120-131). Caminha-se em diversas latitudes, e a passos largos, para a instauração de (novos) regimes híbridos ou “iliberais”⁶⁸.

Como foi referido no capítulo 2, têm sido apresentados vários caminhos ou remédios para a “doença” – ou crise grave. E há um que é relativamente consensual: o desafio da educação cívica. Defendido, entre outros, por Dahl (2000: 214), por Giddens (2010: 77) ou por Mounk (2019: 241). Desafio que remete para duas questões centrais:

- a) Que instituições promovem (tradicionalmente e hoje) a educação cívica?
- b) E quais as capacidades democráticas essenciais – a promover?

⁶⁸ Instauração que ocorre (em regra) por via de eleições. Casanova e Almeida (2021) estudaram a base social dos partidos autoritários e nacionalistas na União Europeia e concluíram o seguinte:
- Que os votantes nesses partidos são sobretudo operários e trabalhadores agrícolas, com escolaridade muito baixa e rendimento baixo;
- E que se caracterizam pela orientação social da heteronomia: uma disposição que combina conformidade com a desigualdade e conformidade com a hétero-determinação da própria posição social.

Dahl apresenta uma resposta para a primeira questão: a educação formal, o acesso a informação através dos meios de comunicação, a competição entre partidos e a participação em associações (2000: 210-211). Mounk (2019: 252) acrescenta a família. E Streck e Adams referem os vários “lugares de participação” e a sua importância para a formação da cidadania: “Os lugares de participação são também – e quem sabe sobretudo – espaços de aprendizagem da cidadania” (2006: 115)⁶⁹.

Algumas destas instituições estão, hoje, a atravessar momentos difíceis – e de profundas transformações. Vejam-se os casos da educação formal e da comunicação social. Como explica Nussbaum (2019: 38): “Atualmente, ocorrem mudanças radicais em relação ao que as sociedades democráticas ensinam aos mais novos, e estas mudanças não foram bem ponderadas. Obcecados pelo lucro nacional, os países, e os seus sistemas de educação, estão a descartar levemente competências que são necessárias para manter as democracias vivas. Se esta tendência persistir, as nações por todo o mundo irão em breve produzir gerações de máquinas úteis, em vez de cidadãos completos que conseguem pensar por si próprios, criticar a tradição e compreender o significado dos sofrimentos e das conquistas dos outros”.

Giddens (2010: 77-78) defende, por seu lado, que os meios de comunicação social têm, hoje, uma relação equívoca com a democracia: “Por um lado, (...) a emergência da sociedade global da informação é uma poderosa força de democratização. Por outro, a televisão e os outros *media*, graças à vulgarização constante e à personalização das questões políticas, tendem a destruir o próprio espaço público de debate que abrem. Além disso, o domínio crescente dos *media* pelas multinacionais gigantes significa que uns quantos magnatas, não sujeitos ao sufrágio do eleitorado, conseguem exercer um poder enorme”.

Innerarity (2021: 221 e seguintes) vai mais longe e coloca o problema da “inabarcabilidade política” – ou dos limites da educação cívica: o desajustamento entre a competência real das pessoas e as expectativas de competência política que recaem sobre a cidadania numa sociedade democrática. A democracia pressupõe o escrutínio do poder, “mas o certo é que temos uma cidadania que carece dessa capacidade por falta de conhecimento, por estar sobrecarregada, mal informada ou incapaz de processar a informação cacofónica, ou simplesmente desinteressada” (2021: 221-222).

⁶⁹ Estes autores defendem que a participação tem um valor pedagógico: “Desde Rousseau, a participação tem a ver com a formação para a cidadania. Uma democracia tem como pressuposto cidadãos com um razoável grau de informação e capacidade de discernimento para poderem fazer parte da comunidade argumentativa” (2006: 102). E identificam diversos “lugares de participação” com impacto na educação cívica: o voto, as manifestações públicas, os movimentos sociais, as associações, as redes, os fóruns da sociedade civil, a gestão participativa, as conferências e os conselhos (2006: 105-111).

Isso não significa que se deva abandonar este desafio (da educação cívica). Innerarity lembra que a participação no sistema político requer cada vez mais competências (2021: 228). Para este autor, a educação cívica é importante, apesar dos seus evidentes limites. O que o leva a defender uma via complementar: a do fortalecimento da cooperação e a organização institucional da inteligência coletiva⁷⁰. Diz Innerarity (2021: 242): “Temos de aumentar as competências políticas, do ponto de vista individual através da formação política (...), mas em especial as capacidades coletivas, pela via da cooperação e mediante sistemas de governo inteligentes”.

A segunda questão referida é bem mais complexa – e menos pacífica. E exige maior desenvolvimento. Nussbaum identifica sete capacidades essenciais a desenvolver pela educação cívica:

- A capacidade para pensar corretamente sobre questões políticas que afetam a nação, examinar, refletir, argumentar, debater, sem ceder quer à tradição quer à autoridade;
- A capacidade de reconhecer os seus concidadãos como pessoas com os mesmos direitos, embora possam ser de diferentes raças, religiões, géneros e sexualidade: olhar para eles com respeito, como fins e não apenas como meios manipuláveis em proveito próprio;
- A capacidade de se preocupar com a vida dos outros, de compreender o que diferentes políticas significam para as oportunidades e experiências dos nossos concidadãos, de diferentes tipos, e para pessoas externas à nossa nação;
- A capacidade de imaginar corretamente uma variedade complexa de temas que afetam a narrativa de uma vida humana à medida que se desenvolve: refletir sobre a infância, a adolescência, as relações familiares, a doença, a morte e muito mais de uma forma informada por uma compreensão de uma grande variedade de narrativas humanas, e não mediante dados globais;
- A capacidade para avaliar os líderes políticos criticamente, mas com uma noção informada e realista das possibilidades ao seu alcance;
- A capacidade de pensar sobre o bem da nação como um todo, e não apenas no bem da nossa comunidade local;
- A capacidade de observar a própria nação como parte de uma ordem mundial complexa na qual temáticas distintas requerem uma deliberação transnacional inteligente para a sua resolução (2019: 65-66).

⁷⁰ O autor explica o conceito de inteligência coletiva:

“O saber de uma organização não é aquele que está na cabeça dos seus membros, mas sim nos sistemas de regras, na cultura da organização, nos procedimentos, nas rotinas e processos, nos protocolos de negociação, decisão e resolução de conflitos. A inteligência coletiva é uma propriedade emergente dos sistemas sociais que não se baseia na simples agregação de propriedades individuais, mas sim na inteligência própria do sistema em si” (Innerarity, 2021: 324-325).

Warren e Putnam também abordaram o tema. Warren (2001: 60) refere três contributos ou efeitos democráticos das associações: efeitos no plano individual, efeitos nas esferas públicas e efeitos político-institucionais (ver capítulo 2). E sublinha que “as associações podem desenvolver as capacidades democráticas dos indivíduos” – efeitos no plano individual (2004: 88). E que capacidades são essas? Segundo Warren, esta função (ou efeito) pode englobar: o fornecimento de informação e a educação dos cidadãos; o desenvolvimento do sentimento de eficácia política (ou de influência sobre as decisões políticas); o desenvolvimento de habilidades políticas (capacidade de falar em público, de autoapresentação, de negociação, de criação de soluções); a promoção das capacidades deliberativas (pressupõe capacidades cognitivas para a formação de julgamentos críticos e autónomos); e o desenvolvimento de virtudes cívicas, tais como a tolerância, a confiança, o respeito pelos outros e a reciprocidade.

Putnam (2000: 338) distingue, por seu lado, dois tipos de contributos das associações para a democracia: os efeitos externos, que incidem sobre a comunidade política (por exemplo, a proteção face a abusos de poder, expressão de interesses e participação na esfera pública); e os efeitos internos, que atuam sobre os participantes individuais. Putnam identifica quatro efeitos internos, ou individuais:

- a) Inculcação de hábitos de cooperação e consciência pública (2000: 338);
- b) Aprendizagem de aptidões sociais e cívicas: coordenação de trabalho, organização de projetos e reuniões, debates com civilidade (2000: 338-339);
- c) Promoção de capacidades deliberativas (2000: 339);
- d) Desenvolvimento de virtudes cívicas, tais como a participação ativa na vida pública, a confiança nos outros e nas instituições e o sentimento de reciprocidade (2000: 339).

Apesar das diferenças, há vários pontos em comum nas abordagens propostas por estes três autores (ver quadro 4.1). Para além disso, há aspetos que são complementares. Propõe-se, assim, um enquadramento de síntese, construído com base nessas três abordagens. Defende-se que são capacidades democráticas essenciais:

- a) A informação de cidadania
Conhecimentos sobre o funcionamento da democracia e dos seus principais órgãos.
- b) O sentimento de eficácia política
Essencial para assegurar a participação ativa na vida pública.

- c) As habilidades sociais e cívicas: capacidade de falar em público, de negociação, de criação de soluções, de debater com civilidade e sem ceder quer à tradição quer à autoridade
Não basta conseguir debater com civilidade. É também importante ter sentido crítico sobre o que se discute.
- d) As capacidades deliberativas
Conseguir analisar e ponderar vários argumentos e posições – e vários cenários.
- e) As virtudes cívicas: tolerância, confiança, respeito pelos outros e reciprocidade.
Acrescenta-se a empatia – por influência de Nussbaum.
- f) E os hábitos de cooperação e consciência pública
Consciência pública que inclui as várias capacidades referidas por Nussbaum (ver quadro 4.1).

E pode agora avançar-se um pouco mais. Primeiro, para notar que as diferentes instituições que tradicionalmente promovem a educação cívica influem de forma distinta no desenvolvimento das várias capacidades referidas. Segundo, para acrescentar que o mesmo tipo institucional pode influir de forma distinta. Por exemplo, escolas diferentes – com distintos programas e lógicas de funcionamento – terão, muito provavelmente, impactos díspares.

Quadro 4.1 – Capacidades democráticas

Warren (2001, 2004)	Putnam (2000)	Nussbaum (2019)
Informação e educação dos cidadãos		
Desenvolvimento do sentimento de eficácia política		
Desenvolvimento de habilidades políticas (capacidade de falar em público, de autoapresentação, de negociação, de criação de soluções)	Aprendizagem de aptidões sociais e cívicas: coordenação de trabalho, organização de projetos e reuniões, debates com civilidade	A capacidade de debater sem ceder quer à tradição quer à autoridade
Promoção das capacidades deliberativas	Promoção de capacidades deliberativas	
Desenvolvimento de virtudes cívicas, tais como a tolerância, a confiança, o respeito pelos outros e a reciprocidade	Desenvolvimento de virtudes cívicas, tais como a participação ativa na vida pública, a fiabilidade e o sentimento de reciprocidade	<ul style="list-style-type: none"> - A capacidade de reconhecer os seus concidadãos como pessoas com os mesmos direitos: olhar para eles com respeito, como fins e não apenas como meios manipuláveis em proveito próprio; - A capacidade de se preocupar com a vida dos outros
	Inculcação de hábitos de cooperação e consciência pública	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade para pensar corretamente sobre questões políticas que afetam a nação; - Capacidade de imaginar corretamente uma variedade complexa de temas que afetam a narrativa de uma vida humana à medida que se desenvolve; - Capacidade para avaliar os líderes políticos criticamente; - Capacidade de pensar sobre o bem da nação como um todo – e não apenas no bem da nossa comunidade local; - Capacidade de observar a própria nação como parte de uma ordem mundial complexa

1.2 – Capacidades democráticas

Diferentes tipos associativos geram constelações específicas de capacidades democráticas. Quais os fatores ou características que determinam essas diferenças? Diferenças que estão no centro da ideia de “ecologia democrática das associações”, referida por Warren (2004: 89).

Warren dá uma resposta (2001: 94). Refere que há três dimensões das associações com forte implicação nos efeitos democráticos: o grau ou nível de voluntarismo, “os meios constitutivos” e os seus objetivos (ver capítulo 2).

Pateman [(1970), 1992: 60-61] acrescenta um outro traço também a considerar – a democracia interna:

“A teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou «treinamento social», precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias se possam desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação. A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa: educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspeto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos (...).

Em consequência, para que exista uma forma de governo democrática é necessária a existência de uma sociedade participativa, isto é, uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas”.

Pateman refere a importância do máximo de participação de todas as pessoas. Almond e Verba (1965: 263) acrescentam dois outros fatores – de natureza individual – também com influência no desenvolvimento das referidas capacidades democráticas:

a) O número de associações em que se participa

Um membro de várias associações apresenta índices de participação mais altos e manifesta atitudes mais favoráveis à democracia do que o membro de apenas uma;

b) A intensidade do envolvimento

Quanto mais intenso o envolvimento com as associações, maior a propensão do inquirido para o exercício de uma cidadania democrática ativa⁷¹.

Leontiev (1978) desenvolve um quadro conceptual e teórico que se afigura, também, de particular interesse para a compreensão do processo de aquisição de capacidades democráticas.

Para este autor, o reflexo consciente (ou reflexo da realidade) é psicologicamente caracterizado “pela presença de uma relação interna específica, a relação entre sentido subjetivo e significação” (1978: 94). A significação é o sentido social ou cultural: o significado ou sentido que a sociedade atribui a determinado objeto, acontecimento ou instituição; e que se expressa e cristaliza através da linguagem (1978: 94). O indivíduo encontra um sistema de significações pronto, elaborado historicamente – e apropria-se dele.

As associações constituem espaços de socialização secundária, de interiorização de “submundos” institucionais [Berger e Luckmann, (1966), 2004: 145-146], contribuindo para a forma como os indivíduos conhecem e representam várias instituições, incluindo a democracia – e para a forma como se apropriam das várias instituições democráticas e suas significações.

No entanto, como nota Leontiev (1978: 96), uma coisa é a apropriação de uma dada significação, o grau dessa assimilação, e outra, bem diferente, é o que essa significação se torna para o indivíduo – para a sua personalidade. Ou seja, do sentido subjetivo e pessoal que essa significação tem para o indivíduo. O sentido é antes de mais uma relação que se cria na vida, na atividade do sujeito: os indivíduos através da participação numa série de atividades sociais vão ganhando ao longo da vida novos sentidos (1978: 97). Como sublinha o autor (1978: 98):

“Em certos casos, a dissociação entre o sentido e a significação ao nível da consciência aparece muito nitidamente. Podemos, por exemplo, ter a consciência perfeita de um acontecimento histórico, compreender a significação de uma data; isso não exclui o facto de que a data em questão possa ter vários sentidos para o homem. Um sentido para o jovem ainda nos bancos da escola, um outro sentido para o mesmo jovem que partiu para o campo de batalha a defender a sua pátria e dar a vida por ela. Os seus

⁷¹ Isso não significa, todavia, que a participação em associações tenha sempre (e forçosamente) efeitos positivos – como pensava Tocqueville. Há associações que promovem “uma atmosfera geral de desconfiança e discórdia, como demonstram grupos como o Ku Klux Klan e outros, homofóbicos, xenófobos, separatistas, fundamentalistas, neonazistas, etc.” (Maia, 2010: 156).

conhecimentos do acontecimento, da data histórica, modificaram-se, aumentaram? Não. Pode mesmo acontecer serem menos precisos, que certos elementos tenham sido esquecidos. Mas eis que por uma razão qualquer este acontecimento lhe vem de súbito ao espírito; ele aparece à consciência numa iluminação totalmente nova, de certo modo num conteúdo mais completo. Tornou-se outro, não como significação e sob o aspeto do conhecimento que tem dele, mas sob o aspeto do sentido que ele reveste para ele; tomou um novo sentido para ele, mais profundo”.

Ora, as associações podem também influenciar os sentidos, ou significados pessoais, acerca da democracia. Como? Por exemplo, quando promovem a democracia interna – e funcionam de forma democrática. A democracia passa a ter um sentido diferente para quem participa; uma nova relação com a vida concreta desses indivíduos.

2 – Associações de cultura, recreio e desporto

A sociedade civil surge, atualmente, como conceito ambivalente e nada consensual nas ciências sociais (Bresser-Pereira, 1999: 92-104). Integra, segundo Cohen e Arato (1994), a esfera das associações e os movimentos sociais⁷². Fernandes (2014: 23) coloca a ênfase nas “associações voluntárias”: “O conjunto de associações voluntárias existentes a dada altura num regime político pode definir-se como sociedade civil”⁷³. E o mesmo acontece com Viegas: “Associações, neste sentido [associações voluntárias], requerem a existência de uma sociedade pluralista e constituem um dos nódulos fundamentais da sociedade civil” (2004: 34).

⁷² Maia (2010: 150) acrescenta os *media*: “Sob essa perspetiva [perspetiva contemporânea], a sociedade civil abrange o domínio das associações voluntárias, os movimentos sociais e outras formas de comunicação pública, como os *media*”.

⁷³ Exclui, pois, a esfera íntima:

“A sociedade civil é também relativamente independente das autoridades públicas, como o Estado, e das empresas, famílias, igrejas e comunidades tradicionais. A sociedade civil não é baseada na coerção (como o Estado), na procura do lucro (como as empresas privadas), na fé (como a religião), nem na identificação territorial e comunal ou no apego afetivo (como a família, a comunidade, a tribo, o bairro ou a cidade). Estas são relações duradouras baseadas na vida em proximidade, e que produzem laços fortes de amizade e lealdade ancorados nos sentimentos e/ou na tradição” (Fernandes, 2014: 24).

E exclui o Estado e instituições a ele ligadas: “como o exército, os partidos políticos, os parlamentos e as instituições administrativas burocráticas” (Maia, 2010: 150).

Mas o que são associações? E associações voluntárias? O que é que as distingue? A família é uma associação? E o que é a economia social? Um conjunto de associações de determinado tipo?

Como sublinha Viegas (2004: 34), neste campo a pluralidade de entendimentos não se restringe às teorias, reporta-se aos próprios conceitos e ao campo empírico que abrangem⁷⁴. Lüchmann (2014: 168) acrescenta que há “uma grande dificuldade para uma definição precisa de associação, a ponto de nos perguntarmos se seria possível, ante a multiplicidade de práticas associativas, estabelecer características gerais que permitam algumas distinções sem recair em reduções e simplificações”.

Tocqueville teve um papel importante na sedimentação de uma noção moderna de associação. Warren (2001: 42) refere as duas características do associativismo que são essenciais para Tocqueville: a existência de uma relativa igualdade social dos indivíduos e o caráter de voluntariedade na constituição de relações consentidas. E de imediato questiona esse critério, que dá particular relevo às associações secundárias: para Warren pensar as relações entre associações e democracia requer a inclusão das práticas associativas primárias (como as famílias e as amizades), bem como das terciárias (onde se incluem os sindicatos e os partidos políticos).

Esta discussão evidencia a existência de um claro confronto – que se mantém atual e em aberto – entre duas diferentes noções e abordagens analíticas. Uma mais lata e abrangente – que integra as práticas associativas primárias. E uma mais restrita – que sublinha o caráter voluntário das associações. Voltaremos ao assunto mais adiante.

A caminho de uma definição é também essencial analisar o que diz a lei (quando esta diz alguma coisa). Para o efeito, optou-se por analisar com algum detalhe o regime vigente em Portugal – e em particular o disposto na Constituição da República Portuguesa (CRP) e no Código Civil. O que é que dizem estes dois normativos? Apesar de não apresentarem uma noção expressa, a CRP e o CC avançam os seguintes elementos (do conceito):

- a) No capítulo sobre as pessoas coletivas, o Código Civil faz uma referência expressa às “associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados”:

Artigo 157.º:

⁷⁴ Fala-se em organizações não lucrativas, associações voluntárias, sociedade civil, terceiro setor, economia social, organizações não governamentais, capital social, movimentos sociais. Como notam Lüchmann, Almeida e Taborde (2018: 309), esses “termos vinculam-se a diferentes teorias normativas que expressam também distintas possibilidades de conceber o papel desse campo em uma democracia”.

“As disposições do presente capítulo são aplicáveis às associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados, às fundações de interesse social, e ainda às sociedades, quando a analogia das situações o justifique”.

Como nota Pita (2017: 180), a lei limita-se a caracterizar de forma negativa as associações: são aquelas que não têm por fim o lucro económico dos associados.

Para este autor é, ainda, essencial delimitar o conceito de forma positiva (2017: 180):

“As associações do Código Civil constituem-se para o exercício de uma atividade cultural, científica, recreativa ou social e têm por fim proporcionar aos seus membros um benefício imediato e direto (...)”.

- b) No artigo 158.º do Código Civil acrescenta-se que as associações constituídas por escritura pública, ou por outro meio legalmente admitido, que contenham as especificações referidas no n.º 1 do artigo 167.º, gozam de personalidade jurídica.

Isso significa que podem existir (e coexistir) associações com e sem personalidade jurídica.

O legislador regula a organização e administração das associações sem personalidade jurídica num capítulo autónomo (artigos 195.º e seguintes do Código Civil).

- c) A lei afirma, ainda, o carácter voluntário das associações:

“Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela” (n.º 3 do artigo 46.º da CRP).

A partir destes dados, Prata (1995: 105) define associação nos seguintes termos: “pessoa coletiva de substrato pessoal que não tem um fim lucrativo”. Esta definição suscita algumas dúvidas. Em primeiro lugar, a qualificação da associação como pessoa coletiva. O legislador português colocou – e deliberadamente – a regulação das associações sem personalidade jurídica fora do capítulo das pessoas coletivas. Parece, pois, preferível falar em “entidade coletiva” – como faz, aliás, Pita (2017: 232). Por outro lado, este conceito assenta fundamentalmente nas características negativas, como refere Pita – esquecendo as positivas.

Vejam, pois, duas outras definições, relativas a diferentes abordagens analíticas – em busca dessas “características positivas”. A análise jurídica fornece uma base relevante para a reflexão. Mas que é insuficiente: assenta fundamentalmente em traços “negativos”; e

reporta a uma realidade concreta, em vigor num dado país – ou mesmo num conjunto de países.

O entendimento defendido por Warren assenta na diferenciação de três tipos de associação, de acordo com a natureza dos laços – e foi apresentada pela primeira vez por Cooley (Warren, 2001: 39):

- a) Famílias e amigos são redes de associação primária, que desenvolvem relações mais próximas e íntimas;
- b) As associações secundárias, embora desenvolvam relações de proximidade, distanciam-se das associações primárias por surgirem voltadas para relações que transcendem o mundo individual;
- c) As associações terciárias integram os grupos de interesses e profissionais, nos quais os membros são relativamente anónimos entre si e têm pouco em comum, para além de estarem unidos por uma mesma proposta específica.

Viegas defende, na esteira de Meister, um conceito menos abrangente: “consideramos como associação todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou atividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses” (2004: 34). E concretiza: “O voluntariado demarca as associações dos grupos primários, como a família, bem como de organizações estatais de caráter coercivo. A cooperação distingue as associações das sociedades comerciais, com fins lucrativos e que se movimentam numa pura lógica de mercado” (2004: 34).

Este conceito está em sintonia com o quadro legal apresentado. E identifica diversos traços “positivos” (e essenciais). Optou-se, assim, por acolher esta abordagem, mais restrita. Complementando-se a definição apresentada por Viegas com algumas precisões (de cariz jurídico). Associação será, assim:

- a) Uma entidade coletiva
- b) De substrato pessoal

Tem por base pessoas (individuais ou coletivas)⁷⁵.

Elemento que a distingue, por exemplo, da fundação:

“Pessoa coletiva, cujo elemento fundamental é um conjunto de bens afetados de forma permanente à realização de determinada finalidade, de natureza altruística” (Prata, 1995: 488).

⁷⁵ Podem constituir-se associações só com pessoas coletivas – por exemplo, uma associação de associações. Ou mistas: com pessoas individuais e pessoas coletivas.

c) E cariz voluntário

Demarca as associações dos grupos primários (como a família) e das organizações de caráter coercivo⁷⁶.

d) Sem fins lucrativos

Elemento que a distingue das sociedades comerciais.

e) Que procura compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses

Segundo elemento que as distingue das sociedades comerciais.

A partir deste conceito é possível apresentar algumas classificações – ou tipologias associativas.

No plano jurídico podem distinguir-se as associações com personalidade jurídica e as associações sem personalidade jurídica – com regras de organização interna e administração distintas. O Código Civil português faz essa distinção, como referido: artigos 167.º a 184.º e 195.º a 201.º-A.

Lima e Varela (1987: 161-162) apresentam outra classificação: “associações de fim desinteressado ou altruístico (as associações de beneficência, as corporações de bombeiros voluntários, por ex.), associações de fim ideal, embora interessado ou egoístico, como sejam as academias literárias ou científicas, as associações desportivas, de recreio, etc., e ainda as associações de fim económico, mas não lucrativo (caso típico de certas cooperativas, das associações de socorros mútuos, das instituições particulares de previdência, etc.)”.

Para além dessas tipologias (de matriz jurídica), muitas outras têm sido apresentadas por diferentes autores. Nuns casos, assentam em critérios puramente teóricos. Noutros casos, com o apoio em análises estatísticas multivariadas, constroem-se taxonomias de associações de acordo com a proximidade existente entre elas (Viegas, 2004: 38). Combinando essas duas perspetivas, Wessels (1997) distingue três tipos de associações: associações políticas (que incluem as profissionais), as que expressam novos movimentos sociais e as de caráter social. Viegas inspira-se nessa tipologia para propor a seguinte distinção:

⁷⁶ Viegas integra no conceito a elaboração das regras aplicáveis à associação (2004: 34). Mas em todas as associações há regras e princípios que são externos, ou impostos externamente (por lei); a par de normas internas. O que acontece, também, quer com as fundações, quer com as sociedades comerciais.

a) Associações de “integração social”

Integram:

- As associações de solidariedade social e religiosas;
- As associações desportivas, culturais e recreativas;
- As associações de pais e moradores.

b) Associações de “defesa de interesses de grupo”

Integram:

- Os sindicatos, ordens e associações profissionais e de pensionistas;
- As associações empresariais ou financeiras⁷⁷.

c) “Os novos movimentos sociais”

Integram:

- As associações de defesa dos direitos de cidadania;
- As associações de consumidores;
- As associações ecológicas e ambientais;
- As associações de defesa dos animais (2014: 43-44).

Haverá alguma coincidência entre as associações de caráter social (ou de integração social) e o conceito de economia social? O conceito de economia social está também longe de ser unânime e pacífico⁷⁸. Mas pode avançar-se desde já o seguinte:

⁷⁷ Viegas sublinha o seguinte, a propósito das associações de “defesa de interesses de grupo”:
“No nosso modelo os partidos políticos são considerados separadamente” (2014: 44).

Fernandes faz também a seguinte precisão:

“A sociedade civil também deve ser distinguida dos partidos políticos. Ainda que estes constituam formas de ação voluntária, ao contrário do que sucede nas organizações da sociedade civil almejam adquirir o poder do Estado e a responsabilidade de governar. Os partidos políticos orientam-se fundamentalmente para a competição em eleições, para a ocupação de cargos políticos e para a constituição das elites governantes” (Fernandes, 2014: 24).

⁷⁸ De forma muito sintética pode dizer-se o seguinte sobre o conceito em referência:

- O conceito de economia social é, em si mesmo, uma construção histórica interessantíssima: “Combina uma teoria ou uma doutrina de *Sciencia Social* e práticas sociais variadas, amiúde informais, em regra protagonizadas por organizações coletivas cujos princípios destacam os valores da cooperação e da solidariedade” (Garrido, 2020);

- Concorrem hoje – para designar realidades que têm aspetos em comum – quer uma diversidade de designações, quer uma multiplicidade de perspetivas. Merecem destaque as seguintes expressões: “economia social”, “economia solidária”, “terceiro setor” e “organizações não lucrativas”;

- A opção por uma determinada expressão é influenciada, desde logo, pelo contexto sociopolítico;

- As expressões em apreço surgem muitas vezes associadas a visões distintas do papel deste setor na sociedade; são por norma expressões “comprometidas”;

- A economia social integra, efetivamente, associações de caráter social (ficando de fora as de defesa de interesses de grupo e as que expressam novos movimentos sociais);
- Mas nem todas as associações de cariz social integram a economia social⁷⁹;
- Sendo que em alguns países a economia social integra entidades que não têm natureza associativa (veja-se o caso das cooperativas ou o das fundações).

E como é que se integram as associações de cultura, recreio e desporto nestas várias classificações? Face ao exposto, pode agora concluir-se que tais entidades são:

- a) Associações;
- b) Com personalidade jurídica;
- c) De cariz social;
- d) Que desenvolvem atividade nas áreas da cultura, desporto e/ou recreio;
- e) E (em Portugal) integram a economia social (ver artigo 4.º da Lei de Bases da Economia Social).

As associações de cultura, recreio e desporto podem assumir um de dois tipos essenciais: as que desenvolvem a título principal atividades de cultura, recreio e desporto; e as que desenvolvem esse tipo de atividades, mas a título complementar (por exemplo, as associações humanitárias de bombeiros voluntários).

Banha (1994: 10) refere que o primeiro tipo é também conhecido como “coletividades de cultura, recreio e desporto”. Entendimento que não se acompanha. As *coletividades* são associações com personalidade jurídica e cariz popular:

- Que desenvolvem a título principal atividades de cultura, recreio e/ou desporto.

- Na Europa acabou por prevalecer a expressão “economia social”, no espaço ibero-americano sobretudo a expressão “economia solidária” e nos países anglo-saxónicos as expressões “terceiro setor” e “organizações não lucrativas”;

- Começam também a ser utilizadas expressões charneira, como “economia social e solidária”;

- Há autores para quem essas designações são equívocas, dando guarida a uma diversidade de experiências; e preferem não as utilizar;

- Independentemente da opção terminológica, não é nada pacífica a delimitação do setor – a definição das organizações que o integram (ou devem integrar);

- Só quando a ordem jurídica de um Estado toma posição é que essa delimitação ganha suficiente perenidade, estabilidade e uma legitimidade robusta.

⁷⁹ Veja-se o caso português (artigo 4.º da Lei de Bases da Economia Social – Lei 30/2013, de 8 de maio).

- E estão fortemente enraizadas nas comunidades onde se inserem – assumindo uma matriz marcadamente local e uma “identidade de bairro” (Viegas, 1986: 104)⁸⁰.

E nem todas as associações de cultura, recreio e desporto são de cariz popular, no sentido referido. E nem todas assumem essa matriz local – e de forte ligação com a comunidade de integração.

As associações que desenvolvem a título principal atividades de cultura, recreio e desporto podem, ainda, ser classificadas em quatro subtipos – tendo em consideração a sua atividade principal:

- a) Associações culturais;
- b) Clubes desportivos;
- c) Associações recreativas; e
- d) Associações de tipo misto.

3 – Associativismo popular

As *coletividades de cultura, recreio e desporto* são muitas vezes identificadas com o associativismo popular ou o *movimento associativo popular*. Veja-se, por exemplo, o que dispõe a Lei n.º 34/2003, de 22 de agosto (reconhecimento e valorização do *movimento associativo popular*). Há mesmo quem utilize as três expressões indistintamente.

Faz sentido esta utilização indistinta? O que deve entender-se por associativismo popular? E por *movimento associativo popular*? Estará em causa um associativismo de classe? Das classes populares?

Como foi referido, nem todas as associações de cultura, recreio e desporto têm uma matriz popular. Há associações culturais elitistas (ainda hoje). Historicamente, os primeiros clubes de futebol surgem ligados às elites. E a grande maioria das associações tem associados (e participantes) de várias classes sociais. Mas as *coletividades* têm

⁸⁰ A Constituição da República Portuguesa refere-se expressamente às *coletividades* nos artigos 73.º e 79.º, a propósito do processo de democratização da cultura e do desporto.

historicamente uma matriz popular. É por isso que se afirma que as *coletividades* integram o *movimento associativo popular*, e que são associações populares⁸¹.

Esta realidade manteve-se relativamente pacífica até final do século XX. Mas começa hoje a ser questionada – fruto do processo de modernização do país, ocorrido após a Revolução de Abril; e que acabou por ter forte impacto na vida das associações (ver capítulo 7). Desde logo, no que respeita às pertenças de classe social dos dirigentes⁸².

Estas mudanças têm levado alguns autores a questionar (e problematizar) a identificação das *coletividades* com o associativismo popular. É o caso de Capucha e Nunes, para quem a noção de “povo” deve passar a assumir uma conotação que a liga ao conjunto da população, “precisamente por oposição às [associações] que se apresentam marcadas por um cunho de fechamento social marcado” (Capucha e Nunes, 2020a: 21). O *associativismo popular* “é, assim, o associativismo que reúne o conjunto do «povo», ou, dito de outro modo, da população residente no concelho, independentemente da sua condição social” (Capucha e Nunes, 2020a: 21).

Lopes *et al.* (2017: 15) não confinam as classes populares ao assalariado, e em particular ao salariado industrial. Para estes autores, as classes populares constituem a parte da sociedade que é definida por critérios de dominação económica e social e ainda por critérios de subordinação cultural; ou seja:

“Assim, utilizaremos o termo para agregar, no plural, um continuum de posições e práticas sociais, que aproximam operários, trabalhadores precarizados em múltiplas funções de conceção, produção e distribuição, assalariados subalternos de execução, pequenos comerciantes e outros trabalhadores independentes, camponeses, todos em situação socialmente subordinada, quer em termos materiais, quer em termos simbólicos” (2017: 295)⁸³.

⁸¹ Não são, todavia, o único tipo associativo que integra o associativismo popular. Como nota Viegas (1986: 103):

“As questões referentes ao associativismo popular têm sido tratadas no caso português no âmbito da História Económica e Social, e, particularmente, nos estudos referentes ao movimento operário (...). Decorre dessa perspetiva uma análise preferencial de certo tipo de associações, nomeadamente associações de classe, sindicatos, cooperativas e associações de socorros mútuos, com desvalorização implícita de associações mais circunscritas a práticas ditas recreativas ou culturais”.

⁸² Num estudo recente, relativo ao Concelho de Loures, verificou-se a presença de uma pluralidade de pertenças de classe social dos presidentes de direção; e, por outro lado, a “uma tendência nítida para as classes de maiores recursos predominarem entre estes dirigentes associativos” (Nunes *et al.*, 2020: 78).

⁸³ Para uma síntese das discussões e análises sobre a composição e os modos de categorização e de tipificação das classes sociais, veja-se Costa (1999: 221 e seguintes) e Carmo (2013). O tema será retomado no capítulo 9.

Com base nesta conceção serão poucas as dúvidas sobre a matriz popular das *coletividades* – apesar das alterações verificadas ao nível das pertenças de classe dos dirigentes.

Independentemente da abordagem, e da evolução ocorrida ao longo dos últimos 40 anos, considera-se que não houve uma alteração substancial da matriz ou identidade deste tipo associativo (as *coletividades*). As atividades por si desenvolvidas dirigem-se (continuam a dirigir-se) às classes populares; continuam a ter como missão a democratização do acesso à cultura e ao desporto (cultura para todos e desporto para todos); e são um dos tipos associativos com maior participação popular em Portugal.

Entende-se, pois, que continua a fazer sentido a identificação das *coletividades* com o associativismo popular. Ainda que a participação nestas associações seja claramente plural – no plano das pertenças de classe social e outros. Realidade que não é nova (como melhor se verá no capítulo 6).

4 – Escola de cidadania

Quando um tipo associativo ou uma associação contribuem para o desenvolvimento de várias capacidades democráticas relativamente a um número significativo de indivíduos, pode dizer-se que são uma *escola de cidadania*. São um meio influente de promoção de educação cívica. Há quem prefira dizer que são uma *escola de democracia* – ver Robteutscher (2000b: 233)⁸⁴.

Warren utiliza a expressão *escola de democracia* com um significado diferente do referido. Para Warren *escola de democracia* não é significado nem se deve confundir com a expressão *escola de cidadania*. Segundo este autor, uma associação ou tipo associativo será uma *escola de democracia* se funcionar de forma democrática – democracia interna (2004: 90).

Entende-se que as expressões referidas têm efetivamente significados diferentes – que não devem ser confundidos. Mas que há uma ligação entre elas. *Escola de cidadania* tem o significado indicado: promoção de várias capacidades democráticas relativamente a um número significativo de indivíduos. Já a expressão *escola de democracia* tem um outro sentido – mais amplo (e abrangente). Para que um tipo associativo seja considerado uma

⁸⁴ É também o caso de Tocqueville (Cottin-Marx, 2019: 81).

escola de democracia será necessário que possua, cumulativamente, dois diferentes atributos: que seja uma *escola de cidadania*; e que tenha um funcionamento democrático (democracia interna).

Ou seja, que promova o desenvolvimento de capacidades democráticas individuais; e seja capaz de gerar sinergias por via dos seus sistemas de regras, instituições e procedimentos: a inteligência coletiva de que fala Innerarity (2021: 324-325).

A presente pesquisa orientou-se pela questão central de compreender se as associações de cultura, recreio e desporto são uma *escola de democracia*, isto é, se geram capacidades democráticas em relação a um número significativo de indivíduos e se têm um funcionamento democrático.

Para responder à questão central da pesquisa definiram-se os seguintes objetivos:

1. Compreender o papel que a participação associativa desempenha no desenvolvimento de capacidades democráticas;
2. Compreender como se processa essa participação nas associações, concretamente:
 - a) Identificar os vários atores nesse processo; e
 - b) Identificar os principais fatores que influenciam o desenvolvimento das capacidades democráticas;
3. Compreender a realidade das associações no que respeita à democracia interna, designadamente:
 - a) Identificar as várias instituições da democracia interna; e
 - b) Analisar o desempenho das associações em relação a cada uma dessas instituições.

Os objetivos da pesquisa sustentam-se em dois eixos analíticos inter-relacionados, apoiados em contributos teóricos vários. Num primeiro eixo procura-se compreender se as associações de cultura, recreio e desporto são uma *escola de cidadania*. Num segundo eixo será analisado o funcionamento interno desse tipo associativo – para avaliar a denominada democracia interna.

Para perceber se as associações de cultura, recreio e desporto são uma *escola de cidadania* será necessário:

- a) Averiguar se a participação neste tipo associativo contribui para o desenvolvimento de capacidades democráticas (e quais);

- b) E se isso acontece relativamente a um número significativo de indivíduos (ver quadro 4.2).

Quadro 4.2 – *Escola de cidadania*

Dimensões	Indicadores
Capacidades democráticas	<ul style="list-style-type: none"> • Informação de cidadania • Sentimento de eficácia política • Habilidades sociais e cívicas • Capacidades deliberativas • Virtudes cívicas • Hábitos de cooperação e consciência pública
Abrangência	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes • Voluntários (não dirigentes) • Associados • Participantes nas atividades • Outros

Colocam-se neste âmbito as seguintes hipóteses:

1. A participação nas associações de cultura, recreio e desporto contribui para o desenvolvimento de diversas capacidades democráticas;
2. Quanto maior o envolvimento (em tempo e qualidade), mais provável e intenso será esse efeito;
3. É ao nível do pessoal dirigente que se verifica um efetivo (e mais significativo) desenvolvimento de capacidades democráticas.

5 – Democracia interna

A democracia nas associações (de governo representativo) pressupõe sete condições ou dimensões:

- Dirigentes eleitos; eleições livres, justas e frequentes; assembleia geral ativa; liberdade de expressão; transparência; participação inclusiva; e autonomia⁸⁵.

Para avaliar o desempenho das associações de cultura, recreio e desporto no plano da democracia interna foram definidos, para cada uma dessas dimensões (ou instituições), indicadores específicos (ver quadro 4.3). E foram formuladas as seguintes hipóteses:

1. O “paradoxo da democracia” (Giddens, 2010: 72), já referido, reflete-se também no plano interno das associações: por via de uma reduzida participação dos associados;
2. As dimensões da democracia interna *dirigentes eleitos* e *eleições livres, justas e frequentes* são os principais “pontos fortes” das associações de cultura, recreio e desporto;
3. As associações têm um funcionamento transparente;
4. E são um espaço de liberdade (designadamente, de liberdade de expressão);
5. Verifica-se uma fraca participação de mulheres e jovens em funções dirigentes;
6. As associações são independentes; e só em casos raros se verifica uma captura por interesses.

Tendo explicitado as linhagens teóricas e conceptuais que sustentam a pesquisa, apresenta-se na figura 4.1 o modelo de análise. Trata-se de modelo que não é puramente hipotético-dedutivo: não visa descrever cadeias de acontecimentos onde as relações de causa-efeito entre fatores sejam claramente identificáveis. Seguiu-se um percurso diferente, em linha com o proposto por Albuquerque (2013: 45):

“Em contrapartida, procurou-se descrever os fatores que interferem num sistema complexo e interpretar como os indivíduos agem *sob* e *sobre* esses fatores, num quadro dinâmico de interações. Colhendo inspiração na Sociologia compreensiva proposta por Max Weber, procurámos conciliar a identificação de conexões causais com a interpretação de significados (...), assumindo uma perspetiva sistémica mais centrada nas interações entre os elementos intervenientes no sistema e não tanto na verificação de relações diretas de causa-efeito de uma variável face a outra(s) (...)”.

⁸⁵ Para um maior desenvolvimento, ver capítulo 3.

Quadro 4.3 – Democracia interna

Dimensões	Indicadores
Dirigentes eleitos	<ul style="list-style-type: none"> - Método de escolha dos dirigentes (eleição ou outro); - Rotação dos cargos; - Autonomia da administração face à estrutura profissional; e - Independência do conselho fiscal em relação à administração.
Eleições livres, justas e frequentes	<ul style="list-style-type: none"> - Processo eleitoral (regras e práticas); - Duração dos mandatos; e - Concorrência eleitoral (n.º de listas concorrentes).
Assembleia geral ativa	<ul style="list-style-type: none"> - Competências (formais e reais); - Regularidade de funcionamento; e - Participação dos associados.
Liberdade de expressão	<ul style="list-style-type: none"> - Receio de retaliação (pela expressão de opiniões); - Temas que são evitados.
Transparência	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Disclosure</i> (acesso à informação); - Diálogo; e - Proximidade.
Participação inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> - Discriminações ilegítimas; - Promoção da inclusão (classes sociais, género, idade).
Autonomia	<ul style="list-style-type: none"> - Autogoverno (independência); - Captura por interesses (económicos ou de outra natureza).

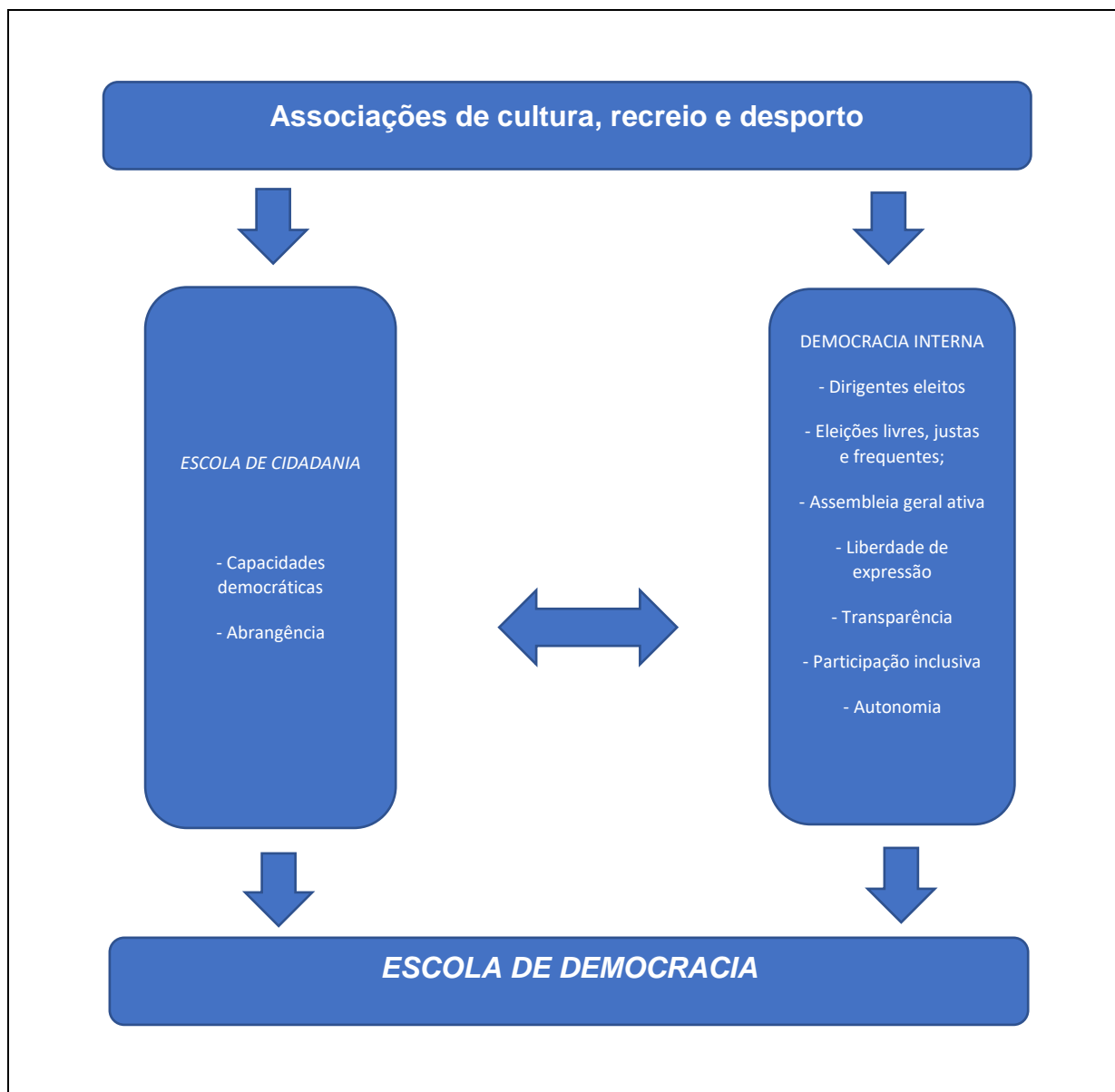


Figura 4.1 – Modelo de análise

CAPÍTULO 5 – ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

1 – Escalas de análise

Alan Bryman distingue claramente o desenho da pesquisa da estratégia metodológica (2012: 76)⁸⁶. O desenho da pesquisa diz respeito às estruturas para recolha e análise de dados. Bryman identifica cinco grandes tipos de desenho da pesquisa:

- a) Experimental;
- b) Transversal (*cross-sectional design*);
- c) Longitudinal;
- d) Estudo de caso; e
- e) Comparativo (2012: 50 e seguintes).

A estratégia metodológica reporta, por seu lado, às metodologias adotadas na investigação. Bryman (2012: 35 e seguintes) refere três grandes tipos de estratégias metodológicas: pesquisa quantitativa, pesquisa qualitativa e metodologias mistas (*mixed methods*). Em geral, a pesquisa quantitativa abarca um número alargado de unidades de amostragem, a recolha de informação incide sobre um conjunto limitado e previamente definido de dimensões de análise e são utilizados instrumentos padronizados de recolha de informação. Este tipo de pesquisa proporciona a generalização de resultados. Por sua vez, a análise intensiva (ou qualitativa) é dirigida a um número reduzido de unidades de amostragem, a recolha de informação ocorre em profundidade e em continuidade e são utilizados procedimentos menos normalizados de recolha e tratamento de informação (entrevistas, grelhas de observação). Este tipo de pesquisa é mais propício a captar o contexto em que as pessoas falam, evidenciando dimensões culturais e contextuais.

A estratégia metodológica mista consiste na combinação de metodologias qualitativas e quantitativas no quadro de uma mesma investigação (Bryman, 2012: 37). O modelo pode variar quanto à prevalência ou importância de cada uma das metodologias e, também, quanto à sequência em que são mobilizadas. E pode visar diferentes objetivos, como a triangulação (verificação de convergência e corroboração de resultados), a

⁸⁶ Yin (2001: 21) prefere a expressão *estratégia de pesquisa* (em vez de desenho da pesquisa).

complementaridade, ou o desenvolvimento (utilização dos resultados de um método para ajudar a desenvolver outra componente do estudo).

Como referido, a presente pesquisa assumiu como objetivos centrais:

- a) Caracterizar as associações de cultura, recreio e desporto (em Portugal); e
- b) Perceber (mais especificamente) se as mesmas são uma *escola de democracia*.

Para isso optou-se pela adoção de um desenho de pesquisa misto e diferentes abordagens metodológicas (em relação a cada objetivo). A caracterização das associações de cultura, recreio e desporto terá por base a escala nacional e uma abordagem predominantemente longitudinal⁸⁷. Para analisar os efeitos democráticos deste tipo associativo optou-se por um diferente desenho de pesquisa e uma diferente escala: um estudo de caso, centrado nas associações de cultura, recreio e desporto de um concelho da Área Metropolitana de Lisboa (o Concelho de Loures).

Coutinho (2019: 336) explica o que é um estudo de caso: uma investigação empírica, que se baseia no raciocínio indutivo, que depende fortemente do trabalho de campo, que não é experimental, e que se baseia em fontes de dados múltiplos e variados. Já para Yin (2001: 32-33), o estudo de caso é uma investigação empírica que:

- Investiga um fenómeno contemporâneo no seu contexto natural;
- Baseia-se em várias fontes de evidências;
- E tem por base um determinado referencial teórico.

O estudo de caso visa, pois, uma análise aprofundada de um dado caso (uma comunidade, uma organização, etc.), com recurso a múltiplas fontes de evidência (Bryman, 2012: 67). Pressupõe examinar o caso em detalhe e profundidade, no seu contexto natural, reconhecendo a sua complexidade e recorrendo a todos os métodos que se revelem adequados (flexibilidade). É um desenho de pesquisa aconselhado para situações onde se pretende entender ou explicar uma realidade ou fenómeno contemporâneo e complexo (Yin, 2001: 32).

⁸⁷ A pesquisa longitudinal, em sentido puro, implica a realização de uma análise transversal em pelo menos dois momentos distintos (Bryman, 2012: 63). Não foi essa a opção. No caso, procurar-se-á caracterizar este tipo associativo no presente, mas tendo em consideração quer a evolução no longo prazo (as suas raízes), quer as transformações ocorridas nas últimas décadas.

Acrescentar que a opção pelo estudo de caso (e por este caso específico) surge suportada em três razões essenciais:

- a) Tratar-se de uma temática complexa, contemporânea e ainda pouco estudada.
Assume-se, neste âmbito, o caráter exploratório da pesquisa. E a opção de estudar em profundidade uma realidade limitada e circunscrita.
- b) Tratar-se de um caso exemplificativo: face à sua heterogeneidade territorial e associativa, o Concelho de Loures surge como um “caso exemplificativo” (Bryman, 2012: 70)⁸⁸.
- c) Por razões de oportunidade: porque surgiu a possibilidade de integrar uma equipa de investigação incumbida de estudar e caracterizar a realidade associativa do Concelho de Loures⁸⁹.

2 – Pesquisa multimétodo

Face a tais objetivos, e ao modelo de análise traçado, foi adotada uma estratégia metodológica mista – combinando metodologias quantitativas e qualitativas. Estas metodologias surgem articuladas e numa relação de complementaridade (ver quadro 5.1).

A caracterização das associações de cultura, recreio e desporto partiu de uma análise exaustiva de estudos publicados sobre o tema. E foi depois complementada com a apreciação de dados secundários (Conta Satélite da Economia Social e outros); e com a realização de entrevistas semi-diretivas a alguns atores privilegiados⁹⁰: os dirigentes das estruturas de representação coletiva de associações de cultura, recreio e desporto (entrevistados no segundo semestre de 2020)⁹¹.

Em 2019 e 2020 foi realizado um estudo de caracterização do associativismo no Concelho de Loures, através de uma parceria estabelecida entre o Município de Loures, a Associação das Coletividades do Concelho de Loures e o Centro de Investigação e Estudos

⁸⁸ Sobre a diferença entre casos exemplificativos e casos representativos, veja-se Bryman (2012: 70).

⁸⁹ Equipa constituída por elementos do Município de Loures, do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES-IUL e da Associação das Coletividades do Concelho de Loures.

⁹⁰ Sobre os diferentes tipos de entrevista, respetivas estruturas, objetivos, tipos de utilização e número de entrevistados, veja-se, por exemplo, Bryman (2012) e Foddy (1996).

⁹¹ Estas entrevistas incidiram, fundamentalmente, sobre os seguintes tópicos: os possíveis efeitos das associações de cultura, recreio e desporto; os seus pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças (Análise SWOT); principais mudanças ocorridas nas últimas décadas; e efeitos da pandemia da COVID-19 (ver guião – ANEXO C).

de Sociologia do ISCTE-IUL (CIES-IUL)⁹². Tive a oportunidade de integrar a equipa de investigação. E procurei, desde o início, articular a participação neste estudo com os objetivos do doutoramento.

Quadro 5.1 – Pesquisa multimétodo

Objetivos	Caracterizar as associações de cultura, recreio e desporto (em Portugal)	Perceber se as associações de cultura, recreio e desporto são uma <i>escola de democracia</i>
Instrumentos		
Entrevistas semi-diretivas (dirigentes de estruturas de representação coletiva)	x	
Inquérito por questionário às associações (Concelho de Loures)		x
Inquérito por questionário aos presidentes da direção (Concelho de Loures)		x
Pesquisa de terreno (Concelho de Loures)		x

O estudo em referência teve como campo de observação as associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures e utilizou como instrumentos de recolha de informação um inquérito por questionário às associações e um inquérito por questionário dirigido aos presidentes da direção (ANEXOS A e B). Os questionários em apreço incluíram questões de resposta fechada e também aberta, onde se pediu uma resposta mais desenvolvida sobre diversos assuntos. Esta abordagem teve como principal vantagem possibilitar uma análise quantificada das características sociais das associações e respetivos dirigentes, sem, no entanto, perder a profundidade analítica providenciada pela análise de conteúdo que as perguntas abertas possibilitam⁹³.

A articulação com os objetivos do doutoramento foi concretizada por duas vias distintas:

⁹² Como referido anteriormente, a coordenação científica do estudo ficou a cargo dos Professores Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila.

⁹³ Sobre a construção deste tipo de questionários, veja-se Bryman (2012) e Ghiglione e Matalon (1996).

a) Avaliação da democracia interna

Para proceder a essa avaliação foram introduzidas várias questões específicas nos dois inquéritos referidos.

b) Publicação

Foi também elaborado um capítulo para o estudo sobre o associativismo popular em Loures, com o título “Democracia e Transparência” (Pratas e Queiroga, 2020).

Para responder à questão central da investigação recorreu-se a três métodos de pesquisa. Para além dos dois instrumentos já referenciados (inquéritos por questionário a associações e presidentes da direção), optou-se por utilizar ainda um terceiro recurso metodológico: a pesquisa de terreno – em duas associações do Concelho de Loures⁹⁴. Esta estratégia permitiu não só o aprofundamento, clarificação e ilustração dos resultados obtidos através dos diferentes métodos (complementaridade), como também a verificação de convergência e corroboração desses resultados (triangulação).

A pesquisa de terreno foi inspirada pelos passos e técnicas referenciados por Costa (2014: 132):

“O que é que o investigador faz no terreno?”

Observa os locais, os objetos e os símbolos, observa as pessoas, as atividades, os comportamentos, as interações verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos. Participa, duma maneira ou doutra, no quotidiano desses contextos e dessas pessoas. Conversa com elas; por vezes entrevista-as mais formalmente. É frequente arranjar “informantes privilegiados”, interlocutores preferenciais com quem contacta mais intensamente ou de quem obtém informações sobre aspetos a que não pode ter acesso direto. Quando existem, procura cartas, diários, registos de atividades e outros documentos pessoais.

Faz tudo isto de forma continuada, demorada, por vezes ao longo de vários anos”.

No âmbito deste método, assumiu particular importância a participação (enquanto observador) nas assembleias gerais e outras iniciativas; nos Conselhos Municipais do Associativismo (do Concelho de Loures); a consulta das atas das assembleias gerais e dos

⁹⁴ Pretendia-se inicialmente estender a pesquisa de terreno a quatro associações – uma de cada um dos subtipos supra identificados (associação cultural, clube desportivo, associação recreativa e associação de tipo misto). A pandemia da COVID-19 veio, no entanto, condicionar substancialmente o trabalho de terreno – o que levou à opção de limitar a pesquisa a apenas duas associações (dos dois subtipos mais relevantes e numerosos: um clube desportivo e uma associação de tipo misto).

vários normativos internos; a consulta de informação disponibilizada pela associação; o diálogo com dirigentes, associados e participantes nas atividades; e a realização de entrevistas semi-diretivas aos presidentes dos três órgãos de cada associação.

3 – Objeto empírico

Como foi referido, para além do recurso a dados secundários, foram utilizados quatro instrumentos/métodos de observação: um inquérito por questionário às associações do Concelho de Loures; um inquérito por questionário aos presidentes da direção das associações do Concelho de Loures; entrevistas semi-diretivas; e a pesquisa de terreno.

No caso dos inquéritos, o campo de observação teve a abrangência já referida – os elementos da tipologia associativa em estudo existentes no Concelho de Loures. E foi possível recolher um universo próximo das 160 associações ativas ($n=141$), assim como dos respetivos presidentes de direção ($n=137$)⁹⁵.

Decidiu-se realizar também entrevistas semi-diretivas a todos os membros do Conselho Nacional do Associativismo Popular (CNAP) – que representa as várias áreas de atividade do associativismo popular (10 entrevistas). E a todos os presidentes das estruturas descentralizadas da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) – representação geográfica (21 entrevistas). O campo de observação corresponde ao universo das estruturas representativas de associações de cultura, recreio e desporto existentes em Portugal. As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2020.

Segue a listagem dos membros do CNAP e das estruturas descentralizadas da CPCCRD:

a) CNAP

- Confederação do Desporto de Portugal
- Confederação Portuguesa das Casas do Povo
- Confederação Portuguesa do Voluntariado

⁹⁵ O desfasamento entre o número de associações e de presidentes inquiridos explica-se, por um lado, pelo facto de o processo de inquirição ter decorrido em grande parte no período de verão e, conseqüentemente, de férias para alguns presidentes de direção. Verificou-se, ainda, por parte de algumas das associações o evitamento consecutivo dos entrevistados, por motivos vários, o que acabou por impossibilitar a recolha de dados.

- Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal
- Federação do Folclore Português
- Federação Nacional de Voluntariado em Saúde
- Federação Portuguesa de Cineclubes
- Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais
- Federação Portuguesa de Teatro
- Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto

b) Estruturas descentralizadas da CPCCRD (que estão ativas)

- Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis
- Federação das Coletividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira
- Associação das Coletividades do Concelho da Figueira da Foz
- Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande
- Associação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto do Concelho de Alenquer
- Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa
- Federação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto do Distrito de Lisboa
- Associação das Coletividades do Concelho de Loures
- Federação das Coletividades do Concelho de Gondomar
- Associação das Coletividades do Concelho de Marco de Canavezes
- Associação das Coletividades do Concelho de Matosinhos
- Associação das Coletividades do Concelho do Porto
- Associação das Coletividades do Concelho de Valongo
- Federação das Coletividades de Vila Nova de Gaia
- Federação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto do Distrito de Santarém
- União das Coletividades e Associações do Concelho de Torres Novas
- Associação de Coletividades do Concelho de Almada
- Associação das Coletividades do Concelho do Barreiro
- Associação de Coletividades do Concelho do Seixal
- Associação das Coletividades do Concelho de Setúbal
- Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal

A pesquisa de terreno incidiu sobre duas associações de cultura recreio e desporto do Concelho de Loures: um clube desportivo e uma associação mista. A seleção das associações teve em consideração os seguintes critérios:

- a) Atividades desenvolvidas
Associações de diferentes tipologias.
- b) Antiguidade
Uma associação com mais de 50 anos e outra mais recente.

c) Zona geográfica

Uma associação da zona norte do Concelho de Loures e outra da zona oriental.
Uma associação de uma pequena aldeia rural e outra integrada em espaço urbano.

d) Dimensão

Uma associação pequena (com menos de 500 associados) e outra grande (com mais de 500 associados).

Segue a identificação das associações selecionadas:

- Grupo Musical e Recreativo da Bemposta (associação de tipo misto)
- Clube de Atletismo de Vale Figueira (clube desportivo)

A pesquisa de terreno foi realizada ao longo de 2020 e primeiro trimestre de 2021. Definiu-se inicialmente como período de estudo o ano de 2020. No entanto, face à perturbação causada pela pandemia da COVID-19, optou-se por prolongar a pesquisa por mais um trimestre – o primeiro trimestre de 2021.

4 – Etapas do percurso empírico

No que respeita à sequência em que foram mobilizados os vários instrumentos de pesquisa, dizer que se optou por iniciar o estudo com recurso aos métodos quantitativos (inquéritos por questionário). Os inquéritos foram realizados presencialmente, por quatro bolseiros de investigação – no ano de 2019; e no final do ano foi apresentado um relatório final com o título: Estudo Sociológico do Movimento Associativo Popular do Concelho de Loures.

A análise dos dados permitiu elaborar um primeiro esboço de caracterização do associativismo popular no Concelho de Loures e obter várias pistas de interpretação quanto à democracia no tipo associativo em estudo⁹⁶. Essa informação foi muito importante para as

⁹⁶ A partir desses dados foram apresentadas algumas comunicações em Conferências e Encontros do Movimento Associativo. Foi o caso da Conferência “O Associativismo em Portugal e no Brasil: repertórios, atores e práticas”, organizada pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL (CIES-IUL) – e realizada no dia 10 de dezembro de 2019.

etapas seguintes da pesquisa: quer para a elaboração do guião das entrevistas semi-diretivas (ANEXO C), quer para o planeamento da pesquisa de terreno.

Com base nesses dados foi também elaborado um capítulo para o estudo sobre o associativismo popular em Loures (como referido). A obra em referência foi publicada pelo Município de Loures no final de 2020.

A pesquisa de terreno decorreu durante todo o ano de 2020 e também no primeiro trimestre de 2021. As associações tiveram que encerrar portas em março de 2020, face à pandemia da doença COVID-19. E isso teve fortes implicações no plano estabelecido. Apesar disso, foi possível cumprir as várias etapas programadas:

- a) Entrevistar os presidentes dos vários órgãos das associações;
- b) Entrevistar outros informantes privilegiados;
- c) Assistir às assembleias gerais;
- d) Presenciar as principais iniciativas realizadas;
- e) Consultar as atas das assembleias gerais e os vários atos normativos internos;
- f) Consultar outra documentação relevante;
- g) Assistir aos Conselhos Municipais do Associativismo (do Conselho de Loures);
- h) Visitar os sítios da Internet, redes sociais e outros instrumentos para comunicação com associados e utentes⁹⁷.

As entrevistas semi-diretivas foram realizadas no segundo semestre de 2020 – período coincidente com o da pesquisa de terreno. Foi também nesse período que se procedeu à recolha e análise de dados secundários sobre o associativismo popular em Portugal.

5 – Familiarização *versus* distanciamento

Ao longo da investigação foram surgindo várias interrogações, de natureza epistemológica, ética e outras.

⁹⁷ As entrevistas foram gravadas e transcritas. E a restante informação foi registada num caderno de notas, estruturado com base nas principais interrogações de investigação.

Uma dessas questões diz respeito à familiarização com o objeto de estudo. Considero estar relativamente familiarizado com a vida e atividade das associações de cultura, recreio e desporto. Fui dirigente de uma coletividade de cultura, recreio e desporto durante vários mandatos e sou, atualmente, dirigente nacional da CPCCRD. Ora, como alerta o antropólogo Gilberto Velho, tal situação implica um “questionamento e exame sistemático de seu próprio ambiente” (1978: 128).

Neste sentido, colocou-se desde cedo a seguinte questão: será que um observador proveniente do meio associativo (um “insider”) terá o distanciamento necessário à objetividade da análise? Esta questão ganha particular relevância face à utilização de métodos qualitativos (entrevistas semi-diretivas e pesquisa de terreno).

Com esta preocupação, procedeu-se a uma pesquisa de literatura sobre o tema – e à avaliação de casos semelhantes (Velho, 1978; Bryman, 2012; Costa, 2014; Brannick e Coghlan, 2007). E concluiu-se o seguinte:

- a) Há vantagens em ser um “insider”:
 - Acesso facilitado e maior empatia junto dos entrevistados;
 - Sentimento de maior confiança, que deixa os entrevistados mais à vontade para partilhar as suas experiências;
- b) Mas há também desvantagens:
 - Dificuldade em assegurar a objetividade;
 - Pode levar a que os entrevistados não refiram alguns aspetos importantes para a investigação, simplesmente por entenderem que o investigador já sabe;
- c) A questão é relevante (e deve ser considerada), mas não traduz uma barreira intransponível.

Como defende Costa (2014: 147-148), a pesquisa é sempre um processo de familiarização do investigador com o contexto social que pretende estudar – e essa é uma vertente importante da investigação. A outra vertente é o processo de distanciamento:

“A produção dos enunciados observacionais resulta do acionamento integrado de processos de recolha, registo, classificação e análise – a um primeiro nível – da informação. Todos esses processos estão, inevitavelmente, “impregnados de teoria”. Interessa, pois, que esta, em vez de um conjunto de pressupostos impensados e incontrolados, seja uma teoria explícita cujo campo de incidência inclua – mesmo que em termos provisórios e permanentemente atualizados – o objeto, o investigador e as relações entre ambos no decurso da pesquisa. Além disso, a estratégia metodológica da pesquisa de terreno, baseada na presença prolongada e no contacto direto, fornece, como se viu, um conjunto de

instrumentos para a contínua regulação dos processos de pesquisa a partir do conhecimento que ela própria vai produzindo acerca do objeto e acerca dos efeitos que nele desencadeia. Tanto aquela teoria como esta regulação fazem parte do esforço de distanciamento científico através do qual se processa, como diz Pierre Bourdieu, o “conhecimento das condições de conhecimento” e a “objetivação da relação objetiva e subjetiva do investigador com o objeto” (Costa, 2014: 148)⁹⁸.

Esse esforço de distanciamento foi uma constante ao longo de toda a investigação. Das duas vertentes referidas, foi claramente a mais presente. Mas isso não significa que se tenha descurado totalmente a familiarização. Sobretudo na pesquisa de terreno: houve necessidade de descodificar o significado duma variedade de objetos específicos e de símbolos, de acontecimentos e situações, de estilos de agir e de maneiras de pensar.

Entendeu-se, ainda, que seria importante considerar os padrões éticos consagrados quer no Código de Conduta Ética na Investigação do ISCTE-IUL (Despacho n.º 86/2016 do Reitor do ISCTE-IUL), quer no Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia. Com destaque para os seguintes princípios e orientações:

a) Consentimento

A recolha de dados foi precedida de autorização formal por parte das organizações envolvidas, bem como do consentimento informado dos participantes no estudo.

b) Confidencialidade

Toda a informação prestada no contexto de investigação foi tratada confidencialmente.

Para além disso, e apesar de tal ser possível, optou-se por não criar nenhum *ranking* (de transparência ou de democracia interna).

c) Publicitação/transparência

O estudo de caracterização do associativismo popular em Loures foi publicado pelo Município de Loures e objeto de apresentação em sessão pública. As associações inquiridas foram convidadas para essa sessão – e foi-lhes oferecida a publicação.

⁹⁸ Brannick e Coghlan (2007) mobilizam o conceito de reflexividade para mediar a relação do investigador “insider” com o seu objeto de estudo – e referem dois tipos de reflexividade:
- Metodológica: que permite manter a vigilância sobre a recolha e tratamento dos dados;
- Epistémica: que consiste no processo de desconstrução das crenças veiculadas pelo investigador.

O presente estudo será também objeto de publicação pela CPCCRD – com o apoio da Fundação Montepio.

E será oferecida uma obra a cada participante, como forma modesta de retorno.

III PARTE

As associações de cultura, recreio e desporto

Títulos:

CAPÍTULO 6

- ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO*
- DAS ORIGENS AO SÉCULO XX*

CAPÍTULO 7

- AS ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO NO SÉCULO XXI*

CAPÍTULO 6 – ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO – DAS ORIGENS AO SÉCULO XX

1 – Associativismo livre – legados e influências

Para compreender a emergência do associativismo moderno é importante identificar os diversos legados, heranças e influências – isto é, as instituições para a ação coletiva pré-modernas. Optou-se pela apresentação de tais instituições em dois passos, seguindo o enquadramento proposto por Pereira (2020: 29-70)⁹⁹: num primeiro momento serão identificadas e caracterizadas as principais instituições para a ação coletiva pré-modernas; para depois serem apresentadas as novas formas de sociabilidade e participação cívica, já sob os auspícios do Liberalismo.

De entre as instituições para a ação coletiva pré-modernas, e com reflexos na emergência e configuração do associativismo popular, merecem destaque as comunidades rurais, as corporações de ofício, as irmandades e confrarias e as academias científicas.

Nos municípios rurais, as comunidades locais possuíam competências de autogoverno, desde a Alta Idade Média. A gestão dos recursos comunitários competia a grupos de utilizadores, como os *conselhos de vizinhos*. Com o tempo, a administração de muitos bens acabou por ser assumida pelas vereações – as decisões sobre a gestão desses bens implicavam amplos consensos obtidos em reuniões de câmara alargadas (Neto, 2010: 317-319).

As reformas administrativas de Mouzinho da Silveira (1832-1834) e a diminuição da autonomia concelhia acabariam por originar um forte descontentamento popular e um movimento que ficou conhecido como *Setembrismo*. Ficou a dever-se aos setembristas uma nova perspetiva do direito municipal, consagrada no Código Administrativo de 1836. Essa nova perspetiva permitiu que as economias rurais continuassem a assentar na gestão partilhada de um conjunto de recursos – e na partilha dos riscos inerentes à agricultura familiar (Oliveira, 1995).

⁹⁹ Joana Pereira é licenciada, mestre e doutorada em História. Especializou-se na história do movimento associativo operário e popular e é autora da obra *Associativismo Livre. Uma história de fraternidade e progresso (1834-1926)* – a principal referência bibliográfica dos primeiros pontos deste capítulo.

O Código Administrativo de 1836 apontava para a necessidade de compilação e revisão das posturas. Posturas que voltam a regular determinadas necessidades comunitárias, várias das quais passariam (mais tarde) a ser assumidas pelas associações modernas – como é o caso das associações de bombeiros voluntários. Ou estabeleciam já uma prática de mutualidade, como acontece com os criadores de gado.

É também no quadro do município medieval que se estrutura o regime corporativo das artes e ofícios mecânicos – das corporações de ofício. Competia às câmaras municipais, sobretudo nos aglomerados urbanos, regular e fiscalizar o exercício da atividade artesanal. O município está, pois, intimamente ligado à antiga organização corporativa, que regulava o exercício da atividade e as relações de reciprocidade no seio da comunidade artesanal.

Esta organização corporativa não se apresentou como uma realidade imutável desde a Alta Idade Média até ao Liberalismo. Em traços muito gerais, pode dizer-se que se assistirá a uma evolução no sentido da perda de autonomia destas instituições face ao poder régio e eclesiástico; e a uma progressiva hierarquização e exclusivismo. E em 1834, após a guerra civil que deu a vitória aos liberais, as instituições corporativas acabam por ser extintas – sendo promulgada a liberdade de trabalho e indústria.

As irmandades e confrarias foram as mais difundidas entidades associativas de cariz espiritual e assistencial na Europa medieval e moderna. Em Portugal, começam por ser instituições laicas e será apenas no século XVII que se viria a consagrar a tutela eclesiástica do ato de fundação e aprovação dos seus compromissos. Estas instituições tinham uma função essencialmente assistencial: surgem vocacionadas para o auxílio mútuo através da criação de fundos comuns destinados a socorrer os confrades que empobrecessem ou adoecessem e a assegurar o seu funeral (Lopes, 2010).

A partir do século XV a assistência passa a ser regulamentada e controlada por grandes unidades, como o hospital de Todos-os-Santos, geridas pelas misericórdias. Como refere Pereira:

“As misericórdias portuguesas integram-se assim num movimento de reforma da assistência, procurando concentrar numa só instituição «todas as Obras de Misericórdia, assim espirituais como corporais, quando possível foi, para socorrer as tribulações e misérias que padecem nossos irmãos em Cristo».

As misericórdias eram confrarias sob proteção e tutela régia e compostas pelos leigos dos estratos médio e superior de cada localidade. Estas instituições passaram a administrar a quase totalidade dos hospitais do reino – tendendo a concentrar-se cada vez mais nessa vertente desde finais do Antigo Regime –, prestavam cuidados médicos

domiciliários, distribuíam medicamentos gratuitos, enterravam pobres, dotavam órfãs, prestavam assistência material, jurídica e espiritual aos presos pobres, distribuíam esmolas, etc.” (2020: 41-42).

Pereira (2020: 43) refere ainda uma quarta instituição pré-moderna, com forte influência no associativismo popular: as academias e sociedades de eruditos – importantes centros de atividade intelectual.

Em Portugal assistir-se-á também ao nascimento de algumas academias científicas, em clara sintonia com as tendências internacionais – sendo a primeira de que há notícia a Academia dos Generosos (de 1647). Entre os finais do século XVII e início do século XVIII, estas academias acabam por proliferar em Portugal e nas colónias, dedicando-se às belas artes, às letras e às ciências naturais. E funcionam, por vezes, como consultoras governamentais.

Quanto às novas formas de sociabilidade e participação cívica (já sob os auspícios do Liberalismo), Pereira (2020: 49 e seguintes) refere três grandes movimentos:

a) As sociedades patrióticas

O surgimento de sociedades patrióticas é um fenómeno dos mais relevantes no alvorecer do Liberalismo, estando na origem da liberdade de expressão e reunião e dos próprios partidos políticos.

Estas sociedades constituíam-se como um misto de centros de animação político-liberal, de formação de militantes liberais e de intervenção unitária na defesa do regime vintista. Dedicam-se com afinco à instrução pública e realizam sessões de esclarecimento, bailes comemorativos, jantares políticos, sessões de teatro, etc.

Muitas destas sociedades foram efémeras, outras transformaram-se em sociedades de recreio, como a Assembleia Portuense.

b) O associativismo científico profissional

Muito embora estas novas associações herdem as práticas das sociedades científicas, há duas diferenças fundamentais:

- Assiste-se a uma maior especialização e autonomização dos diversos campos científicos – o que dará origem a um novo associativismo de natureza profissional (dos médicos, dos farmacêuticos, dos advogados, dos jornalistas, etc.);

- E passam a ter como foco o mutualismo.

c) As associações de fomento económico

Anunciando já uma realidade marcada pela organização de grupos de interesse, surgem em Portugal (como noutras latitudes) as associações agrícolas, comerciais e industriais, procurando numa primeira fase envolver todos os protagonistas dos respetivos setores, incluindo as classes laboriosas.

2 – Monarquia Liberal

2.1 – O novo contexto. Quatro traços

Com a Monarquia Liberal é criado um novo quadro político, económico, social e cultural, que viria a revelar-se francamente favorável à emergência do associativismo popular. Há quatro aspetos que merecem aqui algum destaque e aprofundamento:

- a) As elites em defesa da associação popular;
- b) O alheamento do Estado em relação às questões sociais;
- c) Um quadro jurídico favorável;
- d) Forte valorização da instrução popular.

As movimentações populares europeias de 1830 e de 1848 e as correntes de pensamento que as acompanharam marcaram uma geração de protagonistas políticos que, influenciados por Saint-Simon ou Fourier, Louis Blanc ou Proudhon, defendem a substituição das instituições corporativas, incompatíveis com o regime liberal, pelas associações – fundamentalmente, pelo mutualismo, pelo cooperativismo e pelo associativismo de instrução.

Por outro lado, as ideias políticas que dão corpo às instituições e ao modelo da Monarquia Constitucional remetem a ação do Estado essencialmente para as questões da segurança e da propriedade. A ausência de medidas de política social por parte do Estado português, associada a um quadro de atraso económico, de fortes desequilíbrios económicos e sociais, de pobreza e miséria, cria um ambiente favorável ao incremento das organizações mutualistas e à ação previdente protagonizada por outras instituições, como as cooperativas e as misericórdias.

Foram também publicados e implementados, ao longo de todo o século XIX, diversos diplomas legais que acabariam por favorecer o desenvolvimento do associativismo popular:

- a) A dissolução da organização corporativa dos mesteres, imposta pelo Decreto de 7 de maio de 1834; e a instauração da liberdade de comércio e do exercício das profissões;
- b) O reconhecimento do direito de se associar a todos os cidadãos, “na conformidade das Leis” (artigo 14.º da Constituição de 1838);
- c) A criação de duas comissões, uma em Lisboa e outra no Porto, para estudar o estado das sociedades de socorros mútuos e apresentar propostas com vista ao seu desenvolvimento (decreto real de novembro de 1866);
- d) A definição do enquadramento jurídico do associativismo (Código Civil de 1867);
- e) O reconhecimento do direito de constituir associações “independentemente de licença da autoridade pública” (Decreto de 15 de junho de 1870).

Há ainda um outro fator com influência significativa na emergência do associativismo popular: a forte valorização da instrução popular. Como lembra Pereira (2020: 105):

“A instrução popular é uma questão central na Revolução Francesa e das revoluções liberais europeias em geral, mas é sobretudo na segunda metade do século XIX que se inaugura a designada era do educacionismo, termo utilizado na historiografia para categorizar a crença geral na infalibilidade da educação como instrumento de progresso e justiça social. Embora possa ser um conceito controverso, a educação popular tem vindo a ser relacionada com a ação educativa em meios populares, fora da escola e com o objetivo de transformar a sociedade, não descurando a sua estreita relação com a história da escolarização, uma vez que os seus ativistas defendem paralelamente a democratização do ensino elementar”.

2.2 – Principais tipos associativos

Apesar de poderem ser identificados alguns traços comuns, a emergência e consolidação do associativismo popular, ao longo do século XIX, faz-se através de diferentes realidades institucionais, com destaque para as associações de socorros mútuos, as cooperativas, as sociedades de instrução e recreio, as associações de proteção civil e o associativismo de classe.

Portugal acompanha as tendências internacionais. O primeiro modelo associativo moderno a enraizar-se entre as camadas populares – e que modelará as tipologias seguintes – será o das associações de socorros mútuos. Este tipo associativo surge e acaba por se disseminar, fundamentalmente, no seio da comunidade artesanal – refletindo um forte legado corporativo.

Não obstante essa ligação secular, as associações de socorros mútuos distinguem-se das antigas estruturas corporativas, a vários níveis:

a) No plano dos propósitos

Como refere Pereira (2020: 87): “O novo associativismo mutualista entre a comunidade artesanal tinha de facto outros e mais ambiciosos propósitos, nomeadamente o de concorrer para a almejada instrução popular e até de conquistar a independência dos produtores através da cooperação económica. Anuncia ainda, por outro lado, o cariz reivindicativo que o relaciona com a emergência do sindicalismo”.

b) No plano organizativo

Pelo ingresso voluntário, pela gestão democrática e pelo esbatimento das hierarquias.

c) No plano das normas morais e de conduta

O mutualismo inaugura uma ética própria: ao exigir estatutariamente que os associados se comprometam com práticas democráticas; e ao pressupor a ideia de igualdade na relação entre os indivíduos.

Para além disso, estudos monográficos além-fronteiras confirmam que a pequena dimensão das associações de socorros mútuos, a sua articulação territorial, a leveza do seu aparato burocrático e a diversificação de atividades favoreciam uma intensa sociabilidade, contribuindo para a criação de mecanismos de identidade e pertença¹⁰⁰.

Há vários registos – e levantamentos – sobre as associações de socorros mútuos. Os mais completos são já do último quartel do século XIX. Percebe-se que este tipo associativo prolifera por todo o território, ainda que esteja particularmente concentrado nas duas principais cidades. E conseguem já distinguir-se dois tipos principais de associações de socorros mútuos: as corporativas (dos pedreiros, das parteiras, etc.) e as associações de todas as classes.

¹⁰⁰ Ver, por exemplo, L. Tomassini (1999), citado por Pereira (2020: 91).

Como observa Pereira (2020: 92-103), é necessário enquadrar as experiências de cooperativismo no seio do movimento mutualista e da herança corporativa. Foi no seio do movimento mutualista que se ensaiaram as primeiras experiências de cooperação económica, sendo relativamente comum a que visava garantir trabalho aos associados desempregados – simultaneamente com o reforço dos fundos de previdência.

Nessa fase inicial, o movimento cooperativo é incomparavelmente mais modesto que o mutualista. O fracasso de muitas das primeiras experiências cooperativas terá refreado a disseminação do movimento. Em 1883, o *Diário do Governo* publica a lista das cooperativas com alvará: 20 sediadas em Lisboa, 7 nas suas freguesias limítrofes e 5 nos seus arredores; 10 no Porto; 3 nas cidades de Coimbra, Évora e Setúbal; e 8 nos arquipélagos.

O modelo associativo que conheceu maior profusão entre as camadas populares – logo no século XIX – foi o das associações que aliam a instrução, a fruição e criação cultural e o recreio: as denominadas sociedades de instrução e recreio. A realidade e evolução deste tipo associativo têm sido apreciadas, sobretudo através de alguns estudos de caso (por exemplo, Bernardo, 2001; ou Figueiredo, 2013). A partir desses estudos é possível identificar alguns dos traços deste tipo associativo (no século XIX):

- a) Estas associações começam por ser marcadas pelo elitismo (e também pela exclusão das mulheres), disseminando-se social e espacialmente a partir de meados do século (Bernardo, 2001).
- b) São-lhe atribuídos dois traços característicos: o da multifuncionalidade (desenvolvimento de atividades de recreio, de instrução, de cultura, de previdência); e o do intercâmbio – era comum as bandas filarmónicas e os grupos teatrais visitarem-se entre si.
- c) Não obstante a multifuncionalidade dominante, acabam por criar-se movimentos semiautónomos, como o filarmónico (Sousa, 2016)¹⁰¹, ou o dos grupos amadores de teatro (Figueiredo, 2013).
- d) Pereira (2016) lembra que – com este tipo associativo – as populações passam também a ter acesso a novos espaços de sociabilidade e lazer. E sublinha o seguinte:
 - Se a construção de vários desses espaços beneficiou da filantropia das elites, também há situações em que resultou, fundamentalmente, do empenho coletivo de elementos enquadráveis nas classes trabalhadoras;

¹⁰¹ Sousa (2016: 68) sublinha que o associativismo cultural e recreativo em Portugal começa com o movimento filarmónico:

“Embora a origem dos montepios e das associações de socorros mútuos seja na mesma época do aparecimento das primeiras sociedades musicais, devemos considerar que, no âmbito da cultura e recreio, as sociedades filarmónicas são a origem do movimento associativo de cultura e recreio”.

- Esses espaços acabariam por adquirir um relevante significado simbólico: a propriedade coletiva de um local de reunião, de diversão, de elevação cultural e de emancipação social¹⁰².

- e) A prática desportiva começou por ser um claro fator de distinção social, estando ainda longe da apropriação popular. A sua introdução em Portugal (no século XIX) coube às camadas privilegiadas.

Será já na última década de oitocentos, e sobretudo no primeiro quartel do século XX, que se assistirá à introdução da educação e da atividade física nas sociedades de instrução e recreio (Vaquinhas, 1992: 384). Realidade que é acompanhada de um crescente interesse do público popular por algumas modalidades, como o ciclismo, o boxe ou o futebol (Kumar, 2014: 38 e seguintes).

As sociedades de instrução e recreio constituem uma componente incontornável do novo repertório de ação coletiva institucionalizada e concorrem de forma decisiva para o empoderamento de classes socioculturais vulneráveis:

“Através da organização de fundos pecuniários a partir de «quotizações, donativos, quetes, quermesses, produtos do bufete, produto dos jogos lícitos, produto das festas e concertos», as populações adquirem novos recursos comuns que lhes dão acesso a novos espaços de sociabilidade e lazer e a uma diversificada oferta instrutiva e cultural” (Pereira, 2020: 117)¹⁰³.

Para além dos tipos associativos já referidos, assistir-se-á, ainda, no decurso do século XIX, à emergência de outras formas de associativismo livre:

- a) Associações de bombeiros

A primeira associação formal desta natureza de que há notícia é a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, fundada em 1868.

¹⁰² Lázaro (2016: 129) acrescenta que o associativismo também funcionava como espaço de transformação dos próprios costumes do mundo operário, isto é, tentava modificar o quotidiano dos seus associados:

“De facto, as associações alertavam os trabalhadores mal vestidos, mal penteados, desleixados, camisa suja, torcidos e descompostos que desse modo obtinham a consideração da sociedade. Ao passo que tentavam experimentar novas formas alimentares, sobretudo, no sentido de diminuir o consumo de vinho”.

¹⁰³ Não há dados precisos sobre o número de sociedades de instrução e recreio fundadas no decurso do século XIX. Garrido e Pereira (2018: 117) apresentam um gráfico com as várias associações da economia social (1867-1910), mas não se referem especificamente a este tipo associativo. Segundo estes autores, a distribuição existente era a seguinte: associações de socorro mútuo (61%); misericórdias (27%); cooperativas de consumo (8%); cooperativas de produção (1%); outras associações (3%).

Trata-se de uma iniciativa de elites. Mas a partir das últimas décadas do século XIX surgem várias outras associações humanitárias de bombeiros – e já sem esse traço.

Em Portugal, as associações de bombeiros oferecem desde a sua origem um leque variado de serviços à população: cultura, recreio e desporto, mas também assistência médica, instrução e beneficência. E são vários os casos em que as filarmónicas locais são integradas nas associações de bombeiros.

b) O associativismo de classe

As associações de classe foram surgindo aos poucos, mesmo antes da sua legalização – veja-se o caso da pioneira Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas, em 1883. Na última década do século XIX, a Federação das Associações de Classe de Lisboa contava já com a adesão de um largo conjunto de classes.

c) Catolicismo social

Progressivamente, ao lado das associações de carácter espiritual como o Apostolado da Oração, as Congregações Marianas, as ordens terceiras, ou as irmandades e confrarias, surgem novas instituições católicas, cujo carácter e missão têm em vista o melhoramento material da sociedade: as conferências de S. Pedro de Paulo, os Círculos Católicos, as Associações Católicas, a Juventude Católica, a Liga de Ação Social Cristã, os Centros de Democracia Cristã, etc.

A emergência e difusão do associativismo popular teve vários marcos ao longo do século XIX. Lousada (2017) identifica quatro grandes fases:

- Até 1834 (os primeiros passos);
- Entre 1834 e 1851 (extinção das antigas corporações de ofício e o surgimento de novos tipos associativos);
- Entre 1852 e 1891 (caracterizado por uma progressiva mudança de atitude do poder central face ao associativismo)¹⁰⁴;
- Depois de 1891 (controlo e repressão do movimento associativo de carácter político republicano, que se propaga sob a forma de associações de cultura e recreio, de socorros mútuos ou cooperativas).

¹⁰⁴ Mudança que é visível em dois domínios essenciais:

- No plano legal, com a publicação de legislação favorável ao associativismo;
- Na preocupação em conhecer a situação de facto do movimento associativo português (Lousada, 2017: 108-109).

3 – Primeira República

3.1 – Voluntarismo reformista

Como notam Garrido e Pereira (2018: 128-129), o contexto económico e social que se vivia em Portugal durante a Primeira República continuava a refletir os problemas do século XIX e alguns traços da crise finissecular:

“A situação económica do país continuava difícil, abalada pela inconvertibilidade da moeda, pelo serviço da dívida e por dificuldades de acesso ao crédito externo. Portugal conhecia uma modernização incompleta das suas estruturas produtivas, uma industrialização limitada e uma acentuada dependência de economias mais fortes, como a Grã-Bretanha, a França e os países da Europa do Norte.

No plano social, as estruturas e os movimentos sociais refletiam as debilidades estruturais da economia, o crescimento rápido das administrações públicas e os profundos desequilíbrios do desenvolvimento, entretanto acentuados, ou mais visíveis, por efeito do duplo fenómeno da urbanização e litoralização do país, associados ao caminho-de-ferro e à construção da moderna rede de estradas (...).

Instáveis e desprovidos de orçamento que chegasse para a guerra e para a fome, os governos portugueses seguiram a tendência europeia de adotar políticas de financiamento do esforço de guerra através do aumento da circulação monetária e do agravamento da dívida pública interna”.

Vivia-se um contexto social muito difícil, marcado pela miséria e por balanças alimentares muito pobres. A maioria dos trabalhadores aspirava apenas a sobreviver (Garrido e Pereira, 2018: 135).

O reformismo social fez parte da propaganda republicana, antes e depois da queda da Monarquia. Não obstante, a intervenção do Estado português nos domínios da assistência, da hospitalização e da previdência social foi “amiúde inconsequente por razões financeiras ou por empecilhos burocráticos” (Garrido e Pereira, 2018: 138).

Merece destaque o investimento político da República num sistema de proteção social capaz de articular o seguro social obrigatório com as formas de previdência praticadas pelas associações. Ao contrário de outros países europeus que ergueram sistemas de seguros obrigatórios e pensões de invalidez por etapas, a legislação

portuguesa criou-os de uma só vez e segundo um modelo integrado de seguros contra riscos sociais:

“O pacote legislativo aprovou diversos seguros sociais obrigatórios: doença e invalidez, acidentes de trabalho, velhice e sobrevivência. Criou-se ainda o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral e reviu-se a lei sidonista que incidira nesses aspetos com propósitos meramente assistencialistas” (Garrido e Pereira, 2018: 136-137).

Apesar desta reforma, e do que ela representou, os seguros sociais obrigatórios não alteraram a natureza incerta e desprotegida dos riscos sociais; nem tão pouco criaram condições de proteção capazes de dispensar a assistência caritativa e a ação supletiva das formas de previdência oferecidas pelo mutualismo (Garrido e Pereira, 2018: 137).

Para além desse legado, a Primeira República deixou, ainda, uma obra simbólica importante (a bandeira, o hino, a moeda); uma obra educativa com relevo no campo do ensino primário e do ensino universitário; e uma marca “definitiva nas importantes reformas civilistas de pendor democratizante, como a lei da separação do Estado e das igrejas (...), a lei do divórcio e a introdução do registo civil obrigatório (do nascimento, casamento e morte), retirando o exclusivo dessa função às paróquias da Igreja católica (Rosas, 2020: 26)¹⁰⁵.

3.2 – A Era dos Congressos

A denominada *Era dos Congressos* é inaugurada pelo I Congresso Social de 1865-66 e é consolidada pelos quatro Congressos das Associações Portuguesas – organizados entre 1882 e 1885 (Pereira, 2020: 211 e seguintes). E só será interrompida pelo golpe militar de 28 de maio de 1926. No período da República estes encontros proliferaram exponencialmente, abrangendo diversas tipologias associativas.

Cada congresso tem um contexto próprio de organização e objetivos. Há, todavia, alguns traços comuns: procuram soluções para mitigar a desproteção, a pobreza e outros problemas que caracterizam a vida das camadas populares; procuram estabelecer consensos; promovem a cooperação interinstitucional; e apresentam diversas reivindicações ao Estado.

¹⁰⁵ A laicização, a instrução e a democracia eram o triângulo ideológico e político indivisível do programa republicano (Rosas, 2020: 26). Apesar do legado que deixou, “pode dizer-se que o regime republicano falhou naquilo que era, provavelmente, o seu objetivo essencial: a regeneração democrática do liberalismo oligárquico da monarquia constitucional, afundado no privilégio e na corrupção” (Rosas, 2020: 26).

De entre as reivindicações e propostas de reforma social podem destacar-se as seguintes:

- a) Reivindica-se o próprio direito de associação e o reconhecimento das associações enquanto mediadores das relações entre os indivíduos e entre os indivíduos e o Estado;
- b) Reivindica-se o apoio estatal e crescentemente a sua intervenção na esfera social, no sentido de assegurar a proteção das camadas sociais mais vulneráveis;
- c) Destacam-se, ainda, as reivindicações de regulamentação das relações laborais;
- d) Reivindica-se a reforma da instrução pública;
- e) Reivindica-se a democratização da instrução, cultura e recreio;
- f) Reivindicam-se medidas reguladoras dos mercados que salvaguardem os mais vulneráveis;
- g) Reivindica-se a equiparação dos direitos da mulher aos do homem nas associações¹⁰⁶.

Assistir-se-á, ainda, no período da Primeira República:

- a) Ao processo de especialização funcional das instituições (Halpern Pereira, 2016: 25).
- b) À consolidação de alguns tipos associativos, bem como ao desaparecimento de outros. Ganham particular expressão e força o mutualismo, o cooperativismo e o sindicalismo¹⁰⁷. Por seu lado, os círculos operários católicos, que surgiram no início do século XX, não conseguem implantar-se no meio operário e desapareceram com o advento da República (Halpern Pereira, 2016: 21).
- c) E à aproximação do Estado em relação a alguns tipos associativos. É o caso do mutualismo.

A Primeira República viu o mutualismo com simpatia e não se negou a apoiá-lo (Garrido e Pereira, 2018: 132). O mesmo não acontecendo, por exemplo, com as misericórdias (Garrido e Pereira, 2018: 139).

¹⁰⁶ Para um maior desenvolvimento sobre estas propostas, veja-se Pereira (2020: 233 e seguintes).

¹⁰⁷ A população sindicalizada cresceu significativamente nesta época, passando de 67.000 em 1910 para 263.000 em 1925 (Halpern Pereira, 2016: 21).

3.3 – A Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio

É neste quadro que as sociedades de instrução e recreio se começam também a organizar, para poderem ter maior influência junto dos poderes públicos. Sabe-se que as primeiras reuniões para a congregação de coletividades do distrito de Lisboa datam de 1920, ano em que foi formada a Comissão Organizadora do Congresso fundador¹⁰⁸. Todo esse trabalho conduziu à criação da Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio, no “Congresso Regional das Sociedades de Recreio”, realizado em 1924¹⁰⁹. Como sublinha Melo (1999: 98):

“Os seus principais impulsionadores foram indivíduos de formação republicana, com sensibilidades socialistas, maçónicas ou republicano-conservadoras, e que lideravam algumas das coletividades fundadoras da Federação. Pretendiam aproximar as coletividades para que estas tivessem maior capacidade reivindicativa e de influência”.

Os estatutos da nova Federação seriam aprovados em 26 de dezembro de 1925. No capítulo relativo aos fins da Federação estabelece-se um amplo universo de adesão: podem ser associadas academias, grupos, sociedades dramáticas, musicais, de dança e excursionistas, desde que estejam legalizadas, tenham a sua sede no distrito de Lisboa e obedeçam a um critério altruísta. O campo de atuação da federação também é vasto:

- a) Defesa dos interesses materiais, sociais e morais das coletividades federadas;
- b) Promoção cultural da população associativa em geral;
- c) Promoção da solidariedade inter-federadas;
- d) Salvaguarda da autonomia no meio.

Quanto à organização interna, verifica-se que a Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio integra três órgãos: o Conselho Federal (uma espécie de Assembleia geral, onde tinham lugar delegados representantes das federadas); uma Comissão Administrativa (o órgão executivo); e uma Comissão Revisora de Contas.

¹⁰⁸ Para um maior desenvolvimento, veja-se Ramos (2020).

¹⁰⁹ A Federação tinha como âmbito geográfico o distrito de Lisboa, que então abarcava as atuais áreas administrativas de Lisboa e Setúbal.

4 – Estado Novo

4.1 – O golpe militar e a primeira ofensiva contra o associativismo livre

A partir de 1926 são vários os relatos de uma verdadeira ofensiva contra o associativismo livre – e que se fez sentir entre as sociedades de instrução e recreio¹¹⁰. Os Relatórios Morais e Financeiros da Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio e o seu órgão de imprensa (*Federação Recreativa*) dão nota disso: começam por dar notícia de queixas das associadas sobre o recuo das entidades oficiais em relação a várias isenções anteriormente conquistadas; há relatos de associações encerradas pela polícia, sob o pretexto de incumprimento de determinações legais; são denunciadas várias obrigações financeiras (taxas, licenças, direitos de autor); é denunciada a proibição de festas pelo Governo Civil de Lisboa.

Para além disso, a Federação começa a enfrentar um ambiente hostil à sua afirmação e desenvolvimento. O primeiro efeito negativo surge com a criação do distrito de Setúbal, que obriga a Federação a desvincular as coletividades doravante circunscritas à nova área administrativa. Logo a seguir, e no rescaldo da Revolta de Fevereiro de 1927, dá-se a primeira ameaça de encerramento da sede (provisória) da Federação pelo Governo Civil de Lisboa. O pretexto foi a Federação estar a utilizar as instalações da Academia Recreativa de Lisboa sem estar legalizada (Melo, 1999: 99).

No início dos anos 30, e após alguns anos de torpor, a Federação empenha-se na demonstração pública da sua influência social, organizando o *Dia das Sociedades de*

¹¹⁰ A Primeira República teve uma vida curta: 16 anos. Para Rosas foram cinco os fatores que conduziram à sua derrota (2020: 30-35):

- Em primeiro lugar, a incapacidade estratégica do regime republicano para romper o cerco social e político em que fora implantado: “A Primeira República, nascida no estreito meio urbano do país, era cercada por um oceano de ruralidade, onde pontificavam tradicionalmente o cacicato da média e grande propriedade e a influência do clero, os quais se ajudavam mutuamente a preservar a velha ordem” (Rosas, 2020: 30);

- Em segundo lugar, o resultado da opção pela sobrevivência a curto prazo foi a recusa da democratização do sistema político – o que contribuiu para uma permanente e agitada crise de legitimidade do poder republicano;

- Em terceiro lugar, os governos republicanos não só foram incapazes de implementar uma verdadeira reforma social, como abriram, desde cedo, uma guerra aberta contra as lutas operárias e as organizações sindicais;

- Em quarto lugar, importa referir o conflito entre o novo poder republicano e a Igreja católica;

- Finalmente, Rosas identifica um quinto aspeto determinante: o desastre da intervenção na Grande Guerra.

Recreio, a 8 de maio de 1932, na Voz do Operário. Nesse dia, o órgão de imprensa a *Federação Recreativa* anuncia:

“A festa de agora será o início de um futuro próspero para o meio recreativo, se o mui digno governo da República, ao conhecer a nobre missão das nossas coletividades, lhes der o necessário auxílio e apoio moral, de que se julgam merecedoras, para maior amplitude da sua ação”.

Depois dessa celebração (e face ao impacto da mesma) foi possível estabelecer alguns contactos e encontros com o Presidente da República, a quem foram apresentadas várias exposições e reivindicações: por exemplo, a isenção de impostos da Inspeção Geral de Espetáculos; a proteção oficial às coletividades que possuíam escolas ou núcleos de beneficência; e a atribuição de distinções para as coletividades que melhor encarnassem o espírito associativo.

4.2 – O Estado Novo: políticas para a cultura popular

O Estado Novo (1933/1974) materializou a superação da Ditadura Militar e concretizou o desejo de institucionalização de um regime de tipo novo, ecoando a vaga fascista que varria o mundo ocidental:

“Esta vaga relacionava-se com um contexto particular, marcado pela crise das democracias liberais (refletindo as limitações dos seus processos modernizadores e eventos traumáticos como a I Guerra Mundial e a crise bolsista de 1929) e pela entrada das massas no sistema político e na participação cívica, cujas necessidades e expectativas punham as elites à prova.

A este contexto correspondem distintas saídas políticas, sendo que uma das soluções de tipo novo que então surgiu se posicionava entre o capitalismo e o comunismo, ou seja, pretendia desbravar uma «terceira via» política, equidistante das restantes, impondo um Estado forte para defender o ideal nacionalista e construir uma nova sociedade, assente no corporativismo, na recusa da luta de classes e na nacionalização das massas (...)” (Melo, 2010: 13).

Como sublinha Melo (2010: 121), o Estado Novo procurou fomentar e impor à sociedade portuguesa um modelo nacionalista, ruralista e tradicionalista de cultura popular,

com o duplo objetivo de legitimar politicamente o regime e de estabelecer um consenso social e cultural em torno de um conjunto de valores, imagens e práticas culturais.

Esse modelo foi imposto através de medidas e políticas públicas que demonstram a ambição totalizante do regime:

- a) A organização corporativa, articulando a rede local das casas do povo¹¹¹ com a ação centralizadora da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT)¹¹², da Junta Central das Casas do Povo (JCCP)¹¹³ e da Junta de Ação Social (JAS)¹¹⁴;
- b) Fora do quadro corporativo, o SPN/SNI (Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo) foi o organismo centralizador que mais cedo promoveu a operação de reconhecimento simbólico e ideológico da cultura tradicional junto do público em geral, sobretudo do urbano e letrado.

Esta ação buscava aproximar as elites e o povo citadino da cultura do povo rural, num esforço de identificação com certos valores e práticas; bem como a afirmação da nação fora das fronteiras portuguesas (Alves, 2007).

¹¹¹ As casas do povo foram juridicamente instituídas em 1933. Visavam fins de previdência (acabariam por ficar com o monopólio da cobertura da previdência no mundo rural), assistência, instrução, progresso local e representação profissional dos trabalhadores rurais. Embora as casas do povo fossem financiadas pelos associados, a sua autonomia estava coartada à partida: não podiam promover quaisquer atividades de cariz político ou social contrária aos interesses da Nação e à Constituição do Estado. Para um maior desenvolvimento, veja-se Freire (2012).

¹¹² Para melhor enquadrar e implementar a sua política cultural-recreativa, o Estado central viu-se na necessidade de intervir através de três agências: a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), a Junta Central das Casas do Povo (JCCP) e a Junta de Ação Social (JAS).

A FNAT foi criada em 1935 para enquadrar o tempo livre dos trabalhadores. A sua orientação sociocultural orientava-se para um segmento preciso, o dos trabalhadores assalariados adultos, segundo a perspectiva de conciliação entre capital e trabalho e a recusa dos antagonismos sociais e do conflito laboral e sindical (Melo, 2010: 27). Sobre o papel do Estado Novo na “desproletarização”, ver Domingos (2010).

A partir de 1942, a FNAT ficou com a sanção prévia de toda a atividade cultural-recreativa dos organismos corporativos. Para fomentar e disciplinar essa mesma atividade, sugeriu àqueles a formação de grupos especializados, tutelados pela FNAT. Esses grupos serão designados por “centros de alegria no trabalho” (CAT) e serão complementados, desde 1950, pelos “centros de recreio popular” (CRP). Para um maior desenvolvimento, veja-se por exemplo Valente (2010).

¹¹³ A JCCP foi criada em 1945 para enquadrar centralmente a ação das casas do povo, em particular a previdência, assistência e instrução. Completava a missão da FNAT, embora também se ocupasse do âmbito cultural.

¹¹⁴ Em 1956, o lançamento do Plano de Formação Social e Corporativa implicou a transferência da função cultural da JCCP para a nova JAS.

- c) Para além disso, o associativismo livre sociocultural foi fortemente limitado por diversos mecanismos, como a referida rede das casas do povo e dos CAT e CRP (com privilégios excludentes), e pelo controlo, perseguição e repressão do meio associativo livre (Melo, 2010: 124).

4.3 – As associações de cultura, recreio e desporto – reduto de participação e vivência democráticas

Como refere Melo (2010: 109-113), proibidas que estavam as liberdades públicas fundamentais (como o direito de reunião política, a existência de partidos políticos e eleições livres e democráticas), a oposição acabaria por recorrer a todos os meios possíveis para fazer ouvir a sua voz. As atividades socioculturais e cívicas tornam-se um dos principais instrumentos de intervenção oposicionista:

“Um dos aspetos que unificou as várias correntes oposicionistas foi o recurso ao meio cultural e associativista. Anarquistas, republicanos, socialistas, democratas liberais, comunistas, católicos progressistas, monárquicos dissidentes, etc., todos eles recorreram à imprensa, ao livro, às conferências e exposições para expressar as suas posições. Dois mecanismos oficiais condicionaram fortemente esta expressão: por um lado, a censura (...), por outro, a repressão policial (...)” (Melo, 2010: 109-110).

Mas a resistência ao projeto totalitário salazarista não vinha apenas dessas movimentações. As associações de cultura, recreio e desporto representavam também um pólo de resistência, por duas razões principais:

“Com efeito, as associações socioculturais independentes representaram um pólo vital de resistência ao projeto totalitário salazarista, devido à sua democraticidade interna e à capacidade de gerar alternativas culturais e sociais de alcance político, fossem elas circunscritas ou de projeção nacional” (Melo, 2010: 113).

Melo (1999: 97) refere mesmo a existência de uma “aliança tácita” entre as oposições e o associativismo sociocultural:

“Em termos gerais, todas as propostas vindas do período da Primeira República continuaram a ser difundidos, mas de forma mais mitigada, grandemente ancoradas numa aliança tácita com o associativismo independente. A única novidade relevante foi o

aparecimento do MUD [Movimento de Unidade Democrática], que dedica significativa importância à dinamização e integração dos seus militantes no associativismo popular. Por estas razões, pode dizer-se que o associativismo cultural foi não só uma bandeira da resistência ao regime autoritário como um palco privilegiado da metamorfose da influência política das oposições”.

O regime sabia isso e moveu às associações de cultura, recreio e desporto uma perseguição persistente – por omissão, discriminação, repressão ou concorrência. São vários os exemplos e as expressões dessa perseguição: por via da censura; por determinações legislativas que proibiam associações culturais com os mesmos fins e área de intervenção das casas do povo; pelo exclusivismo da FNAT (a inscrição associativa na Fundação obrigava à desvinculação doutras filiações); através da extinção ou suspensão de algumas associações; ou por via da discriminação da respetiva estrutura federativa.

A vida e intervenção da Federação das Sociedades de Educação e Recreio é um bom exemplo de resistência e de capacidade para gerar projetos alternativos. Melo (1999) apresenta um relato dessa vivência:

- a) No II Congresso federativo, realizado entre 30 de maio e 8 de junho de 1934, aprovam-se novos estatutos e uma nova designação: Federação das Sociedades de Educação e Recreio.

A Federação começa então a alargar a sua área de influência territorial: em 1935 lança-se na criação de delegações nas capitais de distrito, começando pelo Porto e Setúbal.

- b) Em dezembro de 1940 realiza-se o 1.º Congresso Nacional. São aprovados novos estatutos e também uma nova designação: Federação Portuguesa das Coletividades de Educação e Recreio. Não obstante, o Governo nunca aceitará os novos estatutos.
- c) A 4 de maio de 1941, a Federação organiza uma *Parada Recreativa*, como forma de pressionar o regime no reconhecimento oficial da importância do movimento associativo sociocultural.

Como nota Melo (1999: 101):

“Nessa «parada», apresentada como de «saudação ao ilustre chefe do Governo», desfilam para o Terreiro do Paço cerca de mil coletividades e 50 filarmónicas de todo o país, o que representava um terço do total nacional. Com efeito, segundo estimativas federativas baseadas em dados oficiais, existiriam, em 1940, aproximadamente 3.000 coletividades em Portugal (...).

Esta manifestação de força impressiona os dirigentes situacionistas presentes na «homenagem», especialmente Salazar.

- d) Entretanto, consequência de um pretenso brio bairrista, é fundada a Federação das Coletividades do Distrito do Porto de Educação, Recreio e Desporto, em 12 de abril de 1944.

A Federação de Lisboa passa a confrontar-se com mais um entrave de peso ao seu projeto de unificação de todo o movimento associativo.

- e) Em julho de 1949 realiza-se o IV Congresso da Federação lisboeta (o 2.º de âmbito nacional), onde se aprovam os estatutos da nova Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio.

Os representantes da Federação do Porto retiram-se a meio do Congresso para não vingar a fusão das duas federações.

A partir dos anos 50 a Federação afrouxa a sua atividade e amplia o intercâmbio com o regime. O regime aproveita para acentuar a sua influência na federação, “não só pelo incremento da sua colagem a iniciativas oficiais como através do reforço da presença situacionista na orientação administrativa” (Melo, 1999: 111).

5 – A democracia em curso¹¹⁵

5.1 – A Revolução Portuguesa de 1974/1975

Como sublinha Fernando Rosas (2020: 65), o movimento militar vitorioso do 25 de Abril de 1974 deu origem a um movimento revolucionário de massas, “um verdadeiro abalo telúrico que subverteu a ordem estabelecida a todos os níveis da sociedade”:

“Um movimento que no seu ímpeto impôs na rua, pela sua própria força e iniciativa, como conquistas suas, as liberdades públicas, a democratização política do Estado, a destruição do núcleo duro do aparelho repressivo do anterior regime e a perseguição dos seus responsáveis, o direito à greve, a liberdade sindical, as bases de uma nova justiça social. Um mundo voltado de pernas para o ar, os 19 meses em que o futuro era agora,

¹¹⁵ Expressão utilizada por Fernando Rosas para se referir à democracia política instituída pela Constituição de Abril de 1976 (2020: 84).

um curto e raro instante em que as mulheres e os homens comuns, o povo do trabalho e da exploração, sonharam poder tomar o destino nas suas próprias mãos. A isso se tem chamado, e a meu ver bem, a Revolução Portuguesa de 1974/1975 (Rosas, 2020: 65-66)”.

Esse movimento terminará com o 25 de novembro e com o processo que se lhe seguiu. Mas deixará na democracia parlamentar, que então emerge, uma marca muito relevante.

5.2 – A Constituição de 1976

A Constituição de 1976 estabelecia o seguinte no seu artigo 2.º:

“A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democrática, que tem por objetivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras”.

Para assegurar essa transição é desenvolvido um projeto de “poder popular” assente no crescimento das organizações de cariz social. Como explica Pierre Marie:

“Este projeto político pretendia uma sociedade organizada na federação das comissões de moradores, das comissões de trabalhadores, das cooperativas e das associações. O «poder popular» apareceu como uma alternativa aos vários cenários apontados para o futuro de Portugal, nomeadamente: o regresso a um regime autoritário de extrema-direita, a instauração de um regime de inspiração soviética, um regime revolucionário com uma liderança militar, ou a evolução para um regime parlamentar com uma economia de mercado” (2019: 62).

Este projeto tem total respaldo na Constituição de 1976, que afirma, designadamente:

- a) Que o futuro sistema económico deveria assentar no desenvolvimento das relações de produção socialistas e no exercício do poder democrático das classes trabalhadoras (artigo 80.º);

- b) Que na fase de transição para o socialismo existiriam três setores de propriedade dos meios de produção (público, cooperativo e privado) – artigo 89.º; e
- c) Que o setor de “propriedade social” – constituído pelas empresas em autogestão, pelo setor comunitário, pelo setor cooperativo e pelas unidades de produção geridas pelo Estado – tenderia a ser predominante (artigo 90.º).

O caminho do “poder popular” acabaria, no entanto, por ser abandonado, com as duas primeiras revisões constitucionais: a de 1982 e a de 1989. O próprio conceito de “propriedade social” deixa de constar do texto constitucional. Como refere Marie:

“Este segundo período [inaugurado com as referidas revisões constitucionais] viu o regime oriundo do processo revolucionário sofrer uma reorientação profunda para uma economia liberal e uma democracia representativa. A meta de uma transição para o socialismo foi abandonada com as duas primeiras revisões constitucionais. As organizações da Economia Social deixaram de ter um papel preponderante para constituir o futuro do regime com a eliminação do conceito de «propriedade social». A carga política destas organizações foi neutralizada com a eliminação do projeto político de transição para um socialismo assente na autogestão” (2019: 65).

Apesar dessa mudança de rumo, a Constituição da República Portuguesa (CRP) mantém um importante sistema de liberdades políticas e de direitos sociais fundamentais. No título dedicado aos direitos económicos, sociais e culturais, estabelece-se designadamente o seguinte:

- a) O artigo 59.º

Que os trabalhadores têm direito “ao repouso e aos lazeres, a um limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias periódicas pagas” (n.º 1). E para garantir esse direito ao repouso e ao lazer, a Constituição determina que incumbe ao Estado “o desenvolvimento sistemático de uma rede de centros de repouso e de férias, em cooperação com organizações sociais” (n.º 2).

- b) O artigo 73.º

Que “todos têm direito à educação e à cultura” (n.º 1); e que o “Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais” (n.º 3).

c) Artigo 79.º

E o mesmo acontece com a cultura física e o desporto. De acordo com o n.º 1 do artigo 79.º: “Todos têm direito à cultura física e ao desporto”. Acrescenta o n.º 2 que “incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto”.

A Constituição consagra, assim, o direito ao repouso e ao lazer, o direito à cultura e o direito à cultura física e ao desporto. E estabelece que compete em primeira instância ao Estado assegurar tais direitos, devendo, para o efeito, desenvolver as correspondentes políticas sociais em colaboração, designadamente, com as coletividades de cultura, recreio e desporto.

O novo quadro político e constitucional (mesmo com as referidas revisões constitucionais) acabaria por ter forte impacto na sociedade civil – constituindo um “momento crítico” no seu processo do desenvolvimento (Salamon, Sokolowski e Haddock, 2017). Impacto desde logo na sua dimensão e contornos, como muito bem espelha a Conta Satélite da Economia Social (2019: 34-35).

Comparando as datas de constituição das várias entidades sem fins lucrativos pode verificar-se o seguinte:

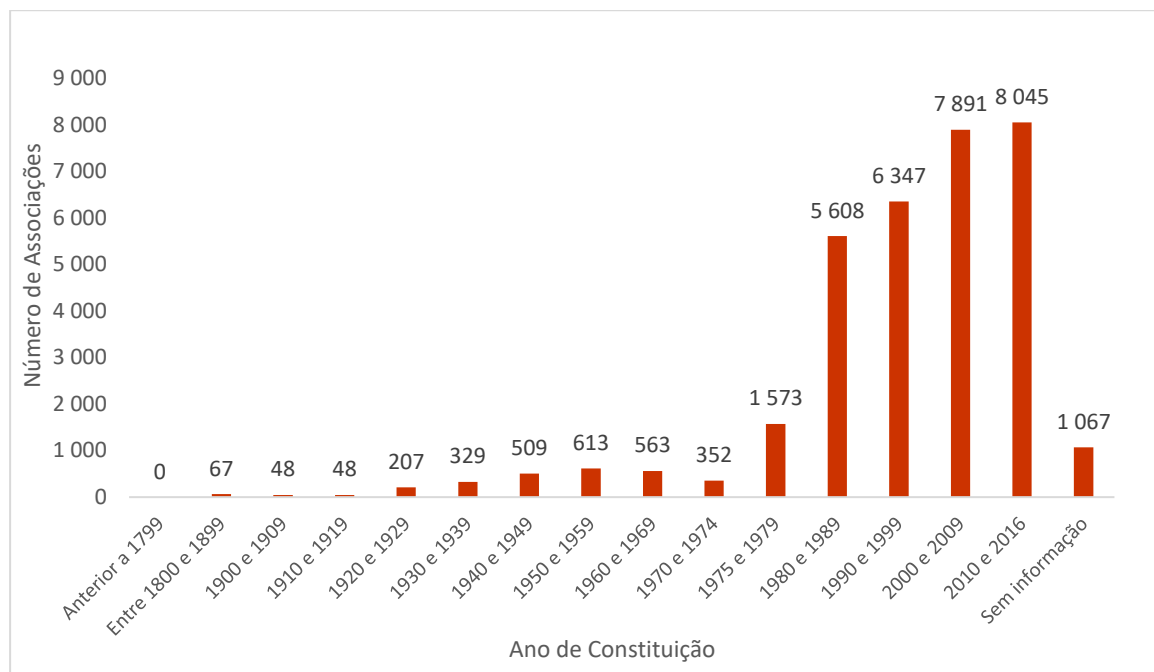
- a) 92% das misericórdias e 80% das associações mutualistas foram constituídas antes de 1974;
- b) 82% das cooperativas foram criadas após 1974;
- c) 75% das fundações foram também criadas já depois da Revolução de Abril;
- d) E o mesmo aconteceu com cerca de 90% das associações com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio (ver figura 6.1)¹¹⁶.

Pode, assim, concluir-se que a democracia política instituída pela Constituição de 1976 teve uma influência determinante no crescimento e desenvolvimento das associações de cultura, recreio e desporto, em Portugal. Crescimento que se tem mantido constante (ver figura 6.1).

Mas o impacto da mudança de regime não se ficará apenas por aí (pelo número de associações). Há muitos outros aspetos da vida e funcionamento deste tipo associativo que

¹¹⁶ Dados retirados da Conta Satélite da Economia Social (2019: 35).

sofreram alterações profundas, como melhor se verá no ponto seguinte (ponto 5.3) e no capítulo 7.



Fonte: INE, 2016.

Figura 6.1 – Associações com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio, por ano de constituição

5.3 – Retrato das associações de cultura, recreio e desporto

O último quartel do século XX não foi particularmente profícuo em estudos de enquadramento sobre as associações de cultura, recreio e desporto. Apesar disso, é possível apresentar um retrato aproximado deste tipo associativo, sobretudo graças a dois importantes estudos, da década de 90:

- O estudo realizado pela Câmara Municipal de Loures, no final da década de 80 – e publicado em 1994: *O Associativismo em Loures. Retrato das Associações Voluntárias com Atividades Culturais, Recreativas e Desportivas*.

- b) E o estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e publicado em 1998: *Associações Culturais e Recreativas*¹¹⁷.

Estes dois estudos constituem um marco no conhecimento e caracterização das associações de cultura, recreio e desporto, em Portugal. E são uma referência para estudos posteriores. Os resultados que apresentam complementam-se – permitindo um retrato mais completo da realidade em estudo.

O estudo realizado pela Câmara Municipal de Loures é apresentado em quatro grandes capítulos:

- a) A Organização;
- b) Os Meios (os protagonistas associativos, as instalações, o equipamento e o financiamento);
- c) Os Resultados (atividades e praticantes, frequência e frequentadores, relações locais e interinstitucionais);
- d) O Futuro (dificuldades, necessidades e projetos de novas atividades).

Este estudo teve como objeto as associações voluntárias do Concelho de Loures com atividades culturais, desportivas e recreativas. Das 201 associações inquiridas, 79,2% tinham como fim principal a promoção cultural, desportiva e recreativa. Quanto às restantes (20,8%), verifica-se uma grande diversidade de finalidades principais: associações de bombeiros, de moradores, juvenis, centros de cultura e desporto de empresas, associações religiosas.

Quanto a aspetos de organização e funcionamento, concluiu-se o seguinte:

- a) Apenas uma minoria elaborava planos (24%) e relatórios de atividades (34%);
- b) Apenas 17% possuía o estatuto de utilidade pública;
- c) 80% estavam filiadas em organizações;
- d) 2/3 das associações referiram dificuldades na constituição de listas para os corpos sociais;
- e) O período de duração de cada mandato era de um ano em mais de metade das associações;
- f) Só pouco mais de metade das associações (55%) tinha pessoal ao serviço;

¹¹⁷ Conhecem-se, também, alguns estudos de caso, relativos a associações concretas ou às associações de um determinado bairro (ver, por exemplo, Costa: 1999). E que fornecem contributos de grande interesse para a caracterização deste tipo associativo.

- g) A maioria das associações possuía sede (84%), cujo regime de utilização era, sobretudo:
- De arrendamento (37%);
 - Ou de propriedade (35%).

Relativamente aos protagonistas associativos foi possível verificar o seguinte:

- a) Num total de 2.742 dirigentes apenas 6,3% eram mulheres;
- b) Considerando as idades, os chamados ativos (dos 30 aos 64 anos) correspondiam a 74% do total de dirigentes; sendo que os jovens (até aos 29 anos) tinham uma quota apreciável de 23%, muito superior à dos idosos (mais de 64 anos) com menos de 3%;
- c) Mais de metade dos dirigentes tinha apenas até 2 mandatos e 65% até 3 mandatos;
- d) No referente às profissões dos dirigentes, são de destacar os trabalhadores da produção nas indústrias (45%), o pessoal administrativo (19%), as profissões científicas, técnicas e artísticas (17%) e, ainda, o pessoal do comércio e vendedores (13%);
- e) A maioria dos associados tinha como local de residência a própria freguesia da associação (86%).

Finalmente, e no que respeita às atividades praticadas, verificou-se ainda o seguinte:

- a) O financiamento das atividades associativas era feito principalmente através de recursos próprios (que correspondiam a 80% do total das receitas);
- b) As atividades praticadas são muito numerosas e diversas: “Quanto à sua natureza, registámos cerca de 90 distintas – 40 culturais, 38 desportivas e 12 recreativas” (Banha, 1994: 57);
- c) Houve uma clara multiplicação das atividades associativas no regime democrático: quase 75% das existentes em 1988/89 surgiram depois de 1974.

O estudo do INE teve por base um inquérito lançado ao universo das associações de cultura e recreio existentes em 1995 (Continente e Regiões Autónomas). Na nota introdutória do estudo faz-se uma precisão: “Este estudo não pretende representar todas as

entidades que se relacionam com cultura e recreio, mas tão somente as associações que desenvolvem este tipo de atividade a título principal” (1998: 3)¹¹⁸.

Os resultados deste estudo são apresentados em seis capítulos:

a) Associações e associados

Principais resultados:

- É ao longo da faixa litoral que se localiza a maior parte das associações, sendo no Norte e no Centro que se concentram mais de metade do total (60,4%);
- Cerca de 1 milhão de pessoas estão de alguma forma ligadas a este tipo de organizações (enquanto associados);
- Embora seja no Norte e Centro que se localiza o maior número de associações, é, todavia, nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve que as associações têm maior dimensão;
- A massa associativa é composta fundamentalmente por indivíduos do sexo masculino (72% do total).

b) Atividades das associações

Principais resultados:

- As associações em apreço caracterizam-se pela diversidade e multiplicidade de atividades desenvolvidas, uma vez que raramente se limitam a uma única atividade: em média cada associação dedica-se a 4 atividades;
- Em grande parte das associações a componente recreativa é bastante significativa (desenvolvendo-se em cerca de 66% das associações);
- No plano cultural, o folclore, as bandas e os grupos de cantares tradicionais são as modalidades com maior impacto associativo – ou seja, que se desenvolvem em maior número de associações.

c) Praticantes

Principais resultados:

- Admitindo que todos os praticantes são associados, conclui-se que só um em cada três associados é praticante;
- Verifica-se também uma maior participação por parte dos homens (64%);
- E de jovens: verifica-se que o maior peso relativo se regista nas idades até aos 39 anos (mais de 70% do total).

¹¹⁸ Como se refere na nota metodológica, foram incluídas as Casas do Povo “dado que, em algumas situações, são verdadeiros veículos de cultura e recreio” (1998: 8).

d) Pessoal ao serviço

Principais resultados:

- Dos cerca de 40 700 indivíduos que trabalham nestas organizações, 90% fazem-no em regime de voluntariado;
- Em termos nacionais, cada associação dispõe em média de 13 indivíduos a trabalhar para ela.

e) Local e tipo de instalações

Principais resultados:

- Uma em cada duas associações (50,4%) dispõe de um local próprio, construído para a própria associação, ou adaptado aos objetivos que prossegue;
- A sala de convívio e o bar, bem como o salão de festas, são espaços naturalmente predominantes neste tipo de organizações.

f) Receitas e despesas

Principais resultados:

- As vendas de mercadorias e a prestação de serviços são as principais fontes de receita (48%);
- Seguem-se as participações e subsídios de entidades públicas (27%) e a receita de quotas, joias e donativos (11%);
- Mais de metade das despesas (56,2%) referem-se a custos com mercadorias e matérias-primas e a fornecimento de bens e serviços;
- Os custos com pessoal não ultrapassam os 16%.

Estes dados colocam em relevo algumas fragilidades da democracia interna nas associações de cultura, recreio e desporto: por exemplo, ao nível da prestação de contas; a dificuldade na constituição de listas para concorrer a atos eleitorais; ou a reduzida participação das mulheres e idosos em cargos dirigentes. Os jovens têm uma presença significativa nas associações, mas sobretudo como participantes.

Para aprofundar a caracterização deste tipo associativo no período em análise é importante visitar, também, os trabalhos e as principais conclusões de um importante congresso associativo, o Congresso de Almada, realizado a 30 e 31 de outubro de 1993.

O Congresso de Almada foi organizado pela então Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio e pela Federação das Coletividades do Distrito do Porto – numa parceria entre duas estruturas com um historial de dissensão e rivalidade. A discussão foi organizada em sessões plenárias e secções temáticas e teve uma forte participação: cerca de 700 delegados.

No final foram apresentadas as conclusões do Congresso, considerado “Um Congresso de Mudança”. E foi publicado o livro do Congresso: *Congresso Nacional das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto. Um Congresso de Mudança – Almada 1993*. De entre as conclusões aprovadas merecem destaque as seguintes:

- a) Valorizar o papel do Poder Local no apoio ao movimento associativo;
- b) Necessidade de publicação de um estatuto social do dirigente associativo;
- c) Necessidade de legislação que consagre apoios da Administração Central;
- d) Necessidade do reforço da formação para dirigentes, extensiva a todo o país;
- e) A proclamação do ano de 1994 como Ano Nacional do Associativismo Popular;
- f) Foi reconhecida a urgência de integrar os jovens nos corpos sociais e nas ações das coletividades;
- g) Necessidade de reclamar para as Federações o estatuto de parceiro social;
- h) Necessidade de reestruturação da estrutura associativa existente.

Essas conclusões refletem – entre outros aspetos – cinco grandes dificuldades do associativismo sociocultural no final do século XX: a falta de reconhecimento institucional (tirando o plano autárquico); as limitações dos dirigentes para lidarem com a complexidade da governação associativa; a do rejuvenescimento dos corpos sociais; a existência de legislação desajustada; e a divisão do setor – face à existência de duas grandes federações.

CAPÍTULO 7 – AS ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO NO SÉCULO XXI¹¹⁹

1 – Perspetiva longitudinal

Como referido, após a Revolução Portuguesa de 1974/75 assistir-se-á a um crescimento significativo e generalizado das associações, cooperativas e fundações. Crescimento que não pode ser dissociado da transição de regime, a que se seguirá um quadro de maior abertura do Estado à participação da sociedade civil e a implementação de vários incentivos – políticos e legais.

Esta mudança acabou por abarcar várias “famílias” associativas e muito em particular a das associações de cultura, recreio e desporto – que tiveram um crescimento substancial nesse período (ver capítulo 6). Verifica-se, por outro lado, que o crescimento se tem mantido constante (incluindo já o século XXI): das atuais associações com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio, 15 936 foram criadas no século XXI – 48% das ativas (ver figura 6.1).

Para além desse crescimento contínuo, que outros traços podemos apontar sobre a evolução deste particular tipo associativo (o das associações de cultura, recreio e desporto)? O que é que mudou nas últimas décadas? O que é que mudou em Portugal (com reflexos na vida das associações)? A legislação associativa foi alterada? Com que efeitos? As associações conseguiram adaptar-se ao novo contexto tecnológico? O que é que mudou internamente?

Para responder a estas questões foram mobilizados dois tipos de dados. Em primeiro lugar, dados recolhidos através de entrevistas semi-diretivas aos dirigentes das estruturas do CNAP e da CPCCRD (ver quadro 7.1)¹²⁰. A que se juntaram dados de fontes secundárias, com particular destaque para dois estudos realizados no Concelho de Loures –

¹¹⁹ As principais conclusões deste capítulo foram publicadas no n.º 12 da Revista *Economia Social. Leituras & Debates* (da CASES). O artigo foi publicado em abril de 2021 e tem como título: “O Movimento Associativo Popular – Raízes e Futuro”.

¹²⁰ Foi possível entrevistar os representantes de todas as estruturas com presença no CNAP (10) e os presidentes da direção de todas as estruturas da CPCCRD (21).

de caracterização das associações de cultura, recreio e desporto¹²¹. Estudos que – face ao campo de observação e objetivos – permitem uma análise longitudinal.

Quadro 7.1 – Caracterização dos dirigentes entrevistados

1 – Sexo

Tipo de estrutura	Homens	Mulheres
CNAP	8	2
Estruturas da CPCCR	21	0
Total	29	2

2 – Idade

Tipo de estrutura	18-30	31-50	51-65	Mais de 65
CNAP	0	1	5	4
Estruturas da CPCCR	0	4	11	6
Total	0	5	16	10

3 – Graus de escolaridade

Tipo de estrutura	Ensino básico 1	Ensino básico 2	Ensino básico 3	Ensino secundário	Ensino superior
CNAP	0	0	1	1	8
Estruturas da CPCCR	1	0	4	7	9
Total	1	0	5	8	17

A sociedade portuguesa tem vindo a conhecer, ao longo das últimas décadas, um significativo processo de modernização, e que se traduz em domínios diversos: a transformação das estruturas económicas e empresariais; o desenvolvimento da ciência e da tecnologia; a escolarização das novas gerações e a recomposição socioprofissional; a feminização e progressiva terciarização do trabalho; a urbanização da população e dos espaços; a alteração dos padrões demográficos e de vida familiar; a democratização das estruturas políticas; ou a mediatização do espaço público e o alargamento do acesso tecnologicamente suportado à informação¹²².

Processo que está longe de estar terminado e que não tem sido linear, nem isento de obstáculos e contradições. E conduziu o país a uma encruzilhada:

¹²¹ O estudo realizado no final da década de 80 – e publicado em 1994: *O Associativismo em Loures. Retrato das Associações Voluntárias com Atividades Culturais, Recreativas e Desportivas* (já apresentado no capítulo 6). E o estudo realizado em 2019 – e publicado em 2020: *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019* (Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.) (2020).

¹²² Para um maior desenvolvimento, veja-se Machado e Costa, 1998; Boaventura de Sousa Santos, 1990; Capucha, 2005; Cardoso *et al.*, 2015; Lopes, 2020; e Mauritti e Nunes, 2013.

“Portugal encontra-se assim numa encruzilhada, associando traços e dinâmicas de modernidade, comuns a muitas das nações europeias (em relação às quais a comparação se torna inevitável), a vestígios de uma sociedade mais arcaica, que tendem a persistir e a obstruir algumas das transformações em curso. Enfrenta, por um lado, muitos dos novos desafios e paradoxos das sociedades atuais – veja-se o envelhecimento populacional, a emergência de novas formas de pobreza, a crise das estruturas democráticas ou a mediatização da sociedade. Mas, por outro, suporta os traços induzidos pela manutenção de antigas estruturas e disposições sociais, obstáculos ao necessário, e tão comentado, processo de convergência. Exemplos desses atrasos são a especialização económica em setores de fraca intensidade tecnológica, a manutenção de deficientes níveis de qualificação da população, a insuficiência dos apoios sociais ou o ainda limitado desenvolvimento das novas classes médias” (Cardoso *et al.*, 2015: 19-20).

É neste quadro que Machado e Costa (1998) falam de Portugal como cenário de “processos de uma modernidade inacabada”; e Conceição e Heitor (2003) num “país dual”. Boaventura de Sousa Santos prefere referir-se a uma “sociedade semiperiférica de desenvolvimento intermédio”: uma sociedade de descoincidência entre os padrões de consumo, mais avançados e semelhantes aos dos países centrais, e os ritmos e lógicas de produção, mais próximos dos países periféricos (1990: 109).

Por seu lado, Lopes (2020: 241) nota que a grande lição do século XX é revelar-nos Portugal como um país de coexistência “de assincronismos, de *contratempos*”: “desenvolvimento desigual, discordância entre os tempos, ausência de um calendário unívoco, unificado, homogéneo e inelutável, forno de descoincidência e contradições”.

E qual o impacto desse processo de modernização na vida das associações? Quais as transformações com maior impacto nas associações de cultura, recreio e desporto? Questionaram-se os dirigentes com presença no CNAP e os presidentes das estruturas da CPCCRD a esse propósito. E os entrevistados referiram (e acentuaram) as seguintes mudanças:

a) Transformações do trabalho e do emprego

Os entrevistados referem fundamentalmente duas realidades:

- A da desregulação do tempo de trabalho (bancos de horas, flexibilidade e horários alargados); e
- A da precarização dos vínculos de trabalho e a instabilidade laboral.

Áreas que acabam por dificultar o recrutamento de novos dirigentes – sobretudo dirigentes jovens¹²³.

b) Envelhecimento da população¹²⁴

Realidade com reflexos a vários níveis: nas atividades promovidas pelas associações, na composição dos corpos sociais, na própria ideologia associativa¹²⁵.

c) Relações com o poder local democrático

A generalidade dos dirigentes entrevistados refere a proximidade e forte ligação das associações com as freguesias e municípios – e uma relação centrada na cooperação.

Relação que (segundo os entrevistados) tem sido fundamental para a sustentabilidade e afirmação das associações no plano local.

d) Desenvolvimento de uma cultura individualista e hedonista

Como sublinha Lima (2018: 9): “Vivemos num mundo que valoriza a individualidade. A força de vontade, a autodeterminação e a independência. O sermos capazes de ter sucesso por nós próprios”.

Os entrevistados referem que esta realidade tem conduzido ao desinteresse pela vida coletiva e a uma crescente desconfiança em relação aos outros e às instituições¹²⁶.

e) Forte concorrência do setor privado lucrativo – e da televisão

Existe hoje uma diversificada oferta cultural e desportiva – que concorre diretamente com a atividade promovida pelas associações.

Para além disso, a televisão assume-se com o principal meio de informação e de entretenimento da população portuguesa, “muito em particular das gerações mais velhas e menos escolarizadas, caracterizadas não só por mais baixos índices de leitura, mas, também, por uma mais fraca adesão a práticas culturais *outdoor* e por um maior afastamento face a meios de comunicação baseados em novos suportes tecnológicos” (Cardoso *et al.*, 2015: 82).

¹²³ Como referem Carmo e Matias (2019: 158), “a precariedade das condições de trabalho continua a limitar a margem para a ação autónoma e coletiva (...). A precariedade aprofunda a atomização e a individualização”.

Sobre os efeitos da precariedade no seio da população trabalhadora mais jovem, ver Carmo e Matias (2019).

¹²⁴ Para um maior aprofundamento sobre o tema do envelhecimento ativo em Portugal, veja-se Cabral e Ferreira (2013). Sobre o envelhecimento e políticas sociais, ver Capucha (2005 e 2014).

¹²⁵ Entende-se por ideologia associativa o conjunto de ideias e discursos que visam descrever como deveria estruturar-se o setor associativo. Esta noção tem por referência o conceito de ideologia proposto por Piketty (2020: 14): “Uma ideologia é uma tentativa mais ou menos coerente de apresentar respostas para um conjunto extremamente vasto de perguntas que dizem respeito à organização desejável ou ideal da sociedade”.

¹²⁶ Neste mesmo sentido, ver Cardoso *et al.* (2015: 74).

A maioria dos entrevistados manifesta-se preocupada com esta realidade. E vários entrevistados referem a dificuldade em concorrer com essas ofertas.

f) Evolução tecnológica

Como referem Cardoso *et al.* (2015: 361):

“Uma questão em aberto no processo de transição para a sociedade em rede tem a ver com a relação ambivalente entre as dinâmicas de difusão e as dinâmicas de desigualdade, designadamente a respeito da utilização da internet e das redes sociais. O que há uma década era ainda um processo embrionário transformou-se agora numa realidade disseminada. Mas não homogeneamente, longe disso. As desigualdades a este respeito, relacionadas aliás com outras desigualdades sociais, revelam agora a formação de novas clivagens e o surgimento de tendências contraditórias”.

Esta desigualdade manifesta-se nas associações (e nos seus principais intervenientes). Como referem alguns dos entrevistados, houve associações que se adaptaram “aos novos tempos” e outras que não conseguiram.

E mesmo as que se adaptaram, e se modernizaram tecnologicamente, estão hoje confrontadas com um enorme desafio: a existência de dirigentes, associados e praticantes perfeitamente familiarizados com a *internet* e as redes sociais, a par de outros que não utilizam (nem estão habilitados a utilizar) tais recursos.

g) Legislação exigente

A atividade e vidas das associações é hoje fortemente regulada (Pratas, 2016).

E a leitura dos dirigentes a esse respeito revela uma clara ambivalência:

- Se, por um lado, reconhecem que a legislação associativa ajudou a melhorar os processos e a qualidade dos serviços;

- Sentem, por outro, que a legislação associativa está completamente desajustada da realidade das associações, constituindo um forte obstáculo à sua atividade¹²⁷.

h) Níveis de escolaridade

Como notam Cardoso *et al.* (2015: 42), “os níveis de escolaridade da população registaram processos bastante significativos, principalmente a partir das últimas décadas do século XX”.

Mudança que se refletiu na vida e organização das associações. Os entrevistados referem dois aspetos essenciais: dirigentes com “outra preparação”; e alterações significativas na gestão das associações.

¹²⁷ Sobre os principais constrangimentos legais à vida e atividade das associações de cultura, recreio e desporto, ver Pratas (2016).

Todas estas mudanças tiveram impacto na vida interna das associações de cultura, recreio e desporto. Mas houve também opções internas – do próprio movimento associativo – com implicações relevantes. Os dirigentes entrevistados referem a este propósito o papel essencial das estruturas de representação coletiva das associações, fundamentalmente a quatro níveis:

a) O da aposta decisiva na capacitação dos dirigentes

Têm sido realizadas muitas ações de sensibilização e formação – muitas delas promovidas pela CPCCRD.

Os dirigentes estão hoje melhor preparados – e isso reflete-se na gestão, nos processos internos (e cumprimento da legislação) e na qualidade dos serviços e atividades.

b) O da aposta no apoio técnico às associações

A CPCCRD e várias das suas estruturas distritais e concelhias têm serviços de apoio jurídico e contabilístico às suas associadas.

c) O da aposta no conhecimento

A CPCCRD tem vindo a apostar fortemente nesta área, sobretudo na última década. Foram publicadas várias obras de referência (com o apoio da CPCCRD), foi criada uma revista científica (Análise Associativa) e foi criado o observatório do associativismo popular (OBAP)¹²⁸.

Esta é outra área estratégica (segundo os entrevistados): que permite criar perspetiva e melhorar a governação das associações.

d) O processo “reivindicativo”

A CPCCRD tem vindo a manter um contacto permanente com vários ministérios e com a Assembleia da República – apresentando regularmente propostas de alteração legislativa. Para além disso, integra o Conselho Económico e Social (CES), o Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) e o Conselho Nacional do Desporto (CND) – onde intervém assiduamente.

A análise longitudinal da realidade associativa no Concelho de Loures – com base nos dois estudos referidos – permite, também, identificar várias mudanças relevantes¹²⁹.

¹²⁸ O OBAP foi criado em 2019 e resulta de uma parceria que envolve a CPCCRD, a Universidade Lusófona e o ISCTE-IUL.

¹²⁹ Tratando-se de uma análise longitudinal, importa fazer aqui duas ressalvas. A primeira, para referir a impossibilidade de se abranger a globalidade das dimensões estudadas, pois os dois estudos não são totalmente sobreponíveis. Em segundo lugar, para lembrar que o campo de observação também é diferente: após o primeiro estudo, o então Concelho de Loures cindiu-se – e deu lugar

Verifica-se, em primeiro lugar, que há diferenças (e positivas) ao nível “da formalização, da organização e do caminho para uma maior transparência”:

“É ao nível da formalização, da organização e do caminho para uma maior transparência, que se começam a denotar as maiores diferenças passados 30 anos, em parte fruto das exigências legais e fiscais e dos normativos que regulam a atribuição de apoios, nomeadamente municipais (...)” (Abrantes e Gomes, 2020: 148).

Há também alterações significativas no regime de utilização das sedes próprias: o regime predominante de utilização atualmente é o de cedência, enquanto que em 1989/90 era o de arrendamento (ver quadro 7.2). Mudança associada ao aprofundamento das relações com o poder local democrático¹³⁰.

As receitas próprias continuam a ser a principal fonte de financiamento das associações, embora assumam hoje uma menor expressão (ver quadro 7.2). Em simultâneo, assiste-se a um aumento substancial (duplicação) dos apoios/subsídios – com particular relevância para os apoios das autarquias locais (Abrantes e Gomes, 2020: 151).

Outra área onde as diferenças são visíveis é a da utilização das tecnologias da informação e comunicação:

“(...) o recurso às tecnologias da informação e comunicação é transversal à maioria das associações, cujos dirigentes afirmam usar a internet diariamente, realidade bem distinta da que se vivia aquando da realização do estudo anterior. A par do telefone, o correio eletrónico é hoje o principal meio de comunicação utilizado. As redes sociais, sobretudo o *Facebook*, são uma novidade face a 89/90, bem como a existência de sites, blogs e até *newsletters*, outros dos sinais dos tempos que fazem a diferença passados trinta anos e que permitem às associações um potencial acrescido de divulgação da sua atividade, de captação de frequentadores, maior proximidade e relacionamento externo” (Abrantes e Gomes, 2020: 153-154).

E há também diferenças ao nível da composição dos corpos sociais das associações. Como referem Abrantes e Gomes (2020: 156 e seguintes):

- a) Quando falamos deste tipo associativo e dos seus dirigentes, continuamos a falar de um universo eminentemente masculino. Não obstante, nota-se que está em

aos atuais Concelhos de Loures e de Odivelas. Para além disso, o Concelho de Loures acabaria por perder, também, parte do território onde se localiza o Parque das Nações.

¹³⁰ As principais entidades a ceder instalações às associações são o Município de Loures e as juntas de freguesia (Abrantes e Gomes, 2020: 150).

curso uma mutação e que a presença das mulheres é cada vez mais efetiva (ver quadro 7.2);

- b) Continua a existir uma efetiva renovação do dirigismo associativo (ver quadro 7.2);
- c) Não é possível caracterizar as mudanças ao nível da idade dos dirigentes, profissões e classes sociais (como referido, os universos inquiridos nos dois estudos são diferentes).

Apesar disso, pode (em relação aos atuais presidentes da direção) concluir-se o seguinte:

“Revela-se nesta distribuição dos presidentes das Direções das associações do Concelho de Loures, por um lado, a presença de uma pluralidade de pertenças de classe social, e, por outro lado, uma tendência nítida para as classes de maiores recursos predominarem entre estes dirigentes associativos” (Nunes *et al.*, 2020: 78).

Estes dois estudos, de cariz local, mostram uma evolução (no Concelho de Loures) claramente alinhada com as transformações ocorridas no plano nacional – já referidas. E acrescentam várias interrogações de grande interesse (e que podem ser transpostas para outros âmbitos, como o nacional): por exemplo, sobre o financiamento das associações; ou sobre as classes sociais e a participação associativa.

Quadro 7.2 – As associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures: o que mudou?

Temáticas	1.º estudo (1989/90)	2.º estudo (2019)
Aspetos de organização e funcionamento	Apenas uma minoria elaborava planos (24%) e relatórios de atividades (34%). Apenas 17% possuía o estatuto de utilidade pública.	Há uma grande maioria que elabora planos (88%) e relatórios de atividades (82%). 29% possui estatuto de utilidade pública.
Instalações	A maioria das associações possuía sede (84%), cujo regime de utilização era sobretudo: - De arrendamento (37%); - Ou de propriedade (35%).	A maioria das associações possui sede (80%), cujo regime de utilização é sobretudo: - De cedência (43%); - Ou de propriedade (31%).
Fontes de financiamento	O financiamento das atividades associativas era feito principalmente através de recursos próprios (que correspondiam a 80% do total das receitas).	O financiamento das atividades associativas é feito principalmente através de recursos próprios (que correspondem a 57% do total das receitas).
Pessoal ao serviço	Só pouco mais de metade das associações (55%) tinha pessoal remunerado ao serviço.	Só cerca de 30% tem pessoal remunerado ao serviço.
Os protagonistas ¹³¹	Apenas 2% dos cargos de presidente eram ocupados por mulheres. Mais de metade dos dirigentes tinha apenas até 2 mandatos e 65% até 3 mandatos. No referente às profissões, são de destacar os trabalhadores da produção nas indústrias (45%), o pessoal administrativo (19%), as profissões científicas, técnicas e artísticas (17%) e, ainda, o pessoal do comércio e vendedores (13%) Quanto às classes sociais, havia uma distribuição relativamente equilibrada entre a pequena burguesia, com 52% dos dirigentes, e o operariado com 44%.	17% dos cargos de presidente são ocupados por mulheres. 45% dos presidentes estão no primeiro ou segundo mandato. (No caso dos presidentes) destacam-se as profissões de nível intermédio (27%), as que estão relacionadas com o poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (18,5%) e ainda os especialistas das atividades intelectuais e científicas (17%). (No caso dos presidentes) surgem atualmente com maior peso os profissionais técnicos e de enquadramento (37,4%) e os empresários, dirigentes e profissionais liberais (29%). Operários são, atualmente, 11,5% dos presidentes.

Fonte: *O Associativismo em Loures. Retrato das Associações Voluntárias com Atividades Culturais, Recreativas e Desportivas* (1994). E *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019* (2020).

¹³¹ Os universos inquiridos nos dois estudos não são totalmente coincidentes: o conjunto dos dirigentes no estudo de 89/90 e o conjunto dos presidentes da direção no estudo de 2019 (Abrantes e Gomes, 2020: 156).

2 – Economia social e associações de cultura, recreio e desporto

As associações de cultura, recreio e desporto constituem a maior “família” associativa em Portugal – e também a maior “família” da economia social. De acordo com a Conta Satélite da Economia Social – 2016 (2019)¹³², existem em Portugal 71 885 entidades (ou organizações) sem fins lucrativos¹³³, das quais 32 759 são associações de cultura, recreio e desporto (ou seja, 46%)¹³⁴.

A diferença em relação à segunda maior “família” associativa (a das entidades religiosas) é significativa: são 8 533 entidades (ver quadro 7.3). E o mesmo acontece na comparação com as restantes entidades da economia social:

- a) Cooperativas (2 343 entidades);
- b) Associações mutualistas (97 entidades);
- c) Misericórdias (387 entidades);
- d) Fundações (619 entidades);
- e) Instituições particulares de solidariedade social (5 622 entidades);
- f) Subsetores comunitário e autogestionário (1 678 entidades)¹³⁵.

¹³² Publicada em 2019 (Instituto Nacional de Estatística – INE; e Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – CASES).

¹³³ A Conta Satélite refere-se expressamente a entidades da economia social, mas num sentido muito amplo (como sinónimo de entidades sem fins lucrativos). A Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio) apresenta um outro conceito de economia social (mais restrito). De acordo com este diploma legal, integram a economia social:

- a) As cooperativas;
- b) As associações mutualistas;
- c) As misericórdias;
- d) As fundações;
- e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- g) As entidades abrangidas pelos subsetores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social;
- h) E outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social e constem da base de dados da economia social (artigo 4.º).

¹³⁴ O número de associações de cultura, recreio e desporto foi calculado com base nos dados da Conta Satélite da Economia Social – 2016 (2019):

- a) De acordo com a Conta Satélite, em 2016 existiam em Portugal 33 722 entidades com atividades de cultura, comunicação e de recreio.
- b) Retirou-se a esse número as cooperativas e fundações (e ficaram 33 267 associações).
- c) E retiraram-se depois as associações de informação e comunicação (508).

¹³⁵ Fonte: Conta Satélite da Economia Social (2016) – INE (2019).

Quadro 7.3 – Distribuição dos principais indicadores segundo a classificação internacional de organizações sem fins lucrativos e do terceiro setor (2016)

Classificação internacional de organizações sem fins lucrativos e do terceiro setor	Unidades de atividade económica	Emprego	Emprego remunerado	VAB
	N.º	ETC ¹³⁶	ETC	10(6) euros
Cultura, comunicação e atividades de recreio	33 722	12 048	11 789	242
Educação	2 594	29 966	29 811	671
Saúde	2 386	75 503	75 460	1 186
Serviços sociais	6 978	70 196	70 000	1 170
Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	726	714	702	10
Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2 106	2 606	2 439	37
Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	5 912	2 797	2 769	50
Filantropia e promoção do voluntariado	322	190	186	3
Religião	8 533	9 802	9 797	175
Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	3 815	8 268	8 128	153
Serviços profissionais, científicos e administrativos	2 547	5 976	5 775	303
Outras atividades	2 244	18 222	18 030	821
TOTAL	71 885	236 288	234 886	4 819
ECONOMIA NACIONAL	-	4 419 870	3 839 523	162 226

Fonte: Conta Satélite da Economia Social (2016) – INE (2019).

Apesar dessa forte expressão numérica, as entidades de cultura, comunicação e atividades de recreio representavam, em 2016, apenas cerca de 5% do total do emprego remunerado e do VAB das entidades sem fins lucrativos (quadro 7.3). A saúde e os serviços sociais foram as áreas de atividade mais relevantes em termos de VAB e emprego: a saúde foi responsável por 24,6% do VAB e 32,1% do emprego remunerado; e os serviços sociais geraram 24,3% do VAB e 29,8% do emprego remunerado.

Quanto à distribuição geográfica (análise territorial), verifica-se uma maior concentração de associações de cultura, comunicação e atividades de recreio no norte e

¹³⁶ Unidades de trabalho equivalentes a tempo completo – ETC.

centro do país (figura 7.1)¹³⁷. Sendo o Alentejo a região com mais associações por 1000 habitantes (figura 7.2).

Neste âmbito, procurou-se ir um pouco mais longe – e analisar a distribuição das associações de cultura, comunicação e atividades de recreio por concelho (ver quadro 7.4). Análise que permitiu concluir o seguinte:

- a) Há uma grande discrepância entre concelhos: há 13 concelhos com 300 ou mais associações; e 11 com menos de 20 associações.
- b) Verifica-se a tendência para haver mais associações nos concelhos com maior densidade populacional – sendo que a região do Alentejo continua a ser a que possui mais associações por mil habitantes.
- c) Há uma média de 108 associações por concelho – número bastante expressivo. E uma média de 10,8 associações por freguesia.

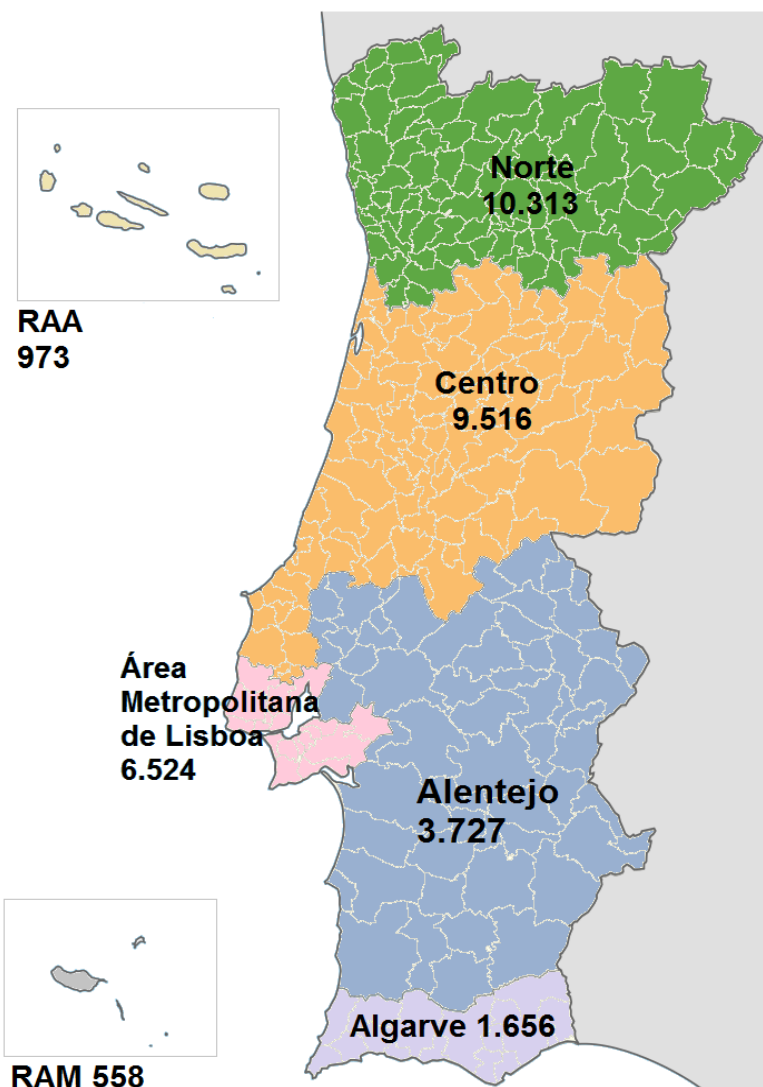
Estes números permitem destacar dois dos principais traços deste tipo associativo:

- Uma forte proximidade em relação às populações;
- E a dispersão geográfica – por todo o território nacional.

Comparando a distribuição territorial das associações com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio com a da totalidade das entidades sem fins lucrativos, verificam-se algumas regularidades (ver quadro 7.5):

- a) A região norte é a que tem maior número de unidades (nos dois casos);
- b) E o Alentejo a região com mais unidades por 1000 habitantes (também nos dois casos).

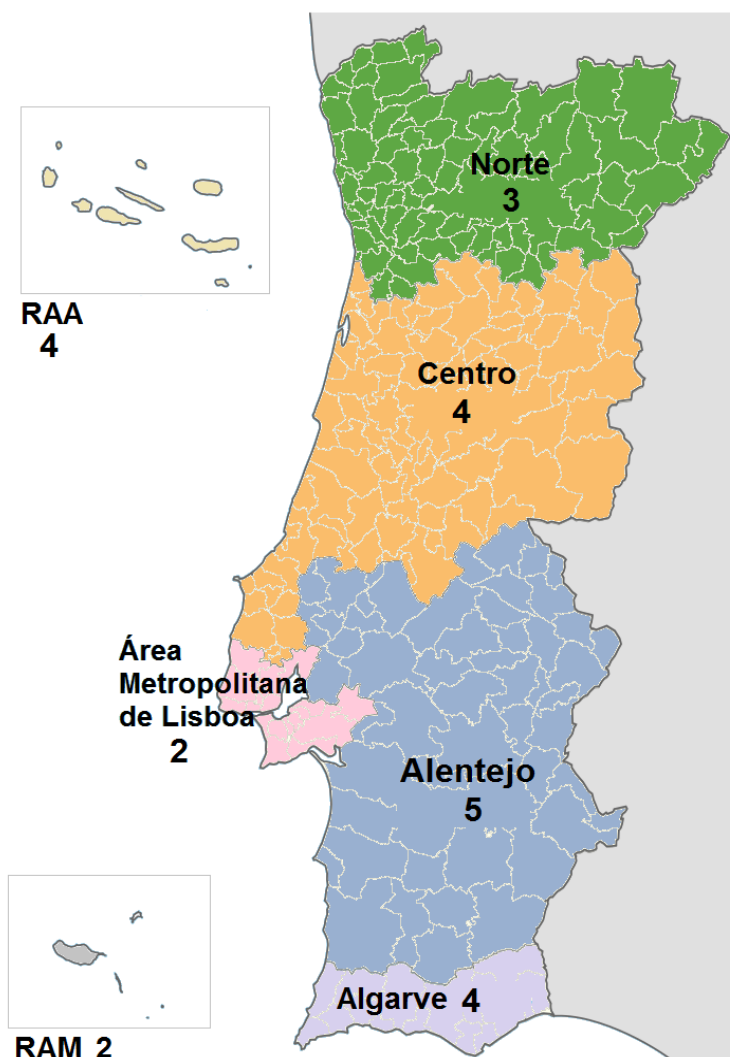
¹³⁷ Os dados apresentados nas figuras 7.1 e 7.2 e no quadro 7.3 dizem respeito à distribuição geográfica das associações com fins altruísticos com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio. Não foi possível obter informação desagregada (apenas com as associações de cultura, recreio e desporto). Deve notar-se, todavia, que as associações de cultura, recreio e desporto representam 97% da categoria associações com fins altruísticos com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio.



Fonte imagem: Wikipédia, 2005. Retirado a 10 de setembro de 2020 de https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Portugal_NUTS_II.svg

Fonte dos dados: Conta Satélite da Economia Social (2016) – INE (2019)

Figura 7.1 – Distribuição das associações com fins altruísticos com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio por NUTs II (2016)



Fonte Imagem: Wikipédia, 2005. Retirado a 10 de setembro de 2020 de https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Portugal_NUTS_II.svg

Fonte dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente, (2016). Retirado a 10 de setembro de 2020 de <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>.

E Conta Satélite da Economia Social (2016) – INE (2019)

Figura 7.2 – Distribuição das associações com fins altruísticos com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio por 1000 habitantes e por NUTs II (2016)

Quadro 7.4 – Concelhos com mais e concelhos com menos associações

(associações de fins altruísticos com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio)

Concelho	Associações
Lisboa	2505
Porto	892
Sintra	556
Coimbra	553
Vila Nova de Gaia	500
Braga	431
Leiria	364
Matosinhos	355
Almada	352
Oeiras	347
Vila Nova de Famalicão	344
Loures	318
Viseu	300
Évora	299
Santa Maria da Feira	298
Viana do Castelo	296
(...)	(...)
Calheta	18
Mesão Frio	17
Santana	17
Calheta (RAM)	16
Barrancos	14
Santa Cruz das Flores	12
Ponta do Sol	11
Lajes das Flores	10
Ribeira Brava	8
Porto Moniz	8
Corvo	1

Fonte: Conta Satélite da Economia Social (2016) – INE (2019).

Quadro 7.5 – Distribuição territorial das entidades sem fins lucrativos (2016)

NUTs II	Entidades sem fins lucrativos (n.º)	Associações com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio (n.º)	Entidades sem fins lucrativos (n.º/1000 hab.)	Associações com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio (n.º/1000 hab.)
Norte	23 450	10 313	7	3
Centro	18 146	9 516	8	4
AML	16 640	6 524	6	2
Alentejo	7 347	3 727	10	5
Algarve	2 911	1 656	7	4
RAA	2 327	973	9	4
RAM	1 064	558	4	2

Fonte: Conta Satélite da Economia Social (2016) – INE (2019).

As associações de cultura, recreio e desporto são, também, o tipo associativo com os valores mais elevados de pertença associativa (ver quadro 7.6). Conclusão confirmada por vários estudos (realizados já no século XXI):

- Pesquisa “Cidadania e participação política e social: atitudes, comportamentos e mudanças institucionais” – realizada em meados de 2001. Esta pesquisa foi realizada em doze países europeus, o que permite uma análise contextualizada do caso português. Os resultados são apresentados em Viegas (2004).
- Inquérito à População Portuguesa – Base de Dados, 2008 (ver Viegas e Santos, 2009: 100).
- Cancela (2012: 33).
- CIES-IUL, Inquérito Sociedade em Rede em Portugal, 2013 (Cardoso *et al.*, 2015: 256).

O Inquérito à Sociedade em Rede em Portugal – 2013 permitiu, por seu lado, caracterizar os indivíduos com pertença associativa segundo a utilização da *internet*. E concluiu-se o seguinte: associações desportivas – utilizadores da *internet*: 45%; não utilizadores: 30,4%; associações culturais – utilizadores da *internet*: 23,1%; não utilizadores: 15,7% (Cardoso *et al.*, 2015: 256).

Quadro 7.6 – Percentagem de sujeitos com envolvimento nos diversos tipos de associações

Tipo de Associação	Alemanha	Dinamarca	Espanha	Holanda	Moldávia	Noruega	Roménia	Portugal
Consumidores	0,5	3,4	1,0	13,2	0,8	13,8	0,2	1,9
Defesa de direitos de cidadania e valores	10,5	26,0	10,9	42,6	2,5	61,6	1,3	4,5
Interesses empresariais ou financeiros	3,5	11,9	3,2	9,5	3,9	11,3	1,6	2,4
Pais e moradores	4,9	41,6	10,1	27,9	3,2	39,1	5,2	4,8
Pensionistas e ex-combatentes	4,1	18,3	6,1	11,0	1,7	10,0	1,9	1,6
Solidariedade social e religiosas	20,6	35,6	19,5	46,2	4,0	46,7	3,6	25,6
Desportivas, culturais e recreativas	49,3	59,0	21,7	59,4	5,2	73,9	2,9	28,0
Sindicais e socio-profissionais	11,4	60,0	7,7	28,7	5,6	53,0	6,4	7,6
Partidos políticos	3,9	8,2	2,8	8,4	2,5	12,8	4,1	2,8

Fonte: CID (Citizenship, involvement, democracy) 2001 (Viegas, 2004: 41)

3 – Identificação de possíveis efeitos das associações de cultura, recreio e desporto

Quais os efeitos ou impacto das associações de cultura, recreio e desporto (no plano social, económico, cultural, ou para a democracia)? Com o presente ponto procurar-se-á responder a esta questão. Nele se cruzarão dados de fontes secundárias – nomeadamente, publicações estatísticas e outros estudos sobre a realidade portuguesa – com os dados das entrevistas semi-diretivas realizadas aos membros do CNAP e presidentes das estruturas da CPCCRD.

As associações de cultura, recreio e desporto exercem um papel importante no processo de socialização dos indivíduos¹³⁸. Papel que foi destacado por vários dos dirigentes entrevistados. Para além disso (desse efeito), os dirigentes do CNAP e estruturas da CPCCRD identificaram, ainda, seis outros efeitos: reforço da coesão social e da coesão

¹³⁸ Entende-se aqui por socialização “o processo através do qual os indivíduos, ao longo da vida, participam na vida e, simultaneamente, incorporam um conjunto de referências que potenciam essa participação, incluindo linguagens, conhecimentos, crenças, valores, disposições, etc.” (Abrantes, 2016: 13).

territorial; promoção da saúde e bem-estar das populações; democratização da cultura e da atividade física e desporto; outros efeitos democráticos; e efeitos no plano económico.

No âmbito da coesão social¹³⁹, os dirigentes ouvidos referem quatro aspetos fundamentais:

- a) As associações de cultura, recreio e desporto são agregadoras

António¹⁴⁰: *“A comunidade está cada vez mais desagregada. É fundamental haver momentos de encontro (nos bares das associações, nos ensaios, etc.). É isso que as coletividades proporcionam”*.

A densificação urbana e metropolitana veio acentuar a heterogeneidade social e dos estilos de vida, a generalização do anonimato e da individualização. E veio destruir as relações de solidariedade de cariz comunitário.

As associações de cultura, recreio e desporto contrariam esse efeito. Foi o que verificou Costa (1999: 81) no estudo *Sociedade de Bairro*:

“As coletividades contam-se entre as mais importantes formas institucionais do relacionamento social e da vida quotidiana do bairro. Polarizam sociabilidades, em articulação ou concorrência com outros elementos fulcrais de condensação das interações locais: as tascas e os cafés, as mercearias e as leitarias. E constituem sedes de estruturação e afirmação de grupos locais e redes de amizade, pontos de apoio para modos de vida e estratégias de influência – em complementaridade ou rivalidade com outras fontes relacionais de recursos e poderes a nível local: atividades económicas e círculos profissionais, afinidades de origem geográfica e laços de parentesco, organizações políticas e grupos de pares com potencial de intimidação”.

- b) Favorecem a integração inter-geracional

Manuel: *“Permitem a interação entre todos: jovens, idosos, homens, mulheres. São uma cola inter-geracional”*.

Veja-se o que acontece, por exemplo, com as bandas filarmónicas – que integram homens e mulheres de várias idades, profissões e classes (Lourosa, 2012: 108).

- c) São essenciais para a integração dos idosos

Joaquim: *“Apoiam os mais idosos, num quadro cultural onde estes são cada vez mais deixados à sua sorte”*.

António: *“Retiram os idosos da solidão e do isolamento”*.

¹³⁹ A coesão social constitui um dos princípios orientadores para as entidades da economia social (artigo 5.º da Lei de Bases da Economia Social).

¹⁴⁰ Optou-se por não identificar os entrevistados para garantir a confidencialidade das entrevistas.

d) E promovem o sentimento de pertença

Alberto: *“Contribuem para o sentimento de identidade – uma matriz identitária inter-geracional. Antes havia a transmissão da mundivisão local. Hoje isso não existe – é a associação que ajuda a perpetuar a matriz identitária das comunidades”*¹⁴¹.

Vários dos entrevistados referiram, também, a importância das associações de cultura, recreio e desporto para a coesão territorial:

- Bernardo: *“Em zonas de baixa densidade populacional, por vezes são a única instituição social que existe. Recebe-se o correio, vende-se pão, funciona como centro de convívio. Há até situações em que é lá que se vai cortar o cabelo”*.

- Augusto: *“Combate a desertificação do país”*.

- Maria: *“Os cineclubes são, atualmente, os únicos exibidores de cinema no interior do país”*.

Outro efeito muito referido diz respeito às implicações para a saúde física e mental dos indivíduos:

- Tiago: *“Contribui para a valorização da autoestima”*.

- Pedro: *“É um dos principais pontos de encontro das comunidades e de convívio saudável”*.

- Bernardo: *“É o principal espaço de convívio para uma grande parte da população”*.

- Fernando: *“Importante para a saúde mental das pessoas”*.

Lima (2018: 69-70) explica esse efeito: “a interação social não nos traz «apenas» felicidade (ou desespero): a relação com os outros afeta a nossa saúde. Sim, é mesmo verdade: ter boas relações com os outros contribui para estarmos menos suscetíveis a doenças e para uma maior esperança de vida”. Num estudo posterior (2019), Lima procura desenvolver a tese de que a participação associativa não é apenas “uma questão de civismo, é uma questão de saúde e de felicidade”:

¹⁴¹ Através do inquérito Sociedade em Rede em Portugal – 2013 foram analisadas as principais referências identitárias dos portugueses. E concluiu-se que 9% dos inquiridos não se sentem identificados com nada em especial (Cardoso *et al.*, 2015: 247).

“O tempo empregue em prol das associações, o esforço que dedicamos a instituições coletivas, o trabalho que fazemos para os outros, por iniciativa própria e sem esperar compensações é, tem mostrado a investigação, extremamente bem empregue. Embora ninguém faça voluntariado ou se empenhe numa organização associativa para conseguir vantagens pessoais, o certo é que este altruísmo compensa. Em termos de maior sentido para a vida – por sentirmos que participamos em algo maior do que nós, que vai para além do corriqueiro do dia a dia e que contribui com um bocadinho para um mundo um pouco melhor. Em termos de maior ligação aos outros – tanto enquanto coletivo, como na criação de cumplicidades, laços de ajuda mútua e de solidariedade” (Lima, 2019: 25).

Outro efeito relevante diz respeito à promoção do acesso por todos à cultura e ao desporto¹⁴². De acordo com a Constituição da República Portuguesa, “todos têm direito à cultura” (n.º 1 do artigo 73.º), bem como à “cultura física e ao desporto” (n.º 1 do artigo 79.º). A Constituição explica como é que devem ser concretizados tais direitos:

“O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais” (n.º 3 do artigo 73.º).

“Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto” (n.º 2 do artigo 79.º).

Os dirigentes ouvidos dão nota deste efeito, sublinhando algumas das componentes do processo em causa (de democratização):

¹⁴² Sobre os conceitos de democratização da cultura e democracia cultural, veja-se Lopes (2009). Acrescentar que se utiliza aqui o vocábulo *desporto* num sentido amplo, como “todas as formas de atividade física que, através da participação ocasional ou organizada, visam exprimir ou melhorar a condição física e o bem-estar mental, constituindo relações sociais ou obtendo resultados nas competições a todos os níveis” (Carta Europeia do Desporto). Importa ter ainda presente a relativa ambiguidade do termo “acesso”, face aos vários sentidos que lhe são atribuídos – nas políticas públicas e não só. Mas há dois sentidos que se destacam (Donnat, 2007):

- Acesso no sentido de tornar disponível (descentralizar eventos e equipamentos, aproximando-os das populações que visam servir – esbater as barreiras espaciais);
- Acesso no sentido de tornar acessível (minimizar, suprimir os obstáculos de ordem sociocultural, de escolaridade – esbater as barreiras sociais).

A) Acessibilidade:

- Fernando: *“As associações fazem mais barato”*.
- João: *“As pessoas gastam menos dinheiro, é mais acessível”*.
- Nuno: *“Se uma criança não tiver dinheiro, não deixa de praticar a modalidade”*.
- António: *“Muitas atividades são de acesso livre e totalmente gratuitas”*.

B) Descentralização:

- Alberto: *“Em comunidades de pequena dimensão, as coletividades têm uma importância central. Nas maiores (mais urbanas), a importância vai diminuindo, porque a oferta cultural vai aumentando”*.
- Pedro: *“Garantem a descentralização teatral. As grandes companhias não conseguiriam chegar a todo o lado”*.

Na mesma linha, Lourosa (2012: 103) identifica a banda filarmónica como lugar democrático de construção de saberes. E acrescenta: “A capacidade democrática das bandas verifica-se em dois sentidos: no microcosmos do grupo – pela incorporação de indivíduos de todas as classes sociais e meios musicais – mas também no macrocosmos da sociedade ao permitir públicos igualmente diversificados. Ou seja, a banda apresenta-se como uma instituição de acesso democratizado para músicos e ouvintes” (2012: 108). Afirmação que podia ser utilizada (e com o mesmo sentido) para um conjunto alargado de outras atividades culturais e desportivas.

Importa acrescentar que as taxas de práticas culturais em Portugal se situam entre as mais baixas dos países europeus (Neves e Gomes, 2018: 42 e 44); e também que as desigualdades culturais e as desigualdades educativas estão diretamente relacionadas: os indivíduos com níveis e práticas culturais mais elevados são tendencialmente mais escolarizados (Neves e Gomes, 2018: 46). Esta realidade sugere a importância de políticas culturais públicas em Portugal de duplo sentido: “atenção acrescida quanto ao acesso à cultura e às práticas culturais por parte da população com níveis de escolaridade mais baixos; sem descurar, contudo, medidas direcionadas para aqueles com escolaridade alta” (Neves e Gomes, 2018: 48).

Para além do impacto na democratização da cultura e do desporto, os dirigentes auscultados identificaram, ainda, outros efeitos democráticos das associações de cultura, recreio e desporto, a saber:

- Bernardo: *“Aumentam nas pessoas o sentimento de cidadania – de uma sociedade em que todos colaboramos”.*
- Tomás: *“Ganha-se experiência e maturidade para ver a comunidade de outra forma”.*
- João: *“Contribuem para o empoderamento das pessoas, sobretudo com vista à resolução dos seus problemas”.*
- Fernando: *“É uma escola para políticos. Um berço que produz futuros políticos”.*
- Vladimiro: *“Desenvolve competências úteis para o exercício de funções políticas”.*
- Joaquim: *“São uma voz viva que leva os problemas das pessoas aos poderes públicos”.*

Neste âmbito é relevante recordar o estudo conduzido por Viegas sobre os efeitos democráticos deste tipo associativo (2004)¹⁴³:

- a) “Ao nível dos indivíduos, a generalidade destas associações propicia a integração social, reforça as identidades, possibilita a cooperação, mas não desenvolve competências simbólicas, profissionais ou políticas, exceto ao nível do seu pessoal dirigente. Estas associações tendem a lidar mal com os conflitos, quer internos, quer externos, não desenvolvendo, por isso, normas e regras internas de debate e deliberação” (2004: 42-43);
- b) “Quanto à contribuição para o debate na esfera pública, poderíamos dizer que ela é genericamente fraca e, quando existe, vai num sentido consensual, com poucos contributos para a deliberação democrática. Se considerarmos, por exemplo, as associações desportivas ou culturais, verificamos que elas, quando se apresentam nos meios de comunicação social, tendem apenas a valorizar a sua identidade, as suas tradições e o consenso social, esquivando-se às questões mais políticas ou conflituais. Excetuam-se as situações em que estão em causa os apoios financeiros a receber por essas associações” (2004: 43);
- c) “Ao nível institucional, existem algumas implicações democráticas com significado. As relações com o poder de estado processam-se num quadro de apoios financeiros obtidos, na generalidade dos casos, em negociações reservadas” (2004: 43)¹⁴⁴.

¹⁴³ Viegas refere-se concretamente (nas conclusões agora citadas) a dois tipos associativos: às associações desportivas, culturais e recreativas e às associações de solidariedade social e religiosas (2004: 42).

¹⁴⁴ Entre 2004 e a atualidade houve alterações significativas neste plano – a dois níveis. A CPCCRD passou a ter assento em vários órgãos de natureza consultiva: Conselho Nacional do Desporto

Os entrevistados destacaram, ainda, os efeitos económicos das associações de cultura, recreio e desporto: “*criam emprego, fundamentalmente as grandes coletividades*” (Alberto); “*enquadram muitas horas de trabalho voluntário, sobretudo por parte de dirigentes*” (Joaquim); “*pagam impostos*” (Pedro); “*são contribuintes líquidos do orçamento do Estado*” (Alfredo); “*são essenciais na dinamização da economia local*” (Bernardo).

Perceção que está em sintonia com os dados da Conta Satélite da Economia Social (ver quadro 7.3). E também com vários estudos sobre o trabalho voluntário neste tipo associativo:

“Sendo o trabalho associativo um trabalho fortemente voluntário, de esforço e de muita dedicação, importa entender não apenas os anos dedicados ao cargo de dirigente associativo e as razões pelas quais se enveredou na via do associativismo, mas principalmente o tempo real que estes atores sociais dedicam à associação” (Pereira *et al.*, 2020a: 63-64)¹⁴⁵.

4 – Pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças

Pretende-se olhar agora para as associações de cultura, recreio e desporto a partir de um outro ângulo – ou perspetiva. E com a ajuda de um conhecido instrumento de análise estratégica: a denominada Análise *SWOT*¹⁴⁶. Este instrumento permite proceder a uma análise externa das organizações (incluindo as associações), identificando oportunidades e ameaças; e a uma análise interna, reportada às forças e fraquezas (ou pontos fortes e pontos fracos).

(CND), Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) e Conselho Económico e Social (CES). E passou a ter uma voz ativa nesses espaços de participação – apresentando propostas de revisão da legislação, pareceres sobre as políticas públicas para o setor, etc. Por outro lado, a atribuição de apoios (maioritariamente por autarquias locais) é hoje fortemente regulamentada e transparente – ao contrário do que acontecia anteriormente.

¹⁴⁵ Estima-se que existam em Portugal mais de 400.000 dirigentes voluntários nas associações de cultura, recreio e desporto.

De acordo com Leitão *et al.* (2009: 97), as associações de cultura, recreio e desporto têm em média 15 dirigentes. Ao multiplicar-se o n.º de associações (32.759) pelo número médio de dirigentes por associação (15), obtém-se um número superior ao referido: cerca de 490.000 dirigentes. Não pode esquecer-se, todavia, que há indivíduos que exercem funções de direção em mais do que uma associação.

¹⁴⁶ *SWOT* significa Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças). Os pontos fortes e fracos são internos à organização, enquanto as oportunidades e ameaças se referem à relação da entidade com o ambiente externo.

A análise a realizar assentará fundamentalmente em dados primários – as entrevistas semi-diretivas aos dirigentes das estruturas do CNAP e da CPCCRD. Procurar-se-á, no entanto, complementar essa análise e estudo (assente na perceção e nas representações dos dirigentes) com uma revisão de literatura sobre os tópicos em debate. E no final será apresentado um quadro síntese, com os resultados (quadro 7.7).

Os dirigentes ouvidos identificaram os seguintes pontos fortes das associações de cultura, recreio e desporto:

- a) São resilientes;
- b) Próximas das pessoas;
- c) “Fazem muito trabalho com pouco dinheiro”;
- d) Oferecem atividades acessíveis a toda a população (independentemente dos seus recursos financeiros);
- e) Têm dirigentes apaixonados pelo que fazem;
- f) Que conseguem mobilizar (e agregar) muitas outras pessoas.

A literatura existente sobre associações de cultura, recreio e desporto vai (em grande medida) ao encontro desta avaliação.

A resiliência pode ser avaliada, por exemplo, através do número de associações criadas em períodos de maior dificuldade. A este propósito veja-se o que aconteceu com as associações de cultura, recreio e desporto no período da crise económica e financeira de 2008 (e anos seguintes): um claro crescimento à escala nacional, apesar de todos os constrangimentos (ver figura 6.1, capítulo 6).

A proximidade (em relação aos associados, participantes e comunidade) está diretamente relacionada com o número e dispersão geográfica destas associações (ver ponto 2 do presente capítulo).

Os pontos fortes referidos nas alíneas c) e d) são fortemente tributários de um traço essencial deste tipo associativo: o carácter voluntário do trabalho realizado. De acordo com Leitão *et al.* (2009: 99), na grande maioria das associações de cultura, recreio e desporto confederadas o trabalho realizado é feito de forma voluntária, gratuita (85,8%), “sem que os colaboradores envolvidos sejam por isso remunerados pelas organizações em que prestam serviço”¹⁴⁷. Este estudo concluiu, ainda, o seguinte:

¹⁴⁷ São associações confederadas as que integram a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD).

“De acordo com os dados do inquérito realizado, cada associação filiada na CPCCRD conta, em termos médios, com a participação de cerca de 28 colaboradores (27,6) para o desenvolvimento das suas atividades.

A maior parte dessas instituições, no entanto, apresenta um número de recursos humanos inferiores àquela média (71,3%), sendo na verdade muito reduzido o conjunto de associações que chegam a ter 43 ou mais colaboradores ao serviço (somente 12,3% do total de instituições inquiridas).

Entre estes colaboradores, o destaque vai para os que desempenham uma função dirigente, isto é, os que ocupam cargos ao nível dos órgãos sociais das associações, grupo que congrega mais de metade (54,6%) do total de colaboradores identificados para as instituições confederadas, num valor médio de 15 (15,1) indivíduos por associação. Por outro lado, constatou-se também que 25,4% das associações inquiridas não têm ao serviço outros colaboradores para além daqueles que na instituição desempenham funções dirigentes” (Leitão *et al.*, 2009: 97).

Quanto à dedicação dos dirigentes (e à sua capacidade agregadora) importa aqui visitar o estudo realizado por Ornelas *et al.* (2013), que concluiu o seguinte:

- a) “Entre os dirigentes associativos voluntários e os voluntários não dirigentes, existem diferenças em termos dos graus de compromisso, responsabilidade e participação (...). Os DAV’s assumem um maior nível de compromisso com as coletividades, estão mais disponíveis e dedicam-lhe mais tempo” (2013: 97);
- b) “O compromisso comunitário é muito forte em todos os dirigentes que participaram no estudo” (2013: 154);
- c) “Mais de metade dos dirigentes inquiridos dedica, no mínimo, 11 horas semanais ao trabalho associativo, o que representa um investimento muito significativo do seu tempo livre” (2013: 174).

A par desses pontos fortes, este tipo associativo possui também algumas fragilidades, ou pontos fracos. Os dirigentes entrevistados referem os seguintes pontos fracos:

- a) Dificuldades no recrutamento de dirigentes;
- b) E de rejuvenescimento dos corpos sociais
- Fernando: *“Há jovens nas coletividades. Mas depois não vão para dirigentes”*.
- c) Gestão não profissional (e sem o apoio de um corpo técnico especializado)
- Bernardo: *“Existe algum amadorismo numa gestão feita apenas por voluntários, mas isso faz parte da nossa identidade, da nossa essência”*.

- Augusto: *“Muita generosidade, mas reduzidas competências de gestão – num quadro de complexidade crescente”.*
 - Joaquim: *“As coletividades têm o seu formato de funcionamento. É preciso ser mais profissional sem deixar de ter dirigentes voluntários”.*
 - Rogério: *“Há grandes dificuldades quando mudam as direções. Não há passagem de conhecimento”.*
- d) Situação financeira frágil face, designadamente, aos (baixos) valores praticados
- Afonso: *“A maior dificuldade das coletividades é a financeira. Dificuldade que se agravou com a pandemia”.*
 - Américo: *“As coletividades sem protocolos com as Câmaras têm muitas dificuldades financeiras”.*
 - Bernardo: *“As coletividades têm pouca robustez financeira para fazer face aos problemas que surgem”.*
- e) Cada associação está virada sobretudo para si mesma, havendo pouca articulação e colaboração com outras associações
- Augusto: *“Infelizmente a realidade é que cada associação está virada só para si – e a tratar dos seus problemas”.*
 - Bernardo: *“Há muito bairrismo. Há por vezes mais competição do que cooperação”.*
 - António: *“Cada um só olha para o seu umbigo”.*
 - Paulo: *“No nosso concelho as coletividades cooperam. Mas em muitos outros não. A nossa Câmara incentiva a cooperação através da realização de iniciativas conjuntas e em parceria”.*
- Há muitas coletividades que trabalham para o seu umbigo. Mas há estruturas que tentam contrariar isso”.*
- f) Reduzida capacidade reivindicativa;
- g) Pouca participação dos associados.

É significativo não haver qualquer referência, por parte dos entrevistados, à participação das mulheres – e à necessidade de reforçar essa participação¹⁴⁸. Apesar de haver também aqui uma disparidade significativa. Como se observou no estudo sobre o movimento associativo popular no Concelho de Loures:

“(…) a disparidade entre sexos [nos corpos sociais] é ainda mais marcante que na caracterização dos sócios e frequentadores das associações: a presença de mulheres

¹⁴⁸ É importante referir que os dirigentes entrevistados são quase todos homens (29 em 31). O que poderá explicar (pelo menos em parte) a menor valorização do tema.

na presidência das associações não alcança os 20% (...). Neste sentido, apesar de ser inegável a crescente proporção de mulheres no cargo de Presidente de Direção, esta presença continua a ficar muito aquém de uma realidade paritária” (Pereira *et al.*, 2020a: 52)¹⁴⁹.

A inexistência de uma gestão profissional também é vista como uma fragilidade. O estudo de caracterização do associativismo confederado em Portugal (Leitão *et al.*, 2009: 97) aborda essa especificidade: cerca de 25% das associações inquiridas não têm ao serviço outros colaboradores para além dos dirigentes voluntários; sendo muito reduzido o conjunto de associações que chegam a ter 43 ou mais colaboradores ao serviço, incluindo dirigentes (somente 12,3%). Os dirigentes entrevistados manifestam um sentimento ambíguo relativamente a este ponto: é uma fragilidade, mas constitui também um “traço identitário”. É por isso que a reação a este constrangimento tem passado pela capacitação dos dirigentes e pela organização de apoio técnico partilhado¹⁵⁰. Como dizia um dirigente:

“As coletividades têm o seu formato de funcionamento. É preciso ser mais profissional sem deixar de ter dirigentes voluntários” (Rui).

Há uma fragilidade que está diretamente ligada a um dos pontos fortes. Muitas das atividades desenvolvidas são de acesso livre, ou a preços reduzidos. Essa situação garante a acessibilidade, mas coloca problemas ao nível da sustentabilidade das associações. Por vezes, essa maior acessibilidade é compensada por apoios provenientes das autarquias (e de empresas). Quando isso não acontece, o quadro é mais difícil – e a situação financeira mais frágil. Isso não significa, todavia, que as associações sejam subsídio-dependentes: como referem Leitão *et al.* (2009: 120), as principais fontes de financiamento das associações têm origem ao nível interno, sendo na sua maioria provenientes das próprias atividades desenvolvidas¹⁵¹.

Os entrevistados referem, ainda, que as associações estão voltadas, sobretudo, para si, “para o seu umbigo” – e colaboram pouco umas com as outras. Perceção que é

¹⁴⁹ Para uma melhor compreensão desta realidade (e dos principais obstáculos a uma maior participação das mulheres), veja-se o estudo *As mulheres em Portugal, hoje* (Sagnier e Morell, 2019).

¹⁵⁰ De acrescentar ainda, com base em Leitão *et al.* (2009: 124), que as associações apresentam em norma resultados financeiros positivos (superiores à despesa efetuada) ou nulos (idênticos à despesa efetuada), “o que contraria também a ideia da falta de capacidade de gestão que grassaria neste tipo de instituições, assim como da situação de quase falência em que se encontrariam muitas delas”.

¹⁵¹ O estudo realizado às associações do Concelho de Loures, já referido, chegou a idêntica conclusão (Abrantes e Gomes, 2020: 152).

contrariada (em parte) por alguns estudos realizados sobre o tema. Ornelas *et al.* (2013: 166-167) concluíram que os dirigentes dão muito valor aos contactos e relações com outras organizações das suas comunidades: “A esmagadora maioria dos dirigentes (...) tem contactos com outras organizações e instituições locais. Muitas dessas ligações são inerentes à função que desempenham nas suas coletividades, outras são mantidas a nível pessoal. A participação em parcerias locais, em representação das coletividades, é um exemplo significativo”. Santos *et al.* (2020: 124) concluíram, por seu lado, que a “participação em ações, iniciativas promovidas por outras entidades e associações faz parte do quotidiano do movimento associativo popular de Loures, que não se limita, portanto, ao desenvolvimento de atividades internas de forma isolada”. Cerca de 60% das associações reportou participar em ações de outras congéneres da freguesia ou concelho (2020: 125).

Esta dissociação (entre a perceção e os estudos referidos) justifica maior aprofundamento. Há áreas onde a colaboração é uma constante – e é desenvolvida por períodos temporais relevantes (no Concelho de Loures, cerca de 31% das associações desenvolve atividades em parceria com outras associações – Santos *et al.*, 2020: 128). É relativamente comum a “troca de visitas” em atividades como o teatro, as bandas filarmónicas ou os ranchos folclóricos. Mas há outras áreas onde predomina a competição: é o caso dos clubes desportivos. E há áreas específicas onde é muito difícil a mobilização das associações: é o caso da “área reivindicativa” (também referenciada pelos entrevistados)¹⁵².

A fraca participação dos associados na vida interna da associação (assembleias gerais, processos de consulta, etc.) é outra das limitações indicadas pelos dirigentes auscultados. Trata-se de fraqueza que coloca em causa a democracia interna – tópico que terá maior aprofundamento no capítulo 9.

Pedi-se também aos dirigentes das estruturas da CPCCRD e do CNAP para identificarem as principais oportunidades e ameaças para as associações de cultura, recreio e desporto – contexto externo de atuação. E foram referidas as seguintes oportunidades:

- a) Aprofundamento da relação com o poder local democrático;
- b) Aprofundamento da relação com as empresas;

¹⁵² Entende-se aqui por atividade reivindicativa toda a ação dirigida a influenciar políticas públicas, como por exemplo:

- Publicação de relatórios e brochuras de investigação/pesquisa;
- Organização de conferências de imprensa ou distribuição de comunicados de imprensa;
- Envolvimento ativo em debates nos media;
- Contactar jornalistas para aumentar a atenção dos media;
- Encorajar membros e apoiantes para fazer *lobbying* junto dos decisores políticos;
- Organizar protestos;
- Publicar declarações e posições políticas no seu site oficial;
- Greves;
- Manifestações, etc.

- c) Colaboração com o Estado central;
- d) Apoios para a capacitação dos dirigentes;
- e) Dirigentes mais qualificados;
- f) Utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC).

Como se refere no memorando associativo apresentado ao Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes, de novembro de 2015 (2016), as autarquias são o principal parceiro das associações de cultura, recreio e desporto. E aponta-se o caminho a seguir, com vista ao aprofundamento dessa parceria:

“O associativismo deverá respeitar as decisões políticas do eleitorado, mantendo o distanciamento necessário para que a relação seja, de facto, entre parceiros, com deveres e direitos e não de subalternização. O apoio financeiro prestado não pode ser visto de forma isolada da estrutura de receitas e despesas do associativismo. O apoio financeiro destina-se à comparticipação nos custos das atividades que, regra geral, deveriam ser realizadas pelas próprias autarquias. Ao ser o MAP a fazê-lo, fica mais barato e com menos constrangimentos.

As relações entre estes dois poderes deverão ser de cooperação na auscultação prévia das políticas culturais, recreativas e desportivas locais e na programação integrada de eventos de forma a aumentar a oferta, diversificar a atividade e proporcionar a criação e fruição ao maior número de cidadãos, reduzindo custos financeiros e recursos logísticos e humanos” (2016: 17).

Esse memorando identifica, também, a necessidade de aprofundar a cooperação com as empresas: “Importa aprofundar as formas de cooperação entre o associativismo e as empresas para que estas possam, pela via do mecenato, apoiar de facto o associativismo, desenvolvendo efetivamente a sua função e responsabilidade social” (2016: 21).

O aprofundamento das relações com o poder central é também visto como uma oportunidade (pelos entrevistados). Taborda (2020: 136) identifica os principais incentivos que o Estado (e outras instâncias) podem utilizar com vista a impulsionar o campo associativo: incentivos financeiros, incentivos políticos, incentivos legislativos e incentivos académicos/científicos. Pode dizer-se que o Estado central nos últimos anos tem apostado, sobretudo, nos incentivos políticos (integração da CPCCRD em vários órgãos consultivos) e nos incentivos académicos/científicos (com a celebração de protocolos entre a CPCCRD e várias instituições universitárias). E descorou os incentivos financeiros (ver Leitão *et al.*,

2009: 124) e os incentivos legislativos – como melhor se verá de seguida (a propósito das ameaças)¹⁵³.

Os entrevistados referem ainda duas outras oportunidades associadas à maior preparação (nível de competências) dos dirigentes associativos: em primeiro lugar, a sua maior qualificação – como referido no ponto 1; em segundo lugar, a existência de apoios comunitários e locais (parcerias com as autarquias) para a capacitação dos dirigentes.

Finalmente, os dirigentes ouvidos identificam a utilização das TIC como uma oportunidade, quer na relação com os associados e utentes, quer na gestão das associações. No referido memorando associativo, apresentado ao Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes, faz-se um diagnóstico e apresenta-se o caminho a seguir:

“Ainda assim estima-se que mais de 50% das 30.000 coletividades existentes no país não possuem equipamento informático, facto que condiciona a possibilidade de obter, produzir e partilhar informação, quer entre coletividades, quer com as suas estruturas representativas, e também interagir com os organismos do Estado o que as coloca numa preocupante situação de exclusão.

Importa por isso estabelecer com o Governo um acordo protocolar visando a informatização das coletividades, com o objetivo de até 2020 reduzir em 50% as coletividades sem meios informáticos, envolvendo no projeto empresas privadas do ramo informático para redução de custos, as Autarquias, através da Associação Nacional de Municípios e ANAFRE, para colaborar na formação dos dirigentes associativos” (2016: 26).

Quanto a ameaças, os entrevistados destacam os seguintes perigos e riscos:

- a) Desenvolvimento de uma cultura individualista e hedonista;
- b) Transformações do trabalho e do emprego;
- c) Forte concorrência do setor privado lucrativo – e da televisão;
- d) Legislação desadequada;
- e) O aparecimento de “falsas associações”;
- f) “Alguma promiscuidade política”.

¹⁵³ Para uma caracterização das principais narrativas sobre a relação entre o Estado e as organizações do terceiro setor, veja-se Guerra e Santos (2014).

As quatro primeiras ameaças foram já apresentadas no ponto 1 deste capítulo. Importa acrescentar apenas duas notas sobre as “falsas associações” e sobre a alegada “promiscuidade política”.

O surgimento das denominadas “falsas associações” é uma preocupação manifestada pelos dirigentes. Este fenómeno tem vindo a assumir, fundamentalmente, duas configurações principais: “captura” de clubes desportivos por investidores do futebol; e a criação de verdadeiras empresas com a veste formal de associação.

Quadro 7.7 – Associações de cultura, recreio e desporto. Análise SWOT

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Resiliência • Proximidade • “Muito trabalho com pouco dinheiro” • Atividades acessíveis a todos • Dirigentes disponíveis • Capacidade de mobilização 	<ul style="list-style-type: none"> • Atratividade para funções dirigentes • Participação de jovens e mulheres nos corpos sociais • Gestão não profissional • Financiamento das atividades • Capacidade reivindicativa • Participação dos associados
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Relação com as autarquias locais • Relação com as empresas • Colaboração com o Estado central • Capacitação dos dirigentes • Maior qualificação dos dirigentes • Utilização das TIC 	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura individualista e hedonista • Transformações no trabalho e emprego • Concorrência do setor privado lucrativo • Legislação desajustada • “Falsas associações” • “Promiscuidade política”

Houve dirigentes que manifestaram, também, alguma apreensão face à interferência da política nas associações¹⁵⁴. Percebe-se que não é problema generalizado, face ao número (reduzido) de dirigentes que colocam a preocupação – mas que surge em alguns concelhos e contextos.

Referem os dirigentes:

¹⁵⁴ Preocupação já identificada em Baumgarten *et al.* (2018: 169-170): “Podemos notar, a partir da fala de alguns entrevistados, que os movimentos sociais temem o controle de suas ações por partidos e sindicatos, algo que também tem ocorrido, em alguns casos, no Brasil (...)”.

- Paulo: *“As associações são vistas como uma bandeira eleitoral. Há políticos que usam as associações”*.

- Rui: *“Há muita política no meio. As autarquias por vezes colocam as coletividades de parte por isso”*.

5 – A narrativa da crise e o futuro das associações de cultura, recreio e desporto

Há uma narrativa com fortes raízes no meio associativo: a de que as associações estão em crise – crise que vai atravessando diferentes épocas. Narrativa que “é o resultado da idealização de um passado glorioso que supostamente teria perdido dinâmica e se encontra em processo de decomposição” (Capucha e Nunes, 2020b: 161). Raramente quem constrói e reproduz essa imagem se dá ao trabalho de verificar como eram de facto, e não na imaginação, as realidades idealizadas.

Perguntou-se aos dirigentes entrevistados se as associações de cultura, recreio e desporto já estavam em crise antes da pandemia da COVID-19. E a maioria respondeu que não: que havia problemas, mas não uma crise. O que revela forte sentido crítico destes dirigentes – que não reproduzem a narrativa dominante.

Quais então os momentos mais marcantes dos primeiros anos do século XXI (para este tipo associativo)? Um desses momentos (e provavelmente dos mais significativos) foi o da criação e consolidação da CPCCRD. A CPCCRD foi criada em 2003, na sequência do Congresso Nacional de Coletividades em 2001 (Loures). E conseguiu afirmar-se na década seguinte, como se descreve na nota de abertura do livro do Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes de 2015 (2016: 5):

“Entre 2001 e 2015 conseguiu-se estruturar o associativismo transformando a Federação das Coletividades em Confederação; criar Federações Distritais e Associações Concelhias; duplicar o número de filiadas; o Estatuto de Parceiro Social; o Dia Nacional das Coletividades; o Dia das Bandas Filarmónicas; o Estatuto do Dirigente Associativo; estabelecer protocolos com Universidades; realizar e publicar estudos científicos que dão credibilidade e visibilidade ao associativismo; intervir nas Leis de Bases do Desporto e na Lei de Bases da Economia Social; participar no Ano Europeu do Voluntariado; ser reconhecido pelo INE como a maior rede de entidades da economia social e do voluntariado a nível nacional; ter assento no Conselho Nacional para a Economia Social

e no Conselho Nacional do Desporto; estabelecer relações internacionais a vários níveis; desenvolver projetos nacionais com apoio de fundações e empresas e construir pontes e consensos entre entidades (famílias) associativas¹⁵⁵.

Convém acrescentar a este elenco de realizações e conquistas a criação do CNAP (na sequência do Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes de 2015); a integração da CPCCRD no Conselho Económico e Social; e a criação da Confederação Portuguesa de Economia Social, em 2018.

A crise económica e financeira de 2008 constituiu outro acontecimento marcante. As associações de cultura, recreio e desporto mostraram possuir forte capacidade de resistir (ver ponto 4). E ajudaram a amortecer os impactos da forte crise social que se seguiu.

E o presente? Como podemos qualificar a situação das associações de cultura, recreio e desporto hoje (em contexto de pandemia)? A questão foi colocada aos dirigentes do CNAP e estruturas da CPCCRD. E a resposta (tirando a realidade específica dos cineclubes) foi unânime: as associações estão a “passar uma das suas maiores crises”. Crise que assume a seguinte configuração:

a) Crise financeira

Mantiveram-se muitas despesas e as receitas foram substancialmente reduzidas.

b) Encerramento das sedes e de muitas atividades

Com todas as consequências daí decorrentes – ver ponto 3.

c) Desmobilização

Como refere um dos entrevistados: *“os dirigentes estão muito desanimados. Há um risco muito grande de desmobilização. Em minha opinião, 10% das associações já não vão retomar a atividade”* (Paulo);

d) Efeitos ao nível da democracia interna

Menos reuniões dos órgãos sociais, adiamento de eleições, menos participação (ver Jéssica *et al.*: 2021b).

E o futuro? Um dos traços deste tipo associativo é a resiliência (ver ponto 4). Haverá certamente associações que encerrarão. Mas a grande maioria vai provavelmente resistir –

¹⁵⁵ É importante lembrar o que era a Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio (FPCCR) na década de 90 do século XX:

“Na minha opinião, a Federação, na primeira metade da década de noventa do século passado, tendo em conta os poucos meios que tinha à sua disposição, era de mera representação e com uma área territorial de intervenção bastante limitada” – Artur Martins (Análise Associativa, n.º 3 – disponível em www.cpccrd.pt).

e continuar a funcionar. Por outro lado, a pandemia veio criar algumas oportunidades. Há associações que estão a utilizar diversas plataformas digitais para realizar reuniões, eventos (debates) e até assembleias gerais. Experiência nova, com resultados (em alguns casos) interessantes. Será que tais experiências vieram para ficar?

Há também duas outras áreas que assumirão, muito provavelmente, nos próximos anos, um forte protagonismo: a área das parcerias (e da governação integrada) e a da democracia interna. A primeira constitui o fio condutor do Manifesto Associativo 2015 – Recomendações Estratégicas (aprovado no Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes de 2015 – 2016: 148-151): criação de parcerias entre as próprias associações (a nível local, regional e nacional); com outras entidades da economia social; com as empresas; com as autarquias locais; com o Governo; com as Universidades. E com objetivos muito claros: a capacitação dos dirigentes, a promoção de apoio técnico às associações, a revisão da legislação associativa, a produção de conhecimento e a democratização do acesso à cultura e ao desporto.

Se revisitarmos os pontos fracos das associações de cultura, recreio e desporto (ponto 4), há um outro tópico a merecer especial atenção: o da democracia interna. Matéria que será objeto de maior desenvolvimento nos próximos capítulos (8 e 9).

IV PARTE

Estudo de caso

Títulos:

CAPÍTULO 8

– DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA

CAPÍTULO 9

– ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

– UMA ESCOLA DE DEMOCRACIA?

CAPÍTULO 8 – DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA¹⁵⁶

1 – Transparência na economia social

1.1 – Mapear um objeto de estudo

Com as sociedades contemporâneas o tema da transparência – dos órgãos do Estado, dos partidos políticos, das empresas, etc. – tornou-se recorrente. Como nota Chevallier (1988: 241), o sucesso do tema está relacionado com o facto de transportar consigo uma forte carga simbólica e afetiva: “Caracterizado por uma considerável polissemia, na medida em que integra um conjunto de significações complexas (...), a palavra é objeto de conotações positivas e suscita ressonâncias profundas”. Para este autor (1988: 242), a transparência possui o estatuto de um verdadeiro mito, uma vez que se transformou numa “imagem simplificada e ilusória”, mas capaz de produzir uma série de efeitos sociais importantes através das ressonâncias que suscita.

Não obstante, a problemática da transparência nas associações (e na economia social, em geral) continuou durante muito tempo sem suscitar particular interesse – quer no meio académico, quer no próprio setor. Como sublinha Carvalho (2016: 58), até ao final do século passado o conceito e a temática foram marcados, fundamentalmente, pelas “*especificidades dos conselhos de administração*”; só mais recentemente é que a abordagem da transparência se direcionou “*para outros aspetos de gestão nestas entidades tais como as responsabilidades, o funcionamento interno dos órgãos de gestão ou a avaliação do desempenho*”.

Essa realidade tem vindo, no entanto, a mudar; e o tema ganhou maior interesse neste início de século. Face a alguns escândalos e casos de corrupção; face à elaboração de leis que colocam novas exigências (e deveres) às organizações – como é o caso da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA); face a uma maior exigência por parte da sociedade (em parte, impulsionada pela evolução ocorrida no âmbito da transparência do setor público); e face à constante procura de informação por parte de doadores externos (Carvalho, 2016: 59).

¹⁵⁶ As principais conclusões deste capítulo foram publicadas na obra *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019* (2020).

Foram criados projetos com o objetivo de enquadrar a problemática e de ajudar as associações a desenvolver boas práticas. É o caso do Projeto Transparência nas Organizações de Economia Social Portuguesas – da Universidade Católica Portuguesa (Porto)¹⁵⁷. Ou do projeto Rendir Cuentas (ver <http://www.rendircuentas.org/quienes-somos/>)¹⁵⁸.

Conhecem-se também algumas investigações parcelares com interesse para o estudo da transparência na economia social. Por exemplo, o estudo da relação entre a transparência e a obtenção de recursos (Costa, 2015). Sobre a relação entre transparência e eficiência (Valencia *et al.*, 2015). Sobre a prestação de contas (Carvalho, 2016). Ou sobre o interesse dos *stakeholders* na informação das organizações (Britton, 2008). Mas são poucos os estudos que procuram estudar o fenómeno de uma forma abrangente e geral. No presente ponto, procurar-se-á dar nota desses estudos (mais gerais) e das principais conclusões a que chegaram.

Uma questão que tem sido abordada por vários estudos diz respeito aos efeitos da transparência. Esses estudos apontam para o seguinte:

- a) A transparência é necessária, pelas funções desempenhadas pelas organizações da economia social (funções de interesse geral).

Defende-se, por isso, que o Estado deve intervir de modo a assegurar um nível mínimo de transparência (Ebrahim, 2003).

- b) A transparência (até determinado ponto e em determinados contextos) desencadeia um conjunto de efeitos positivos, devendo ser aprofundada pelas organizações. Que efeitos positivos? Fundamentalmente os seguintes:

- Reforço da confiança, credibilidade e legitimidade perante os *stakeholders* (Carvalho, 2016: 62; Schnackenberg e Tomlinson, 2016; ou Auger, 2014);
- Melhoria do desempenho geral – mais eficiência (Valencia *et al.*, 2015);
- Reforço do controlo e combate à corrupção (Trapero *et al.*, 2014: 411);
- Captação de recursos (Tondolo *et al.*, 2018: 3).

¹⁵⁷ De acordo com os promotores, o projeto pretende “contribuir para o debate teórico-empírico em torno da eficácia das OES portuguesas, a partir da configuração das práticas de governação e de prestação de contas das OES analisadas à luz da problematização do conceito de transparência organizacional” (ver <https://www.porto.ucp.pt/transparenciaOES?msite=16>).

¹⁵⁸ Os promotores explicam quem são: “Somos un conjunto de organizaciones de la sociedad civil de América Latina y el Caribe que hemos unido fuerzas para promover la transparencia y rendición de cuentas de la sociedad civil. Buscamos instaurar prácticas sistemáticas de autorregulación, a través del aprendizaje mutuo, y de la transferencia y adopción de estándares voluntarios y comunes”.

Isso faz com que a transparência seja apresentada como um indício (ou indicador) de sustentabilidade organizacional (Amaro, 2016). E isso tem um significado claro: o de que a gestão transparente promove a sustentabilidade. Como referem Trapero *et al.* (2014: 411), “uma empresa corrupta [pouco transparente] dificilmente consegue aguentar-se a longo prazo”¹⁵⁹.

Uma outra linha de investigação tem procurado identificar dimensões e indicadores de transparência, com vista à construção de instrumentos que possibilitem a mensuração. Vejamos três exemplos.

Um primeiro estudo a referenciar, realizado por três investigadoras portuguesas (Ornelas, Bandeira e Meira, 2017), teve por objetivo “averiguar qual o nível de transparência das IPSS na Região Autónoma da Madeira (RAM)”. E concluiu o seguinte:

- a) 56% das entidades registadas como IPSS possuíam sítio institucional eletrónico.
- b) Só 29% das referidas IPSS publicavam Relatórios de Contas no seu sítio.
- c) Todas as IPSS que publicaram as suas contas seguiram o regime da normalização contabilística aplicável.
- d) Só uma entidade é que publicava as suas contas há 5 anos no respetivo sítio. As restantes publicam as contas há menos tempo.

As autoras concluem que “existe um número significativo de IPSS da RAM que não publicam as suas contas no seu site institucional, relevando que ao nível da transparência ainda existe um longo caminho a percorrer” (2017: 14).

Soldi *et al.* (2018) procuraram ir mais longe. Com o objetivo de conhecer o nível de transparência das organizações filantrópicas de São Paulo, apresentaram um conceito de transparência multidimensional assente em quatro critérios ou dimensões:

- a) Divulgação financeira;
- b) Disponibilidade de informações estratégicas, operacionais e administrativas;
- c) Acesso às instalações físicas;
- d) Divulgação dos nomes dos membros da administração.

Para além da identificação de critérios ou dimensões foram também criados indicadores – e cada indicador recebeu uma pontuação de 0 (inexistente) a 5 (atendimento

¹⁵⁹ Apesar disso, é preciso algum cuidado (e moderação) no que respeita às expectativas criadas. Como nota Ringel (2018: 2), o impacto mensurável da transparência continua a ser relativamente ambíguo e até frustrante, sobretudo se comparado com as expectativas que lhe estão associadas.

pleno). Com base nessa estrutura foi criada uma escala de transparência assente no nível de cumprimento dos critérios estabelecidos – variando de 0% (nenhum critério cumprido) a 100% (cumprimento pleno):

- 0% a 30% - não é transparente;
- 31% a 70% - parcialmente transparente;
- 71% a 100% - transparente.

Os resultados finais deste estudo são os seguintes: 49% das organizações filantrópicas apresentam um reduzido nível de transparência, 47% podem ser consideradas parcialmente transparentes e 4% foram consideradas transparentes.

Tondolo *et al.* (2018) desenvolveram também “um constructo para mensurar a transparência no Terceiro Setor”. Numa primeira aproximação, defendem que a transparência está “atrelada basicamente a três conceitos contábeis, os quais são: (i) *disclosure*, que significa a evidenciação e/ou divulgação de informação na organização; (ii) *compliance*, se refere a conformidade legal na organização; e, (iii) *accountability*, se refere a prestação de contas da organização” (2018: 4).

O instrumento que propõem apresenta quatro dimensões: transparência na prestação de contas, transparência em gestão e resultados, transparência em nível inicial de atendimento e transparência em aspetos legais. Sendo que cada dimensão comporta vários indicadores:

a) Transparência na prestação de contas

- “Sua organização tem por prática divulgar os Relatórios Contábeis para as partes interessadas e comunidade em geral dentro dos prazos exigidos por lei”;
- “Sua organização tem por prática divulgar os gastos ocorridos e os recebimentos de receitas mensalmente para as partes interessadas e a comunidade em geral”;
- “Sua organização tem por prática divulgar publicamente seus relatórios contábeis e relatórios complementares em diversos tipos de mídias, tais como jornais, site, blog, *facebook*, entre outros”;
- “Sua organização se utiliza das mídias sociais (*Facebook, twitter,...*) para divulgar as ações realizadas”;
- “Sua organização tem por prática prestar contas dos recursos (financeiros, físicos e humanos), bem como das práticas realizadas pela organização às partes interessadas e à comunidade em geral”;

- “Sua organização apresenta uma central de Ouvidoria para atendimento de beneficiários, partes interessadas e comunidade em geral”;
- b) Transparência em gestão e resultados
- “Sua organização disponibiliza um espaço para receber críticas e sugestões das partes interessadas e comunidade em geral”;
 - “Sua organização tem como prática realizar o monitoramento das atividades realizadas pelos seus colaboradores e voluntários no atendimento de seus objetivos organizacionais”;
 - “Sua organização tem como prática realizar o monitoramento dos resultados e efetividade de suas ações na comunidade atendida”;
 - “Sua organização tem por prática implementar sugestões recebidas de beneficiários, partes interessadas e comunidade em geral”;
- c) Transparência em nível inicial de atendimento
- “Sua organização tem por prática prestar contas dos recursos e ações realizadas sempre que esta for uma exigência do financiador do projeto”;
 - “Sua organização disponibiliza um e-mail para atendimento da comunidade”;
 - “Sua organização utiliza *Home Page (site e/ou blog)*”;
- d) Transparência em aspetos legais
- “Sua organização disponibiliza às partes interessadas e à comunidade em geral os documentos constitutivos da organização, bem como estatutos, atas de assembleia e eleições/nomeação de presidência e diretoria”;
 - “Sua organização disponibiliza às partes interessadas e à comunidade em geral a legislação que a organização está submetida”.

O modelo proposto por Tondolo *et al.* (2018) tem a vantagem de poder ser facilmente aplicado pelos dirigentes das organizações sociais, “servindo de base para estabelecimento de metas e guias de desenvolvimento organizacional em direção à implementação e internalização da prática da transparência” (2018: 11). Mas não integra alguns indicadores importantes: por exemplo, a existência de direitos de acesso à informação, indicadores de proximidade, ou a realização regular de assembleias gerais – espaços essenciais para perceber (e questionar) o funcionamento da organização.

1.2 – Transparência organizacional – conceito multidimensional

Dado que as organizações sociais têm dificuldades na obtenção e controle dos seus recursos, a sua sobrevivência pode ser garantida se souberem lidar com contingências e assegurar os recursos necessários à sua existência (Carvalho, 2016: 72). A teoria da dependência dos recursos (Pfeffer e Salancik, 1978) sublinha que a necessidade e a dependência de recursos condicionam a estrutura e as atividades das organizações. Sublinha, por outro lado, que as organizações dependem de outras organizações ou atores no que respeita aos recursos para sobreviverem e considera os recursos financeiros como uma contingência muito importante.

As entidades da economia social dependem, fundamentalmente, de três tipos de receitas:

- a) Receitas próprias
 - Receitas das atividades e venda de bens e serviços;
 - Quotas;
 - Receitas resultantes de investimentos financeiros ou não financeiros.
- b) Contribuições provenientes de entidades públicas
 - Acordos de colaboração;
 - Apoios para atividades da missão;
 - Comparticipação em projetos.
- c) Contribuições ligadas a atitudes filantrópicas
(Sejam de índole individual ou corporativa).

De acordo com a teoria da dependência dos recursos é importante que as organizações evitem a excessiva dependência de um dos tipos de recursos referidos, reduzindo as vulnerabilidades que possam advir da interrupção de um ou mais tipos de receitas e consequentes crises financeiras. A sustentabilidade financeira é reforçada com equilíbrio entre muitas receitas, pela diversificação das fontes de financiamento (Carvalho, 2016: 72).

Outra decorrência teórica diz respeito ao efeito mimético: quanto maior for a dependência de recursos de uma organização sobre outra, mais semelhante a organização se vai tornar da que fornece os recursos (DiMaggio e Powell, 1983). Com base neste pressuposto chega-se a uma tese fundamental: “A teoria da dependência de recursos pressupõe que as organizações que dependem de recursos do governo e de recursos

financeiros externos são mais propensas ao cumprimento da divulgação” (Carvalho, 2016: 73). Ou seja, são mais transparentes. Mas a questão pode, também, colocar-se ao contrário: as organizações mais transparentes são, igualmente, mais propensas a assegurar recursos financeiros externos.

Para além dessa, é possível identificar outras causas (ou indutores) da transparência nas organizações de cariz social? Defende-se aqui a tese de que a transparência organizacional depende do jogo concertado entre indutores e obstáculos – ou seja, do respetivo *habitat*. E sugerem-se – para as organizações de cariz social – quatro indutores principais: antiguidade, dimensão, financiamento público e obrigações legais¹⁶⁰. E três barreiras mais relevantes: a resistência à transparência, os custos com a transparência e a (in)capacitação dos dirigentes¹⁶¹.

Com base no exposto, pretende-se agora apresentar um instrumento que permita avaliar o grau de transparência de cada organização da economia social; de alguns setores ou “famílias”; e de toda a economia social. Esse instrumento assenta em quatro pressupostos essenciais:

- a) Uma abordagem multidimensional;
- b) Indicadores específicos para a economia social;
- c) Diferenciação de peso ou relevância quer das dimensões, quer dos indicadores (consoante a sua importância relativa para o objetivo transparência);
- d) Criação de uma escala de transparência.

Vejamos cada um desses pressupostos isoladamente. Em linha com alguns dos estudos apresentados, considera-se que a transparência organizacional assenta em mais do que um pilar ou dimensão – é um conceito multidimensional. Advoga-se, em segundo lugar, que o conceito assenta nos mesmos pilares ou dimensões, independentemente do tipo de organização em causa: do setor público, social ou privado lucrativo. E que tais pilares são os já apresentados por Pratas (2013: 40-41):

- *Disclosure*;

¹⁶⁰ Sugere-se (como hipótese a validar) que as associações mais antigas, as de maior dimensão e as que recebem mais financiamento público tendem a ser mais transparentes. E que o Estado pode fixar obrigações legais que conduzam a uma maior transparência neste tipo de organizações.

¹⁶¹ Sobre a resistência à transparência, importa lembrar o que concluiu Bobbio, na sua obra *O Futuro da Democracia*: “A comparação entre o modelo ideal do poder visível e a realidade das coisas deve ser feita tendo presente a tendência de todas as formas de domínio (...) para fugir do olhar dos dominados, escondendo-se e escondendo” (1988: 133). Informação é poder. Partilhar informação implica uma partilha de poder.

- Diálogo;
- Proximidade.

Defende-se, para além disso, que cada um desses pilares ou dimensões integra vários elementos (indicadores), que lhes dão corpo e substância. E que esses indicadores são diferentes, consoante o tipo de organização em causa (setor público, setor privado lucrativo e economia social). A especificidade própria de cada setor gera diferenças – e diferentes indicadores.

Relativamente à economia social, propõe-se um quadro de análise com 12 indicadores:

a) *Disclosure*

- Divulgação de informação (obrigatória)

Por vezes, a lei ou os regulamentos internos obrigam a organização a disponibilizar determinados relatórios e documentos.

Tais atos normativos (e a consequente divulgação de documentos) garantem um mínimo de transparência.

- Divulgação de informação (voluntária)

A organização pode, no entanto, disponibilizar mais elementos. Ir para além desse mínimo legal.

- Direito de acesso pelos associados

A divulgação de informação é um instrumento poderoso de transparência. Mas é igualmente determinante a existência de um direito que permita aos associados conhecerem outra informação – conseguirem ver para lá daquilo que é divulgado. E poderem obrigar a organização a disponibilizar informação – mesmo contra a sua vontade.

- Direito de acesso pelos particulares

E é possível ir ainda mais longe. Acontece sempre que a lei atribui aos particulares – independentemente de serem associados, utentes ou vizinhos – o direito de acesso à informação da organização.

b) Diálogo

- Realização (regular) de assembleias gerais

As assembleias gerais são momentos essenciais na vida das organizações – discute-se a vida da entidade, colocam-se questões, critica-se, aplaude-se; e tomam-se as decisões mais importantes.

- Projetos que promovem a participação

Sempre que a organização é porosa à comunidade, receptiva a sugestões e à participação, é também mais transparente – promove a discussão e o conhecimento. São exemplo destes projetos: a existência de uma caixa de sugestões e críticas; a criação de grupos de discussão ou fóruns; ou a consulta (expressa) aos associados sobre determinados assuntos.

- Sistema de governo que promove o controlo

A existência de órgãos com competência para avaliar o trabalho desenvolvido por outros órgãos – e emitir pareceres ou opiniões – é também um indicador de transparência.

O exercício dessas competências gera informação e conhecimento. Ou seja, promove a transparência.

- Monitorização, avaliação e prestação de contas

As práticas de monitorização, avaliação e prestação de contas são, também, essenciais – favorecem a reflexão, a partilha de diferentes pontos de vista e o diálogo.

c) Proximidade

- Proximidade física

A proximidade física dos associados e dos utentes/praticantes relativamente à organização também favorece a transparência. É mais fácil ver, perceber e questionar o que está próximo.

- Acessibilidade às instalações

A abertura das instalações ao público cria um outro nível de proximidade – e consequentemente de transparência.

Passa a ser possível observar o funcionamento das atividades, aceder a informação, falar com outros associados e com os dirigentes.

- Existência de sítios da internet, blogs e páginas nas redes sociais (*Facebook, Instagram, etc.*)

Todos estes recursos contribuem para uma maior proximidade e acessibilidade à organização.

- Informação de proximidade

A disponibilização de informação de proximidade promove também a transparência. Exemplos: disponibilização dos contactos (incluindo um contacto de correio eletrónico); divulgação da composição dos corpos sociais (nomes e notas biográficas); envio de uma *newsletter* eletrónica.

Apesar de todos desempenharem um papel significativo na promoção da transparência, de todos serem indutores de abertura, há alguns elementos ou indicadores que assumem uma maior preponderância. Propõe-se a seguinte diferenciação:

- a) *Disclosure* (40%)
 - Divulgação de informação (obrigatória) – 10%
 - Divulgação de informação (voluntária) – 10%
 - Direito de acesso pelos associados – 10%
 - Direito de acesso pelos particulares – 10%
- b) Diálogo (30%)
 - Realização (regular) de assembleias gerais – 10%
 - Projetos que promovem a participação – 5%
 - Sistema de governo que promove o controlo – 10%
 - Monitorização, avaliação e prestação de contas – 5%
- c) Proximidade (30%)
 - Proximidade física – 10%
 - Acessibilidade às instalações – 5 %
 - Existência de sítios da internet, blogs e páginas nas redes sociais (*Facebook, Instagram, etc.*) – 10%
 - Informação de proximidade – 5%

Duas notas mais. A primeira é para apresentar a escala de transparência. A avaliação de cada organização, nos vários indicadores referidos, vai conduzir a um determinado resultado: de 0% a 100%. É preciso criar uma escala que dê leitura a esses resultados. Sugere-se uma escala com quatro escalões principais:

- De 0% a 24% – Pouco ou nada transparente
- De 25% a 49% – Parcialmente transparente
- De 50% a 74% – Transparente
- De 75% a 100% – Muito transparente

A segunda nota é para reforçar uma das conclusões referidas por Heald (2006b: 59): em geral, se uma organização estiver num nível baixo de transparência, aumentá-la terá consequências positivas. No entanto, se o nível já for elevado, reforçar a transparência pode alterar a relação entre custos e benefícios – e pode ter um impacto menos positivo.

2 – O caso das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures

2.1 – Nível de transparência

Foi avaliado o nível de transparência das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures. A avaliação teve por base as respostas a um inquérito por questionário às associações – aplicado a 141 entidades (ver ANEXO A)¹⁶². Foram colocadas questões para os 12 indicadores referidos (relativos às três dimensões da transparência organizacional)¹⁶³. E foi elaborada uma grelha de análise – ANEXO D.

Os resultados revelam o seguinte:

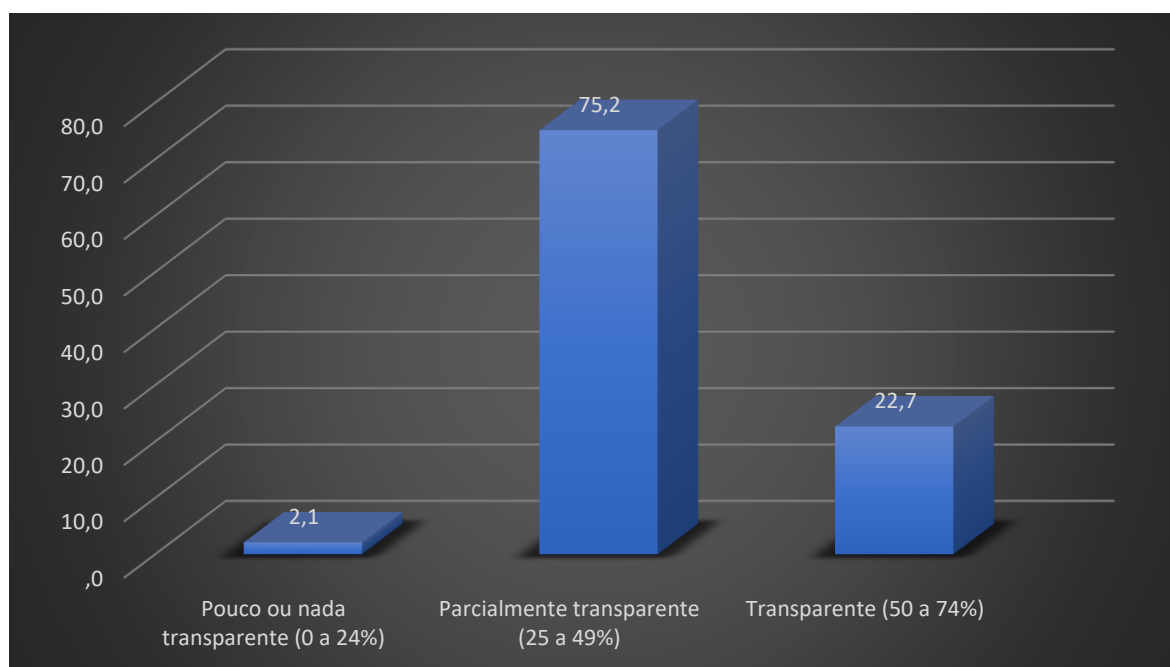
- a) A grande maioria das associações é parcialmente transparente (75,2%);
- b) Só cerca de ¼ (22,7%) são transparentes;
- c) São muito poucas as que são pouco ou nada transparentes (2,1%);
- d) E nenhuma é muito transparente – ver figura 8.1.

Se observarmos a média por tipo de associação (ver quadro 8.1) é ainda possível verificar o seguinte:

- a) As associações de bombeiros e proteção civil e as associações de solidariedade social são as que têm as médias mais elevadas;
- b) As associações de cariz ambiental são as que têm a média mais baixa;
- c) As associações desportivas, culturais/recreativas, de escuteiros/escoteiros, de moradores e de juventude têm resultados semelhantes;
- d) Nas várias tipologias associativas, as médias estão (em todos os casos) acima dos 40%.

¹⁶² De um universo de cerca de 200 associações de cultura, recreio e desporto (Capucha e Nunes, 2020a: 14).

¹⁶³ A avaliação teve por base a soma da classificação nos 12 indicadores, criando-se uma variável compósita e uma escala de 0 a 100.



Fonte: *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019 (2020)* (Pratas e Queiroga, 2020: 103).

Figura 8.1 – Nível de transparência das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures

Quadro 8.1 – Nível de transparência. Média por tipo de associação

Tipo de associação	Média	n.º
Solidariedade social	46,6875	8
Desportiva	43,0603	58
Cultural/Recreativa	43,75	52
Ambiental	41,5	2
Escoteiros/Escuteiros	44,3333	9
Moradores	44,75	4
Bombeiros e Proteção Civil	46,5	6
Juventude	43	2
Total	43,773	141

Fonte: *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019 (2020)* (Pratas e Queiroga, 2020: 104).

Numa primeira aproximação (a justificar maior aprofundamento), pode dizer-se que as associações de maior dimensão – por exemplo, com orçamentos mais robustos – são as que têm as médias mais elevadas (é o caso das associações de bombeiros e de solidariedade social). Conclusão que vai ao encontro de uma das hipóteses colocadas: a de que a dimensão é um indutor de transparência.

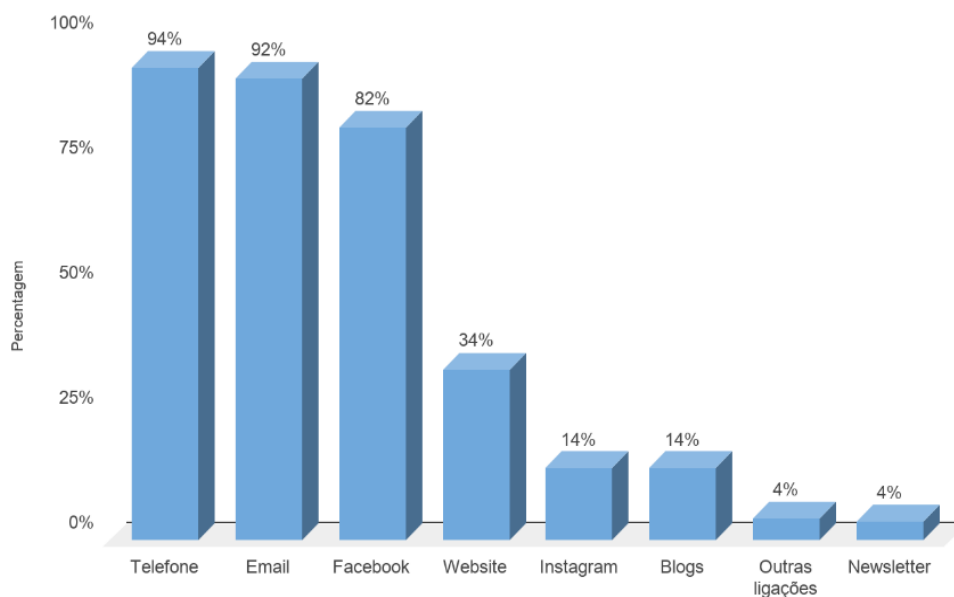
As associações de solidariedade social e as de bombeiros e proteção civil são também, em regra, as que obtêm mais financiamento público. O que é também um indício: de que o financiamento público funciona como indutor de transparência. Os resultados obtidos não são, todavia, conclusivos (para as duas hipóteses). A questão será retomada no ponto 2.3.

Aprofundando um pouco mais, vejamos agora os resultados relativos a três dos indicadores referidos:

- Os meios de comunicação utilizados;
- O número de assembleias gerais realizadas nos últimos dois anos; e
- Os planos e relatórios elaborados.

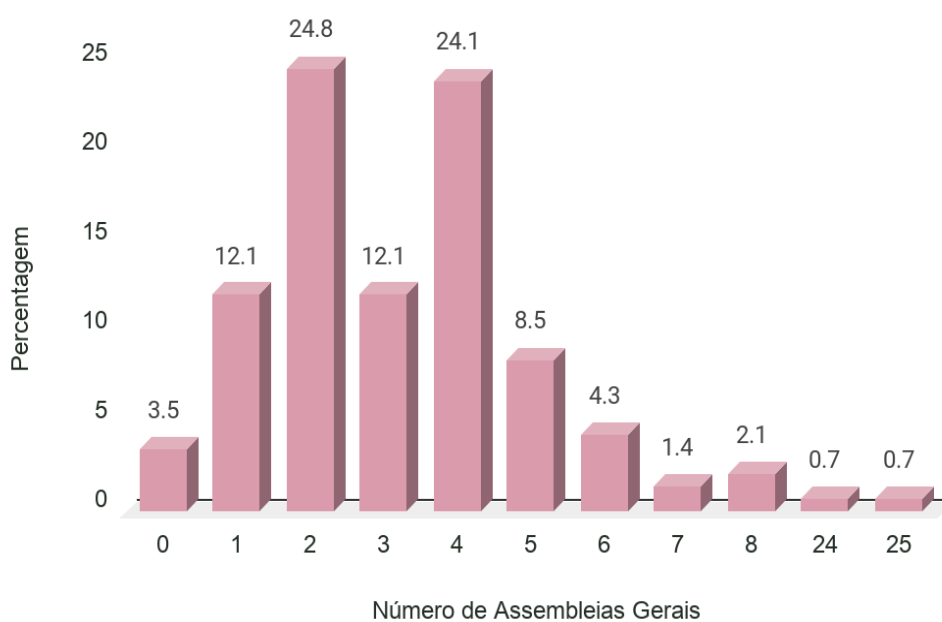
No que respeita às tecnologias de informação e comunicação (figura 8.2), observa-se que perto da totalidade das associações utiliza telefone e o e-mail para comunicar (94% e 92%, respetivamente). Em termos de redes sociais, o *Facebook* é a rede mais utilizada (82%). Cerca de 34% das associações têm também um *site*, 14% recorrem ao *Instagram* e outros 14% a *Blogs*. Por fim, menos de 5% afirmam usar a *Newsletter* como meio de comunicação.

As associações de cultura, recreio e desporto devem realizar, pelo menos, uma assembleia geral, em cada ano, para análise e aprovação do balanço – ou relatório e contas (n.º 1 do artigo 173.º do Código Civil). A este respeito verificou-se que a grande maioria das associações está a cumprir a lei (o disposto no Código Civil). E a maioria realiza mais do que uma assembleia por ano (ver figura 8.3). Apesar disso, há 3,5% que afirmam não ter realizado qualquer assembleia geral nos últimos dois anos.



Fonte: *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019 (2020)*.

Figura 8.2 – Meios de comunicação utilizados¹⁶⁴



Fonte: *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019 (2020)* (Pratas e Queiroga, 2020: 106).

Figura 8.3 – Número de assembleias gerais nos últimos dois anos

¹⁶⁴ Telefone (N=133), E-mail (N=130), Facebook (N=116), Website (N=48), Instagram (N=20), Blogs (N=20), Outras ligações (N=6) e Newsletter (N=5).

Verificou-se, por outro lado, que a esmagadora maioria das associações elabora planos de atividades (87,9%) e relatórios de atividades e balanços (82,3%). E que muitas associações estão já a implementar boas práticas de *reporting*: elaboração de relatórios de avaliação de resultados (47,5%) e de impacto (24,1%).

2.2 – A percepção dos dirigentes

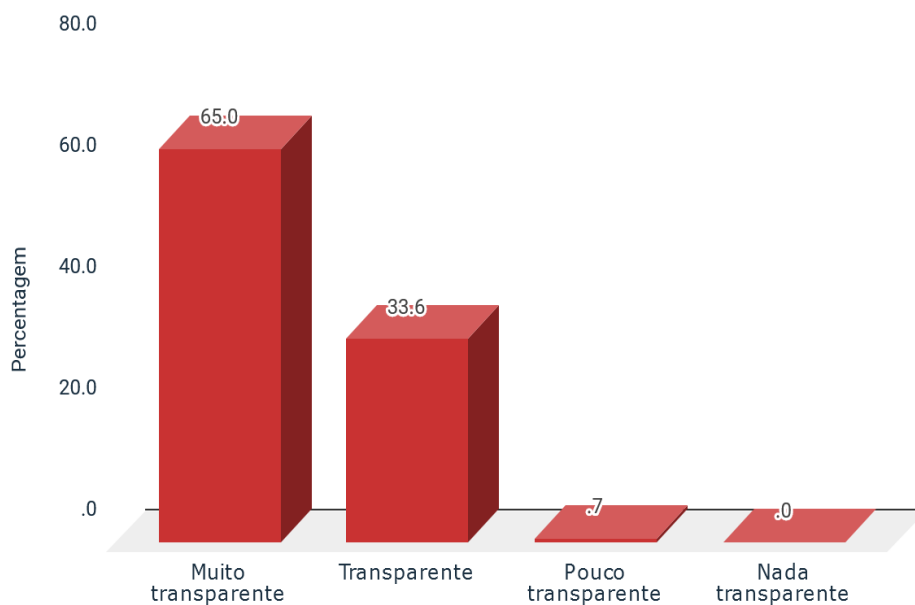
Com base no inquérito por questionário aos presidentes da direção (ANEXO B) foi possível compreender a percepção dos mesmos quanto à transparência nas associações. Cerca de 99% afirma que as suas associações são: ou transparentes (33,6%) ou muito transparentes (65%) – ver figura 8.4.

Se compararmos a percepção (figura 8.4) com o nível de transparência das associações (figura 8.1), verifica-se um desfasamento significativo: a percepção dos dirigentes inquiridos está claramente acima do nível de transparência efetivo. Esta diferença surge associada a dois fatores principais:

- a) Em primeiro lugar, a importância que os presidentes da direção atribuem à transparência – determinante para a sustentabilidade e credibilidade da associação (ver figura 8.5);
- b) Em segundo lugar, face à adoção (pelos dirigentes) de uma noção de transparência minimalista (e unidimensional)¹⁶⁵.

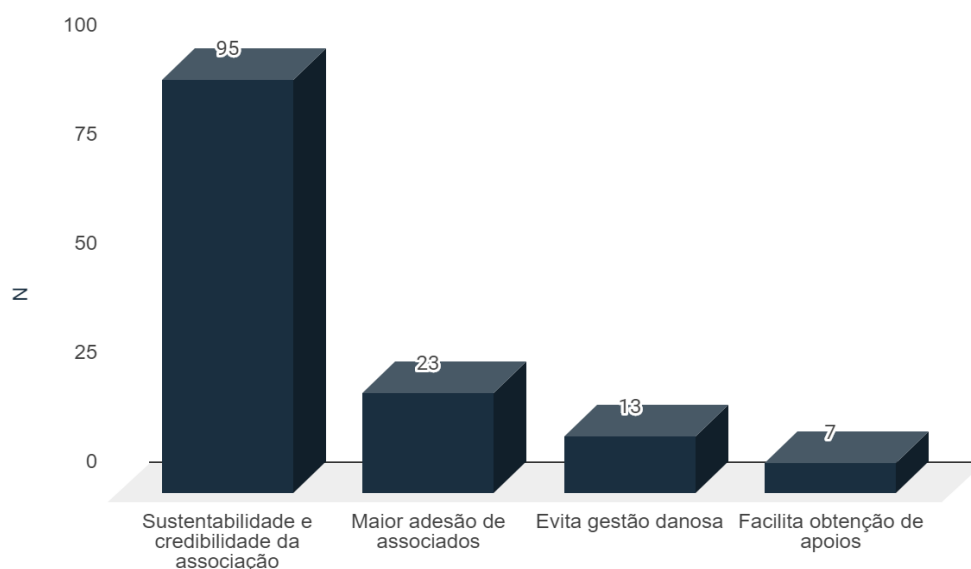
Pode, assim, concluir-se que um dos principais obstáculos à transparência nas associações de cultura, recreio e desporto prende-se com a (in)capacitação dos dirigentes (falta de informação e competências específicas) – que conduz a uma percepção errada, ou insuficiente, do que é a transparência organizacional. E não a resistência à transparência (pouco relevante, como se pode observar através da figura 8.5); ou mesmo os custos com a sua implementação (obstáculo que poderá vir a colocar-se mais tarde, mas que para já não tem qualquer expressão).

¹⁶⁵ Nos casos em que os presidentes responderam que consideram a associação muito transparente/transparente, pediu-se que indicassem três práticas de transparência implementadas (as mais relevantes). A grande maioria identificou a apresentação do relatório de contas aos associados como a principal prática de transparência (127 respostas) – ver figura 8.6.



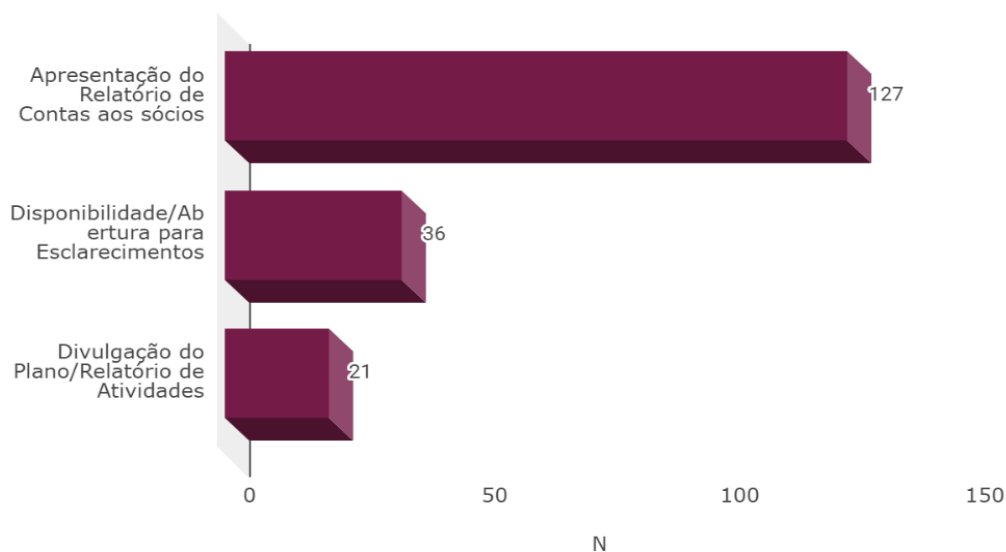
Fonte: *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019 (2020)* (Pratas e Queiroga, 2020: 108).

Figura 8.4 – Perceção de transparência (N=136)



Fonte: *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019 (2020)* (Pratas e Queiroga, 2020: 108).

Figura 8.5 – Benefícios da transparência nas associações (N=138)



Fonte: *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019 (2020)* (Pratas e Queiroga, 2020: 109).

Figura 8.6 – Práticas que justificam a avaliação de “muito transparente” ou “transparente” (N=135)

2.3 – Indutores de transparência

Como referido, a transparência organizacional depende do jogo concertado entre indutores e obstáculos – ou seja, do respetivo *habitat*. Apesar de este ser assunto ainda pouco estudado, colocou-se a hipótese de existirem – nas organizações de cariz social – quatro indutores principais: antiguidade, dimensão, financiamento público e obrigações legais.

A existência de obrigações legais tem efeitos no nível de transparência das associações – podendo ter mais ou menos impacto em função do nível de efetividade da lei. No caso das associações de cultura, recreio e desporto pode dizer-se que o legislador foi pouco exigente. Limitou-se a:

- a) Estabelecer um modelo de governação que promove o controlo:
Existem três órgãos obrigatórios: assembleia geral, conselho fiscal e administração (ou direção). A direção é fiscalizada quer pelo conselho fiscal, quer pela assembleia geral (artigos 162.º e 172.º do Código Civil).

- b) Garantir o direito de acesso aos documentos por particulares (mas apenas nos casos em que a atividade da associação seja financiada maioritariamente por dinheiros públicos):

Veja-se o n.º 2 do artigo 4.º da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos – LADA.

- c) Estabelecer a obrigatoriedade de realização de uma assembleia em cada ano, para aprovação do balanço (n.º 1 do artigo 173.º do Código Civil).

A obrigação legal referida na alínea a) tem um grau de acolhimento positivo, mas muito aquém do desejado: por norma, os conselhos fiscais “fiscalizam pouco”; e as assembleias gerais reúnem menos vezes do que seria desejável (ver capítulo 9). A obrigação da alínea b) é uma flor na lapela da transparência: a maior parte das associações tem apoios, mas não são financiadas maioritariamente por dinheiros públicos (ver capítulo 6); para além disso, a maior parte dos cidadãos continua a não compreender o papel que lhe cabe no processo de controlo democrático (Sousa e Triães, 2008: 71). Diferente é a situação relativa à última obrigação (alínea c): a grande maioria das associações de cultura, recreio e desporto realiza pelo menos uma assembleia em cada ano, para aprovação do balanço (ver ponto 2.1).

Para perceber se o nível de transparência nas associações de cultura recreio e desporto se encontra relacionado com outros indutores, procedeu-se aos seguintes cruzamentos: entre antiguidade e transparência (indutor antiguidade); número de frequentadores e transparência (indutor dimensão); e principal fonte de financiamento e transparência (indutor financiamento público).

Com a observação e análise dos quadros 8.2, 8.3 e 8.4 podemos concluir o seguinte:

- a) É entre as “antigas” e “consolidadas” que existe o maior número de associações transparentes (ver quadro 8.2) – o que confirma a relação (ainda que estatisticamente moderada) do indutor antiguidade;
- b) As associações de maior dimensão (utilizando-se aqui como indicador o nível de frequência das respetivas instalações) são tendencialmente mais transparentes – ver quadro 8.3 (e também o quadro 8.1);
- c) Não se conseguiu demonstrar a relação entre financiamento público e transparência organizacional (ver quadro 8.4); apesar de haver alguns indícios nesse sentido (ver ponto 2.1).

Quadro 8.2 – Cruzamento entre antiguidade e transparência organizacional¹⁶⁶

Transparência	Pouco ou nada transparente (0 a 24 %)	Parcialmente transparente (25 a 49%)	Transparente (50 a 74%)	Muito transparente (75% ou mais)	Total
Antiguidade					
Muito antiga (anterior a 1891)	-	100% (2)	-	-	100% (2)
Antiga (1892 a 1933)	-	62,5% (10)	37,5% (6)	-	100% (16)
Consolidada (1934 a 1973)	-	53,3% (16)	46,7% (14)	-	100% (30)
Recente (1974 a 2007)	-	83,6% (46)	16,4% (9)	-	100% (55)
Muito recente (posterior a 2008)	7,9% (3)	84,2% (32)	7,9% (3)	-	100% (38)

Fonte: *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019 (2020)* (Pratas e Queiroga, 2020: 112).

Quadro 8.3 – Cruzamento entre dimensão (frequentadores/semana) e transparência organizacional¹⁶⁷

Transparência	Pouco ou nada transparente (0 a 24 %)	Parcialmente transparente (25 a 49%)	Transparente (50 a 74%)	Muito transparente (75% ou mais)	Total
Dimensão					
Pouco frequentada (até 49 pessoas)	3,2% (2)	82,3% (51)	14,5% (9)	-	100% (62)
Algo frequentada (50 a 199 pessoas)	-	81,1% (43)	18,9% (10)	-	100% (53)
Frequentada (200 a 500 pessoas)	-	46,7% (7)	53,3% (8)	-	100% (15)
Muito frequentada (mais de 500 pessoas)	9,1% (1)	45,5% (5)	45,5% (5)	-	100% (11)

Fonte: *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019 (2020)* (Pratas e Queiroga, 2020: 112).

Quadro 8.4 – Cruzamento entre principal fonte de financiamento e transparência organizacional¹⁶⁸

¹⁶⁶ V de Cramer = 0,313 e Sig = 0,008; R de Pearson = -0,282.

¹⁶⁷ V de Cramer = 0,258 e Sig = 0,005; R de Pearson = 0,243.

¹⁶⁸ V de Cramer = 0,027 e Sig = 0,951.

Transparência	Pouco ou nada transparente (0 a 24 %)	Parcialmente transparente (25 a 49%)	Transparente (50 a 74%)	Muito transparente (75% ou mais)	Total
Fonte de financiamento					
Financiamento público	2,2% (1)	73,3% (33)	24,4% (11)	-	100% (45)
Financiamento privado	2,1% (2)	75,8% (72)	22,1% (21)	-	100% (95)

Fonte: *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019 (2020)* (Pratas e Queiroga, 2020: 113).

3 – Notas finais

Apesar da perceção muito otimista dos presidentes da direção, a grande maioria das associações de cultura, recreio e desporto é (apenas) parcialmente transparente – cerca de 75%. Há ainda um caminho a percorrer para que a maioria destas associações passe para a categoria seguinte: a de transparente.

Não obstante o exposto, existem muitas associações que (apesar de serem parcialmente transparentes) estão já muito perto da categoria seguinte. Como referido, nas várias tipologias associativas as médias estão (em todos os casos) acima dos 40% (quadro 8.1).

Será que é possível fazer alguma coisa para incrementar a transparência nestas associações? Como? Por quem? A resposta a estas questões pressupõe a identificação de indutores e obstáculos à transparência. A este propósito concluiu-se o seguinte (no presente capítulo):

- a) A antiguidade constitui um indutor (moderado) de transparência;
- b) A dimensão constitui, também, um indutor (moderado) de transparência;
- c) As obrigações legais constituem um indutor (forte) de transparência;
- d) Atualmente, o principal obstáculo à transparência reside na (in)capacitação dos dirigentes – uma perceção errada (ou insuficiente) do que é a transparência organizacional.

Perante este quadro, pode agora acrescentar-se que há duas áreas de intervenção que podem ter um papel importante na promoção da transparência neste tipo associativo:

a) Revisão do quadro legal aplicável

- Alteração à LADA – permitindo o acesso pelos particulares a toda a informação relativa à utilização/aplicação de dinheiros públicos (Pratas, 2020: 61).
- Alteração ao Código Civil – regulando o direito de acesso dos associados.
- Alteração ao Código Civil – prevendo a obrigatoriedade de realização de pelo menos duas assembleias gerais por ano (uma para aprovação do plano de atividades e outra para aprovação do balanço).

b) Capacitação dos dirigentes

Por via da realização de ações de sensibilização e de formação específica – promovendo e ajudando a implementar boas práticas.

CAPÍTULO 9 – ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO – UMA ESCOLA DE DEMOCRACIA?

1 – Cidadania: práticas e paradoxos

Com o presente capítulo procurar-se-á responder à pergunta de partida – ou questão central da investigação: serão as associações de cultura, recreio e desporto uma *escola de democracia*? A análise terá por base a realidade concreta do Concelho de Loures (ver capítulo 5). Neste quadro, optou-se por iniciar o capítulo com uma reflexão breve sobre o conceito de cidadania – como elemento de apoio à análise a empreender.

O tema da cidadania aparece como um dos muitos que percorrem toda a história dos Estados europeus. O conceito é antigo e tem suscitado acesas discussões. E há uma experiência histórica (de concretização de ideias e modelos) que é possível conhecer e estudar (Coutinho, 2020). Optou-se por fazer uma resenha dessa experiência, sem pretensões de exaustividade, para melhor contextualizar e compreender a realidade atual:

a) A antiguidade clássica

No século V a.C., o “século de ouro” de Atenas, a liberdade do homem grego era enquadrada pela ideia de cidadania enquanto conjunto de direitos e deveres (como a faculdade de participação política, a obrigação de pagamento de impostos e de combater pela defesa da comunidade). Não obstante, apenas alguns possuíam esse estatuto: era uma cidadania exclusivamente masculina e deixava ainda de fora os escravos e os estrangeiros (Teixeira, 2018: 33).

Este legado acabaria por exercer forte influência na república romana. Num primeiro momento, os direitos de cidadania estavam reservados aos descendentes dos fundadores de Roma – os patrícios; mas acabariam por ser estendidos, num processo gradual, aos plebeus, aos povos conquistados, e a todos os habitantes livres do império (neste caso, por édito do imperador Caracala, do século III d.C.).

b) Um longo interregno (do século IV d.C. ao século XVIII d.C.)

A conceção de que o imperador governa como representante do povo romano começa a ser questionada com a adoção do cristianismo como religião oficial do império (no século IV d.C.). Para o cristianismo todo o poder advinha de Deus.

Mais tarde, com a queda do mundo romano (476 d.C.), consolida-se uma nova sociedade hierarquizada e intrinsecamente orgânica – que se prolonga durante vários séculos: “Cada indivíduo era pertença de um grupo, e não tinha margem para questionar as ideias e regras tidas por imutáveis. Isto tanto era válido para o mundo cristão, quanto para o muçulmano” (Coutinho, 2020: 36). E a ideia de cidadania seria abandonada, por largo período.

A idade moderna (século XV) trouxe consigo o declínio das estruturas feudais e o início do processo de centralização dos grandes Estados europeus. Mas essa transformação não implicará a recuperação e prática das ideias de cidadania e de participação política¹⁶⁹.

c) Nascimento da cidadania moderna

Uma mudança mais profunda só acontecerá mais tarde, com a Revolução Francesa de 1789. É aí que nasce formalmente a cidadania tida como “moderna”, baseada nas ideias de liberdade individual, igualdade perante a lei e universalidade da sua extensão.

A consolidação do modelo político liberal chegará à maioria dos Estados da Europa ocidental com o andar do século XIX. A participação cidadã mantém-se, todavia, muito limitada: era reservada apenas aos homens – e aos homens que comprovassem possuir rendimentos.

d) O alargamento universal da participação política

Não obstante essa restrição, as classes populares acabariam por ter algum nível de participação na vida pública, por via das associações (ver capítulo 6). A sua voz passou a ser ouvida por intermédio desses entes coletivos. Para além disso, muitos desses indivíduos (que não pertenciam às elites) adquiriram o direito de votar e de ser eleitos – no âmbito específico das associações. E começam a exercer uma espécie de “cidadania de comunidade” (Miaille, 2000: 14).

Para além disso, na segunda metade do século XIX, a referida restrição começa a ser questionada, surgindo vários movimentos a pugnar pelo direito de protesto (manifestação e greve) e pelo alargamento universal da participação política. Essa será, no entanto, uma longa luta – que durará quase um século: só após a II Guerra Mundial é que se assistirá à instauração gradual do modelo de sufrágio universal.

¹⁶⁹ Miaille (2000: 13) tem um entendimento diferente. Considera que há “uma cidadania monárquica na expressão de múltiplos estatutos: o que reúne estas diferentes cidadanias é a comum obediência ao rei, é a submissão. O cidadão é aquele que se submete às leis e quanto mais ele é rigoroso nessa obediência mais ele é cidadão”.

O alargamento do modelo de sufrágio universal constitui um marco histórico. E um avanço. Mas está longe de representar o fim deste longo percurso. Como lembra Coutinho, “a História voltou a revelar-se imprevisível. Em muitos países, mesmo com a existência de eleições, de um sistema representativo, ou de garantias fundamentais, o acesso à cidadania foi apenas teórico” (2020: 39). E por várias razões: seja pela persistência e agravamento das desigualdades (Stiglitz, 2013: 192); seja pela existência de uma crescente “desafeição, insatisfação e desconfiança” por parte dos cidadãos (Teixeira, 2018: 28).

E hoje? No século XXI, a cidadania continua confrontada com um claro paradoxo: nunca foi tão alargada e inclusiva, mas convive com elevadas taxas de abstenção e com a referida “patologia da representação” (cidadãos que não se consideram representados por aqueles que elegeram). Para além disso, como referido no capítulo 2, a cidadania está hoje ameaçada “pela desinformação e por uma preocupante radicalização, que pode abrir um perigoso caminho para a emergência de modelos musculados e homens providenciais” (Coutinho, 2020: 39).

Nesta breve resenha falou-se em cidadania num sentido restrito: como sinónimo de estatuto, isto é, conjunto de direitos e de deveres que configuram situações de poder e de responsabilidade¹⁷⁰. A cidadania constitui um vínculo jurídico que traduz a condição de um indivíduo enquanto membro de um Estado ou de uma comunidade política. Se olharmos para os vários períodos analisados, é clara a evolução nesse plano: no sentido do alargamento da cidadania (que deixa de ser um privilégio das elites); mas também no do alargamento do próprio estatuto – dos referidos direitos de cidadania¹⁷¹.

Mas há outras dimensões a considerar. Desde logo, a dimensão das práticas de cidadania, desenvolvidas num determinado contexto sócio-histórico. Uma coisa é o que diz a lei. Outra (bem diferente) é a prática dos referidos direitos e deveres pelos cidadãos. De que forma é que os cidadãos exercem os seus direitos de cidadania? O que os leva à participação? Ao envolvimento na vida política? Como é que são cumpridos os deveres? Quais os fatores que podem influenciar tais comportamentos?

¹⁷⁰ Como nota Puhle (2020: 25): “Num sentido mais restrito, a cidadania refere-se a estes direitos, muito em especial aos direitos humanos e civis, e ao facto de, nas democracias modernas, desde a Declaração de Independência americana e da atribuição de determinados poderes ao cidadão na Revolução Francesa, a soberania ter sido concebida como residindo no «povo», ou na «nação», definida como o conjunto dos seus cidadãos. Nesse sentido, não poderá existir qualquer cidadania «real», operativa, a não ser nas democracias, sendo os cidadãos os principais atores políticos de um Estado e implicando a cidadania de um indivíduo vários direitos inalienáveis à participação, proteção e providência (...)”.

¹⁷¹ Na sua definição clássica, a cidadania remete claramente para a ordem política. No entanto, sobretudo após a II Guerra Mundial, a cidadania viria a ser reforçada com outro tipo de direitos: como os direitos económicos e sociais.

A este propósito, Miaille (2000: 13-14) distingue a cidadania de submissão e a cidadania de emancipação. O cidadão pode limitar-se a obedecer à lei – apesar de esta poder refletir uma relação de forças onde os mesmos ganham sempre. Ou pode utilizar o estatuto que lhe é conferido para procurar alterar essa relação de forças (e também a própria lei).

É também interessante observar e analisar a forma como os diversos governos – centrais, regionais e locais – promovem a participação cidadã¹⁷². Qual a legitimidade democrática para essa participação? Será que a participação cidadã melhora a qualidade das decisões políticas? Torna as políticas públicas mais eficientes? Corrige ou reproduz as desigualdades sociais existentes?

Acrescentar que a ideia de cidadania está, ainda, estreitamente ligada à de nacionalidade e à de identidade – possuindo uma dimensão afetiva e emotiva muito fortes. Como sublinha Miaille (2000: 12), a ideia de cidadania “toca em mitos fortes, em torno dos quais se constrói o sistema de relações sociais”. Esta é outra dimensão a considerar.

2 – Associações de cultura, recreio e desporto – uma *escola de cidadania*?

Como foi já referido, as associações de cultura, recreio e desporto desempenham um papel importante no plano institucional – ou da participação nas políticas públicas (ver capítulo 7). Essa participação ocorre quer no quadro de iniciativas governamentais, quer fora desse âmbito. Jörgens (2020: 64) distingue muito bem esses dois planos:

“A participação pública é muito mais do que aquilo que os governos entendem por participação. Na realidade, existem dois mundos de participação cidadã que raramente são considerados como um todo. O primeiro mundo abrange os processos participativos organizados pelos governos a nível central, regional e local. Este mundo inclui iniciativas como orçamentos participativos, fóruns de cidadãos, consultas públicas, reuniões informais com associações ou organizações não governamentais (...).

¹⁷² Jörgens tem vindo a aprofundar este tema (2020: 63-71). E chegou às seguintes conclusões:

- “As formas de participação realizadas até à data mostram que não são só os cidadãos a desconfiar dos seus governos, mas que os governos também desconfiam dos seus cidadãos”;
- “Uma verdadeira participação política dos cidadãos implica que o Estado tem de prescindir de uma parte significativa do seu poder”;
- “A participação cidadã corre o risco de reproduzir as desigualdades sociais existentes”;
- “A participação política exige tempo, dinheiro e recursos humanos” (2020: 63-71).

O segundo mundo abrange todas as formas de articulação política dos cidadãos que emergem independentemente de iniciativas governamentais. O espectro destas iniciativas varia entre atividades complementares à governação local, como a recreação autónoma de espaços urbanos, debates nas redes sociais, doações ou o associativismo, e atividades de oposição à governação local, como manifestações, petições, bloqueios de trânsito, violência política ou até a danificação de propriedade privada ou do Estado.

Para ter uma ideia real da importância da participação cidadã nas políticas públicas, é preciso olhar para estes dois mundos em simultâneo (...).

Pretende-se analisar agora uma outra questão: perceber se esse tipo associativo desenvolve, e até que ponto, as denominadas “capacidades democráticas dos indivíduos” (Warren, 2004: 88). Capacidades que tendem a influenciar a intensidade e a qualidade da participação cidadã.

Com esse objetivo, decidiu-se percorrer um caminho de aprofundamento gradual, assente em quatro momentos principais:

- a) Num primeiro momento foram examinados os estudos existentes sobre a temática (relativos à realidade portuguesa);
- b) Recorreu-se depois à análise de dados primários, relativos às associações do Concelho de Loures (inquéritos por questionário e dados da pesquisa de terreno; ver capítulo 5);
- c) Com base nos elementos recolhidos foram definidas algumas teses – ou conclusões preliminares;
- d) Que foram depois colocadas à discussão em dois *webinars*, realizados no primeiro trimestre de 2021 – e que contaram com a participação de cerca de 60 dirigentes voluntários, de várias regiões do país.

Apresentam-se agora as principais conclusões dessa análise e reflexão. Conclusões que dizem respeito concretamente à realidade do Concelho de Loures – estudada com algum detalhe. Mas que poderão ser projetadas futuramente para outros planos (como hipóteses a confirmar), quer através da comparação com outras realidades locais, quer por via do desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas e à escala nacional¹⁷³.

¹⁷³ Como referido, tais teses (ou conclusões) foram discutidas com cerca de 60 dirigentes associativos, de várias regiões do país.

Tese 1 – As associações de cultura, recreio e desporto promovem a aquisição de capacidades democráticas, fundamentalmente ao nível do seu pessoal dirigente.

Viegas já o havia referido no estudo que publicou em 2004: “Ao nível dos indivíduos, a generalidade destas associações propicia a integração social, reforça as identidades, possibilita a cooperação, mas não desenvolve grandes competências simbólicas, profissionais ou políticas, exceto ao nível do seu pessoal dirigente” (2004: 42-42).

A pesquisa de terreno veio corroborar essa conclusão. Foi possível verificar o seguinte:

Atividade desenvolvida

Começou por criar-se uma tipologia de atividades desenvolvidas por cada um dos principais intervenientes nas associações – dirigentes associativos voluntários, associados e participantes nas atividades (ver quadro 9.1). E verificou-se que há diferenças significativas entre esses três tipos de intervenientes: os dirigentes associativos voluntários são os que participam em mais atividades.

Intensidade e compromisso

Um outro indicador a considerar diz respeito ao número de horas semanais dedicadas à associação (intensidade da participação). Concluiu-se o seguinte:

- a) A maioria dos associados dedica muito pouco tempo à vida interna da associação;
- b) Os praticantes canalizam todo o seu tempo para a atividade (desportiva ou cultural); e muito pouco tempo para aspetos organizativos ou outros;

Quadro 9.1 – Tipologia das atividades realizadas por dirigentes associativos, associados e participantes

Dirigentes associativos	Associados	Participantes (n/ associados)
Participação em reuniões dos órgãos da associação	Participação em assembleias gerais	Participação em reuniões (das atividades)
Participação em reuniões com entidades públicas (autarquias e outras)	Acompanhamento da atividade (da associação)	Fruição de atividades culturais
Participação em reuniões com outras associações	Participação em reuniões (das atividades)	Fruição de atividades desportivas
Participação em reuniões com empresas	Fruição de atividades desportivas	Fruição de atividades recreativas
Representação da associação em eventos	Fruição de atividades recreativas	Participação em atividades culturais (como músico, ator, fotógrafo, etc.)
Atividades de planeamento e de prestação de contas	Fruição de atividades culturais	Participação em atividades desportivas (como atleta) - Desportos individuais
Organização de iniciativas culturais	Participação em atividades culturais (como músico, ator, fotógrafo, etc.)	Participação em atividades desportivas (como atleta) - Desportos coletivos
Realização de iniciativas culturais	Participação em atividades desportivas (como atleta) - Desportos individuais	
Organização de iniciativas desportivas	Participação em atividades desportivas (como atleta) - Desportos coletivos	
Realização de iniciativas desportivas	Trabalho voluntário	
Organização de iniciativas recreativas		
Realização de iniciativas recreativas		
Realização de obras nas instalações (conservação, manutenção e outras)		
Ações de comunicação e sensibilização		
Organização de eventos com entidades públicas (parcerias público-associativas)		
Organização de eventos com outras associações (parcerias associativas)		
Procura de financiamento para projetos e atividade		
Controlo da atividade		

Fonte: Pesquisa de terreno (ver capítulo 5).

- c) Os dirigentes associativos voluntários são os que estão mais presentes e dedicam mais tempo à associação:

- 52,9% dos dirigentes dedica mais de 10 horas semanais à associação (Ornelas *et al.*, 2013: 132);
- Os presidentes da direção têm uma participação mais intensa: cerca de 75% dedica mais de 10 horas semanais à associação; e cerca de 45% dedica mais de 20 horas semanais à associação (Pereira *et al.*, 2020a: 64);
- Sendo que há uma relação entre o número de horas semanais dedicado à associação e o compromisso comunitário: quanto maior for o número de horas dedicado à associação maior será o compromisso comunitário (Ornelas *et al.*, 2013: 144)¹⁷⁴.

Capacidades democráticas

Para compreender a relação existente entre a participação nas associações e a aquisição de capacidades democráticas foram analisados – e comparados – os dados da pesquisa de terreno (observação participante e entrevistas) e os resultados do estudo “Liderança Comunitária. Estudo Colaborativo com Dirigentes Associativos” (Ornelas *et al.*, 2013). E concluiu-se o seguinte:

- a) As atividades desenvolvidas pelos dirigentes são as mais impactantes. Isso ficou mais claro com a análise da relação existente entre as atividades e o desenvolvimento de capacidades democráticas. Os dirigentes ouvidos (na pesquisa de terreno) apontaram as seguintes relações significativas:
 - A participação em reuniões dos órgãos favorece o desenvolvimento das capacidades de negociação, discutir com civilidade, criar soluções, ou tomar decisões;
 - A participação em reuniões com entidades públicas, outras associações e empresas favorece o desenvolvimento de conhecimentos sobre a comunidade, a capacidade de falar em público e os hábitos de cooperação;
 - A representação da associação em eventos contribui para um maior conhecimento da comunidade e para o desenvolvimento da capacidade de falar em público;

¹⁷⁴ Como referem Ornelas *et al.* (2013: 154):

“O compromisso comunitário é muito forte em todos os dirigentes que participaram no estudo. De entre as dimensões de liderança analisadas no questionário, foi a que apresentou valores mais elevados. O compromisso comunitário engloba o sentimento de pertença, a apreciação da comunidade e a valorização dos contributos dos seus membros, elementos que integram o conceito de sentimento de comunidade”.

- A organização e realização de iniciativas favorece os hábitos de cooperação;
- As parcerias contribuem para o fortalecimento dos hábitos de cooperação e do sentimento de eficácia política.

Sobre os impactos da participação nas associações, veja-se ainda Ornelas *et al.* (2013: 101 e seguintes).

- b) Quanto mais intensa e diversificada for a participação, maior a probabilidade de desenvolvimento de alguma ou várias capacidades democráticas.

Verificam-se diferenças significativas mesmo entre dirigentes associativos:

- Há a tendência para chamar todos os dirigentes a participar na organização e realização de certas iniciativas, sobretudo as mais relevantes (e trabalhosas)¹⁷⁵; mas há várias atividades que são assumidas exclusivamente por um ou outro órgão da associação (direção, conselho fiscal e mesa da assembleia geral);
- A participação no órgão de administração (ou direção) implica, em regra, uma maior disponibilidade e a assunção de mais tarefas.

Tese 2 – São três as capacidades democráticas mais evidenciadas: estas associações são uma “escola de líderes comunitários”; desenvolvem o hábito e o gosto de agir em comum; e contribuem para uma maior consciência pública (sobretudo de âmbito local).

Verificou-se no contacto com as duas associações estudadas que a participação dos dirigentes na vida associativa pode promover várias capacidades democráticas. Possui potencial para isso. Conclusão a que chegaram, também, Ornelas *et al.* (2013: 101 e seguintes e 154 e seguintes). Sendo que o desenvolvimento em concreto dessas capacidades depende de vários fatores, como por exemplo a intensidade da participação, a diversidade das atividades e tarefas assumidas ou os anos de experiência como dirigente.

Concluiu-se, ainda, que este tipo associativo tende a promover mais intensamente algumas dessas capacidades democráticas, fundamentalmente as seguintes: as capacidades ligadas à liderança comunitária (capacidades de falar em público, de negociação, de criar soluções, de discutir com civilidade, de decidir); o hábito e o gosto de cooperar e de agir em comum; e o desenvolvimento de uma maior consciência pública (sobretudo de âmbito local).

¹⁷⁵ Por exemplo, a realização da Festa Anual; ou a realização de uma importante prova desportiva.

Os dirigentes associativos (ou muitos deles) são líderes comunitários. E o que são líderes comunitários? Como notam Ornelas *et al.* (2013: 40-41): “O líder comunitário é um membro da comunidade, mas destaca-se pela sua capacidade de visão, de empreendedorismo e de mobilização e pelo respeito, confiança e expectativas que nele são depositadas pelos restantes membros da comunidade. O líder comunitário considera o seu trabalho relevante para a comunidade, e gratificante do ponto de vista pessoal, sendo caracterizado por um espírito de confiança, otimismo e eficácia, bem como por um forte sentimento de responsabilidade para com as expectativas da sua comunidade”.

É por isso que muitos dirigentes associativos acabam, mais cedo ou mais tarde, por assumir também responsabilidades autárquicas – quer ao nível dos vários órgãos da freguesia, quer também do município. Como referem Mozzicafreddo *et al.* (1991: 27), “a passagem pela direção destas associações constitui uma via de acesso preferencial para a autarquia”. O que contribui, em grande medida, para a relação próxima (e de parceria) que se tem vindo a estabelecer entre as associações de cultura, recreio e desporto e a grande maioria das autarquias.

Ornelas *et al.* (2013) estudaram com profundidade esta temática da liderança comunitária e acrescentam o seguinte: “(...) a maioria dos dirigentes associativos [do tipo associativo em estudo] possui um elevado grau de compromisso comunitário e uma perceção positiva sobre os seus talentos de colaboração com os outros, de envolvimento e participação cívica, de construção de uma visão partilhada e disponibilidade para adquirir novos conhecimentos e aumentar o nível de eficácia do seu trabalho” (2013: 175).

As associações desenvolvem, também, o hábito (a competência) e o gosto de agir em comum. De colaborar. De agir coletivamente. Esse traço foi muito evidenciado nas entrevistas realizadas com dirigentes – e outros atores privilegiados. E é sentido pelos dirigentes como uma força – e uma característica distintiva do trabalho associativo. Ornelas *et al.* (2013: 160) também referem esse traço no seu estudo: “A análise mais aprofundada desta questão, a partir das entrevistas qualitativas, permite perceber que os dirigentes consideram que a eficácia da sua liderança resulta de uma sinergia e dinâmica coletiva”. E mais adiante (2013: 161): “Os dirigentes associativos acreditam na capacidade de, em conjunto com os outros membros, produzirem mudanças significativas e positivas nas suas comunidades”.

A participação nas associações promove, ainda, um conhecimento consistente sobre a comunidade: informação sobre problemas, necessidades, recursos locais, sobre o funcionamento e dinâmica das organizações locais; e a capacidade de análise sobre o contexto social, económico e político envolvente. As associações interagem com a

comunidade (e na comunidade) e são um recurso essencial de acesso à informação, “possibilitando um conhecimento mais profundo sobre a história e cultura das comunidades, bem como um reconhecimento das suas necessidades e recursos” (Ornelas *et al.*, 2013: 163-164).

Tese 3 – As associações de cultura, recreio e desporto são um importante veículo de promoção da educação cívica junto das classes populares.

Como refere Carvalho (2013: 71), tendencialmente as classes com menores recursos são as que menos participam e, portanto, aquelas que detêm menor capacidade de influência das instituições. Ao referir-se especificamente ao caso português, o autor sublinha o seguinte:

“(…) a integração no centro político por parte das classes subalternas em Portugal é ainda deficiente e incompleta, causada em grande medida pelo défice de recursos educativos e materiais, mas também pela falta de abertura das instituições. Em vez de um ciclo virtuoso entre participação e integração, produz-se um ciclo vicioso que mantém estruturas de poder associadas ao capital escolar, em que um fechamento do Estado por parte de uma «elite de poder» conduz, independentemente da forma que o Estado assuma, a dependências verticais que alimentam discursos e atitudes que afastam os cidadãos do poder, apesar de dependerem dele” (2013: 74-75).

No Concelho de Loures, e no que respeita aos presidentes da direção das associações de cultura, recreio e desporto, verifica-se uma pluralidade de pertenças de classe social – com uma tendência para as classes de maiores recursos predominarem entre estes dirigentes associativos (ver figura 9.1)¹⁷⁶. Nunes *et al.* (2020: 86) enquadram essa tendência:

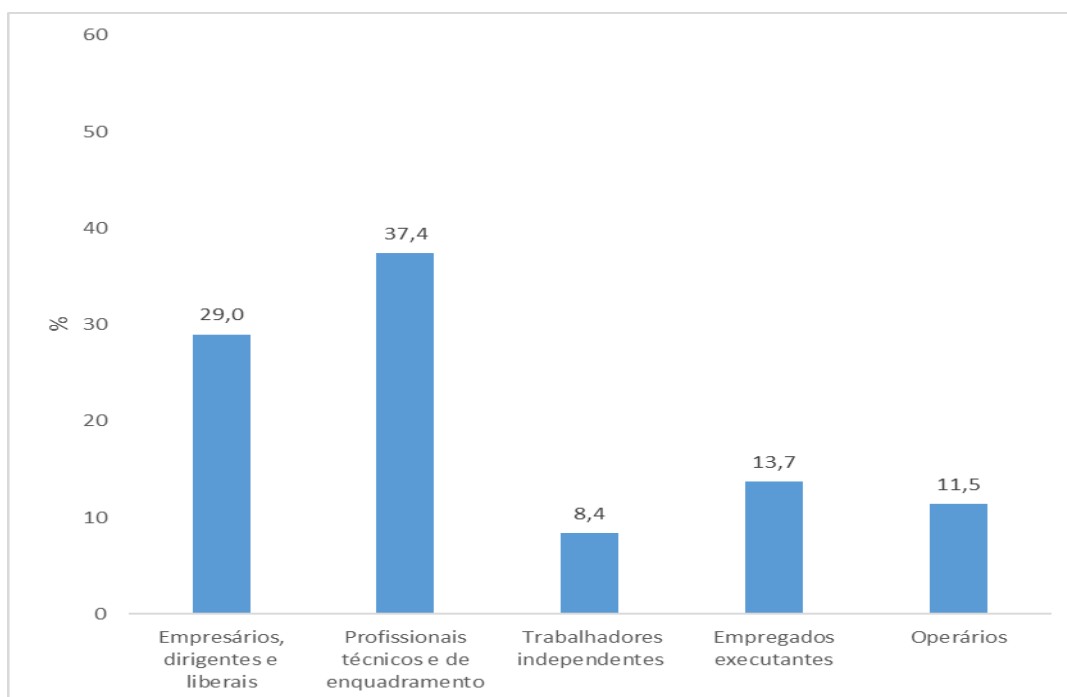
“Tal não significa que as associações percam o seu carácter popular. Significa apenas que nas associações populares tendem a ser sócios com maior estatuto social os que são chamados a exercer cargos dirigentes, provavelmente por se considerar estarem eles em melhores condições de falar «de igual para igual» com os poderes com quem as

¹⁷⁶ O indicador socioprofissional que se apresenta no estudo em referência foi elaborado a partir “da tipologia de lugares de classe de Almeida, Costa e Machado ACM (tipologia ACM), construído a partir do cruzamento da profissão, segundo a classificação das profissões (atualmente ISCO 2008) e a situação na profissão” (Nunes *et al.*, 2020: 76).

Para um maior desenvolvimento sobre a matriz de classes ACM, veja-se Costa e Mauritti (2018).

associações se relacionam, para além da reprodução das assimetrias sociais objetivamente existentes no recrutamento para as funções diretivas nas associações”.

Apesar disso, verificou-se haver uma percentagem significativa de presidentes de direção oriundos de classes populares: 25,2% integra essa categoria – empregados executantes e operários (figura 9.1); sendo que 53% dos pais dos dirigentes inquiridos pertence a essa mesma categoria (Nunes *et al.*, 2020: 84)¹⁷⁷. Verifica-se, por outro lado, que as associações de cultura, recreio e desporto permitem o exercício de funções de liderança a indivíduos de várias profissões – incluindo as menos qualificadas (ver quadro 9.2).



Fonte: Inquérito aos dirigentes associativos do Concelho de Loures, 2019 (Nunes *et al.*, 2020: 77).

Figura 9.1 – Classe social dos presidentes da direção

O exercício de funções de direção promove a aquisição de capacidades democráticas, como foi já referido (ver tese 1). Os indivíduos das classes populares têm

¹⁷⁷ Utiliza-se aqui a expressão “classes populares” num sentido restrito, integrando apenas os empregados executantes e os operários.

Lopes *et al.* (2017: 15) defendem um outro conceito, mais amplo: “Entenderemos aqui as classes populares como a parte da sociedade que é definida por critérios de dominação económica e social e ainda por critérios de subordinação cultural, mas que criam ou podem criar, movimentos e linguagens que questionam estas formas de separação cultural e de sujeição económica. Se a subalternidade é definida pela hegemonia, ela gera práticas sociais que podem desafiar ou explorar as fronteiras dessa hegemonia”.

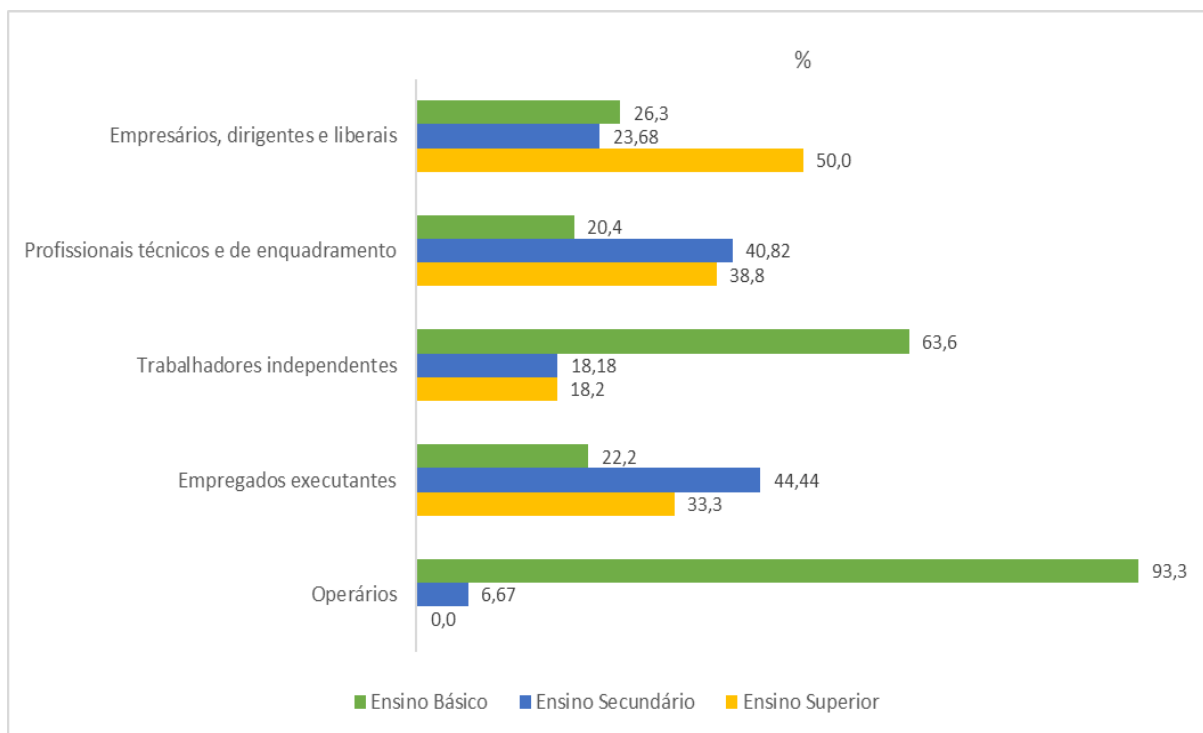
aqui – na participação associativa, enquanto dirigentes eleitos – um importante veículo de promoção dessas capacidades democráticas. E que lhes permite aceder a patamares elevados de educação cívica, apesar de possuírem menos recursos habilitacionais (ver figura 9.2).

Quadro 9.2 – Profissão dos presidentes de direção

Profissões	%
Profissões das Forças Armadas	0,7
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	18,5
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	17,0
Técnicos e profissões de nível intermédio	27,4
Pessoal administrativo	7,4
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	11,1
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	11,1
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	4,4
Trabalhadores não qualificados	2,2
Total	100,0

Nota: n=136

Fonte: Inquérito aos dirigentes associativos do Concelho de Loures, 2019 (Nunes *et al.*, 2020: 75).



Fonte: Inquérito aos dirigentes associativos do Concelho de Loures, 2019 (Nunes *et al.*, 2020: 82).

Figura 9.2 – Presidentes de direção por classe social, segundo a escolaridade

Tese 4 – Apesar do exposto, a educação cívica não é assumida como um propósito (ou um dos propósitos) deste tipo associativo.

Procurou-se também perceber a relação deste efeito (o desenvolvimento de capacidades democráticas) e o propósito das associações. Será que esse efeito acontece indiretamente, fruto da atividade cultural, recreativa e desportiva que é desenvolvida? Ou é também promovido de forma direta e comprometida?

Para o efeito, foram analisados os estatutos das associações de cultura, recreio e desporto depositados no Município de Loures. Procurou-se identificar o objeto (ou propósito) das associações e perceber se a educação cívica faz parte desse propósito. E a conclusão é inequívoca: este tipo associativo tem como propósito a melhoria de vida das populações, por via da satisfação direta de várias necessidades coletivas – ocupação de tempos livres; prática do desporto e promoção da saúde; criação e fruição culturais; criação de espaços próprios para encontro e convívio.

A educação cívica não é referida expressamente no objeto/missão destas associações. Embora algumas (poucas) assumam o propósito de promover a “formação humana integral”¹⁷⁸. É o caso da Troup Jazz Os Amigos de Vila de Rei, fundada em 1952, e que tem por fim: “a promoção cultural dos sócios, através da educação cultural, física e desportiva e a ação recreativa, visando a sua formação humana integral, encontrando-se aberta a pessoas de ambos os sexos” (artigo 2.º dos Estatutos).

Mas uma coisa são os estatutos (e o que eles definem) e outra bem diferente é a realidade e as práticas associativas. Procurou-se perceber se estas associações desenvolvem, ou não, atividades ligadas à promoção da cidadania – ou que visem diretamente esse objetivo. E por duas vias: a análise das respostas ao inquérito por questionário às associações do Concelho de Loures (caracterização da respetiva atividade – ver figura 9.3); complementada com os dados recolhidos no âmbito da pesquisa de terreno (entrevistas). E concluiu-se o seguinte:

- a) Atualmente, são relativamente raras as ações promovidas pelas associações e que visam diretamente a promoção da educação cívica – debates, apresentação de livros, formação, etc. (ver figura 9.3).

Grande parte das atividades promovidas concentra-se no âmbito cultural/recreativo e no desportivo:

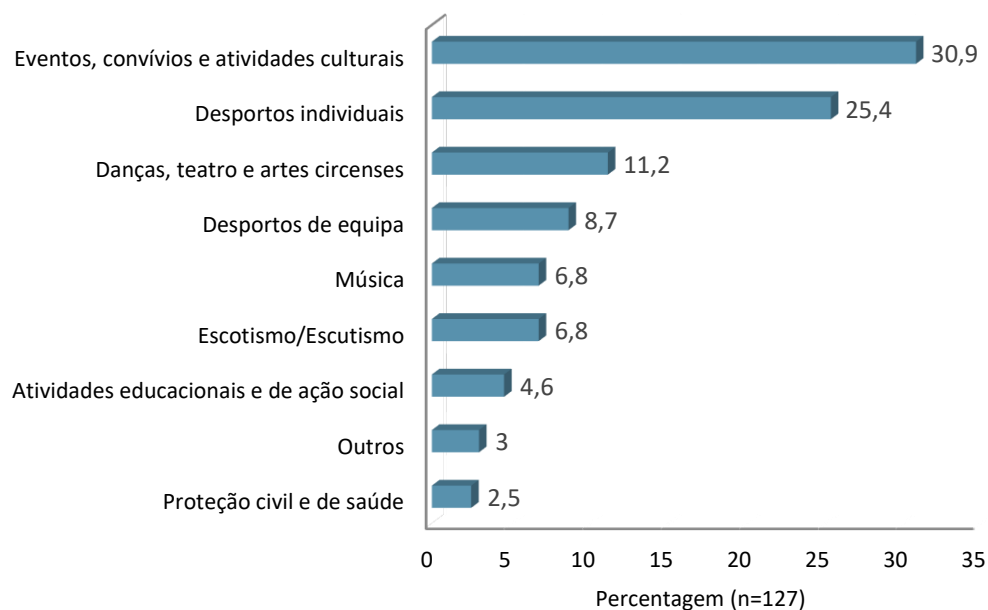
- No primeiro tipo encontramos atividades ligadas ao folclore, a bandas filarmónicas, ao teatro, às artes circenses, à dança e à música;
- No segundo grupo é possível distinguir as atividades desportivas individuais (artes marciais, atletismo, ginástica, motociclismo) dos desportos coletivos ou de equipa (futebol, futsal, andebol, basquetebol).

De carácter mais pontual, os eventos, convívios e outras atividades culturais, como por exemplo excursões e passeios culturais, são também das atividades mais desenvolvidas (ver figura 9.3).

- b) Não obstante, há atividades que promovem a referida “cultura integral do indivíduo”: por exemplo, realização de peças de teatro sobre temas políticos e de atualidade.

¹⁷⁸ Presume-se que por influência de Bento de Jesus Caraça – e da sua famosa conferência “A cultura integral do indivíduo – problema central do nosso tempo”. Para Caraça, o indivíduo culto é aquele que:

- Tem consciência da sua posição no cosmos e na sociedade a que pertence;
- Tem consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente à sua existência como ser humano;
- E faz do aperfeiçoamento do seu ser interior a preocupação máxima e o principal objetivo de vida.



Fonte: Inquérito às associações do Concelho de Loures, 2019 (Pereira *et al.*, 2020b: 40).

Figura 9.3 – Tipos de atividades que desenvolvem

Tese 5 – As associações de cultura, recreio e desporto são uma *escola de cidadania* – e um importante veículo de promoção do envolvimento cívico.

Apesar de não o assumirem como propósito explícito, as associações de cultura, recreio e desporto (do Concelho de Loures) promovem a aquisição de capacidades democráticas, fundamentalmente ao nível do seu pessoal dirigente. Funcionam, pois, como *escolas de cidadania* (sobretudo para esses dirigentes).

Ao que tudo indica esta é uma conclusão que pode ser transposta para o plano nacional (Viegas, 2004). O que faz com que este tipo associativo constitua, atualmente, um dos mais importantes veículos de promoção de educação cívica em Portugal. Uma grande *escola de cidadania*, com mais de 400.000 “alunos” (em simultâneo)¹⁷⁹. Cerca de 4% da população portuguesa.

¹⁷⁹ Ver ponto 3 do capítulo 7.

3 – Democracia interna

3.1 – Dirigentes eleitos

Nos capítulos 3 e 4 foi apresentado (e discutido) um conceito de democracia interna multidimensional, com sete áreas ou dimensões específicas: dirigentes eleitos; eleições livres, justas e frequentes; assembleia geral ativa; liberdade de expressão; transparência; participação inclusiva; e autonomia. Pretende-se agora, com este ponto (3), conhecer o posicionamento das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures em relação a essas dimensões. Com exceção da dimensão da transparência, já analisada no capítulo 8.

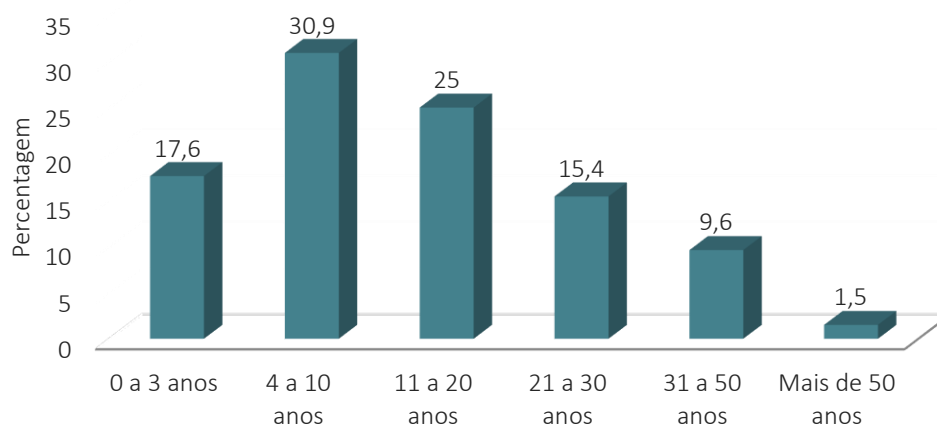
Para esse efeito serão utilizados e analisados quer os dados recolhidos nos inquéritos por questionário às associações do Concelho de Loures e aos presidentes da direção; quer os dados da pesquisa de terreno (fundamentalmente, entrevistas aos dirigentes e outros atores privilegiados; livros de atas da assembleia geral; e acompanhamento/observação das reuniões do Conselho Municipal do Associativismo).

Para a primeira dimensão de análise (dirigentes eleitos) foram definidos quatro indicadores centrais: o método de escolha dos dirigentes (eleição ou outro); a rotação dos cargos; a autonomia da administração face à estrutura profissional; e a autonomia e independência do conselho fiscal em relação à administração. Vejamos cada um desses pontos.

De acordo com o n.º 1 do artigo 170.º do Código Civil, compete à assembleia geral eleger “os titulares dos órgãos da associação, sempre que os estatutos não estabeleçam outro processo de escolha”. Ou seja, cabe à associação determinar qual o processo de escolha dos titulares dos órgãos – por via dos seus estatutos. A eleição surge na lei como um método supletivo (aplicável sempre que os estatutos nada disserem) – e não obrigatório. Apesar disso, no caso do Concelho de Loures verificou-se que as associações inquiridas (sem nenhuma exceção) utilizam a eleição como método de escolha dos seus dirigentes. Trata-se de um método fortemente arraigado nas práticas associativas – a ponto de todos acharem que é um método obrigatório.

Verificou-se, por outro lado, através do inquérito aos presidentes da direção, que em 74% dos casos a permanência como membro da direção não ultrapassa as duas décadas, o que indicia a existência de processos de renovação do dirigismo associativo (ver figura 9.4). O inquérito em referência permitiu concluir ainda que “à frente das associações do Concelho

estão, em grande parte, dirigentes com experiência nas funções, isto é, com conhecimento do que é a vida associativa popular, das suas características e exigências” (Pereira *et al.*, 2020a: 59); sendo que essa experiência “não se baseia na acumulação simultânea de cargos” (Pereira *et al.*, 2020a: 59).



Fonte: Inquérito às associações do Concelho de Loures, 2019 (Pereira *et al.*, 2020b: 61).

Figura 9.4 – Tempo enquanto membro da direção

Este estudo sobre o Concelho de Loures permitiu concluir, ainda, que a grande maioria das associações ou não tem uma estrutura profissional, ou possui estruturas muito pequenas: 71,4% das associações refere não ter encargos financeiros com pessoal; 6,4% alegam gastar entre 1.000 a 5.000 euros nos ordenados dos seus funcionários; e 22% gastam entre 5.000 a 10.000 euros. A questão da autonomia da administração face à estrutura profissional não suscita, pois, em regra, grande preocupação (neste tipo associativo).

Sempre que há eleições, a prática mais comum, no Concelho de Loures e no país, é a da apresentação de listas integrais: com candidatos para todos os lugares disponíveis (administração ou direção, conselho fiscal e mesa da assembleia geral). Ou seja, quem lidera o processo pode escolher quem vai exercer os poderes de fiscalização (depois da eleição). Pertencem todos à mesma “equipa diretiva”. Esta prática conduz, por norma, a uma forte cumplicidade entre a direção e o conselho fiscal – e, muitas vezes, a uma atuação meramente formal do órgão de fiscalização.

3.2 – Eleições livres, justas e frequentes

Para a análise desta dimensão foram considerados os seguintes indicadores: processo eleitoral (regras e práticas); duração dos mandatos; e concorrência eleitoral (n.º de listas concorrentes).

Compulsados os atos normativos internos das associações do Concelho de Loures, confirmou-se que os mesmos asseguram a liberdade de candidatura e a igualdade de condições. Não foram identificados quaisquer procedimentos ou regras que prejudiquem a concorrência. No âmbito da pesquisa de terreno foi possível verificar, ainda, o seguinte:

- a) Ausência de reclamações relativamente a atos eleitorais¹⁸⁰; o que indicia o cumprimento das regras e procedimentos definidos;
- b) A prática comum de mandar a direção cessante para fazer contactos no sentido de formar uma nova “lista”. Prática alicerçada na dificuldade em constituir listas concorrentes.

No caso das associações do Concelho de Loures, não existe um modelo prevalente quanto à duração dos mandatos: há muitas associações com mandatos de curta duração (um ano); e muitas outras com mandatos de média duração (dois ou três anos). Ainda assim, 81,3% das associações afirma que o mandato dos órgãos não excede os três anos de duração. O que conduz à realização de eleições frequentes: 65% das associações inquiridas tiveram eleições pelo menos desde 2018¹⁸¹.

No inquérito às associações perguntava-se, ainda, qual o número de listas concorrente às últimas eleições. E as respostas são clarificadoras: em 96% dos casos só concorreu uma lista; em 2% concorreram duas listas; e em 2% das eleições não surgiu qualquer lista. Realidade que reflete a débil mobilização dos associados para participarem na vida associativa – e em assumirem responsabilidades diretivas.

Estes dados revelam, no entanto, uma forte resiliência por parte destas associações. Apesar dessa débil mobilização, e de vários outros constrangimentos, foi possível realizar eleições em 98% dos casos – e renovar os corpos sociais. Pode acrescentar-se que são residuais as situações de ausência de listas, inviabilizando a realização do ato eleitoral (2% dos casos).

¹⁸⁰ Verificada através da análise dos livros de atas da assembleia geral; e confirmada nas entrevistas com os presidentes dos órgãos sociais.

¹⁸¹ Dar nota que o inquérito foi aplicado em 2019.

3.3 – Assembleia geral ativa

A assembleia geral é o órgão da associação constituído pela universalidade dos seus associados. Qual o papel e importância da assembleia geral nas associações do Concelho de Loures? As assembleias têm um papel central na vida das associações? São o órgão mais importante? Os associados participam ativamente neste órgão? Para poder responder a estas perguntas procurou-se:

- a) Perceber qual a regularidade na realização de assembleias gerais;
- b) Identificar as competências (formais e reais) adstritas a este órgão associativo;
- e
- c) Caracterizar a participação dos associados nessas reuniões (intensidade, envolvimento, conhecimento, tipo de intervenção).

Como foi já referido (capítulo 8), as associações de cultura, recreio e desporto devem realizar, pelo menos, uma assembleia geral, em cada ano, para análise e aprovação do balanço – relatório e contas (n.º 1 do artigo 173.º do Código Civil). No caso do Concelho de Loures, verificou-se que a grande maioria das associações está efetivamente a cumprir a lei (cerca de 84%). E a maioria realiza mais do que uma assembleia por ano (59,6%). Verificou-se, no entanto, que apenas 17,7% realiza mais do que duas assembleias por ano (ver figura 8.3).

A prática mais comum é, pois, a de realizar apenas uma assembleia por ano (para aprovação do balanço), ou duas assembleias (para aprovação do plano de atividades e para aprovação do balanço). Estas constituem as denominadas reuniões ordinárias (ou regulares). Onde se incluem, também, as assembleias eleitorais.

De acordo com o disposto no Código Civil, são competência da assembleia geral as seguintes deliberações:

- a) (obrigatoriamente) a destituição dos titulares dos órgãos da associação; a aprovação do balanço; a alteração dos estatutos; a extinção da associação; a eleição para os corpos sociais; e a autorização para a associação demandar os administradores por factos praticados no exercício do cargo (n.º 1 do artigo 170.º e n.º 2 do artigo 172.º).
- b) São também competência da assembleia geral todas as deliberações e poderes que lhe foram conferidos, expressamente, pelos estatutos da associação;

- c) E serão ainda competência da assembleia geral todas as deliberações não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias de outros órgãos da associação (n.º 1 do artigo 172.º do Código Civil).

Ou seja, a lei confere ampla margem de liberdade a cada associação para definir o quadro de competências (e a maior ou menor importância) do órgão assembleia geral. Para perceber a situação concreta das associações do Concelho de Loures procedeu-se à análise dos respetivos estatutos. E concluiu-se o seguinte:

- a) Na grande maioria dos casos os poderes da assembleia geral circunscrevem-se às competências obrigatórias fixadas por lei (e pouco mais);
- b) As reuniões da assembleia geral são encaradas, sobretudo, como espaços para prestação de contas; embora em alguns casos a assembleia tenha também o poder de definir orientações gerais (normalmente, sob proposta da direção);
- c) O órgão de administração (ou direção) tem um leque de competências mais alargado – e mais detalhado.

Através da pesquisa de terreno foi possível ir um pouco mais longe: constatou-se que muitos dos atores associativos referem a importância formal da assembleia geral (considerada o órgão mais importante), mas na prática quem assume as rédeas da vida associativa, quem toma as principais decisões, quem determina para onde se vai (e como se vai) é o órgão de administração – ou direção. Na prática é este o órgão mais importante das associações. E no quadro deste órgão, o seu presidente assume, por norma, um forte protagonismo.

Para caracterizar a participação dos associados, nas assembleias gerais foram analisadas as atas deste órgão referentes aos últimos cinco anos (nas duas associações estudadas: Clube de Atletismo de Vale Figueira e Grupo Musical e Recreativo da Bemposta). E foi possível constatar o seguinte: uma fraca presença nas assembleias (num caso, em média, 6,4% dos associados por reunião; no outro, 4,7%); que são muito poucas as intervenções dos associados; e que cabe à direção o papel de maior destaque nestas reuniões.

Confrontados com esta descrição, os dirigentes das referidas associações confirmam a fraca adesão e participação dos associados; e revelam alguma frustração perante tal facto. E há uma constatação que é comum:

“Quando há crise, os associados aparecem e temos a casa cheia. Se houver desvio de dinheiros, por exemplo, é certo haver grande mobilização. Sem isso, a participação é o que se vê, muito fraquinha” (dirigente do Grupo Musical e Recreativo da Bemposta).

Pode, assim, concluir-se que a assembleia geral ocupa um lugar relevante na vida das associações, mas apenas no plano formal – e no do imaginário de alguns dirigentes e associados. Na prática, o órgão central e mais importante das associações é a direcção; e a assembleia geral serve, fundamentalmente, para validar ou legitimar a atuação do órgão de administração. O que acontece, em parte, pelo reduzido número de associados que participa e intervém nas assembleias (salvo em momentos críticos).

3.4 – Liberdade de expressão

As associações voltaram a ser espaços de ampla liberdade com o fim da Ditadura do Estado Novo. E uma das liberdades conquistadas foi precisamente a de exprimir e divulgar livremente o pensamento; complementada com o direito de informar, de se informar e de ser informado – liberdade de expressão.

As associações de cultura, recreio e desporto são hoje espaços de liberdade – onde a liberdade de expressão é assegurada (e até promovida). E espaços plurais – que integram pessoas de vários quadrantes ideológicos, de diferentes classes sociais, com diferentes religiões.

Apesar disso, procurou-se perceber se há alguns temas ou assuntos que são evitados (ou mal vistos) nestas associações. E concluiu-se que há um tema que é problemático e muitas vezes evitado: o tema da relação entre as associações e a política. Muitos dirigentes são militantes políticos. Muitos foram candidatos a órgãos autárquicos. E há uma relação muito próxima entre as freguesias e as associações; e o mesmo com os municípios. Há por vezes cumplicidades, amizades e inimizades entre autarcas e dirigentes – fruto desses diferentes papéis.

Esta realidade cria algumas dificuldades e constrangimentos. E conduz a várias reações ou comportamentos típicos. Os mais significativos são:

- a) Evitamento: há associações que não permitem a realização de iniciativas políticas e partidárias nas suas instalações¹⁸²; e
- b) Autonomia e imparcialidade: assume-se que as associações são espaços plurais, que se relacionam com outros entes, públicos e privados; e que os dirigentes devem procurar defender sempre os superiores interesses da associação – sem necessidade de se despirem das suas convicções.

As associações que assumem esta última postura são as que lidam melhor com o tema em causa. Os dirigentes não têm qualquer problema em assumir as suas convicções políticas. Não deixam de participar ativamente na vida política local. Realizam-se iniciativas políticas e até partidárias nas instalações associativas (de vários quadrantes ideológicos). Promovem-se relações construtivas com as autarquias e com outros parceiros. Promove-se a liberdade, a tolerância, o diálogo e a empatia.

3.5 – Participação inclusiva

Como foi referido no capítulo 6, durante um período relativamente alargado a participação das mulheres nas associações fazia-se com assumidas restrições. Restrições que se mantiveram (em muitos casos) até ao final do período da Ditadura do Estado Novo. O Grupo Musical e Recreativo da Bemposta é um bom exemplo dessa realidade. Nos seus estatutos (da década de 50 do século XX) estabelecia-se a seguinte distinção:

“Os sócios efetivos são todos os indivíduos do sexo masculino de maior idade”.

“Os sócios auxiliares são todos os indivíduos do sexo feminino e ainda os masculinos de menor idade”.

¹⁸² São associações que impõem a si próprias as limitações típicas de Estados autoritários. Em Portugal, no período da Ditadura do Estado Novo, era comum explicitar-se nos estatutos a proibição de discussão de assuntos políticos:

“Esta associação é completamente estranha a assuntos políticos ou religiosos, não sendo permitida a discussão sobre eles dentro da sede” (Estatutos do Grupo Musical e Recreativo da Bemposta – 1956).

Essas restrições passaram a ser inaceitáveis – e proibidas – com a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa de 1976. A nova Constituição determinava o seguinte, no seu artigo 13.º:

“1 – Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

2 – Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social”.

As associadas e os associados passaram a ter os mesmos direitos e os mesmos deveres. Esta mudança é de grande relevância e significado no que respeita à democracia interna das associações. As associações de cultura, recreio e desporto já eram espaços plurais, onde participavam indivíduos com diferentes convicções, de diferentes classes, nível de instrução, ou situação económica. Mas não eram verdadeiramente inclusivas face a essa discriminação.

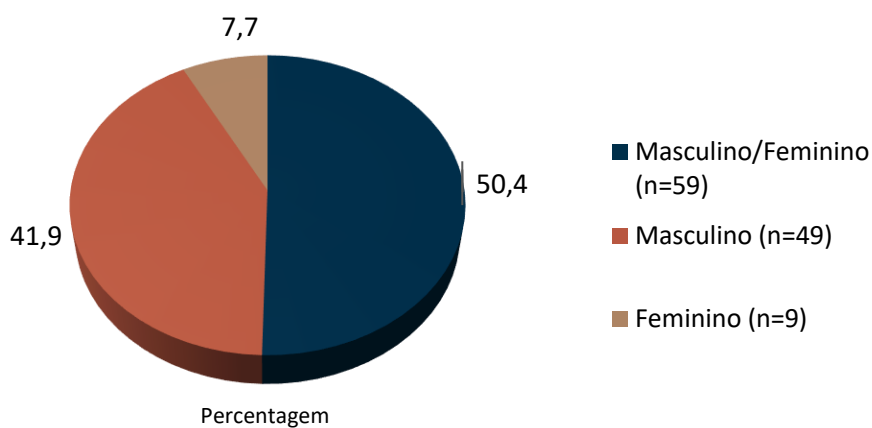
Com a Constituição de 1976, as mulheres adquirem o mesmo estatuto que os homens. E é garantida a igualdade formal. Mas isso não determinou automaticamente a transformação da vida interna nas associações e a igualdade plena ou real: as mulheres continuaram (e continuam) em menor número em muitas associações (ver figura 9.5); e continuaram (e continuam) arredadas dos cargos mais importantes (ver figura 9.6).

Esta clivagem tem vindo a diminuir, como notam Pereira *et al.*, 2020a: 44; e como se pode verificar pela figura 9.7. No entanto, é ainda muito expressiva – prejudicando a dimensão da participação inclusiva. E justifica uma reflexão séria por parte das associações (para identificar causas, efeitos e analisar boas práticas) – e a adoção de medidas concretas para promover uma maior (e efetiva) igualdade de participação¹⁸³.

Quanto à distribuição dos associados por escalões etários, 18,8% das associações do Concelho de Loures declararam que a maioria dos seus associados tem até 29 anos; 43,6% reportaram que os seus associados têm maioritariamente idades compreendidas entre os 30 e os 65 anos; e 14,5% das associações referiram que os seus associados têm maioritariamente mais de 65 anos. A análise destes dados revela a predominância de

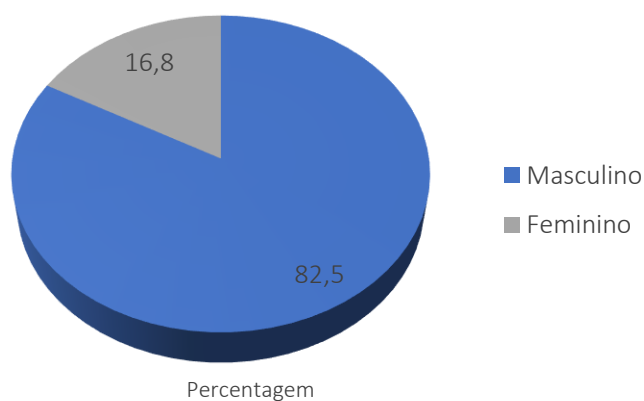
¹⁸³ Cumpre aqui destacar a Resolução da Assembleia da República n.º 8/2021, de 26 de janeiro, que veio recomendar ao Governo a adoção de medidas de valorização das associações que promovam o equilíbrio de género nos seus órgãos sociais.

associados em idade ativa, com uma presença significativa de jovens (Pereira *et al.*, 2020a: 43).



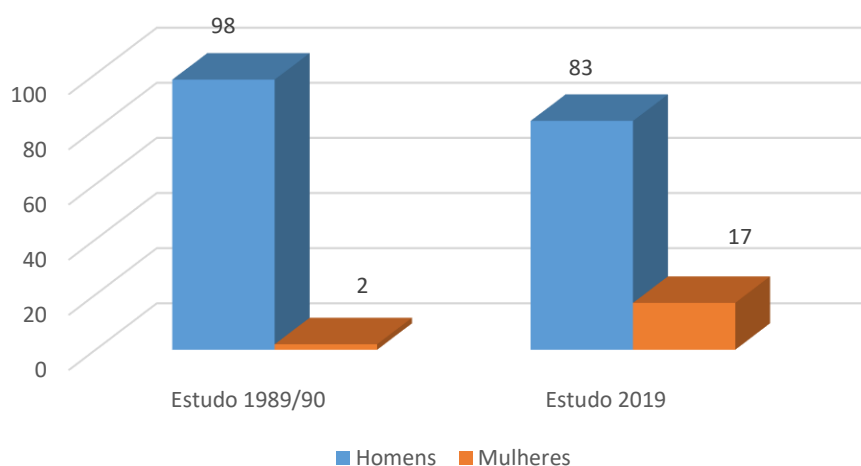
Fonte: Inquérito às associações do Concelho de Loures, 2019 (Pereira *et al.*, 2020a: 45).

Figura 9.5 – Sexo (categoria maioritária) dos associados



Fonte: Inquérito às associações do Concelho de Loures, 2019 (Pereira *et al.*, 2020b: 53).

Figura 9.6 – Sexo dos presidentes (associações do Concelho de Loures)

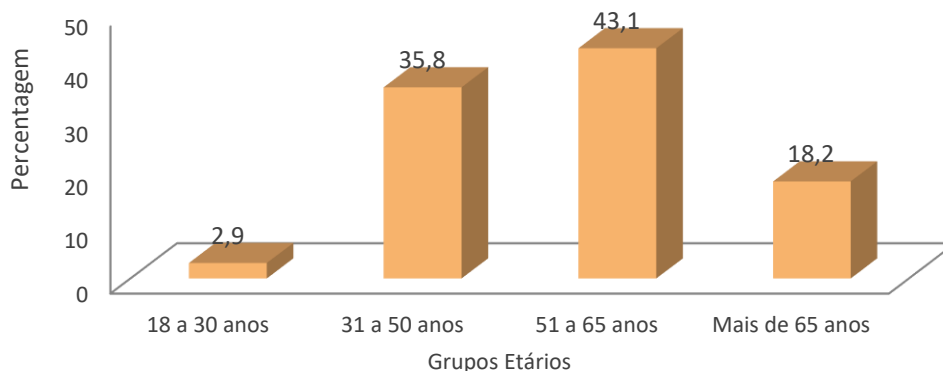


Fonte: Inquérito às associações do Concelho de Loures, 2019 (Abrantes e Gomes, 2020: 157).

Figura 9.7 – Presidentes por sexo

No entanto, quando se fez a caracterização social dos presidentes da direção verificou-se que é muito reduzido o número de jovens que exerce atualmente esse cargo (ver figura 9.8). Ou seja, apesar da forte presença de jovens nas associações, estes acabam por estar arredados das funções de maior responsabilidade. Realidade já verificada por Ornelas *et al.* (2013: 113). Mas que está, ainda, por compreender. Será que esse afastamento decorre da resistência dos dirigentes mais velhos? Ou são os mais novos que não mostram disponibilidade? Será que o afastamento está relacionado com fatores externos à própria associação (por exemplo, maior precariedade laboral, desregulação do tempo de trabalho, etc.)?

Conclui-se, pois, que as associações de cultura, recreio e desporto são espaços de participação plural e sem restrições de acesso; mas a participação em funções dirigentes (e em particular como presidente da direção) é maioritariamente masculina e de indivíduos com mais idade. O que coloca algumas interrogações relativamente à democracia interna – e concretamente no plano da participação inclusiva.



Fonte: Inquérito às associações do Concelho de Loures, 2019 (Pereira *et al.*, 2020b: 52).

Figura 9.8 – Idade dos presidentes da direção

Acrescentar que a participação inclusiva tem a vantagem de colocar em diálogo (e fazer convergir) diferentes valores e visões do mundo. Como alerta Torres (2018: 47), há diferenças entre homens e mulheres neste plano; como há também efeitos geracionais significativos:

“De acordo com os dados do Inquérito Social Europeu de 2014, em toda a Europa, as pessoas mais velhas e as mulheres são genericamente mais universalistas do que as pessoas mais novas e do que os homens, respetivamente. Os jovens tendem a dar mais importância a objetivos materialistas do que as pessoas mais velhas, em todos os países considerados” (2018: 47).

3.6 – Autonomia

Afirma-se no artigo 5.º da Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio) que “as entidades da economia social são autónomas”. Mas será que é mesmo assim? E o que significa ser autónomo? A autonomia pressupõe a existência (cumulativa) de duas condições essenciais: as associações são autónomas se não estiverem dependentes (jurídica ou financeiramente) de entidades terceiras; e se não tiverem sido capturadas por interesses que, de uma forma ou outra, assumem o controlo dos seus órgãos e atividade.

Neste sentido, autonomia não é sinónimo de “autonomia plena”, ou ausência de relação com o Estado ou outros entes públicos. Como referem Lavallo e Szwako (2015: 172 e 181), são diversas as combinações e rotas de interdependência entre Estado e sociedade civil; mas haverá sempre algum nível de interdependência (que conjuga graus variáveis de autonomia e dependência).

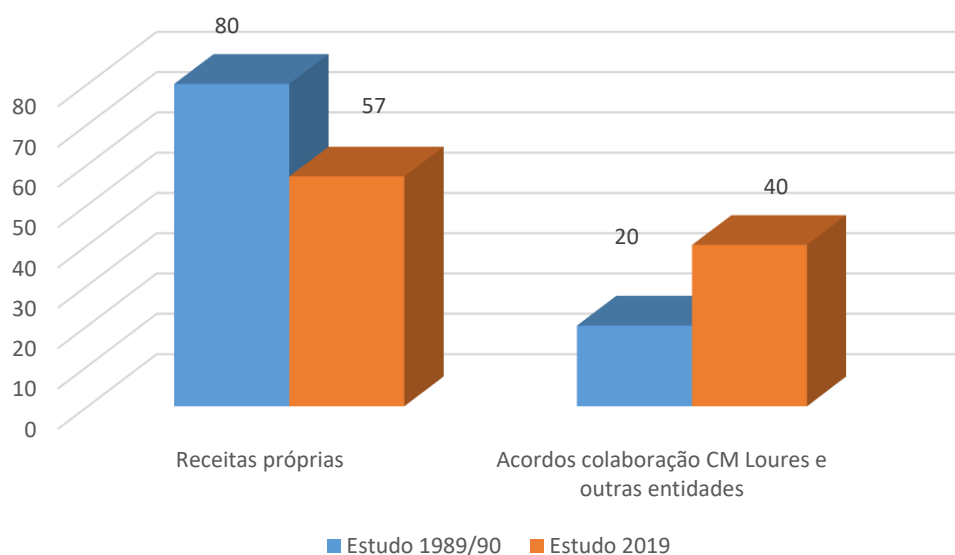
A legislação aplicável às associações de cultura, recreio e desporto não prevê qualquer mecanismo de controlo ou tutela da respetiva atividade por parte de entidades terceiras (como acontece, por exemplo, com as instituições particulares de solidariedade social). Este tipo associativo possui uma ampla margem de atuação. É verdade que as atividades desenvolvidas pelo associativismo popular são hoje fortemente reguladas e que “o Estado está em todo o lado, criando sérias dificuldades” (Pratas, 2016: 43); mas isso não coloca em causa a autonomia das associações.

Verificou-se, por outro lado, que as receitas próprias continuam a ser a principal fonte de financiamento das associações do Concelho de Loures – 57% do total das receitas (ver figura 9.9). E esse é um bom indicador de autonomia. Assistiu-se, todavia, nas últimas décadas, a um aumento substancial das receitas externas (sobretudo apoios/subsídios); e à redução do peso relativo das receitas próprias (figura 9.9). Alteração que decorre, fundamentalmente, de uma nova política de apoios ao movimento associativo promovida pelo Município de Loures (Abrantes e Gomes, 2020: 151).

Este tipo associativo tem estado, também, relativamente imune à captura por interesses ou entidades externas, embora haja alguns casos (que são a exceção). É o caso da “compra” de alguns clubes de futebol (designadamente, por investidores asiáticos); ou o da criação de verdadeiras empresas de fins lucrativos com a forma de associação.

Pode, assim, dizer-se – e em síntese – que as associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures são entidades democráticas, com um funcionamento democrático (e muitos pontos fortes nesse âmbito). Apesar disso, identificaram-se, também, algumas fragilidades (e oportunidades de melhoria): por exemplo, a limitada influência (ou peso) da assembleia geral no governo da associação; a fraca participação dos associados; e o reduzido envolvimento de mulheres e jovens nos corpos sociais.

Fragilidades que foram em geral referenciadas pelos dirigentes das estruturas da CPCCRD e CNAP (ver capítulo 7). Tudo aponta, pois, para que neste âmbito haja alguma proximidade entre a realidade verificada no Concelho de Loures e a situação existente no resto do país.



Fonte: Inquérito às associações do Concelho de Loures, 2019 (Abrantes e Gomes, 2020: 152).

Figura 9.9 – Principais fontes de financiamento

4 – A relação entre democracia interna e o desenvolvimento de capacidades democráticas

As associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures são uma *escola de cidadania* na medida em que desenvolvem diversas capacidades democráticas em relação a um número significativo de indivíduos (pessoal dirigente). E são, também, organizações democráticas – com uma governação democrática. A cumulação desses dois traços permite acrescentar que estas associações são verdadeiras *escolas de democracia* – confirmando-se a hipótese inicialmente colocada (ver modelo de análise – capítulo 4).

Questiona-se agora a relação existente entre os dois traços anteriormente referidos. Ao desenvolverem capacidades democráticas estas associações estarão, também, indiretamente, a promover a respetiva democracia interna? E de que forma a democracia interna pode influenciar o desenvolvimento de capacidades democráticas e o envolvimento cívico?

Como foi referido, as associações de cultura, recreio e desporto promovem, fundamentalmente, três capacidades democráticas: são uma “escola de líderes

comunitários”; desenvolvem o hábito e o gosto de agir em comum; e contribuem para uma maior consciência pública (sobretudo de cariz local). Capacidades que favorecem o aprofundamento de algumas dimensões da democracia interna – as que foram identificadas como pontos fortes.

O desenvolvimento das referidas capacidades democráticas acaba por criar um fosso cada vez maior entre os dirigentes (fortemente capacitados e motivados) e os restantes associados (em geral, menos preparados). Esse distanciamento será menor sempre que a associação promova ativamente a transparência; e se houver rotatividade no exercício de funções dirigentes (permitindo que muitos associados já tenham passado pelos corpos sociais).

E de que forma pode a democracia interna influenciar o desenvolvimento de capacidades democráticas – e o envolvimento cívico? Para responder a essa questão é importante revisitar a noção de reflexo consciente, aprofundada por Leontiev (ver capítulo 4). Para este autor, o reflexo consciente é psicologicamente caracterizado pela relação entre sentido subjetivo e significação (1978: 94).

A significação é o sentido social ou cultural: o significado ou sentido que a sociedade atribui a determinado objeto, acontecimento ou instituição; e que se expressa e cristaliza através da linguagem (Leontiev, 1978: 94). E o sentido subjetivo é o significado que esse objeto, acontecimento ou instituição tem para um determinado indivíduo – o significado pessoal (Leontiev, 1978: 97).

Como foi referido, as associações constituem espaços de socialização secundária, de interiorização de “submundos” institucionais. Contribuem, assim, para a forma como os indivíduos conhecem e representam a democracia – e para a forma como se apropriam das várias instituições democráticas (e suas significações). E o funcionamento (mais ou menos) democrático das associações tem um papel relevante nesse processo.

Mas as associações podem também influenciar os sentidos, ou significados pessoais, acerca da democracia. Como? Desde logo, quando promovem a democracia interna. Como essa vivência, a democracia passa a ter um sentido diferente para quem participa; uma nova relação com a sua vida concreta. E isso reflete-se a vários níveis: por exemplo, no desenvolvimento do sentimento de eficácia política; ou na disponibilidade para participar (envolvimento cívico).

5 – Podem as associações travar o populismo?

Como referem vários autores, uma das vias que permite travar o populismo é a da educação cívica (ver capítulo 2, ponto 2). Educação cívica que contribuirá para a formação de cidadãos “mais resistentes às mentiras e ao ódio que todos os dias encontram nas redes sociais” (Mounk, 2019: 198).

É neste quadro que deve ser analisada a questão colocada. No ponto 2 deste capítulo, concluiu-se que as associações de cultura, recreio e desporto são uma *escola de cidadania* – desenvolvem capacidades democráticas em relação a um número significativo de indivíduos (dirigentes voluntários); cerca de 4% da população portuguesa. Por essa via, este tipo associativo contribui (ativamente) para a formação de cidadãos “mais resistentes”, no sentido proposto por Mounk.

E é possível ir mais longe? Considerando que as associações de cultura, recreio e desporto envolvem um número muito expressivo de associados e de praticantes, é possível alargar a sua influência nesse âmbito (o da educação cívica). Como? Há fatores internos e externos a considerar:

a) A educação cívica como um dos propósitos da associação

A maioria das associações promove a educação cívica apenas indiretamente – por via de outras atividades. Não há uma noção clara dos efeitos democráticos da associação; e da importância de se promover ativamente a educação cívica. E o potencial é enorme.

b) Maior envolvimento dos associados e praticantes na vida das associações

Este é outro aspeto a considerar. E há boas práticas que podem ajudar (e ser replicadas):

- Criar um secretariado para cada atividade, formado por praticantes (e que articula com a direção);
- Criar secções por modalidade (e delegar poderes);
- Realizar assembleias em formato misto (com a possibilidade de participação virtual);
- Melhorar a comunicação interna e externa (e o processo de prestação de contas);
- Criar “Escolas de associativismo” – para formação de jovens nas áreas da cultura associativa e organização;
- Trabalhar em parceria com as escolas locais (também para formação de jovens).

c) Reforço dos incentivos estatais (financeiros e legais)

Continua por cumprir o disposto na Constituição da República Portuguesa (CRP):

- Como referido no capítulo 7, o Estado tarda em assumir as suas responsabilidades em matéria de democratização da cultura e desporto (artigos 73.º, 78.º e 79.º da CRP);
- E continua por concretizar a proteção (ou discriminação positiva) das associações de cultura, recreio e desporto (ver artigo 80.º da CRP).

Com um trabalho concertado e consistente nestas três áreas poderá alargar-se consideravelmente a área de influência das associações de cultura, recreio e desporto enquanto *escolas de cidadania*. Sem que isso envolva custos elevados. E com benefícios consideráveis (para a democracia, em geral; e para o funcionamento interno das associações).

CONCLUSÃO

Um futuro denso de incógnitas

No último quartel do século XX assistiu-se a uma expansão da democracia liberal à escala mundial – a uma “terceira vaga de democratização” (Teixeira, 2018: 17). Expansão que é acompanhada por um sentimento de forte otimismo: rapidamente se conclui que a democracia ganhou a disputa pelo apoio dos povos em todo o mundo (Fukuyama, 1992: 14-15).

Esse sentimento de otimismo não duraria, todavia, muito tempo. Ainda no século XX surgem vários sinais inquietantes, com destaque para a denominada “dupla patologia”: a patologia da participação, sobretudo em vista do aumento dramático do abstencionismo; e a patologia da representação, o facto dos cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram (Santos e Avritzer, 2003: 37).

É neste contexto que se começa a falar em crise. E se buscam respostas e soluções para essa crise. Mas há quem entenda que a crise da democracia não é uma fase transitória, mas sim uma condição permanente: “A condição democrática é sempre decepcionante, está constantemente a ser confrontada com uma realidade problemática, porque se trata de um processo sempre inacabável” (Innerarity, 2016: 170).

De entre as respostas organizadas a esse quadro de crise merecem destaque os chamados modelos contemporâneos de democracia: a democracia participativa, que propõe devolver aos cidadãos o exercício da atividade política que foi alienada, ou transferida, nas modernas democracias, para os representantes eleitos; a democracia associativa, que vê nas associações uma boa solução – possível e democrática – para lidar com a administração da complexidade social; e a democracia deliberativa, que advoga o exercício do poder político por meio da discussão pública entre indivíduos livres e em condições iguais de participação.

Modelos que olham de forma muito diferente para o papel das associações. Para a democracia participativa, as associações são essenciais a dois níveis: em primeiro lugar, porque jogam um importante papel na defesa de instâncias participativas, “resistindo às recorrentes tentativas de recentralização e de controle governamental” (Lüchmann, 2012: 66); e são importantes, em segundo lugar, porque qualificam a participação dos indivíduos como cidadãos, “educam para a democracia” (Pateman, 1992 [1970]: 65). A democracia

associativa destaca o papel das associações no envolvimento dos que são habitualmente excluídos da representação política; e entende que o Estado deve ceder funções às associações e financiá-las. Já para a democracia deliberativa, “o principal argumento acerca da importância democrática das associações está ancorado na tese de que as associações são os atores centrais da sociedade civil e responsáveis por tornar públicas e problematizar as demandas e problemas sociais” (Lüchmann, 2012: 75).

Com o século XXI surgem novas inquietações – que se vêm juntar às já referidas. A crise da democracia continua, pois, no centro do debate político e académico. Debate que surge focado em novas questões, mas sem abandonar vários dos tópicos em discussão no século XX. E como sublinhava Sartori: “ao contrário daquilo que defende Fukuyama (...), encontramos-nos frente a um futuro denso de incógnitas e seguramente muito diferente do presente que conhecemos” (1993: 13).

Como observa Santos (2019: 47), apesar de serem possíveis ruturas violentas e golpes de Estado, os perigos que a democracia enfrenta hoje são outros, e decorrem paradoxalmente do normal funcionamento das instituições democráticas: “As forças políticas antidemocráticas vão-se infiltrando dentro do regime democrático, vão-no capturando, descaracterizando-o, de maneira mais ou menos disfarçada e gradual” (2019: 47).

Mudde e Kaltwasser (2017: 120-131) procuram explicar este fenómeno. E identificam vários fatores que favorecem a “procura do populismo”: crises económicas dramáticas; revelações de casos de corrupção sistemática; fosso crescente entre a elite e o povo; e um novo contexto informativo. Para Mounk “não podem existir mais dúvidas de que estamos a atravessar um momento populista. A questão, agora, é se este momento populista se transformará numa era populista – e colocar em causa a própria sobrevivência da democracia liberal” (2019: 9).

E como reagir a este movimento populista? Há autores, como Santos (2019) ou Wright (2010; 2019), para quem a solução passa por uma “radicalização da democracia”: pela construção de uma democracia de alta intensidade, necessariamente pós-liberal. Santos conclui pela existência de uma irreversível contradição entre capitalismo e democracia (2019: 58). E propõe um caminho duplo: “revolucionar a democracia e democratizar a revolução” (2019: 163). Eric Olin Wright (2010; 2019) parte destes mesmos pressupostos e defende que a erosão da democracia só pode ser travada por via da “erosão do capitalismo”. Para Wright (2019: 3), “um outro mundo é de facto possível”; “ele pode melhorar as condições para o desenvolvimento humano da maioria das pessoas”; e “os elementos desse novo mundo já estão a ser criados no nosso mundo atual”.

Mas há quem defenda uma via reformista. São os casos de Mounk (2019) ou de Dahl (2000). Para Mounk (2019: 198), salvar a democracia implica unir os cidadãos em redor de uma visão comum para a nação; devolver-lhes a esperança real no seu futuro económico; e torná-los mais resistentes às mentiras e ao ódio que todos os dias encontram nas redes sociais. Para Dahl, o importante é a forma como serão encarados alguns desafios centrais: o desafio colocado pela crescente diversidade cultural; o desafio da educação cívica; ou o desafio da democratização nas organizações supranacionais (2000: 208-214).

E qual o papel das associações voluntárias nessas propostas de aprofundamento democrático? Serão as associações voluntárias (a sua dinâmica, atividade, efeitos) um caminho ou recurso eficaz para promover a *demodiversidade*? Para promover a participação? Para travar o populismo?

Para a primeira abordagem analisada, a sociedade civil surge como um dos aspetos e um dos vetores do denominado horizonte socialista. Para esta visão, a procura do horizonte socialista é assumida como “um processo complexo de permanente democratização da sociedade, distante da exclusividade do protagonismo do Estado como seu propulsor” (Namorado, 2007: 30). Wright (2019) é um dos mais destacados defensores desta proposta:

- Advoga a combinação de diferentes estratégias com vista à “erosão” do capitalismo (2019: 59): estratégias de cima para baixo (desmantelamento e domesticação); e de baixo para cima (resistência e fuga);
- Entende que é possível começar a construir, por essa via, “utopias reais”, pedaços de um destino emancipatório, mas dentro de uma sociedade que ainda é dominada pelo capitalismo (2019: 63);
- E refere-se à economia social e solidária como um importante e dinâmico movimento de resistência ao capitalismo (2019: 57-58).

A visão reformista aponta um outro rumo. Defende que um dos principais remédios para a “doença” – ou crise grave – é o da educação cívica. E considera a participação em associações como um dos principais veículos de promoção da educação cívica (Dahl, 2000: 210-211).

Estas propostas remetem para uma questão essencial – e que tem acompanhado toda a reflexão teórica sobre a relação entre democracia e associações: a problemática dos efeitos democráticos das associações. Como pode a sociedade civil contribuir para a

democracia? Quais são as funções das associações potencialmente democráticas? Que combinação de associações no seio da sociedade civil seria melhor para uma democracia?

Esta temática tem sido objeto de uma prolixa produção teórica. Robteutscher (2000b: 233) agrupa as diferentes abordagens em duas grandes categorias: macroteorias e microteorias. Lüchmann (2014: 169) identifica concretamente três perspetivas analíticas, que apontam para diversos impactos democráticos: a do capital social, a dos movimentos sociais e a da sociedade civil.

Warren (2001; 2004) procura fazer a articulação dessas várias teorias – apresentando uma abordagem de síntese. E explica a sua estratégia:

“A ideia é desenvolver um nível de teoria que seja suficientemente geral para relacionar a sociedade civil e as expectativas acerca da democracia e que, ainda assim, conseguisse distinguir o vasto rol de associações que compõem a sociedade civil de acordo com as normas democráticas” (2004: 87).

Com esse quadro de fundo, Warren (2001; 2004) identifica três grandes efeitos democráticos das associações: efeitos no plano individual, efeitos nas esferas públicas e efeitos político-institucionais.

Para Warren (2004: 88), as democracias dependem das capacidades democráticas de que as pessoas dispõem; e as associações podem desenvolver tais capacidades – efeitos no plano individual. Para este autor, as associações podem funcionar, também, como infra-estrutura social das esferas públicas: “elas desenvolvem e comunicam informação para o público, controlam as elites políticas, provocam deliberações públicas e ajudam a formar a opinião pública” (2004: 88). No plano político-institucional, Warren destaca as seguintes funções das associações: 1) a representação não apenas no interior do Estado, mas também no seio de outros espaços políticos, como a UE; 2) a possibilidade de resistência às elites irresponsáveis; 3) ou a cooperação junto dos governos, contribuindo para avaliar, propor e deliberar sobre políticas públicas (2004: 88-89).

Após listar estas possíveis funções, Warren acrescenta “que não devemos esperar tudo de todo o tipo de associações da sociedade civil” (2004: 89). De facto, a capacidade de uma associação para cumprir uma dessas funções pode desqualificá-la para cumprir outras. É esta diferença que está no centro da ideia de “ecologia democrática das associações”.

Democracia interna. O caso das associações

Dahl identifica um conjunto de critérios que as associações devem preencher para garantir um processo democrático – critérios igualmente aplicáveis aos Estados. Trata-se de um modelo ideal, assumindo o autor que as democracias reais estarão sempre aquém desse ideal. E que critérios são esses? Dahl refere cinco critérios: participação efetiva; igualdade de voto; obtenção de informação esclarecida; exercício de controlo final sobre a agenda; e inclusão de adultos (2000: 48).

E após identificar tais critérios, Dahl refere quais os requisitos mínimos para uma “democracia em larga escala” ser considerada democrática: possuir dirigentes eleitos; ter eleições livres, justas e frequentes; haver liberdade de expressão; serem asseguradas fontes alternativas de informação; ser garantida a autonomia de associação; ser promovida uma cidadania inclusiva.

Mas nada diz sobre as condições necessárias às democracias de “pequena escala” – e designadamente às de tipo associativo. Como identificar tais condições ou requisitos? Será possível adaptar as condições das “democracias de larga escala” às de “pequena escala”?

A democracia grega surge como democracia de assembleia. E as associações também podem adotar esse modelo: operar através da mobilização direta dos seus associados numa assembleia, onde são tomadas todas as decisões fundamentais. A sua dimensão torna-o possível, realizável. Em alternativa, é possível implementar um modelo inspirado na ideia de democracia representativa (ou de delegação): em que o órgão de direção assume o papel principal.

O modelo de democracia representativa (ou de delegação) pode, por seu lado, assumir diversas configurações. Couret (2002) identifica quatro modelos:

a) **Presidencialista**

O presidente da direção é onnipresente e centraliza todo o processo de decisão. A restante direção assume uma atitude passiva e a assembleia geral é um órgão meramente formal.

b) **De direção**

É a direção que centraliza todo o processo de decisão.

c) De gestão profissional dominante

O gestor profissional assume grande influência no processo de decisão, promovendo uma gestão essencialmente tecnocrática.

d) De “gestão profissional temperado”

O gestor profissional fica limitado ao papel de executor das decisões; sendo a direção o grande protagonista do governo da associação.

Face ao agora exposto, volta a perguntar-se: será possível adaptar as instituições das referidas “democracias de larga escala” às de “pequena escala”? Quais os requisitos mínimos para se considerar que uma associação tem um funcionamento democrático?

As conclusões a que se chegou assentam em dois pressupostos principais:

- Não é possível apresentar um quadro institucional único – aplicável a todas as associações. Um modelo predominantemente de assembleia pressuporá determinadas instituições. E um modelo representativo ou misto terá que assentar em instituições diferentes.

- O referido exercício de ajustamento – partindo da democracia poliárquica – só faz sentido para associações com um modelo de governo representativo ou misto.

Com base nessa diferenciação procurou-se perceber quais as condições ou instituições da democracia poliárquica que se ajustam às associações de governo representativo. E concluiu-se o seguinte:

a) De entre as instituições referidas por Dahl há três que se aplicam diretamente às associações, sem suscitar grandes dúvidas: dirigentes eleitos; eleições livres, justas e frequentes; e liberdade de expressão.

b) E há uma que não pode ser aplicada, por ser exclusiva das “democracias de larga escala”: a liberdade de associação (o direito de formar associações ou organizações).

c) As duas restantes – fontes alternativas de informação e cidadania inclusiva – justificam algumas observações:

- Fontes alternativas de informação: tendo em consideração a especificidade das associações, sugere-se a sua substituição pela condição da transparência (Pratas e Queiroga, 2020: 95).

- Cidadania inclusiva: concluiu-se que faz mais sentido falar de participação inclusiva. Participação inclusiva que implica, designadamente, a proibição de discriminações ilegítimas entre associados (por exemplo, em função do género, ou outras).
- d) Concluiu-se, ainda, que a democracia nas associações pressupõe dois outros requisitos: é fundamental que os dirigentes não estejam capturados por interesses que se furtam ao combate eleitoral; e que a associação seja autogovernada, ou seja, que possa agir independentemente de quaisquer constrangimentos impostos por outros entes externos.
Optou-se (no caso das associações) por integrar esses dois requisitos numa única condição: a da autonomia.
- e) Chaves (2004: 18) refere, ainda, um outro elemento, também a considerar: apesar de haver uma delegação, os associados devem continuar a assumir um papel central no processo de decisão (e de controlo).

A democracia nas associações (de governo representativo) pressupõe, pois, sete condições: dirigentes eleitos; eleições livres, justas e frequentes; uma assembleia geral ativa; liberdade de expressão; transparência; participação inclusiva; e autonomia.

Para garantir a democracia interna é essencial preservar tais condições, quer no plano formal, quer no plano real. Salinas (1990: 16) distingue, a propósito, a democracia formal da democracia real: a democracia formal é assegurada por atos normativos; e a democracia real diz respeito à complexa rede de relações sociais e de poder existentes entre os indivíduos de uma organização e fora desta.

A democracia portuguesa e as associações de cultura, recreio e desporto

O caminho da democracia portuguesa surge em relação com a realidade (e história) das associações de cultura, recreio e desporto; e vice-versa. Os respetivos percursos cruzam-se e por diversas vezes.

As auspiciosas promessas da revolução vintista no século XIX acabariam por desaguar num liberalismo oligárquico “fabricado” pelo Estado. Como refere Rosas (2020: 109): “A democracia tornou-se um processo subversivo”. E é neste quadro que surgem as primeiras associações de cultura, recreio e desporto – que organizam eleições para os

corpos sociais, onde se vota, onde se presta contas. As associações são, à época, um exemplo de funcionamento democrático – um exemplo claramente subversivo.

A segunda revolução fundadora da nossa contemporaneidade, a revolução republicana do 5 de Outubro de 1910, visa derrubar a monarquia bragantina e implantar a República em nome da democratização política e social do liberalismo. Não obstante, e como descreve Rosas (2020: 109): “a elite republicanista que ascendeu ao poder aos ombros desse movimento popular não logrou romper o cerco e a resistência dos oligarcas a qualquer substancial reforma democratizante, e rendeu-se a eles”. A Primeira República, de esperança de democratização política e justiça social, transformou-se “em agonia do liberalismo oligárquico, no prolongamento das desigualdades e das perseguições ao mundo do trabalho, e enfrentou a tenaz resistência do movimento operário e sindical” (Rosas, 2020: 109).

As sociedades de instrução e recreio fazem parte desse movimento operário. Participam na denominada “Era dos Congressos”. E para terem mais força e influência, criam, em 1924, a Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio.

O Estado Novo acabaria por liquidar de forma radical as liberdades públicas e os limitados direitos sociais existentes. E procurou fomentar e impor à sociedade portuguesa um modelo nacionalista, ruralista e tradicionalista de cultura popular. Durante todo esse (longo) período, as associações de cultura, recreio e desporto serão um núcleo vital de resistência ao projeto salazarista – “devido à sua democraticidade interna e à capacidade de gerar alternativas culturais e sociais de alcance político” (Melo, 2010: 113). O regime sabia disso e moveu-lhes uma perseguição persistente.

A Revolução de 1974/75 acabaria por moldar a democracia portuguesa, “emprestando-lhe conquistas económicas e sociais avançadas” (Rosas, 2020: 111). Muitas dessas conquistas continuam inscritas na Constituição, apesar das várias revisões constitucionais. O artigo 2.º da CRP é claro sobre o modelo de democracia que se pretende implementar: a República Portuguesa é um Estado de direito democrático que visa “a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”.

O novo quadro constitucional afigurar-se-ia particularmente favorável às associações de cultura, recreio e desporto – que crescem exponencialmente, sobretudo a partir da década de 80. Para além disso, passam a ser (formalmente) parceiras do Estado na concretização de dois direitos fundamentais: os direitos de todos à cultura e à atividade física/desporto (ver artigos 73.º e 79.º da CRP). Direitos que consubstanciam a ideia de democracia cultural, inscrita no artigo 2.º da CRP.

As associações de cultura, recreio e desporto (em Portugal). Principais traços

As associações de cultura, recreio e desporto constituem, atualmente, a maior “família” associativa, em Portugal – e também a maior “família” da economia social. De acordo com a Conta Satélite da Economia Social (2019), existem em Portugal 71 885 entidades (ou organizações) sem fins lucrativos, das quais 32 759 são associações de cultura, recreio e desporto (ou seja, 46%).

Verificou-se, por outro lado, que este é o tipo associativo com valores mais elevados de pertença associativa; e que há um maior número de associações no norte e centro do país – sendo o Alentejo a região com mais associações por 1000 habitantes.

Com vista a uma melhor caracterização foram analisadas e cotejadas as principais especificidades das associações de cultura, recreio e desporto. E concluiu-se que este tipo associativo possui vários pontos fortes: resiliência perante momentos ou acontecimentos críticos; proximidade (em relação aos associados, participantes e comunidade); faz “muito trabalho com pouco dinheiro”; oferece atividades acessíveis a toda a população; tem dirigentes apaixonados pelo que fazem – e que conseguem mobilizar (e agregar) outras pessoas. Pontos fortes que potenciam o impacto destas associações na sociedade.

Mas nem tudo é positivo. Verificou-se que as associações em apreço se confrontam com alguns problemas e fragilidades: a dificuldade em recrutar novos dirigentes; uma reduzida participação de jovens e mulheres nos corpos sociais; dificuldades ao nível da gestão (raramente existem técnicos para apoio à gestão); por norma, a situação financeira é frágil; confrontam-se com uma fraca participação dos associados na vida interna (por exemplo, em assembleias gerais); e são pouco reivindicativas (não é fácil a respetiva mobilização em torno de causas).

Procurou-se analisar, também, a dinâmica de mudança social ocorrida em Portugal nas últimas décadas – e com reflexos na organização e vitalidade das associações de cultura, recreio e desporto. É possível afirmar que houve várias áreas com influência a esse nível: as transformações ocorridas no âmbito do trabalho e do emprego; o envelhecimento da população; a consolidação do poder local democrático; o desenvolvimento de uma cultura individualista e hedonista; a forte concorrência do setor privado lucrativo – e da televisão; a evolução tecnológica; as alterações da legislação associativa; e os progressos relativamente aos níveis de escolaridade da população.

Todas estas mudanças tiveram impacto na organização e atividade das associações de cultura, recreio e desporto. Mas houve também opções internas – do próprio movimento

associativo – com implicações relevantes. Concluiu-se que as estruturas de representação coletiva das associações desempenharam aí um papel central, fundamentalmente a quatro níveis: o da aposta decisiva na capacitação dos dirigentes; o da disponibilização de apoio técnico às associações; o da aposta no conhecimento; e o “processo reivindicativo”.

Verificou-se, por outro lado, que não são apenas as associações a ser influenciadas pelo ambiente externo; também elas têm uma atividade impactante na vida social. Capucha e Nunes (2020a: 13) referem a sua integração em “redes que influenciam a organização social, cultural, política e económica do concelho, as sociabilidades e os processos de permanente (re)construção do território”. Através das entrevistas realizadas aos dirigentes das estruturas da CPCCRD e do CNAP, concluiu-se que essa influência é particularmente visível nas seguintes áreas: no processo de socialização dos indivíduos; na promoção da coesão social e territorial; da saúde e bem-estar das populações; no processo de democratização da cultura e do desporto; e também na dinamização da economia local.

Mas o seu papel não se fica por aí, como se verá melhor no ponto seguinte.

Uma escola de cidadania e uma escola de democracia

Apesar de não o assumirem como propósito, as associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures promovem o desenvolvimento de capacidades democráticas em relação a um número significativo de indivíduos (os dirigentes voluntários); afirmando-se como *escolas de cidadania*.

Que capacidades democráticas? Fundamentalmente as seguintes: as capacidades ligadas à liderança comunitária (de falar em público, de negociação, de criar soluções, de discutir com civildade, de decidir); o hábito e o gosto de cooperar e de agir em comum; e o desenvolvimento de uma maior consciência pública (sobretudo de âmbito local).

Essas conclusões permitem validar três das hipóteses colocadas:

1. A participação nas associações de cultura, recreio e desporto contribui para o desenvolvimento de várias capacidades democráticas;
2. Quanto maior o envolvimento (em tempo e qualidade), mais provável e intenso será esse efeito;
3. É ao nível do pessoal dirigente que se verifica um efetivo (e mais significativo) desenvolvimento de capacidades democráticas.

Avaliou-se também o desempenho das associações de cultura, recreio e desporto do Concelho de Loures no plano da democracia interna. E concluiu-se que este tipo associativo tem um funcionamento claramente democrático (e muitos pontos fortes nesse âmbito):

- Os dirigentes são eleitos e há rotação nos cargos;
- São realizadas eleições livres, justas e frequentes;
- É garantida a liberdade de expressão;
- As associações são autónomas.

Apesar disso, identificaram-se também algumas fragilidades (e oportunidades de melhoria): por exemplo, a limitada influência (ou peso) da assembleia geral no governo da associação; a fraca participação dos associados; e o reduzido envolvimento de mulheres e jovens nos corpos sociais.

Fragilidades que foram no geral referenciadas pelos dirigentes das estruturas da CPCCRD e CNAP. Tudo aponta, pois, para que, neste âmbito, haja alguma proximidade entre a realidade verificada no Concelho de Loures e a situação existente no resto do país.

A cumulação das duas características referenciadas – *escola de cidadania* e funcionamento democrático – permite que se conclua que este tipo associativo constitui uma *escola de democracia* (no Concelho de Loures). Ou seja, que estas associações:

- Geram diversas capacidades democráticas individuais; e
- São, simultaneamente, “organizações inteligentes” (Innerarity, 2021: 324) – capazes de fortalecer a cooperação e a inteligência coletiva por via dos seus sistemas de regras, instituições e procedimentos.

Para além disso, pode concluir-se que as associações estudadas promovem os valores da igualdade/justiça, democracia/liberdade e comunidade/solidariedade, referidos por Olin Wright (2019: 9-21).

De acordo com Wright (2019: 10), numa sociedade justa todas as pessoas teriam amplo e igual acesso aos meios materiais e sociais para poderem viver uma vida plena – realizando tanto o seu potencial como os seus propósitos. As associações estudadas promovem a democracia cultural. E contribuem, por essa via, para uma sociedade mais justa – e para a promoção de uma vida plena.

Numa sociedade democrática todos teriam amplo e igual acesso aos meios necessários para participar na tomada de decisões substantivas sobre aquilo que afeta as suas vidas – sejam elas tomadas pelo Estado, ou por quaisquer outras instituições (Wright, 2019: 15). As associações em apreço são organizações democráticas, como referido. Concorrem, assim, para a existência de uma sociedade democrática.

O valor da comunidade/solidariedade refere-se ao princípio pelo qual as pessoas devem cooperar umas com as outras, não apenas por aquilo que recebem individualmente, mas por comprometimento real com o bem-estar dos outros e por um sentimento de obrigação moral de que isso é o que está certo (Wright, 2019: 18). As associações em estudo promovem a cooperação e práticas de solidariedade, como referido. Apesar de terem natureza associativa, contribuem para superar “um mundo de sócios” – grupos sociais que se agarram a uma identidade que os separa dos outros (Papa Francisco – *Fratelli Tutti*)¹⁸⁴.

Tais traços, em conjunto, permitem concluir que estas associações configuram uma “utopia real”, no sentido proposto por Olin Wright (2010), isto é, um movimento de cariz emancipatório – que promove (já hoje) a vivência dos valores da igualdade/justiça, democracia/liberdade e comunidade/solidariedade

Principais desafios

Com base na análise empreendida é ainda possível refletir sobre os principais desafios que se colocam a estas associações. Desafios que surgem do cruzamento de pontos fortes e pontos fracos; bem como da ponderação de ameaças e oportunidades.

Referem-se os sete desafios mais relevantes:

a) A promoção da saúde e felicidade

Os efeitos da pandemia vão perdurar durante vários anos. As associações de cultura, desporto e recreio poderão ser um ator central numa estratégia nacional de promoção da saúde dos portugueses – e em particular da saúde mental.

b) O desafio da democracia interna

E que passa, designadamente, pelo reforço do papel e influência da assembleia geral; e por um maior envolvimento dos associados e praticantes na vida interna das associações.

¹⁸⁴ Carta Encíclica sobre a Fraternidade e a Amizade Social (2020: 62-63), Paulinas Editora – Prior Velho.

c) O desafio da educação cívica

Este tipo associativo possui um enorme potencial em matéria de educação cívica. Potencial que poderá ser melhor explorado se as associações assumirem a educação cívica como um propósito.

d) O trabalho em parceria

E que passa pelo aprofundamento das atuais parcerias com as autarquias locais, empresas e universidades; e pela criação de parcerias com o Estado central e com outras entidades sem fins lucrativos (cooperativas, fundações e associações).

e) A capacitação dos dirigentes

Os dirigentes assumem um papel central na vida deste tipo associativo. A aposta na capacitação dos dirigentes será essencial para que as associações consigam fazer frente aos seus principais problemas – e aos desafios do futuro.

f) O desafio do conhecimento

Há ainda um *deficit* importante neste âmbito. A CPCCRD tem vindo a apostar em projetos como o OBAP e a revista Análise Associativa – e os resultados começam a aparecer.

g) O desafio tecnológico

A pandemia veio reavivar o potencial das TIC na vida e organização das associações. Essa será outra área a explorar na próxima década.

Nota final

A investigação que aqui se apresenta não traz resposta para todas as interrogações que foram surgindo – e não tem (nem nunca teve) esse objetivo. Como referido, este movimento das associações de cultura, recreio e desporto é (em Portugal) dos menos estudados. E nas suas várias dimensões ou vertentes: histórica, organizacional, sociológica, política, antropológica. Este estudo surge como mais um passo para explorar e organizar um labirinto que em boa medida continua desconhecido.

Essa foi uma das limitações mais sentidas: falta de estudos sobre esta realidade associativa. E constitui também um dos limites deste trabalho. Por norma, o conhecimento faz-se de saltos modestos, de novas sínteses – sendo relevante a base de onde se parte.

Por outro lado, cumpre referir que a questão central de investigação tem uma resposta circunscrita, de cariz local – tendo por base a realidade associativa do Concelho de Loures. Há dados que nos levam a acreditar que várias das conclusões firmadas podem ser projetadas para outros planos, designadamente o nacional. Mas estamos claramente no campo das hipóteses. Hipóteses por validar.

Finalmente, não é de pouca relevância o facto de parte significativa da investigação ter sido desenvolvida em tempo de pandemia. Procurou-se criar o distanciamento possível. Admite-se, no entanto, que alguns dos dados recolhidos possam estar relativamente contaminados pela vivência da pandemia – que teve um forte impacto na organização e funcionamento das associações.

FONTES

Código Civil

Constituição da República Portuguesa

Lei n.º 34/2003, de 22 de agosto (Reconhecimento e valorização do movimento associativo popular).

Lei n.º 20/2004, de 5 de junho (Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário).

Lei n.º 30/2013, de 8 de maio (Lei de Bases da Economia Social).

Lei n.º 26/2016, de 2 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos – LADA).

Resolução da Assembleia da República n.º 8/2021, de 26 de janeiro (Recomenda ao Governo a adoção de medidas de valorização das associações que promovam o equilíbrio de género nos seus órgãos sociais).

Referências bibliográficas

- Abrantes, Eugénia e Luís Gomes (2020), “Associativismo Popular em Loures: o que mudou?”, em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 145-160.
- Abrantes, Pedro (2016), “Socialização. Onde a sociologia e as neurociências se encontram”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 82, pp. 11-25.
- Ahrne, Goran (1994), *Social Organizations: Interaction Inside, Outside and Between Organizations*, Londres, Sage.
- Albuquerque, Rosana (2013), *Associativismo, capital social e mobilidade. Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal*, Lisboa, ACIDI, IP.
- Alexander, Jeffrey C. (1987), “The new theoretical movement in sociology”, em Neil Smelser (org.), *Handbook of Sociology*, Newbury Park, Sage, pp. 77-101.
- Alexander, Jeffrey C. (1988), *Action and Its Environments: Towards a New Synthesis*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Almeida, João Ferreira de (2013), *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos. Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Almeida, Vasco (2011), *As Instituições Particulares de Solidariedade Social. Governação e Terceiro Sector*, Coimbra, Almedina.
- Almond, Gabriel A. e Sidney Verba (1965), *The Civic Culture. Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Boston, Brown and Company.
- Alonso, Angela (2009), “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”, *Lua Nova*, n.º 76, pp. 49-86.
- Alves, Vera Marques (2007), “«A poesia dos simples»: arte popular e nação no Estado Novo”, *Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, Volume 11 (1), pp. 63-89.
- Amaro, Rogério Roque (2016), “A sustentabilidade das organizações da economia solidária – proposta de conceptualização e de avaliação”, *Revista de Economia Solidária*, n.º 10, pp. 98-123.
- Arato, A. (1995), “Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 27.
- Archer, Margaret S. (1995), *Realist social theory: the morphogenetic approach*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Aristóteles [(335-332 a.C.), 1998], *Política*, Lisboa, Veja Editores.
- Associações Culturais e Recreativas* (1998), Lisboa, Instituto Nacional de Estatística (INE).
- Attali, Jacques (2007), *Breve história do futuro. A incrível história dos próximos 50 anos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Auger, Giselle A. (2014), "Trust Me, Trust Me Not: An Experimental Analysis of the Effect of Transparency on Organizations", *Journal of Public Relations Research*, n.º 26, pp. 325-343.
- Baert, Patrick e Filipe Carreira da Silva (2015), *Teoria Social Contemporânea*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Ballestrin, Luciana (2015), "Sociedade civil, democracia e violência", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 30, n.º 87, pp. 143-162.
- Ballestrin, Luciana (2018), "O Debate Pós-democrático no Século XXI", *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, Vol. 4, n.º 2, pp. 149-164.
- Banha, Rui (org.) (1994), *O Associativismo em Loures. Retrato das Associações Voluntárias com Atividades Culturais, Recreativas e Desportivas (1989/90)*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Baptista, António (2010), "Democracia e representação democrática", *Análise Social*, Vol. XLV (196), pp. 491-514.
- Barata, André e Renato Miguel do Carmo (2015), *O Futuro nas Mãos: de Regresso à Política do Bem Comum*, Lisboa, Tinta da China.
- Baumgarten, Britta (2015), "O futuro dos movimentos sociais na representação sociopolítica", em André Freire (org.), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Vega, pp. 143-156.
- Baumgarten, Britta, Lígia H. H. Lüchmann e Carla Ayres (2018), "Associativismo e movimentos sociais no Brasil e em Portugal: esboço de um panorama comparativo", em Lígia H. H. Lüchmann e Britta Baumgarten (orgs.), *Modalidades e trajetórias de participação política no Brasil e em Portugal*, Florianópolis, Editora Insular, pp. 147-176.
- Berger, Peter L. e Thomas Luckmann [(1966), 2004], *A Construção Social da Realidade. Um Livro sobre a Sociologia do Conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
- Bernardo, Ana Maria (2001), *Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX. O Círculo Eborense*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Bertrand, Yves (1991), *Culture Organisationnelle*, Québec, Presses de l'Université du Québec.
- Block, Fred (2021), "Introdução", em Karl Polanyi, *A grande transformação*, Lisboa, Edições 70, pp. 81-109.
- Bobbio, Norberto (1988), *O Futuro da Democracia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

- Boudon, Raymond e François Bourricaud (1994), *Dictionnaire Critique de la Sociologie*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Boudon, Raymond (2003), *Raison, Bonnes Raisons*, Paris, PUF.
- Bourdieu, Pierre (1980), "Le capital social: notes provisoires", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, pp. 2-3.
- Bourdieu, Pierre (1981), "La représentation politique: éléments pour une théorie du champ politique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 36-37, pp. 3-24.
- Bourdieu, Pierre [(1979), 2010], *A distinção. Uma crítica social da faculdade do juízo*, Lisboa, Edições 70.
- Brannick, Teresa e David Coghlan (2007), "In Defense of Being 'Native': The Case for Insider Academic Research", *Organizational Research Methods*, 10 (1), pp. 59-74.
- Brennan, Jason (2017), *Contra a Democracia*, Lisboa, Gradiva.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1999), "Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado", em Luiz Carlos Bresser-Pereira, Jorge Wilhelm e Lourdes Sola (orgs.), *Sociedade e Estado em Transformação*, São Paulo, UNESP/ENAP, pp. 67-116.
- Britton, Robert A. (2008), "Making disclosure regulation work in the nonprofit sector", *University of Illinois Law Review*, 1, pp. 437-458.
- Bryman, Alan (2012), *Social research methods*, 4.^a edição, Oxford, Oxford University Press.
- Burns, Tom e G. M. Stalker (1961), *The Management of Innovation*, Londres, Tavistock.
- Burns, Tom R. (2004), "O futuro da democracia no contexto da globalização e da nova política. Desafios e dilemas", em José Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editora, pp. 125-159.
- Cabral, Manuel Villaverde (2000), "O exercício da cidadania política em Portugal", em Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e João Freire (orgs.), *Trabalho e Cidadania. Atitudes Sociais dos Portugueses 1*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 123-162.
- Cabral, Manuel Villaverde e Pedro Moura Ferreira (2013), *Envelhecimento ativo em Portugal. Trabalho, reforma, lazer e redes sociais*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Campos, Anna Maria (1990), "Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?", *Revista de Administração Pública (Rio de Janeiro)*, 24 (2), pp. 30-50.
- Cancela, João Camacho Giestas (2012), *Associativismo e participação política: o caso português (2006-2009)*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

- Capucha, Luís (1990), “Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 8, pp. 29-41.
- Capucha, Luís (2005), “Envelhecimento e políticas sociais: novos desafios ao sistema de proteção. Proteção contra o «risco de velhice»: que risco?”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. 15, pp. 337-348.
- Capucha, Luís (2014), “Envelhecimento e políticas sociais em tempo de crise”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 74, pp. 113-131.
- Capucha, Luís e Nuno Nunes (2020a), “Associativismo Popular, Crise ou Diversificação?”, em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 13-28.
- Capucha, Luís e Nuno Nunes (2020b), “Posfácio”, em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 161-169.
- Cardoso, Gustavo (1999), “As causas das questões ou o Estado à beira da sociedade de informação”, *Sociologia. Problemas e práticas*, n.º 30, pp. 111-144.
- Cardoso, Gustavo (2003), *Internet*, Lisboa, Quimera.
- Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Ana Rita Coelho e André Pereira (2015), *A Sociedade em Rede em Portugal. Uma Década de Transição*, Coimbra, Almedina.
- Carmo, Renato Miguel do (2013), “Classes sociais e a reemergência da sociedade bipolarizada”, em Renato Miguel do Carmo (org.), *Portugal, uma sociedade de classes*, Lisboa, Edições 70, pp. 7-28.
- Carmo, Renato Miguel do e Sofia Santos (2011), “Capital social e práticas associativas”, em Renato Miguel do Carmo (org.), *Entre as Cidades e a Serra: Mobilidades, Capital Social e Associativismo no Interior Algarvio*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 87-114.
- Carmo, Renato Miguel do e Ana Rita Matias (2019), *Retratos da precariedade. Quotidianos e aspirações dos trabalhadores jovens*, Lisboa, Tinta da China.
- Carmo, Renato Miguel do e Nuno Nunes (2013), “As (des)igualdades face ao Estado: atitudes e representações sociais na Europa”, em Filipe Carreira da Silva (org.), *Os Portugueses e o Estado-Providência. Uma Perspetiva Comparada*, Lisboa, ICS (Imprensa de Ciências Sociais), pp. 85-105.
- Carvalho, Amélia Oliveira (2016), *Transparência na Prestação de Contas das Fundações: Abordagem Teórica e Empírica*, Tese de Doutoramento em Gestão. Especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão, Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Carvalho, Tiago (2013), “Obstáculos de classe à cidadania em Portugal”, em Renato Miguel do Carmo (org.), *Portugal, uma sociedade de classes*, Lisboa, Edições 70, pp. 63-78.

- Casanova, José Luís e João Ferreira de Almeida (2018), “Nacional-populismo: trajetória das desigualdades e heteronomia (França e Portugal na EU, 2002/2014)”, em Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da Cruz Martins e António Firmino da Costa (orgs.), *Desigualdades Sociais. Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 185-207.
- Casanova, José Luís e João Ferreira de Almeida (2021), “When democracy incubates inequality and heteronomy: authoritarianism and nationalism in the European Union”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 96, pp. 9-40.
- Castells, Manuel (2002), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Volume I – *A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2003), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Volume II – *O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Charreaux, G. (1997), *Le gouvernement des entreprises*, Paris, Économica.
- Chaves, Rafael (2004), “El gobierno cooperativo: entre gobierno corporativo y democracia económica”, em Rafael Chaves e Francisco Soler (orgs.), *El Gobierno de las Cooperativas de Crédito en España*, Valência, CIRIEC-España, pp. 17-44.
- Chevallier, Jacques (1983), “L’Administration face au public”, em Jacques Chevallier, Raphaël Draï e François Rangeon (orgs.), *La Communication Administration-Administrés*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 13-60.
- Chevallier, Jacques (1988), “Le mythe de la transparence administrative”, em *Information e Transparence Administratives*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 239-275.
- Chevallier, Jean-Jacques e Yves Guchet (2004), *As Grandes Obras Políticas. De Maquiavel à Atualidade*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Clegg, Stewart (1998), *As organizações modernas*, Oeiras, Celta Editora.
- Coelho, Sandra Lima (2012), “A organização e os seus agentes: análise das trajetórias biográficas de voluntários de uma associação de Comércio Justo”, em João Teixeira Lopes (org.), *Registos do Ator Plural. Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 91-115.
- Cohen, Jean L. e Andrew Arato (1994), *Civil Society and Political Theory*, Cambridge, MIT Press.
- Cohen, Jean L. e J. Rogers (1995), *Associations and Democracy*, Londres, Verso.
- Coleman, James S. (1988), “Social Capital in the Creation of Human Capital”, *American Journal of Sociology*, n.º 94, pp. 95-120.
- Conceição, Pedro e Manuel Heitor (2003), “Policy integration and action diversification: learning from the Portuguese path”, em Pedro Conceição, Manuel Heitor e Bengt-Ake Lundvall (orgs.), *Innovation, Competence Building and Social Cohesion in Europe: Towards a Learning Society*, Cheltenham/Northampton, Edward Elgar, pp. 61-94.

- Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes – Associativismo Popular, uma força social com visão e com futuro! (2016), Lisboa, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Conta Satélite da Economia Social 2016 e Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018 (2019), Lisboa, Cases – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e INE – Instituto Nacional de Estatística.
- Costa, António Firmino da (1995), “Modes de vie et action collective”, *Espaces et Sociétés*, 79, pp. 107-128.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da (2014), “A Pesquisa de Terreno em Sociologia”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, 16.ª edição, Porto, Edições Afrontamento, pp. 129-148.
- Costa, António Firmino da e Rosário Mauritti (2018), “Classes sociais e interseções de desigualdades : Portugal e a Europa”, em Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da Cruz Martins e António Firmino da Costa (orgs.), *Desigualdades Sociais. Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 109-129.
- Costa, Fabrícia Cláudia Martins (2015), *Mais transparência, mais donativos? A relação entre o Fundraising, a Accountability e o seu reflexo nos donativos*, Dissertação de Mestrado em Economia Social, Porto, Universidade Católica do Porto.
- Cottin-Marx, Simon (2019), *Sociologie du Monde Associatif*, Paris, La Découverte.
- Couret, Frédéric. (2002), “Principe démocratique et décision en coopérative”, *Revue Internationale de L'économie Sociale*, n.º 285, pp. 13-26.
- Courtney, Roger (2013), *Strategic Management in the Third Sector*, Londres, Palgrave Macmillan.
- Coutinho, Clara Pereira (2019), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas. Teoria e Prática*, 2.ª edição, Coimbra, Almedina.
- Coutinho, Lourenço Pereira (2020), “Cidadania. História de um pilar da democracia”, *Expresso – A Revista*, Edição 2509 (27 de novembro).
- Crossley, Nick (1999), “Fish, field, *habitus* and madness: the first wave mental health users movement in Great Britan”, *British Journal of Sociology*, 50 (4), pp. 647-670.
- Crossley, Nick (2001), “The phenomenological *habitus* and its construction”, *Theory and Society*, 30, pp. 81-120.
- Crossley, Nick (2002), *Making Sense of Social Movements*, Buckingham, Open University Press.
- Crossley, Nick (2003), “From reproduction to transformation: social movement fields and the radical *habitus*”, *Theory, Culture & Society*, 20 (6), pp. 43-68.

- Crozier, Michel (1994), *A empresa à escuta*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Cruz, Antônio e Aline Mendonça dos Santos (2011), “A economia solidária e as novas utopias: permanências e ruturas no movimento histórico do associativismo económico”, em Pedro Hespanha e Aline Mendonça dos Santos (orgs.), *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*, Coimbra, Almedina, pp. 57-82.
- Cunhal, Álvaro (2007), *A questão do Estado, questão central de cada revolução*, Lisboa, Edições Avante.
- Dahl, Robert A. (2000), *Democracia*, Lisboa, Temas e Debates.
- Dahl, Robert A. (2012), *A democracia e seus críticos*, São Paulo, Martins Fontes.
- Davis, Gerald F. e J. Adam Cobb (2009), “Resource Dependence Theory: Past and future”, *Research in the sociology of organizations*, v. 28, n.º 1, pp. 21-42.
- Demoustier, Danièle (2006), “Débats autour de la notion d'économie sociale en Europe”, *Revue Internationale de L'économie Sociale*, n.º 300, pp. 8-18.
- Diamond, Larry, Juan J. Linz e Seymour Martin Lipset (1989), *Democracy in Developing Countries*, vol. 4, Londres, Adamantine Press.
- Dias, Carla Manuela Carvalho (2016), *O conceito de transparência empresarial. Reflexões a partir de uma meta-análise*, Dissertação de mestrado em Gestão, Porto, Universidade Católica Portuguesa.
- DiMaggio, Paul J. e Walter W. Powell (1983), “The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields”, *American Sociological Review*, volume 48, n.º 2, pp. 147-160.
- Domingos, Nuno (2010), “Desproletarizar: a FNAT como instrumento de mediação ideológica no Estado Novo”, em Nuno Domingos e V. Pereira (orgs.), *O Estado Novo em questão*, Lisboa, Edições 70, pp. 165-196.
- Donnat, Olivier (2007), “Painel democratização cultural hoje: histórico do conceito”, em AAVV, *Acesso à Cultura e Promoção da Cidadania, Seminário Internacional de Democratização Cultural*, São Paulo, Instituto Votorantim.
- Dornelas, António (2013), “Portugal: a construção do Estado-Providência em contexto desfavorável”, em Filipe Carreira da Silva (org.), *Os Portugueses e o Estado-Providência. Uma Perspetiva Comparada*, Lisboa, ICS (Imprensa de Ciências Sociais), pp. 45-83.
- Drucker, Peter (1993), *Sociedade Pós-Capitalista*, Lisboa, Difusão Cultural.
- Drucker, Peter (1994), *As Organizações Sem Fins Lucrativos*, Lisboa, Difusão Cultural.
- Durkheim, Emile [(1893), 1984], *A divisão do trabalho social*, Lisboa, Editorial Presença.
- Durkheim, Emile [(1897), 1992], *O Suicídio*, Lisboa, Editorial Presença.

- Ebrahim, Alnoor (2003), "Making sense of accountability: Conceptual perspectives for northern and southern nonprofits", *Nonprofit Management and Leadership*, 14 (2), pp. 191-212.
- Ebrahim, Alnoor (2010), "The Many Faces of Nonprofit Accountability", em David O. Renz (org.), *The Jossey-Bass Handbook of Nonprofit Leadership and Management*, São Francisco, Jossey-Bass, pp. 102-123.
- Eder, Klaus (1993), *The new politics of class. Social movements and cultural Dynamics in advanced societies*, Londres, Sage.
- Eder, Klaus (2001), "A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 16, n.º 46, pp. 5-27.
- Eliasoph, Nina (2010), *L'Évitement du politique. Comment les Américains produisent l'apathie dans la vie quotidienne*, Paris, Economica.
- Elster, J. (1998), "Introduction", em J. Elster (org.), *Deliberative Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-18.
- Espada, João Carlos (2007), "Prefácio", em Alexis de Tocqueville, *Da Democracia na América*, Estoril, Príncipeia, pp. 7-28.
- Estanque, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- Estanque, Elísio (2012), *A Classe Média: Ascensão e Declínio*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Falanga, Roberto (2020), "Democracia", em Ricardo Paes Mamede e Pedro Adão e Silva (orgs.), *O Estado da Nação 2020: Valorizar as Políticas Públicas*, Lisboa, IPPS-ISCTE, pp. 107-114.
- Feijó, Rui Graça (2017), *Democracia. Linhagens & configurações de um conceito impuro*, Porto, Edições Afrontamento.
- Fernandes, António Teixeira (2016), *Olhares Contrastantes sobre a Democracia*, Porto, Edições Afrontamento.
- Fernandes, Tiago (2014), *A Sociedade Civil*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ferreira, J. M. Carvalho, João Peixoto, Anabela Soriano Carvalho, Rita Raposo, João Carlos Graça e Rafael Marques (1995), *Sociologia*, Lisboa, McGraw-Hill.
- Ferreira, J. M. Carvalho (2011a), "Perspetivas teóricas sobre as organizações. Abordagens clássicas", em J. M. Carvalho Ferreira, José Neves e António Caetano (orgs.), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, Escolar Editora, pp. 3-31.
- Ferreira, J. M. Carvalho (2011b), "Perspetivas teóricas sobre as organizações. A escola das relações humanas", em J. M. Carvalho Ferreira, José Neves e António Caetano (orgs.), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, Escolar Editora, pp. 33-55.

- Ferreira, J. M. Carvalho (2011c), "Perspetivas teóricas sobre as organizações. Teoria geral dos sistemas e abordagem sociotécnica", em J. M. Carvalho Ferreira, José Neves e António Caetano (orgs.), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, Escolar Editora, pp. 57-87.
- Ferreira, J. M. Carvalho (2011d), "Perspetivas teóricas sobre as organizações. Abordagens contingenciais", em J. M. Carvalho Ferreira, José Neves e António Caetano (orgs.), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, Escolar Editora, pp. 89-117.
- Ferreira, J. M. Carvalho (2011e), "Perspetivas teóricas sobre as organizações. Abordagem política das organizações", em J. M. Carvalho Ferreira, José Neves e António Caetano (orgs.), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, Escolar Editora, pp. 119-147.
- Ferreira, J. M. Carvalho e Sara F. Casaca (2011), "Perspetivas teóricas sobre as organizações. Abordagens macro-sociais e críticas das organizações", em J. M. Carvalho Ferreira, José Neves e António Caetano (orgs.), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, Escolar Editora, pp. 191-247.
- Ferreira, J. M. Carvalho, Sara F. Casaca e Helena M. Jerónimo (2011), "Perspetivas teóricas sobre as organizações. Teorias ecológicas e sociocognitivas", em J. M. Carvalho Ferreira, José Neves e António Caetano (orgs.), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, Escolar Editora, pp. 149-190.
- Ferreira, Sílvia (2009), "A invenção estratégica do terceiro setor como estrutura de observação mútua: uma abordagem histórico-conceptual", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 84, pp. 169-192.
- Ferreira, Sílvia (2013), "O terceiro sector e o Estado-Providência em Portugal", em Filipe Carreira da Silva (org.), *Os Portugueses e o Estado-Providência. Uma Perspetiva Comparada*, Lisboa, ICS (Imprensa de Ciências Sociais), pp. 161-196.
- Figueiredo, Cláudia (2013), "Os Usos do Palco: o proletariado e o teatro no início do século XX", *Revista UBILETRAS*, n.º 4, pp. 23-40.
- Filho, Genauto Carvalho de França (2002), "Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais", *Bahia Análise&Dados*, v. 12, n.º 1, pp. 9-19.
- Foddy, William (1996), *Como perguntar. Teoria e prática da construção de perguntas para entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta Editora.
- Fonseca, Fátima (2003), "Envolvimento dos cidadãos nas políticas da administração local", em Juan Mozzicafreddo, João Salis Gomes e João S. Batista (orgs.), *Ética e Administração. Como Modernizar os Serviços Públicos?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 309-344.
- Fonseca, Guilherme da (2014), "Democracia, Associativismo e Constituição (o ensinamento português)", *Análise Associativa*, n.º 1, pp. 72-79.
- Fraser, Nancy (2008), *Scales of Justice*, Cambridge, Polity.

- Freire, André (2015), “O futuro da democracia representativa”, em André Freire (org.), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Vega, pp. 15-71.
- Freire, Dulce (2012), “Estado Corporativo em ação: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo”, em Fernando Rosas e Álvaro Garrido (orgs.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, pp. 273-302.
- Frémeaux, Philippe (2011), *La Nouvelle Alternative? Enquête sur l'économie sociale e solidaire*, Paris, Les Petits Matins.
- Friedberg, Erhard (1995), *O Poder e a Regra. Dinâmicas da Ação Organizada*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Fukuyama, Francis (1992), *O Fim da História e o Último Homem*, Lisboa, Gradiva.
- Fukuyama, Francis (1996), *Confiança. Valores Sociais & Criação de Prosperidade*, Lisboa, Gradiva.
- Fukuyama, Francis (2006), *A Construção de Estados. Governação e Ordem Mundial no Século XXI*, Lisboa, Gradiva.
- Garrido, Álvaro (2016), *Cooperação e Solidariedade. Uma história da Economia Social*, Lisboa, Tinta da China.
- Garrido, Álvaro (2020), “A ideia de economia social na sua historicidade, uma síntese”, *Economia Social. Leituras & Debates*, n.º 11.
- Garrido, Álvaro e David Pereira (2018), *A Economia Social em Movimento. Uma História das Organizações*, Lisboa, Tinta da China.
- Germer, Claus (2007), “A Economia Solidária: Uma Crítica Marxista”, em José Antônio Peres Gediell (org.), *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*, Curitiba, UFPR, pp. 51-73.
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon (1996), *O Inquérito. Teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora.
- Gianolla, Cristiano (2018), “Movimentos-partido, populismo e democratização”, em Boaventura de Sousa Santos e José Manuel Mendes (orgs.), *Demodiversidade. Imaginar novas possibilidades democráticas*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, pp. 425-457.
- Giddens, Anthony (1984), *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (1998), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2002), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, Anthony (2010), *O mundo na era da globalização*, Lisboa, Editorial Presença.
- Giono, Jean [(1953), 2016], *O Homem que Plantava Árvores*, Queluz de Baixo, Marcador.

- Gonçalves, Maria Eduarda (2000), “Cidadania na sociedade da informação e do risco. Da análise social à análise dos direitos”, em José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editora, pp. 255-276.
- Goodolphim, Costa (1876), *A Associação. História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas*, Lisboa, TYPOGRAPHIA UNIVERSAL.
- Granado, Cristina (2010), *Democracia e participação ao nível local: o poder político e o orçamento participativo. O caso de Belo Horizonte e Palmela*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Departamento de Sociologia, ISCTE.
- Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Participação e Ação Coletiva. Interesses, Conflitos e Consensos*, Estoril, Pincípia Editora.
- Guerra, Paula e Mónica Santos (2014), “Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise”, *Sociologia (Porto)*, n.º 28, pp. 145-166.
- Habermas, Jürgen (1986), *The Theory of Communicative Action. The Critique of Functionalist Reason*, Vol. 2, Cambridge, Polity Press.
- Habermas, Jürgen (1997), *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Habermas, Jürgen (2012), *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, Lisboa, Edições 70.
- Heald, David (2006a), “Varieties of Transparency”, em Christopher Hood e David Heald (orgs.), *Transparency. The Key to Better Governance?*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 25-43.
- Heald, David (2006b), “Transparency as an Instrumental Value”, em Christopher Hood e David Heald (orgs.), *Transparency. The Key to Better Governance?*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 59-73.
- Hegel, G. W. F. [(1821), 2003], *Princípios da Filosofia do Direito*, São Paulo, Martins Fontes.
- Hirst, Paul (1994), *Associative Democracy. New Forms of Economic and Social Governance*, Amherst, University of Massachusetts.
- Hirst, Paul (2001), “Can Associationalism Come Back?”, em P. Hirst e V. Bader (orgs.), *Associative Democracy: The Real Third Way*, Londres, F. Cass, pp. 15-30.
- Hofstede, Geert (2003), *Culturas e Organizações. Compreender a nossa programação mental*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Ilharco, Fernando (2003), *Filosofia da Informação. Uma introdução à informação como função da acção, da comunicação e da decisão*, Lisboa, Universidade Católica Editora.
- Innerarity, Daniel (2016), *A política em tempos de indignação*, Alfragide, Dom Quixote.
- Innerarity, Daniel (2021), *Uma Teoria da Democracia Complexa*, Lisboa, Ideias de Ler.

- Inquérito ao Setor da Economia Social 2018* (2020), Lisboa, INE – Instituto Nacional de Estatística.
- Jörgens, Helge (2020), “A participação cidadã na governação local: cinco teses”, em Helena Carreiras e Alexandre Calado (orgs.), *Descentralização e Reorganização do Estado*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 63-71.
- Keast, R. (2011), “Joined-Up Governance in Australia: How the Past Can Inform the Future”, *International Journal of Public Administration*, 34, 4, pp. 221-231.
- Kellerhalls, Jean (1974), *Les Associations dans L’Enjeu Démocratique. Étude sur les Participants aux Groupements Organisés*, Lausanne, Éditions Payot.
- Kerstenetzky, Celis Lessa (2003), “Sobre Associativismo, Desigualdades e Democracia”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 18, n.º 53, pp. 131-180.
- Kritsch, Raquel (2014), “Estado e sociedade civil na teoria política: alguns paradigmas, muitas trajetórias”, *Política & Sociedade*, Vol. 13, n.º 28, pp. 225-267.
- Kumar, Rahul Mahendra (2014), *A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo*, Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais.
- Lahire, Bernard (2003), *O Homem Plural. As Molas da Ação*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Landim, Leilah e Luiz Antonio de Carvalho (2006/2007), *Projeto Transparência e Prestação de Contas da Sociedade Civil na América Latina. Texto para discussão. Caso: Brasil*, disponível em: http://www.icomfloripa.org.br/transparencia/wpcontent/uploads/2009/06/projeto_transparencia_e_prestacao_de_contas_da_sociedade_civil_na_america_latina.pdf [consultado em fevereiro de 2021].
- Lavalle, Adrián Gurza (1999), “Crítica ao modelo da nova sociedade civil”, *Lua Nova*, n.º 47, pp. 121-135.
- Lavalle, Adrián Gurza e José Szwako (2015), “Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate”, *Opinião Pública - Campinas*, Vol. 21, n.º 1, pp. 157-187.
- Laville, Jean-Louis (1997), “L’association: une liberté propre à la démocratie”, em Jean-Louis Laville e Renaud Sainsaulieu (orgs.), *Sociologie de l’association. Des organisations à l’épreuve du changement social*, Paris, Desclée de Brouwer, pp. 35-73.
- Laville, Jean-Louis (2009), “A economia solidária: um movimento internacional”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 84, pp. 7-47.
- Laville, Jean-Louis (2018), *A Economia Social e Solidária. Práticas, Teorias e Debates*, Coimbra, Almedina e CES.
- Lázaro, João (2016), “Associativismo operário na sociedade liberal (1850-1860)”, em Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara e Paula Godinho (orgs.), *Espaços, redes e sociabilidades. Cultura e política no movimento associativo contemporâneo*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea, pp. 127-135.

- Leitão, Simão Cardoso, Gustavo Pereira, Joaquim Ramos e Alexandre Silva (2009), *Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto. Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*, Lisboa, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Leontiev, Alexis (1978), *O desenvolvimento do psiquismo*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Lévy, Pierre (2002), *Ciberdemocracia*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lima, Maria Luísa Pedroso de (2018), *Nós e os outros. O poder dos laços sociais*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Lima, Maria Luísa Pedroso de (2019), “Associem-se! Pela vossa saúde!”, *Análise Associativa*, n.º 6, pp. 14-27.
- Lima, Pires de e Antunes Varela (1987), *Código Civil Anotado*, Volume I, 4.ª edição revista e atualizada, Coimbra, Coimbra Editora.
- Locks, Pompilio (2016), “Lideranças, clientelismo e movimentos sociais: reflexões a partir do caso da economia solidária”, *Teoria e Pesquisa. Revista de Ciência Política*, 25 (1), pp. 94-119.
- Locks, Pompilio e Alfredo Alejandro Gugliano (2013), “Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, 10, pp. 41-62.
- Lopes, João Teixeira (2009), “Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de Democracia Cultural”, *Saber & Educar*, n.º 14, pp. 1-13.
- Lopes, João Teixeira (2020), “Sociedade: um século desigual e de contratempos”, em *O Século XX Português: política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisboa, Tinta da China, pp. 205-243.
- Lopes, João Teixeira, Francisco Louça e Lúcia Ferro (2017), *As Classes Populares. A Produção e a Reprodução da Desigualdade em Portugal*, Lisboa, Bertrand Editora.
- Lopes, Maria Antónia (2010), *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Lourosa, Helena Maria Matos (2012), *À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-Ul*, Tese de doutoramento em Música, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Lousada, Maria Alexandre (2017), “O «espírito de associação» em Portugal: dinâmica social e legislação (1820-1926)”, em *AAVV – Anarquismo, Trabalho e Sociedade. Livro de homenagem a João Freire*, Lisboa, Almedina, pp. 97-119.
- Lüchmann, Lúcia Helena Hahn (2012), “Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações”, *Revista de Sociologia e Política*, V. 20, n.º 43, pp. 59-80.
- Lüchmann, Lúcia Helena Hahn (2014), “Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 29, n.º 85, pp. 159-226.

- Lüchmann, Lígia Helena Hahn, Carla Almeida e Luana do Rocio Taborda (2018), “Associativismo no Brasil contemporâneo: dimensões institucionais e individuais”, *Política & Sociedade*, V. 17, n.º 40, pp. 307-341.
- Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), “Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social”, em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.
- Macpherson, C. B. (1978), *A democracia liberal: origens e evolução*, Rio de Janeiro, J. Zahar.
- Maia, Rousiley C. M. (2010), “O papel democrático da sociedade civil em questão”, *Lua Nova*, n.º 81, pp. 147-174.
- Margetts, Helen (2006), “Transparency and Digital Government”, em Christopher Hood e David Heald (orgs.), *Transparency. The Key to Better Governance?*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 197-207.
- Marie, Pierre (2019), “A economia social – do processo revolucionário à Lei de Bases”, *Análise Associativa*, n.º 6, pp. 58-67.
- Marques, Rui (2015), “Governação integrada: uma resposta à era da complexidade”, em Rui Marques e David Ferraz (orgs.), *Governação Integrada e Administração Pública*, Lisboa, INA Editora, pp. 13-28.
- Martin, Greg (2015), *Understanding Social Movements*, Londres, Routledge.
- Martins, Paulo Henrique (2005), “A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 73, pp. 45-66.
- Martins, Suzana da Cruz (2003), “Novos associativismos e tematizações da sociedade portuguesa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 43, pp. 103-132.
- Marx, Karl e Friedrich Engels [(1848), 1999], *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa, Edições Avante.
- Mauritti, Rosário e Nuno Nunes (2013), “Processos de recomposição social: continuidades e mudanças”, em Renato Miguel do Carmo (org.), *Portugal, uma sociedade de classes*, Lisboa, Edições 70, pp. 29-48.
- Mauritti, Rosário, Susana da Cruz Martins, Nuno Nunes, Ana Lúcia Romão e António Firmino da Costa (2016), “The social structure of european inequality: a multidimensional perspective”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 81, pp. 75-93.
- McCarthy, John, e Mayer N. Zald (1977), “Resource mobilization and social movements: a partial theory”, *American Journal of Sociology*, 82 (6), pp. 1212-1241.
- Meister, Albert (1974), *La participation dans les associations*, Paris, Éditions Économie et Humanisme. Les Éditions Ouvrières.

- Melo, Daniel (1999), "O Associativismo Popular na Resistência Cultural ao Salazarismo: a Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio", *Penélope*, 21, pp. 95-130.
- Melo, Daniel (2010), *A Cultura Popular no Estado Novo*, Coimbra, Angelus Novus.
- Melo, Daniel (2011a), "Associativismo e sustentabilidade no quadro local. O olhar de representantes das associações voluntárias que trabalham em territórios desfavorecidos", em Renato Miguel do Carmo (org.), *Entre as Cidades e a Serra: Mobilidades, Capital Social e Associativismo no Interior Algarvio*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 115-148.
- Melo, Daniel (2011b), "E o bem comum, tem futuro? A perspetiva dos dirigentes associativos sobre a ação coletiva, a coisa pública e as relações entre Estado e sociedade civil", em Renato Miguel do Carmo (org.), *Entre as Cidades e a Serra: Mobilidades, Capital Social e Associativismo no Interior Algarvio*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 149-178.
- Miaille, Michel (2000), "Questões de cidadania e aprendizagem na escola", em José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editora, pp. 11-24.
- Milanovic, Branko (2017), *A desigualdade no mundo. Uma nova abordagem para a era da globalização*, Coimbra, Actual.
- Mintzberg, Henry (1986), *Le Pouvoir dans les Organizations*, Paris, Les Éditions d'Organization.
- Mintzberg, Henry (1999), *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Morais, José (2013), *Alfabetizar em Democracia*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Morin, Edgar (1997), *As grandes questões do nosso tempo*, Lisboa, Notícias Editorial.
- Morlino, Leonardo (2009), "Are there hybrid regimes? Or are they just an optical illusion?", *European Social Science Review*, Vol. 2 (2), pp. 273-296.
- Mouffe, Chantal (2019), *Por um populismo de esquerda*, Lisboa, Gradiva.
- Mounk, Yascha (2019), *Povo VS. Democracia. Saiba porque a nossa Liberdade está em perigo e como a podemos salvar*, Lisboa, Lua de Papel.
- Mouzelis, Nicos (1991), *Back to Sociological Theory. The Construction of Social Orders*, Londres, Macmillan.
- Mouzelis, Nicos (1995), *Sociological Theory. What Went Wrong? Diagnosis and Remedies*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Mouzelis, Nicos (2008), *Modern and Postmodern Social Theorizing. Bridging the Divide*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Mozzicafreddo, Juan, Isabel Guerra, Margarida A. Fernandes e João G. P. Quintela (1991), *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*, Lisboa, Escher.
- Mudde, Cas e Cristóbal Rovira Kaltwasser (2017), *Populismo. Uma Brevíssima Introdução*, Lisboa, Gradiva e Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Namorado, Rui (2006), “Os quadros jurídicos da economia social – uma introdução ao caso português”, Oficina do CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra), Oficina n.º 251, disponível em www.ces.uc.pt.
- Namorado, Rui (2007), “Cooperativismo – História e Horizontes”, em José Antônio Peres Gediel (org.), *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*, Curitiba, UFPR, pp. 9-35.
- Namorado, Rui (2009), “Para uma economia solidária – a partir do caso português”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 84, pp. 65-80.
- Namorado, Rui (2017), “O que é a Economia Social?”, *Economia Social em Textos*, n.º 1, Coimbra: Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social.
- Nascimento, Emerson Oliveira do (2012), “Sociedade civil, capital social e democracia no Brasil”, *Pensamento Plural*, n.º 10, pp. 119-154.
- Neto, Margarida Sobral (2010), *O Universo da Comunidade Rural (Época Moderna)*, Coimbra, Palimage/CHSC.
- Neves, José Soares e Rui Telmo Gomes (2018), “Práticas culturais e acesso à cultura”, em Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da Cruz Martins e António Firmino da Costa (orgs.), *Desigualdades Sociais. Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 41-52.
- Nunes, Cristina (2014), “O conceito de movimento social em debate. Dos anos 60 até à atualidade”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 75, pp. 131-147.
- Nunes, Nuno (2012), “Desigualdades sociais e ação coletiva: propostas teóricas para o estudo das práticas associativas em contexto local”, CIES e-Working Paper N.º 137/2012, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4966/1/CIESWP137Nuno%20Nunes.pdf> [consultado em março de 2020].
- Nunes, Nuno (2013a), *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Nunes, Nuno (2013b), “Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXV, pp. 33-53.
- Nunes, Nuno e Otávio Raposo (2018), “Desigualdades de classes e práticas de ação coletiva: escalas de análise”, em Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da Cruz Martins e António Firmino da Costa (orgs.), *Desigualdades Sociais. Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 211-224.

- Nunes, Nuno, Rita Ávila Cachado, Otávio Raposo, Daniela Ferreira e Renato Miguel do Carmo (2016), “Ação coletiva à escala individual e local: perfis e retratos sociológicos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 81, pp. 95-113.
- Nunes, Nuno, Luís Capucha, Patrícia Ávila e Viriato Queiroga (2020), “Classes sociais e Participação Associativa”, em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 71-94.
- Nussbaum, Martha C. (2019), *Sem fins lucrativos. Porque precisa a democracia das humanidades*, Lisboa, Edições 70.
- O’Donnell, Guillermo e Philippe C. Schmitter (2013), *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Oliveira, César de (1995), *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Oliveira, José Manuel Paquete de, Gustavo Leitão Cardoso e José Jorge Barreiros (2004), “A Internet na construção de uma cidadania participada”, em José Manuel Paquete de Oliveira, Gustavo Leitão Cardoso e José Jorge Barreiros (orgs.), *Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação*, Lisboa, Quimera, pp. 75-105.
- Oliveira, Nuno (2011), “Entre Cila e Caríbdis. O realismo social de Margaret Archer”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 65, pp. 119-139.
- Olson, Mancur (1998), *A Lógica da Acção Colectiva. Bens Públicos e Teoria dos Grupos*, Oeiras, Celta Editora.
- Ornelas, José, Teresa Duarte, Tiago Seixas, José Jerónimo, Artur Martins, Cátia Matos, Deolinda Nunes, Faustino Varela e Luís Costa (2013), *Liderança Comunitária. Estudo Colaborativo com Dirigentes Associativos*, Lisboa, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Ornelas, Tomásia, Ana Maria Bandeira e Deolinda Meira (2017), “Transparência das IPSS na Região Autónoma da Madeira: estudo empírico”, disponível em https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/ finais_site/196.pdf [consultado em setembro de 2019].
- Pateman, Carole [(1970), 1992], *Participação e teoria democrática*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Pereira, Helder Cardoso (2012), *Associativismo e Capital Social. Perfil Sociológico dos Dirigentes das Cooperativas de Consumo em Portugal*, Lisboa, Campo da Comunicação.
- Pereira, Jéssica, Inês Rafael, João Rodrigues, Nuno Nunes, Luís Capucha e Patrícia Ávila (2020a), “Os Presidentes de Direção: caracterização social”, em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 51-70.

- Pereira, Jéssica, João Rodrigues, Inês Rafael, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (2020b), “O campo associativo popular no Concelho de Loures”, em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 29-49.
- Pereira, Jéssica, Artur Martins, Natália Martins, Lara Querido, Paulo Mendes Pinto, Sérgio Pratas e Nuno Nunes (2021a), “Associativismo popular e envelhecimento ativo. O caso do Distrito de Leiria”, *Análise Associativa*, n.º 8, pp. 18-47.
- Pereira, Jéssica, Luana Taborda e Sérgio Pratas (2021b), “Impacto da pandemia da COVID-19 nas associações de cultura, recreio e desporto. Os casos de Portugal e Brasil”, *Análise Associativa*, n.º 8, pp. 160-185.
- Pereira, Joana Dias (2016), “O espaço associativo como objeto de estudo histórico: o caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1930)”, *Análise Associativa*, n.º 3, pp. 26-65.
- Pereira, Joana Dias (2019), “A reação conservadora e a resistência do associativismo livre nas vésperas do Salazarismo”, *O Pelourinho – Boletim de Relaciones Transfronterizas*, Vol. 2, n.º 23, pp. 13-61.
- Pereira, Joana Dias (2020), *Associativismo Livre. Uma História de Fraternidade e Progresso (1834-1926)*, Coimbra, Almedina.
- Pereira, José Santana, João Cancela e Edalina Rodrigues Sanches, Tiago Fernandes (coordenação) (2019), *Instituições e qualidade da democracia. Cultura política na Europa do Sul*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Pereira, Miriam Halpern (2012), *Do Estado Liberal ao Estado-Providência: um século em Portugal*, São Paulo, EDUSC.
- Pereira, Miriam Halpern (2016), “O associativismo popular no primeiro quartel do século XX”, *Análise Associativa*, n.º 3, pp. 16-25.
- Petit, François e Michel Dubois (2000), *Introdução à psicossociologia das organizações*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Pfeffer, J. e G. R. Salancik (1978), *The External Control of Organizations: A Resource Dependence Perspective*, Nova Iorque, Harper & Row.
- Pfeffer, J. (1994), *Gerir com Poder – Políticas e Influências nas Organizações*, Venda Nova, Bertrand Editora.
- Piketty, Thomas (2020), *Capital e Ideologia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Pinto, António Costa (2021), *O Regresso das Ditaduras?*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Pinto, Jaime Nogueira (2018), *Bárbaros e iluminados. Populismo e utopia no século XXI*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Pires, Rui Pena (2007), “Árvores conceptuais. Uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53, pp. 11-50.

- Pires, Rui Pena (2012), “O problema da ordem”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, pp. 31-45.
- Pita, Manuel (2017), em Ana Prata (org.), *Código Civil Anotado*, Volume I, Coimbra, Almedina.
- Platão [(380 a.C.), 2010], *A República*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Polanyi, Karl [(1944), 2021], *A grande transformação*, Lisboa, Edições 70.
- Porta, Donatella Della (2003), *Introdução à Ciência Política*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Porta, Donatella Della (2013), *Can democracy be saved?*, Cambridge, Polity Press.
- Porta, Donatella Della (2015), *Social Movements in Times of Austerity*, Cambridge, Polity Press.
- Porta, Donatella Della e Mario Diani (1998), *Social Movements. An Introduction*, Oxford, Blackwell Publishers.
- Portela, José (2009), “A economia ou é solidária ou é fratricida”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 84, pp. 115-152.
- Portes, Alejandro (2000), “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, pp. 133-158.
- Prata, Ana (1995), *Dicionário Jurídico*, Coimbra, Almedina.
- Pratas, Sérgio Manuel (2013), *Transparência do Estado, Administração Aberta e Internet*, Lisboa, Editora INA.
- Pratas, Sérgio Manuel (2015), “Políticas sociais contemporâneas e associativismo popular”, *Análise Associativa*, n.º 2, pp. 44-52.
- Pratas, Sérgio Manuel (2016), *Um outro olhar sobre o associativismo popular*, Lisboa, CPCCRD.
- Pratas, Sérgio Manuel (2019), “Revisão da legislação associativa – uma prioridade para a nova legislatura?”, *Poder Local. Revista de Administração Democrática*, n.º 157, pp. 229-233.
- Pratas, Sérgio Manuel (2020), *A (nova) Lei de Acesso aos Documentos Administrativos*, 2.ª edição, Coimbra, Almedina.
- Pratas, Sérgio Manuel (2020), *Democracia e transparência*, Lisboa, ANIMAR.
- Pratas, Sérgio Manuel (2021), *O Governo das Associações – Manual de Apoio Técnico à Governança das Organizações*, Lisboa, ANIMAR.
- Pratas, Sérgio Manuel (2021), “O Movimento Associativo Popular – Raízes e Futuro”, *Economia Social. Leituras & Debates*, n.º 12.

- Pratas, Sérgio e Viriato Queiroga (2020), “Democracia e Transparência”, em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 95-119.
- Puhle, Hans-Jürgen (2000), “Cidadania e Estado-Nação”, em José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editora, pp. 25-35.
- Putnam, Robert (1993a), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton, Princeton University.
- Putnam, Robert (1993b), “The prosperous community: social capital and public life”, *The American Prospect*, n.º 4, pp. 35-42.
- Putnam, Robert (1995), “Bowling alone: America’s declining social capital”, *Journal of Democracy*, n.º 6, pp. 65-78.
- Putnam, Robert (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, Nova Iorque, Simon & Schuster.
- Ramos, Alberto Pereira (2020), “I Congresso Regional das Sociedades de Recreio – 1924”, *Análise Associativa*, n.º 7, pp. 90-118.
- Rego, Helena (2015), “Complexidade, *intelligence* e Governação”, em Rui Marques e David Ferraz (orgs.), *Governança Integrada e Administração Pública*, Lisboa, INA Editora, pp. 29-36.
- Rego, Raquel (2010), “O impacto da profissionalização nas associações de consumidores – o caso da DECO”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 90, pp. 113-132.
- Ribeiro, Lia (2011), *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ringel, Leopold (2018), “Boundaries of visibility in the age of transparency: An integrative conceptualization”, *Research in the Sociology of Organizations*, Volume 57, pp. 55-79.
- Robteutscher, S. (2000a), “Associative Democracy – Fashionable Slogan or Constructive Innovation?”, em M. Saward (org.), *Democratic Innovation. Deliberation, Representation and Association*, Londres, Routledge, pp. 172-183.
- Robteutscher, S. (2000b), “Democracia Associativa. As instituições voluntárias como campo de treino para a democracia?”, em José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editora, pp. 233-254.
- Rochet, Claude (1995), *Management das associações*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Rodríguez, María del Mar Gálvez, María del Carmen Caba Pérez e Manuel López Godoy (2012), “Determining Factors in Online Transparency of NGOs: A Spanish Case Study”, *Voluntas*, n.º 23, pp. 661-683.
- Roemer, John E. (2017), *Um futuro para o socialismo marxista*, Lisboa, Gradiva.

- Rosas, Fernando (2020), “Os quatro regimes”, em *O Século XX Português: política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisboa, Tinta da China, pp. 17-115.
- Sá, Isabel dos Guimarães (2001), *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Sagnier, Laura e Alex Morell (coordenação) (2019), *As mulheres em Portugal, hoje*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sainsaulieu, Renaud (2001), *Sociologia da empresa. Organização, cultura e desenvolvimento*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Salamon, Lester (1997), “Estratégias para o Fortalecimento do Terceiro Setor”, em Evelyn Loschpe (org.), *3.º Setor – Desenvolvimento Social Sustentado*, São Paulo, Paz e Terra, pp. 89-111.
- Salamon, Lester (1998), “A emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global”, *Revista de Administração*, São Paulo v. 33, n.º 1, pp. 5-11.
- Salamon, Lester, S. Wojciech Sokolowski e Megan A. Haddock (2017), *Explaining Civil Society Development. A Social Origins Approach*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Salinas, F. (1990), “Participación y democracia en las cooperativas. Indicadores para su análisis”, *Crédito cooperativo*, n.º 47, pp. 7-28.
- Santos, Alfredo, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.) (2020), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Santos, Alfredo, Rita Romeiras e Sandra Bernardo (2020), “Relações Institucionais e Políticas Públicas Locais”, em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 121-144.
- Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2019), *Esquerdas do Mundo, Uni-vos!*, Coimbra, Almedina.
- Santos, Boaventura de Sousa e Leonardo Avritzer (2003), “Introdução: para ampliar o cânone democrático”, em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 39-69.
- Santos, Maria João e Sérgio Pratas (2012), *Manual do Dirigente Associativo. 100 Perguntas – 100 Respostas*, Lisboa, Rui Costa Pinto Edições.
- Sartori, Giovanni (1987), *The Theory of Democracy Revisited*, Chatham, Chatham House Publishers.
- Sartori, Giovanni (1993), *La democracia después del comunismo*, Madrid, Alianza Editorial.

- Schmitter, Philippe e Terry Lynn Karl (1991), "What Democracy is... and is not", *Journal of Democracy* 2 (3), pp. 3-16.
- Schnackenberg, Andrew K. e Edward C. Tomlinson (2016), "Organizational Transparency: A New Perspective on Managing Trust in Organization-Stakeholder Relationships", *Journal of Management*, Vol. 42, n.º 7, pp. 1784-1810.
- Schumpeter, Joseph [(1943), 2010], *Capitalism, Socialism and Democracy*, Abingdon, Routledge.
- Silva, Filipe Carreira da (2010), "Democracia deliberativa", em José Manuel Leite Viegas, Susana Santos e Sérgio Faria (orgs.), *A qualidade da democracia em debate. Deliberação, representação e participação políticas em Portugal e Espanha*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 11-36.
- Silva, Filipe Carreira da (2013), "Introdução. O modelo português de Estado-Providência: análise e perspetiva", em Filipe Carreira da Silva (org.), *Os Portugueses e o Estado-Providência. Uma Perspetiva Comparada*, Lisboa, ICS (Imprensa de Ciências Sociais), pp. 23-42.
- Silva, Rui Brites Correia da (2011), *Valores e Felicidade no Século XXI. Um Retrato Sociológico dos Portugueses em Comparação europeia*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Departamento de Sociologia, ISCTE.
- Simmel, Georg [(1908), 2014], *Sociología: estudios sobre las formas de socialización*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Singer, Paul (2018), *Ensaio sobre Economia Solidária*, Coimbra, Almedina.
- Siqueira, Gabriel de Mello Vianna (2014), "Possibilidades e impossibilidades democráticas de uma sociedade centrada no mercado", em Daniel Pinheiro, Danilo Melo e João Costa (orgs.), *Democracia: desafios, oportunidades e tendências*, Florianópolis, Editora Imaginar o Brasil, pp. 154-177.
- Sjöblom, Stefan (1999), "Transparency and Citizen Participation", em Luc Rouban (org.), *Citizens and the New Governance. Beyond New Public Management*, Amsterdão, IOS Press, pp. 15-28.
- Soldi, Alexandra Ribeiro, Cláudia Regina Hatz, Gilmar Rinaldini dos Santos e Meyriane Martins da Silva (2018), "Transparência no terceiro setor: um estudo sobre as organizações filantrópicas", disponível em <https://pt.scribd.com/document/66874957/terceirosetor009> [consultado em setembro de 2019].
- Soromenho-Marques, Viriato (1996), *A era da cidadania – De Maquiavel a Jefferson*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Sousa, Luís de e João Triães (2008), "Corrupção e Ética em Democracia: o Caso de Portugal", em Luís de Sousa e João Triães (orgs.), *Corrupção e os Portugueses. Atitudes, Práticas, Valores*, Lisboa, Rui Costa Pinto Edições, pp. 53-74.
- Sousa, Pedro Marquês de (2016), "O movimento associativo filarmónico em Portugal", *Análise Associativa*, n.º 3, pp. 66-77.

- Stasavage, David (2020), *The Decline and Rise of Democracy. A Global History from Antiquity to Today*, Princeton, Princeton University Press.
- Stiglitz, Joseph E. (2013), *O Preço da Desigualdade*, Lisboa, Bertrand Editora.
- Streck, Danilo Romeu e Telmo Adams (2006), “Lugares da participação e formação da cidadania”, *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 6, n.º 1, pp. 95-117.
- Taborda, Luana do Rocio (2020), “Configurações associativas e interações entre organizações da sociedade civil e Estado. Brasil e Portugal em perspetiva comparada”, *Análise Associativa*, n.º 7, pp. 124-143.
- Tapscott, Don e David Ticoll (2005), *A Empresa Transparente. Como a Era da Transparência Revolucionará os Negócios*, São Paulo, M. Books do Brasil Editora.
- Teixeira, Conceição Pequito (2018), *Qualidade da democracia em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Tilly, Charles (1978), *From Mobilization to Revolution*, Ann Arbor, MI, University of Michigan Press.
- Tilly, Charles (2007), *Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Tocqueville, Alexis [(1835-1840), 2007], *Da Democracia na América*, Estoril, Príncipeia.
- Tondolo, Rosana da Rosa Portella, Vilmar António Gonçalves Tondolo, Maria Emília Camargo e Aléssio Bessa Sarquis (2018), “Transparência no Terceiro Setor: uma proposta de construto e mensuração”, disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvmostrappga/paper/viewFile/4073/1273> [consultado em setembro de 2019].
- Torres, Anália (coordenação) (2018), *Igualdade de género ao longo da vida*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Trapero, Florina Guadalupe Arredondo, Jorge de la Garza García e José Carlos Vásquez Parra (2014), “Transparencia en las organizaciones, una aproximación desde la perspectiva de los colaboradores”, *Estudios Gerenciales*, n.º 30, pp. 408-418.
- Valencia, Luz Amira Rocha, Dolores Queiruga e Javier González-Benito (2015), “Relationship Between Transparency and Efficiency in the Allocation of Funds in Nongovernmental Development Organizations”, *Voluntas*, n.º 26, pp. 2517-2535.
- Valente, José Carlos (2010), *Para a História dos Tempos Livres em Portugal. Da FNAT à INATEL (1935-2010)*, Lisboa, Edições Colibri e Fundação INATEL.
- Vaquinhas, Irene Maria (1992), “O conceito de «decadência fisiológica da raça» e o desenvolvimento do desporto em Portugal (Finais do século XIX/Princípios do século XX)”, *Revista de História das Ideias*, Volume 14, pp. 365-388.
- Vattimo, Gianni (1992), *A Sociedade Transparente*, Lisboa, Relógio D’Água.

- Velho, Gilberto (1978), "Observando o familiar", em Edson de Oliveira Nunes (org.), *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 123-132.
- Viegas, José Manuel Leite (1986), "Associativismo e dinâmica cultural", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 1, pp. 103-121.
- Viegas, José Manuel Leite (2004), "Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspetiva comparativa europeia", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46, pp. 33-50.
- Viegas, José Manuel Leite (2014), "Associativismo, Sociedade Civil e Democracia", *Análise Associativa*, n.º 1, pp. 36-51.
- Viegas, José Manuel Leite e Susana Santos (2009), "Envolvimento dos cidadãos e dos parlamentares nas associações", em André Freire e José Manuel Leite Viegas (orgs.), *Representação Política. O caso português em perspetiva comparada*, Lisboa, Sextante, pp. 91-118.
- Vieira, Paula (2018), *Pensar a excelência nas organizações sociais*, Porto, Vida Económica.
- Warren, Mark E. (2001), *Democracy and association*, Princeton, Princeton University Press.
- Warren, Mark E. (2004), "Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia?", em José Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editora, pp. 85-97.
- Wessels, Bernhard (1997), "Organizing capacity of societies and modernity", em Jan Van Deth (org.), *Private Groups and Public Life: Social Participation and Political Involvement in Representative Democracies*, Londres, Routledge, pp 198-219.
- Wright, Erik Olin (2010), *Envisioning Real Utopias*, Londres e Nova Iorque, Verso.
- Wright, Erik Olin (2019), *How to Be an Anti-capitalist in the 21st Century*, Londres e Nova Iorque, Verso.
- Yin, Robert K. (2001), *Estudo de caso. Planejamento e Métodos*, Porto Alegre, Bookman Editora.
- Zhuang, J., G. Saxton e H. Wu (2011), "Publicity vs. Impact in nonprofit disclosures and donor preferences: a sequential game with one nonprofit organization and N donors", *Annals of Operations Research*, volume 221, pp. 1-20.

ANEXO A

**ESTUDO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR NO CONCELHO
DE LOURES**

INQUÉRITO ÀS ASSOCIAÇÕES

(Instrução geral: Informar os inquiridos de que, para todas as questões, poderão indicar as opções N/S ou N/R, devendo, nesses casos, introduzir-se o código respetivo)

I - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE (PRÉ-PREENCHIMENTO PELO MUNICÍPIO - CONFIRMAÇÃO PELA ASSOCIAÇÃO)

1. Denominação	
----------------	--

2. Morada da Associação	<hr/> <hr/>
-------------------------	-------------

3. Delegações (x) Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/>	Morada (s) <hr/> <hr/>
------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------

4. Código Postal	-	
------------------	---	--

5. Telefones		
--------------	--	--

6. Correio Eletrónico	
-----------------------	--

7. Endereço Web	
-----------------	--

8. Facebook	
-------------	--

9. Instagram	
--------------	--

10. Outras ligações Web. Quais	
--------------------------------	--

10. Newsletter	
----------------	--

11. Blog	
----------	--

12. NIPC/NIF	
--------------	--

13. Nº Identificação da Segurança Social	
------------------------------------------	--

Notas:

II - CARATERIZAÇÃO INSTITUCIONAL (PRÉ-PREENCHIMENTO PELO MUNICÍPIO - CONFIRMAÇÃO PELA ASSOCIAÇÃO)

14. Data da Fundação _____ / _____ / _____
(ano) (mês) (dia)

(Assinalar com x)

15. Estatutos/Escritura Pública

Sim Não

16. Declaração de Utilidade Pública

Sim Não

(Solicitar cópia da última versão caso a CML/DCDJ não disponha em arquivo)

16. Quais as principais finalidades da Associação (Por ordem decrescente de importância, correspondendo 1 à mais importante e assim sucessivamente)

1. _____
2. _____
3. _____

III – FUNCIONAMENTO

17. Horário de funcionamento da Associação:

17.1 Sede (se aplicável):

Durante a semana: das _____ h às _____ h

Ao fim-de-semana: das _____ h às _____ h

Dia (s) de encerramento: _____

17.2 Secções/Atividades (se aplicável e especificar caso a caso):

Durante a semana: das _____ h às _____ h

Ao fim-de-semana: das _____ h às _____ h

Dia (s) de encerramento: _____

IV- PLANO E RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAL

A Associação:

(Assinalar com x)

18. Tem Plano de Atividades Anual Sim Não

19. Tem Relatório Atividades Anual Sim Não

20. Possui contabilidade organizada Sim Não

21. A Associação elabora relatório de avaliação de resultados (ações ou projetos) Sim Não

22. A Associação elabora relatório de impacto (ações ou projetos) Sim Não

(Solicitar cópia das últimas versões caso a CML|DCDJ não disponha em arquivo)

V- ÓRGÃOS SOCIAIS E RECURSOS HUMANOS

23. Órgãos Sociais:

(1) Situação na profissão: indicar se é empregador, trabalhador por conta própria, trabalhador por conta de outrem, trabalhador no negócio ou em empresa da família

Órgãos	Sexo (x)		Idade (x)	Nível de instrução mais elevado que completou	Condição Perante o trabalho	Situação na profissão (1)	Profissão	Nº mandatos
	M	F						
Direção	M	F						
Total								
Mesa da Assembleia Geral	M	F						
Total								
Conselho Fiscal	M	F						

Total								
Total Geral								

24. Duração de cada mandato da Direção _____ ano(s)

25. Data da última Assembleia Geral Eleitoral ____/____/____

26. Quantas assembleias gerais se realizaram nos últimos 2 anos civis _____

27. A população pode assistir às assembleias gerais Sim Não (Assinalar com x)

28. Quando decorreram as últimas eleições (mês e ano)? ____/____

29. Quantas listas concorreram às últimas eleições _____

(Assinalar com x)

29.1. Se concorreu apenas uma lista, verificaram-se dificuldades na sua constituição? Sim Não

29.1.1 Se Sim, quais as principais dificuldades

29.2 Caso não tenha concorrido nenhuma lista, qual a solução encontrada para a gestão da associação?

30. Nº de Colaboradores/Funcionários por função				Remuneração		Foram contratados /solicitada a colaboração nos últimos 3 anos?	
Função		Tempo inteiro	Tempo parcial	Sim	Não	Sim	Não
		(Nº)	(Nº)	(Nº)	(Nº)	(Nº)	(Nº)
Professor	Feminino						
	Masculino						
Ensaíador	Feminino						
	Masculino						
Maestro	Feminino						
	Masculino						

Treinador	Feminino						
	Masculino						
Formador	Feminino						
	Masculino						
Administrativo	Feminino						
	Masculino						
	Masculino						
Técnico Desportivo/Técnico Cultural	Feminino						
	Masculino						
Outra. Qual _____ _____							

31. Total de encargos anuais com pessoal _____€

VI -SÓCIOS

32. Sócios da Associação: **(2)**

(2) Instrução - Caso não saibam, perguntar se, maioritariamente, os sócios são...; questão de resposta múltipla, caso o número seja equilibrado)

Sexo (assinalar com X)	Idade (assinalar com X)			
	Até aos 14 anos	Dos 15 aos 29 anos	Dos 30 aos 65 anos	Mais de 65 anos
Feminino				
Masculino				

33. Os sócios residem: (assinalar com X)

1. Maioritariamente na localidade onde a Associação está sediada
2. Maioritariamente na freguesia onde a Associação está sediada
3. Maioritariamente noutras freguesias do Concelho

Quais? _____

4. Maioritariamente noutros Concelhos

Quais? _____

VII –FREQUENTADORES/PRATICANTES

34. Os frequentadores da Associação são maioritariamente: **(3)**

(3) Instrução - Caso não saibam, perguntar se, maioritariamente, os frequentadores são...; (entende-se por frequentadores: bar, sala convívio, espetáculos, atividades recreativas, praticantes de desporto; questão de resposta múltipla)

Secção/Atividade	Sexo (assinalar com X)		Idade (assinalar com X)			
	Masculino	Feminino	Até aos 14 anos	Dos 15 aos 29 anos	Dos 30 aos 65 anos	Mais de 65 anos

35. Nº médio diário de pessoas que frequentam a Associação:

- durante a semana _____

- fim-de-semana _____

36. Os frequentadores da associação residem: (assinalar com X)

1. Maioritariamente na localidade onde a Associação está sediada

2. Maioritariamente na freguesia onde a Associação está sediada

3. Maioritariamente noutras freguesias do Concelho

Quais? _____

4. Maioritariamente noutro Concelho

Qual? _____

37. Para além da prática de atividades regulares, quais considera serem os principais motivos que levam à frequência desta Associação (Por ordem decrescente de importância, correspondendo 1 à mais importante e assim sucessivamente)

1. _____
2. _____
3. _____

VIII - FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES

38. A associação é filiada em alguma organização? Sim Não

Se Sim, em quais:

1. De âmbito nacional

2. De âmbito regional

3. Outras

IX - SUSTENTABILIDADE

39. Entidades a que habitualmente solicitam apoio:

Entidade	Sim (x)	Não (x)	Tipo de apoio	Fins
Câmara Municipal de Loures				
Junta de Freguesia				
Instituto Português do Desporto e da Juventude				
Ministério da Cultura				
Privados				
Outra(s) Quais? _____ _____				

40. A Associação tem conhecimento do Mecenato Desportivo ou Cultural como forma de apoio: (assinalar com X)

Sim Não

41. A Associação já alguma vez usufruiu do Mecenato Desportivo ou Cultural: (assinalar com X)

Sim Não

41.1 Se sim, de que entidades: (assinalar com X)

Empresas da Freguesia

Empresas do Concelho

Empresas de outras zonas do país

Outras

Quais _____

42. Nos últimos três anos, quais as cinco principais fontes de financiamento da atividade da Associação (por ordem decrescente de importância, correspondendo o número 1 à principal fonte de financiamento e assim sucessivamente):

- Receitas de quotização
- Receitas próprias (Festas, etc.)
- Exploração direta de bar/restaurante
- Concessão de bar/restaurante
- Projetos
- Acordos de colaboração/Contratos Programa Desenvolvimento Desportivo c/CMLoures
- Acordos de colaboração/Contratos Programa Desenvolvimento Desportivo c/ outras entidades
- Outros Subsídios/apoios
- Outras fontes

Quais? (Por ordem decrescente de importância)

43. Os associados pagam quotas? (assinalar com X)

Não (Se não, passar à questão 46)

Sim

43.1 Valor mensal das quotas _____ €

43.2 Existem valores diferenciados de quotas? (assinalar com X)

Não

Sim

43.2.1 **Se sim:** (assinalar com x os casos em que se aplica e preencher os espaços em branco)

Diferenciação de valores de quotas	Sim	Não
Menos de ____ anos de idade		
Mais de ____ anos de idade		
Praticante		
Não praticante		
Outro. Qual _____		

44. No que diz respeito ao pagamento atempado das quotas: (assinalar com X)

1. Todos os sócios pagam
2. A maioria dos sócios paga
3. Cerca de metade dos sócios paga
4. A maioria dos sócios não paga

45. Se maioritariamente não pagam, quais considera serem as razões: (assinalar com X)

1. Dificuldades económicas
2. Desinteresse
3. Desatualização da lista de sócios
4. Outras

Quais? _____

46. Qual o volume de receitas no último ano (2018) _____

47. Qual o montante global de despesas no último ano (2018) _____

48. Como classifica a situação financeira atual da associação: (assinalar com X)

- 1. Muito positiva
- 2. Positiva
- 3. Preocupante
- 4. Muito preocupante

48.1 Caso considere a situação muito preocupante/preocupante, explicita os motivos da sua resposta:

49. Em caso de existência de dívida, quais as soluções a que a associação recorre?

X – INSTALAÇÕES/EQUIPAMENTOS

50. A Associação tem sede (4) Sim Não (assinalar com X)

(4) Instrução: Entende-se por sede as instalações em que a associação funciona.

1. Se, Sim, qual o regime de utilização: (assinalar com X)

- 1.1 Propriedade
- 1.2 Arrendamento
- 1.3 Cedência De uma entidade, qual _____
- 1.4 Outra Qual? _____

2. Se, Não:

2.1 Qual a principal razão _____

2.2 Onde funciona a Associação _____

2.2.1 Em que condições _____

51. Nos últimos 3 anos realizaram obras nas instalações|equipamentos da associação?

Sim Não (assinalar com X)

Se sim, quais?

52. Indique as características das instalações para atividades desportivas que a Associação utiliza:

Instalações desportivas	Sim (x)	Não (x)	Regime de Utilização (x)			Avaliação do estado de conservação/manutenção					
						(x)					
Cobertas			Propriedade	Aluguer	Cedência (De quem/entidade)	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau		
Pav. Desportivo											
Polivalente											
Ginásio											
Outra. Qual											
Descobertas			Iluminação		Propriedade	Aluguer	Cedência (De quem/entidade)	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau
			sim	não							
Polidesportivo											
Campo de Futebol											
Outra(s). Qual(is)											

53. Indique as características das instalações para atividades culturais/recreativas que a Associação utiliza:

Instalações culturais/recreativas	Sim (x)	Não (x)	Regime de Utilização (x)			Avaliação do estado de conservação/manutenção (x)			
			Propriedade	Aluguer	Cedência (De quem/entidade)	Muito Bom	Bom	Razoável	Mau
Sala de Espetáculos c/ cadeiras fixas									
Sala de Espetáculos/cadeiras fixas									
Palco clássico									
Teia									
Salas de apoio/camarins									
Cabine técnica/de projeção									

Sala de convívio									
Sala de jogos									
Biblioteca									
Outra(s). Qual(is) _____ _____									

54. Indique quantas viaturas, ano de matrícula e n.º de lugares, das viatura(s) que são da propriedade da Associação:

Total do n.º de viaturas _____

1 – Ano _____ Lugares _____

2 - Ano _____ Lugares _____

3 - Ano _____ Lugares _____

XI - CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

55. Relativamente às atividades promovidas pela Associação indique (**hipóteses de resposta em cartão**).

Atividades	Sim (x)	Não (x)	Ano de início	Acompanhamento da atividade			Frequência	
				Prof. Téc. Qualif (nº)	Outro Agente N/Qualif. (nº)	Sem Orientação	Pontual (x)	Regular (x)

56. As atividades estão reservadas a sócios? Sim Não (assinalar com X)

57. Desenvolvem modalidades/atividades federadas? Sim Não (assinalar com X)

Se Sim, quais?

58. Para além das atividades atuais, a Associação já promoveu outras com carácter regular:

Sim Não (assinalar com X)

58.1. Se sim, quais e por que motivos cessaram:

Atividades regulares que cessaram	Porque cessaram
A.	A.
B.	B.
C.	C.
D.	D.

59. Destaque até 5 eventos organizados pela Associação:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

XII - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

60. A associação participa em ações/iniciativas promovidas pelas seguintes entidades: (assinalar com X)

Entidades	Avaliação da participação					
	Sim	Não	Muito Boa	Boa	Razoável	Má
Câmara Municipal de Loures						
Junta de Freguesia						
Federações de Associações						
Federação Desportivas						
Federações Culturais						
Outras associações da freguesia ou do concelho						
Outras Associações						
Outras Entidades. Quais:						

61. Nos casos em que a avaliação é razoável ou má, quais as razões:

62. Se participou em ações promovidas pela Câmara Municipal de Loures, quais:

63. Além das existentes, que outro tipo de ações gostaria de ver promovidas pela Câmara Municipal de Loures?

64. Como avalia, de uma forma geral, a relação entre a Associação e a Câmara Municipal de Loures:

(assinalar com X)

- 1. Muito boa
- 2. Boa
- 3. Razoável
- 4. Má

65. Quais os três principais fatores que poderiam ser modificados para melhorar essa relação:

A. _____

B. _____

C. _____

66. Em relação ao apoio da CMLoures:

66.1. Quais os aspetos que se destacam pela positiva:

A. _____

B. _____

C. _____

66.2. Quais os aspetos que se destacam pela negativa:

A. _____

B. _____

C. _____

XIII- FORMAÇÃO

67. Como é que a Associação se posiciona em relação à formação: (resposta múltipla, assinalar com X)

- 1. Fomenta a participação em ações de formação
- 2. Deixa a formação ao critério de cada indivíduo
- 3. Organiza ações de formação internamente
- 4. Sugere ações de formação de entidades externas
- 5. Considera que a formação não é uma prioridade
- 6. Outra.

Qual _____

68. Considera que existe necessidade de formação para:			
Destinatários:	Sim (x)	Não (x)	Se sim, quais as áreas:
Dirigentes			<hr/> <hr/> <hr/>
Técnicos			<hr/> <hr/> <hr/>
Animadores			<hr/> <hr/> <hr/>
Administrativos			

Outro Pessoal (guardas, limpeza, etc.			

XIV - TRANSPARÊNCIA

69. A associação disponibiliza publicamente a seguinte informação/documentação:			Se sim, quais os meios através dos quais é disponibilizada: (ex. sede /sitio internet/ blog, portal movimento associativo)
	Sim (x)	Não (x)	
Missão e valores da associação			
Estatutos			
Regulamentos internos			
Instrumentos de planeamento			
Relatórios e outra documentação de prestação de contas			
Atas da assembleia geral			
A composição dos órgãos sociais			
Informação sobre atividades desenvolvidas			
Outros documentos. Quais? _____			

70. Nos dois últimos anos, foram desenvolvidos projetos para a promoção da participação dos associados e comunidade?			
	Sim (x)	Não (x)	Se sim, especificar
Criação de fóruns ou grupos de discussão			
Caixa de sugestões			
Inquéritos à população			
Inquéritos aos associados			
Outros. Quais: _____ _____			

XV – NECESSIDADES/DIFICULDADES

71. Que necessidades de apoio sentem:	Sim (x)	Não (x)	Para que Fins
Recursos Financeiros			
Construção de instalações			
Obras em instalações			
Jurídico			
Equipamento técnico			
Material Informático			
Mobiliário			
Administrativo fiscal			
Recursos Humanos Técnicos			
Recursos Humanos Administrativos			
Outro(s). Qual(is)? _____ _____			

72. Quais são as principais dificuldades no funcionamento da Associação:

(Por ordem decrescente de importância, correspondendo 1 à mais importante e assim sucessivamente)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

XVI - PROJETOS

73. A Associação tem projetos que gostaria de realizar a curto e médio prazo?

Sim Não (assinalar com X)

73.1– Se Sim, quais:

(Por ordem decrescente, correspondendo 1 à mais prioritária e assim sucessivamente)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

74. Quais as principais necessidades para a concretização desses projetos

(Por ordem decrescente, correspondendo 1 à mais importante e assim sucessivamente)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Observações/Outras informações que considere de interesse e que não foram abordadas:

--

Reservado ao entrevistador:

Data:

Técnico:

Entrevistado(s):

ANEXO B

**ESTUDO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR NO CONCELHO
DE LOURES**

INQUÉRITO AOS PRESIDENTES DA DIREÇÃO

(Instrução geral: Informar os inquiridos de que, para todas as questões, poderão indicar as opções N/S ou N/R, devendo, nesses casos, introduzir-se o código respetivo)

I – CARACTERIZAÇÃO

1. Associação a que pertence	_____		
2. Idade	_____ anos		
3. Sexo (Assinalar com <input checked="" type="checkbox"/>)	Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>		
4. Freguesia de Residência	_____		
5. Há quanto tempo reside nesta freguesia	_____ anos		
6. Concelho	_____		
Caso não resida no Concelho de Loures:			
6.1 Já residiu? (Assinalar com <input checked="" type="checkbox"/>)	Sim <input type="checkbox"/> Duração do período de residência (anos e meses) _____ Não <input type="checkbox"/>		
7. Nacionalidade	_____		
8. Naturalidade	_____		
9. Anos de escolaridade completos com sucesso	_____		
9.1 Nível de instrução mais elevado que completou	_____		
10. Condição perante o trabalho/situação na profissão (Assinalar com <input checked="" type="checkbox"/>)			
Assinale com x a situação na profissão/condição perante o trabalho	Estudante	<input type="checkbox"/>	
	Exerce profissão	Patrão	<input type="checkbox"/> N.º de empregados _____
		Trabalhador por conta própria	<input type="checkbox"/>
		Trabalhador no negócio/empresa da família	<input type="checkbox"/>
		Trabalhador por conta outrem	<input type="checkbox"/>
	Desempregado(a)	<input type="checkbox"/>	
	Reformado(a)	<input type="checkbox"/>	
Doméstico(a)	<input type="checkbox"/>		
11. Atividade profissional principal (ou a última, se inativo)			
11.1 Qual é/era a sua profissão principal? (descrever detalhadamente)	_____		
11.2. Na sua profissão principal, o que é que faz/fazia, a maior parte do tempo? (descrever detalhadamente)	_____		

11.3. Que formação ou qualificações são/eram necessárias para o exercício da sua profissão? (descrever detalhadamente)		
12 Estado civil (Assinalar com <input checked="" type="checkbox"/>)		
Assinale com x o seu estado civil	Solteiro	<input type="checkbox"/>
	Casado/União de facto	<input type="checkbox"/>
	Separado/Divorciado	<input type="checkbox"/>
	Viúvo	<input type="checkbox"/>

13. Quantas pessoas compõem o seu agregado familiar no total? (incluindo o próprio) _____

13.1. Assinalar com quem são:

- Cônjuge/Companheiro (a)
- Filho(a)
- Pai
- Mãe
- Irmãos
- Outro(s) familiar(es)
- Outro(s) não familiar(es)

14. Com que frequência utiliza a internet, no computador ou noutros aparelhos, seja para trabalhar ou para fins pessoais?

Assinalar com

- 1. Nunca
- 2. Só de vez em quando
- 3. Algumas vezes por semana
- 4. Na maior parte dos dias
- 5. Todos os dias

15. É, ou alguma vez foi, membro de um sindicato ou de uma associação profissional? Assinalar com

- 1. Sim, atualmente
- 2. Sim, no passado
- 3. Não

16. Quando o(a) sr(a) tinha 14 anos, o seu pai era: Assinalar com

- 1. Trabalhador por conta de outrem
- 2. Trabalhador por conta própria
- 3. Patrão
- 4. Não estava a trabalhar
- 5. Pai tinha falecido/estava ausente quando o entrevistado tinha 14 anos

16.1 Qual era a designação da profissão principal do seu pai? (descrever detalhadamente)

16.2. Na sua profissão principal, o que é que fazia o seu pai a maior parte do tempo? (descrever detalhadamente)

16.3. Que formação ou qualificações são/eram necessárias para o exercício da profissão do seu pai?
(descrever detalhadamente)

17. Caso esteja a desempenhar uma actividade profissional ou estudantil, de que forma consegue conjugar a atividade associativa com a vida profissional/estudantil? (Assinalar com)

- Muito bem
- Bem
- Razoavelmente
- Mal

17.1 Se razoavelmente ou mal, porquê?

- A. _____
- B. _____
- C. _____

II - Experiência e Dinâmica Associativa do Dirigente

18. em que ano se tornou membro da direção da associação?	_____
19. é associado da associação? 19.1 Não <input type="checkbox"/> 19.2 Sim <input type="checkbox"/> Desde que ano	_____
20. anos de exercício do cargo diretivo:	
20.1 consecutivos <input type="checkbox"/>	_____
20.2 não consecutivos <input type="checkbox"/>	_____
21. há quantos mandatos exerce este cargo	_____
22. número aproximado de horas que dedica à associação, por semana	_____

23. Em que períodos da semana e do dia costuma dedicar-se à associação?			
(Assinalar com ☒)			
	Manhã	Tarde	Noite
Semana			
Fim de semana			

	Assinalar com ☒	
	Sim	Não
24. É a 1ª vez que exerce um cargo diretivo numa associação?		
25. exerce alguma atividade remunerada no âmbito da atividade da associação (ainda que não em exclusivo)?		
26. exerce um cargo diretivo em mais associações?		
26.1 se sim, indique em quais: _____ _____ _____		

27. Quais as razões por que se tornou membro da associação? (Por ordem decrescente de importância, correspondendo 1 à mais importante e assim sucessivamente)

Para dar mais sentido à minha vida	
Por gostar da atividade	
Para ocupar os tempos livres	
Por insistência de outras pessoas/sócios	
Para poder usufruir dos serviços/apoio da associação	
Para defender os meus interesses	
Para poder candidatar-me aos órgãos sociais	
Para poder influenciar a acção da associação	
Para poder intervir na vida da freguesia	
Para ajudar os outros	
Por "carolice"	
Por uma sociedade melhor	
Outra(s) razão(es) Quais? _____	

28. Antes de pertencer aos Órgãos Sociais, qual a relação que tinha com a Associação? (Resposta múltipla, assinalar com)

- Tinha conhecimento da Associação
- Era sócio mas não frequentava/participava
- Apenas frequentava o bar da Associação
- Participava em algumas atividades
- Participava regularmente nas atividades
- Colaborava na organização das atividades
- Era responsável por algumas das atividades
- Outra. Qual ? _____

29. Se pertence, ou já pertenceu a outra(s) associação(ões) ou estruturas associativas, indicar de que tipo e em que qualidade: (Assinalar com)

Associação	So u me m br o	Já fui me m br o	So u Pr esi de nt e	Já fui Pr esi de nt e	Per ten ço soc iais /Di reç ão	Já pert enci aos órgã os socia is /Dire ção	Per ten ço ao s órg ão s soc iais	Já per ten ci aos órg ãos soc iais
IPSS								
Juvenil								
Estudantes								
Sindicais								
Recreativa/cultural								
Desportiva								
Religiosa								
Outra(s). Qual(is)? 1 _____ 2 _____								

30. Quais as razões pelas quais se tornou membro do órgão diretivo da associação: (Resposta múltipla, assinalar com ☒)

Fundou a associação	
Foi convidado	
Por incentivo de outros membros	
Não havia mais ninguém disponível	
Era uma aspiração pessoal	
Porque gosta	
Porque reconhece a importância para a comunidade	
Outra razão. Qual? _____	

31. Em relação ao trabalho na associação sente-se: (Assinalar com ☒)

Muito satisfeito

Satisfeito

- Pouco satisfeito
- Insatisfeito
- Muito insatisfeito

31.1. Se se sente pouco satisfeito ou insatisfeito, qual(is) a(s) principal(is) razão(ões):

A. _____

B. _____

C. _____

32. Quais as 5 principais características que considera que um dirigente associativo deve ter: (Assinalar com)

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------|
| Liderança | <input type="checkbox"/> |
| Dedicação | <input type="checkbox"/> |
| Empenho | <input type="checkbox"/> |
| Criatividade | <input type="checkbox"/> |
| Motivação | <input type="checkbox"/> |
| Solidariedade | <input type="checkbox"/> |
| Sentido de responsabilidade | <input type="checkbox"/> |
| Altruísmo | <input type="checkbox"/> |
| Capacidade de relacionamento | <input type="checkbox"/> |
| Honestidade | <input type="checkbox"/> |
| Competência | <input type="checkbox"/> |
| Conhecimentos técnicos | <input type="checkbox"/> |
| Respeito pelas tradições associativas | <input type="checkbox"/> |
| Abertura à mudança/ inovação | <input type="checkbox"/> |
| Outras. | <input type="checkbox"/> |

Quais? _____

33. Costuma apresentar ideias/propostas na Associação? (Assinalar com ☒)

Sim Não

33.1. Se **Não**, porquê?

As atividades existentes são as adequadas

Dá oportunidade a que os outros expressem as suas propostas

Tem pouca disponibilidade para apresentar propostas

Outra razão

Qual? _____

(Se respondeu **Não** passe para a Questão n.º 36)

33.2. Se **Sim**, indicar as que considera mais relevantes.

a) _____

b) _____

c) _____

33.3. Quando apresenta propostas estas são aceites e concretizadas? (Assinalar com ☒)

Sempre

Frequentemente

Raramente

Nunca

33.4. Ao preparar as propostas costuma trabalhar maioritariamente: (Assinalar com)

Sozinho

Em grupo

34. Em relação aos actuais projetos da Associação sente-se: (Assinalar com)

Muito Identificado

Identificado

Pouco Identificado

Nada Identificado

34.1 Se se sente **pouco ou nada identificado**, indicar as razões:

1. _____

2. _____

3. _____

35. Qual **a palavra** que melhor caracteriza as relações entre os elementos dos Órgãos Sociais: (Assinalar com ☒)

Amizade

Solidariedade

Indiferença

Conflito

36. Quem escolheu/formou a lista dos atuais corpos sociais?

37. Quem desempenha a maioria das funções de execução na associação? (Resposta múltipla, assinalar com ☒)

Os Dirigentes

Os Funcionários

Associados

Não associados

38. Os membros dos órgãos sociais, em particular da direção, são ativos/participativos?

A maioria Sim

A maioria Não Porquê? _____

39. Das seguintes afirmações indicar as **2** que considera que melhor refletem a atitude dos membros dos órgãos sociais:
(Assinalar com ☒)

- Abertos ao diálogo com os mais novos
- Abertos ao diálogo com os mais velhos
- Atentos às necessidades dos sócios mais novos
- Atentos às necessidades dos sócios mais velhos
- Abertos à delegação de mais responsabilidades aos mais novos
- Abertos à delegação de mais responsabilidades nos mais velhos

40. Desde que é membro da Direção desta Associação sente: (Assinalar com ☒ as suas opções)

- Que ganhou mais consciência sobre a comunidade em que está inserido
- Uma maior valorização pessoal
- Um enriquecimento da sua experiência de vida
- Que está a ser útil
- Que pode desenvolver atividades que de outro modo não faria
- Que tem mais prestígio junto de colegas e amigos
- Outros

Quais? _____

41. Considera importante a existência de formação específica para as funções desenvolvidas pelos dirigentes associativos:
(Assinalar com ☒)

Não Sim

41.1. **Se sim**, quais as áreas de formação que considera essenciais: (Resposta múltipla, assinalar com ☒)

Técnicas de Gestão, Contabilidade e Fiscalidade	<input type="checkbox"/>
Estratégias de Marketing	<input type="checkbox"/>

Legislação	
Técnicas de animação sociocultural e dinamização de grupos	
Técnicas de expressão e comunicação	
Gestão de Conflitos e Liderança	
Métodos e técnicas pedagógicas	
Novas tecnologias de informação	
Outra. Qual: _____	

42. A Associação da qual é membro dirigente trabalha atualmente em parceria com outras organizações? (Assinalar com ☒)

Não

Sim

42.1 Se sim com quais?

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

43. Na sua perspetiva, qual/quais as vantagens que podem advir do estabelecimento de redes/parcerias entre as organizações associativas.

1. _____

2. _____

3. _____

44. Qual a sua opinião sobre os apoios concedidos pela CMLoures ao associativismo?

45. Qual a sua opinião sobre os apoios concedidos por outras entidades ao associativismo?

46. Em termos de funcionamento, considera que a associação de que é dirigente é:

- 46.1 Muito transparente
- 46.2 Transparente
- 46.3 Pouco transparente
- 46.4 Nada transparente

46.1 Caso considere Muito transparente/transparente, indique as três principais práticas que justificam a sua resposta:

1. _____

2. _____

3. _____

46.2 Caso considere que existem aspetos que deveriam ser melhorados, indique quais:

1. _____

2. _____

3. _____

47. Na sua perspetiva, em que medida a transparência organizacional beneficia as associações?

48. O que pensa sobre o associativismo em Loures?

Observações/Sugestões:

ANEXO C

GUIÃO DAS ENTREVISTAS SEMI-DIRETIVAS

GUIÃO DE ENTREVISTA

As associações de cultura, recreio e desporto – uma escola de democracia?

Estudo financiado pela Fundação Montepio

Orientador: Nuno Nunes

Coorientadora: Rita Cachado

Doutorando: Sérgio Pratas

NOME DO ENTREVISTADO:

ENTIDADE:

N.º DA ENTREVISTA	LOCAL	DATA
-------------------	-------	------

Bom dia/ boa tarde, (identificação do entrevistador). Estamos a realizar um estudo sobre as associações e a democracia. Para facilitar a análise das informações que nos fornecer, vou pedir-lhe para gravar esta entrevista. No entanto, a informação que nos vai transmitir é anónima e confidencial, ou seja, nunca será identificado e os seus dados não serão em nenhum momento associados às informações que nos fornecer.

1 – ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO

Começo então por lhe pedir alguma informação sobre si e sobre a entidade que representa.

1.1 – Do entrevistado:

1.1.1

- Sexo
- Idade
- Habilitações escolares (qual o grau académico mais elevado que completou?)
- Situação profissional (estudante, exerce uma profissão, desempregado(a), reformado(a), doméstico(a))
- Atividade profissional principal (ou a última se inativo)

1.1.2 – Na estrutura que representa que cargos diretivos já desempenhou (e qual o respetivo período temporal)?

1.2 – Da entidade:

1.2.1 - Ano da fundação

1.2.2 - Número de associados (atual)

2 – EFEITOS DAS ASSOCIAÇÕES

Vamos agora falar um pouco sobre a importância e o papel das associações de cultura, recreio e desporto.

2.1 – Na sua opinião, qual a importância das associações de cultura, recreio e desporto para as comunidades onde estão inseridas?

2.2 – E para o país?

2.3 – Qual o impacto da sua atividade e intervenção no plano social?

2.4 – E no plano económico?

2.5 – E no plano cultural?

2.6 – Qual a importância das associações de cultura, recreio e desporto para a democracia?

2.7 – Em sua opinião, as associações de cultura, recreio e desporto são uma escola de democracia?

Justifique.

2.8 – O que é para si a democracia?

3 – PONTOS FORTES, PONTOS FRACOS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

Gostaria agora de falar sobre a situação atual das associações de cultura, recreio e desporto.

3.1 – Gostaria que me falasse do impacto da pandemia da COVID-19 nas associações.

3.2 – Como caracteriza a reação das associações ao quadro de pandemia?

3.3 – E a reação das suas estruturas representativas?

Mas as associações já tinham presumivelmente outros problemas antes da pandemia. E outras dificuldades. A par de vários pontos fortes.

3.4 – Em sua opinião, quais eram os principais problemas que as associações de cultura, recreio e desporto enfrentavam antes da pandemia?

3.5 – Em sua opinião, esses problemas vão manter-se após a pandemia?

3.6 – Quais são os principais pontos fortes das associações de cultura, recreio e desporto, em Portugal?

3.7 – E quais os seus pontos mais fracos ou frágeis?

3.8 – Gostava também que identificasse quais as principais ameaças que as associações de cultura, recreio e desporto enfrentam (fora a ameaça da pandemia)?

3.9 – E identificasse algumas oportunidades que poderão ajudar a vencer dificuldades e problemas?

3.10 – Em sua opinião, as associações de cultura, recreio e desporto já estavam em crise antes da pandemia?

Fundamente.

3.11 – E o que é que poderá acontecer depois da pandemia?

4 – CONTEXTO EXTERNO, INTERNO E INTERAÇÕES

As características e capacidades das associações variam em função de vários fatores: do seu contexto externo, do contexto interno e das interações com outras organizações e instituições do meio onde atuam.

4.1 – Na sua opinião, que mudanças (externas) ocorreram nos últimos 30/40 anos que mais influenciaram a vida associativa?

Por exemplo: alterações legislativas, tecnológicas, o período de austeridade, etc.

4.2 – E quais as principais mudanças internas ocorridas nesse período?

4.3 – Como é que caracteriza a relação das associações de cultura, recreio e desporto com as várias entidades públicas (autarquias locais, Governo, etc.)?

4.4 – E com as empresas?

4.5 – E com as restantes entidades da denominada economia social?

Uma última pergunta: gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre os temas tratados?

Terminámos. Muito obrigado pela colaboração!

ANEXO D

**ESTUDO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR NO CONCELHO
DE LOURES**

**NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS ASSOCIAÇÕES DE CULTURA,
RECREIO E DESPORTO DO CONCELHO DE LOURES**

GRELHA DE ANÁLISE

Grelha de análise

Dimensão	Indicador	Pergunta	Ponderação
<i>Disclosure</i>	1	-	0 (para todas). Nenhuma obrigação legal
<i>Disclosure</i>	2	69	- Não publicita nenhum dos documentos referidos: 0 - Publicita pelo menos um dos documentos referidos: 2 - Publicita dois dos documentos referidos: 4 - Publicita três dos documentos referidos: 6 - Publicita quatro dos documentos referidos: 8 - Publicita cinco ou mais dos documentos referidos: 10
<i>Disclosure</i>	3	-	4 (para todas). Acesso mediado pela assembleia (e não direto)
<i>Disclosure</i>	4	-	4 (para todas). Ver n.º 2 do artigo 4.º da LADA
Diálogo	5	26	2 pontos por cada assembleia realizada nos últimos 2 anos (até ao máximo de 10 pontos)
Diálogo	6	70	1 projeto: 2,5 2 ou mais projetos: 5
Diálogo	7	-	6 (para todas). Ver artigos 162.º e 172.º do Código Civil
Diálogo	8	19, 20, 21 e 22	- Elabora relatório de atividades anual: 2 - Possui contabilizada organizada: 1 - Elabora relatório de resultados: 1 - Elabora relatório de impacto: 1 (soma os pontos)
Proximidade	9	33, 36	- Os associados residem maioritariamente na localidade onde a associação está sediada: 5 - Os associados residem maioritariamente na freguesia onde a associação está sediada: 2,5 - Os associados residem maioritariamente noutras freguesias do concelho: 1 - Os praticantes residem maioritariamente na localidade onde a associação está sediada: 5 - Os praticantes residem maioritariamente na freguesia onde a associação está sediada: 2,5 - Os praticantes residem maioritariamente noutras freguesias do concelho: 1 - Os praticantes/associados residem maioritariamente fora do concelho: 0
Proximidade	10	17.1	- Sede aberta ao público durante a semana ou fim de semana: 3 - Sede aberta ao público durante a semana e fim de semana: 5
Proximidade	11	7, 8, 9, 11	2,5 por cada instrumento (até ao máximo de 10 pontos)
Proximidade	12	6, 10	Tem endereço de correio eletrónico: 1,5 Tem <i>newsletter</i> : 3,5

Indicadores e ponderação

Disclosure (40%)

- 1 - Divulgação de informação (obrigatória) – 10%
- 2 - Divulgação de informação (voluntária) – 10%
- 3 - Direito de acesso pelos associados – 10%
- 4 - Direito de acesso pelos particulares – 10%

Diálogo (30%)

- 5 - Realização (regular) de assembleias gerais – 10%
- 6 - Projetos que promovem a participação – 5%
- 7 - Sistema de governo que promove o controlo – 10%
- 8 - Monitorização, avaliação e prestação de contas – 5%

Proximidade (30%)

- 9 - Proximidade física – 10%
- 10 - Acessibilidade às instalações – 5 %
- 11 - Existência de sítios da internet, blogs e páginas nas redes sociais (*Facebook, Instagram, etc.*) – 10%
- 12 - Informação de proximidade – 5%